

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ANA MARIA ALVES MUNIZ

**DA LUZ DA LAMPARINA AO OPACO REFLETOR:
Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980.**

**UBERLÂNDIA
2014**

ANA MARIA ALVES MUNIZ

**DA LUZ DA LAMPARINA AO OPACO REFLETOR:
Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

**Área de Concentração: História Social
Linha de Pesquisa: História e Cultura.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Clara Tomaz Machado

**UBERLÂNDIA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M966d Muniz, Ana Maria Alves, 1953-
2014 Da luz da lamparina ao opaco refletor : Ituiutaba, Minas Gerais,
1950-1980 / Ana Maria Alves Muniz. - 2014.
175 f. : il.

Orientadora: Maria Clara Tomaz Machado.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Ituiutaba (MG) -
História - Teses. 4. Triângulo Mineiro (MG) - História - Teses. I.
Machado, Maria Clara Tomaz. II. Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

**DA LUZ DA LAMPARINA AO OPACO REFLETOR:
Ituiutaba, Minas Gerais, 1950-1980.**

**Dissertação aprovada para a obtenção do título de
Mestre no Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca
examinadora formada por:**

Prof^ª. Dr^ª. Maria Clara Tomaz Machado
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

Prof. Dr. Eduardo Victorio Morettin
(Universidade de São Paulo – USP)

Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

Uberlândia, 2 de setembro de 2014

À minha mãe Isaura Muniz Janones e ao meu pai Efigênio Alves
Janones (i.m.), com gratidão.

AGRADECIMENTOS

A todos que acreditaram e de alguma forma coadjuvaram na construção deste trabalho, em especial à Prof^ª. Dr^ª. Maria Clara Tomaz Machado, que desde o início foi uma grande incentivadora e durante o percurso esteve sempre junto, apoiando, cultivando nos campos de nossa atuação.

Ao Prof. Dr. Eduardo Morettin, da Universidade de São Paulo – USP, cuja participação é efetiva no que hoje constitui o meu olhar cinematográfico, através de minha frequência em seu curso dado na Cinemateca Brasileira, e que gentilmente aceitou nosso convite para esta banca.

Ao Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib e Prof^ª. Dr^ª. Angela Aparecida Teles, cujos condimentos foram valiosos durante a qualificação.

Aos Profs. Drs. Amon Santos Pinho, José Josberto Montenegro, Eduardo Giavara, através dos quais iniciei o cultivo desta jornada histórica.

Aos demais professores e doutores da pós-graduação em História da UFU, Josianne Francia Cerasoli, Leandro José Nunes e Adalberto de Paula Paranhos pelas valiosas sementes que lancei no terreno desta pesquisa.

Aos colegas que estiveram paralelamente nessa trilha árdua do silêncio tumultuoso e da concentração.

A todos os funcionários das secretarias e biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

RESUMO

Esta dissertação trata de uma pesquisa em Ituiutaba, cidade a Oeste do Estado de Minas Gerais, região do Pontal do Triângulo Mineiro, comumente referida como Pontal do Triângulo ou apenas Pontal. É uma abordagem que concerne à época das grandes lavouras de arroz no município, entre 1950 e 1980, destacando o beneficiamento deste cereal, no que essa atividade influenciou a cidade e os seus habitantes. Com o objetivo de ressaltar essa fase agrícola, muitos documentos foram pesquisados, públicos e privados, virtuais ou não, entre eles, jornais, literatura, imagens, dados do IBGE, memorialistas, códigos de postura. A pesquisa incorpora, inclusive, depoimentos e a produção de um vídeo documentário sobre pessoas que tiveram suas vidas imersas nesse contexto complexo. Nessa perspectiva, captamos em áudio e vídeo as experiências sociais daqueles que tiveram alguma relação ou que trabalharam com esse tipo de produção em Ituiutaba, considerada naquela primeira década a “capital do arroz”, título que hoje não define mais o lugar. Com o termo *opaco refletor* subentendemos a distância entre um tempo e outro. A figura do refletor como um objeto que transmite luz gerada por eletricidade, isto é, pertencente mais aos dias de hoje do que ao passado. Ao mesmo tempo, com a palavra *opaco*, fazemos referência ao quanto é difícil enxergar o passado. Deste modo, a opacidade é relativa ao que não podemos *ver* completamente bem.

Palavras-chave: História, Ituiutaba, Memória, Documentário.

SUMMARY

This dissertation is about a research held in Ituiutaba, a city in the Western of Minas Gerais, in Pontal do Triângulo Mineiro region, commonly referred to as Pontal do Triângulo or simply Pontal. This is an approach that concerns to the big rice farms from the municipality, between the 1950s and 1980s, highlighting the processing of this cereal and on what this activity has influenced the city and its inhabitants. With the aim of stressing this agricultural phase, many documents were researched, public and private ones, virtual or not; among them, newspapers, literature, images, IBGE data, memorialists, and posture codes. The research even incorporates reports and the production of a documentary video about those people who had their lives immersed in this complex context. In this view, we captured in audio and video the social experiences of those who had some connection, or that worked with, this kind of production in Ituiutaba, considered at that first decade, the “Rice Capital”, title that doesn’t define the place anymore. The term *opaque reflector* implies a distance from a moment to other. The figure of the reflector appears as an object that transmits light generated by electricity, that is, it belongs more to nowadays than to the past. At the same time, the term *opaque* refers to how difficult it is to see the past. Therefore, the opacity is related to what we can hardly see.

KEYWORDS: History, Ituiutaba, Memory, Documentary.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01	9
Rodovia BR-365, com ponte sobre o rio Tijuco	
Início de 1980 - Ao lado ponte mais antiga (Reprodução).	
Fotografia 02.	30
Capela São José do Tejuco, meados de 1800.	
Saída de missa (Recorte).	
Fotografia 03	31
Igreja Matriz de São José. Saída de casamento. 1929.	
Fotografia 04.....	32
Primeiro plano: alunos do Instituto Marden. Segundo plano: sobrado da primeira Câmara Municipal, “Villa Platina” (Estimamos que seja em torno dos anos 1940).	
Fotografia 05	34
Ituiutaba, década de 1930	
Fotografia 06	35
Vista do Jardim Público para o Fórum. (Ituiutaba. Primeiras décadas de 1900).	
Fotografia 07	35
Jardim Público. Vista para a Matriz. (Ituiutaba. Primeiras décadas de 1900).	
Fotografia 08	37
Fragmento do conto “A boneca Laura” (Anexo A)	
Fotografia 09	50
Prédio onde funcionou o Cine Ituiutaba, piso inferior. No superior, Ituiutaba Clube. Rua 22 entre Av. 13 e 15. Ituiutaba, anos 1950 (Discurso político).	
Fotografia 10	51
Cine Capitólio, 1958. (Reprodução da Revista Folha de Ituiutaba)	
Fotografia 11	51
Ituiutaba, Rua 20. Prédio onde funcionou o Cine Capitólio, 2011.	
Fotografia 12	52
Cine Capitólio/Rua 20. Formatura ginasial, 1964.	
Fotografia 13	55
Ituiutaba Clube (ex-sede campestre). Ituiutaba, 1957.	
Fotografia 14	55
Prédio da ex-sede urbana do Ituiutaba Clube. Rua 18. 2011.	
Fotografia 15	55
Show da cantora Marlene. Ituiutaba Clube, interior da sede à Rua 22. 30 jul.1955.	
Fotografia 16	58
Festa da Ford, desfile de caminhões. Rua 20.	

Fotografia 17	59
Festa da Ford, desfile da rainha (Márcia França) e princesas.	
Fotografia 18	60
Festa da Ford, banda de música e público.	
Fotografia 19	60
Festa da Ford, grupo do “Palmeira Clube”.	
Fotografia 20.....	61
Festa da Ford, grupo de catira.	
Fotografia 21	61
Festa da Ford, caminhão carregado em desfile.	
Fotografia 22	62
Festa da Ford, desfile de tratores e outros veículos.	
Fotografia 23	63
Festa da Ford, público.	
Fotografia 24	69
Ituiutaba, início de 1950.	
Fotografia 25	71
Ituiutaba. Praça da Matriz, R. 20 e 18 com Sobrado. 1958 (Reprodução).	
Fotografia 26	72
Ituiutaba, em meados de 1960.	
Fotografia 27	108
José Calimério da Cunha. Cerealista em sua máquina, 2013 (Frame).	
Fotografia 28.....	108
Rezende Tostes. Cerealista em sua máquina, 2010 (Frame).	
Fotografia 29	121
Ituiutaba, MG, em torno de 1980 (A partir do ponto de vista Sul).	
Fotografia 30.....	121
Ituiutaba, MG; 2009 (A partir do ponto de vista Norte).	

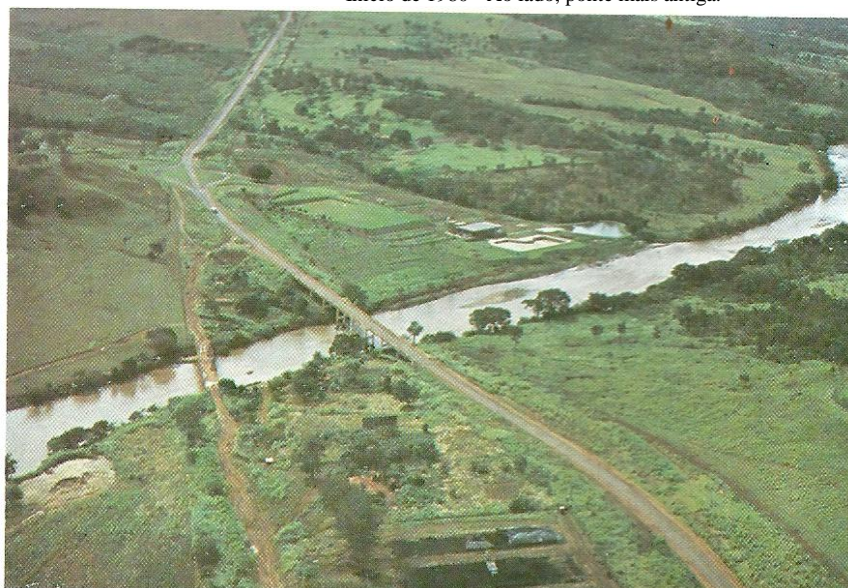
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	26
1 UM RASGO DA CIDADE NO TEMPO	
1.1 O Arraial do Tijuco e a formação da cidade de Ituiutaba	28
1.2 As dificuldades no campo e na cidade em formação	40
1.3 Nos jardins da "Vila Platina": espaços e sociabilidades	47
CAPÍTULO II	65
2 AGRICULTURA NO CENTRO DOS NEGÓCIOS	
2.1 Lavouras de arroz e o urbano se embrenham pelo progresso	67
2.2 O arroz e os cerealistas: indústria da lavoura	88
2.3 Ituiutaba em busca de novos caminhos.....	115
CAPÍTULO III.....	124
3 TRANSPONDO BARREIRAS: A ESCRITA DA IMAGEM	
3.1 Entre História e ficção: o vídeo documentário	126
3.2 Uma construção do histórico em áudio e vídeo	130
3.2.1 Apresentação da história, do vídeo e roteiro	135
3.2.1.1 Premissa temática	135
3.2.1.2 Síntese do assunto: Sinopse	135
3.2.1.3 Sobre o que fizemos - Um argumento	136
3.2.1.4 Como fizemos: o processo	143
3.2.1.5 Roteiro.....	146
3.2.1.6 Edição/roteirização – partes do processo	148
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	156
ANEXO A: O conto “A boneca Laura”	173
ANEXO B: Mapa de “Ituyutaba”, 1924	175
ANEXO C: Roteiro do vídeo documentário “Fios”; documento do Word	CD
ANEXO D: O documentário “Fios”	DVD

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, fazemos uma reflexão mais ampla sobre Ituiutaba, estado de Minas Gerais, situada no Triângulo Mineiro.¹ Recolhemos migalhas, mais propriamente de fases ligadas à rizicultura, pelas quais passou esta região, contando que seja relevante na sua história e que nos ajude a ter uma ideia de seu passado.

Fotografia 01 (Reprodução) – Rodovia BR-365, com ponte sobre o rio Tijuco.
Início de 1980 - Ao lado, ponte mais antiga.



Fonte: Revista Ituiutaba - Frente & Verso. Ituiutaba, ano 3, n.3, 1981.

Durante os períodos iniciais, principalmente a partir da formação do município, nota-se que o discurso forjado sobre a cidade aparece mobilizando em favor de seu desenvolvimento, mas sabemos que ela não ficou isenta dos percalços pelos quais passou o Brasil e o mundo. Neste trabalho, salientamos a década de 1940 quando o arroz passa a ser o destaque na região, o que faz intensificar o plantio chegando ao ápice nos anos 1950. Localizada em uma área por muito tempo indiferente aos governos, era preciso muito

¹ Guimarães (2010, p. 230) aponta os índices do ano de 1970 que indicam Ituiutaba no terceiro lugar entre as principais cidades do Triângulo Mineiro que se destacavam comercialmente. Em ordem, as cidades eram: 1 - Uberaba; 2 - Uberlândia; 3 - Ituiutaba; 4 - Araguari; 5 - Araxá. Nas questões do fluxo de mercadorias havia dependência da rota por Uberlândia, e mesmo tendo passado por um breve período de autonomia na década de 1950, Ituiutaba retornou posteriormente à vinculação àquela cidade que se firmou como polo regional em 1970 (Guimarães, 172-173 e 230).

empenho no sentido de trazer benefícios à corrutela e criar ao longo do tempo uma infraestrutura para os novos habitantes das cercanias do rio *Tijuco*² (Foto 01).³

A cidade foi denominada *Villa Platina*,⁴ na grafia da época com dois eles, e com o passar dos anos é modificada e perde não apenas um deles, mas a composição toda. De fato, em 1915, houve alteração do nome que ocorreu simultaneamente a diversas mudanças que passaram muitos municípios mineiros que se organizavam através de nova legislação. O atual nome foi indicado naquela ocasião por um dos cidadãos tijucanos,⁵ que vinculou a denominação à origem linguística Tupi-Guarani. O nome é incomum. As pessoas de outros lugares, ao pronunciá-lo, não raras vezes, também ao escrevê-lo, no mínimo, omitem uma letra. Um nome com seis vogais e três consoantes: exprime a letra I, rio; tuiu, tijuco; taba, aldeia, cidade; portanto, “Ituiutaba” remete a “cidade do rio Tijuco” (CHAVES, Camilo, 1998, p. 311).

A crise da mineração em Minas Gerais no século XVIII redundou na ocupação do sertão brasileiro, conforme afirma Prado Júnior (2000, p. 73-74):

[...] O território que constitui o chamado “Triângulo Mineiro” fazia parte, como já me referi, de Goiás. Transitava por ele o caminho que leva de São Paulo à capital goiana; e era aí quase o único sinal de vida humana, salvo algumas tribos indígenas mestiçadas e semicivilizadas, bem como uns rudimentos de mineração no alto rio das Velhas (afluente do Paranaíba), quando em fins do século XVIII começou a estabelecer na região, com fazendas de gado, os “generalistas”. Com essa invasão formou-se vários povoados todos de origem mineira [...] e dela resultará a anexação oficial do Triângulo a Minas, pelo alvará de 4 de abril de 1816. Habitavam-no por esta época cerca de 4.000 pessoas.

² Grafamos o termo “Tijuco” com “i” e não “e”, baseado na escrita de lei quando se trata desta palavra à frente nesta dissertação. No geral, mantemos a grafia original dos escritos, podendo haver algumas exceções. Não discutimos a questão do nome de Ituiutaba, que inicialmente manteve o y no lugar do segundo i. Quanto à grafia adotada para transcrição dos áudios dos vídeos, procuramos manter fidelidade com relação ao modo de falar do emissor, não corrigindo eventuais falhas. Podendo, contudo, em alguns momentos, interferir no sentido explicativo ou elucidativo.

³ Na foto, avistam-se as duas pontes sobre o rio Tijuco, a antiga e a nova, mostrando a entrada e saída da cidade pela BR-365, cuja urbanidade “se oculta” do lado de cá do mesmo, para quem olha a imagem, mas podemos ver ao centro, na linha inferior, o local das instalações do frigorífico municipal e do outro lado do rio, à direita, avista-se um clube de campo inaugurado na época da publicação.

⁴ Em alguns momentos, ao referirmos a *Villa Platina* pode ser relacionado ao período em que a cidade foi assim denominada, entre 1901 e 1915. *Vila Platina*, no tópico 1.3 é no sentido figurado, significando a cidade em diversos momentos.

⁵ Referimos a Camilo Rodrigues Chaves (1884-1955), que foi Senador pelo Senado Mineiro (1891-1930), tendo sido “eleito e empossado a 15 de julho de 1927”, cf. Tito Teixeira (1970); e Deputado Estadual de Minas Gerais, na Primeira República, eleito em 1923, cf. Petrônio Chaves (1984).

Desde meados da segunda metade do século XIX, já existem relatos de uma ocupação local, tímida, mais de caráter agrário, com fazendas e lugares que foram se constituindo até que em 1901 “Villa Platina” é oficialmente dada como município.

Encravada no Pontal do Sertão da Farinha Podre, Ituiutaba tinha características marcadamente rurais. A maior parte da população residia na zona rural, onde as economias de subsistência perdiam em poder político para os grandes latifundiários. Há raízes rurais na vivência urbana, o que Duarte (2001) denuncia e direciona seu olhar para as práticas culturais populares que ainda permeiam o lugar, como *matrizes residuais* (WILLIAMS, 1979), os espaços da cidade, evidente que sem não antes apontar para transformações marcantes decorrentes da produção agrária, especialmente do arroz, e, mais tarde pela substituição da agricultura pela pecuária e, gradativamente, pela produção da cana de açúcar.

O fluxo migratório, especialmente de nordestinos, data de 1950, enquanto os sírio-libaneses já se consideravam tijucanos. Dalva Silva (1997) demonstra como as relações sociais de produção criaram uma aguda exploração de uma mão de obra dependente dos interesses e ganância dos “novos capitalistas”. Boias frias, desempregados, mão de obra sem qualificação profissional agravam os problemas sociais na região.

Interessa-nos mais de perto a década de 1940, quando o discurso sobre o progresso se construía. Segundo Marlene Borges (2007, p. 40-41) os discursos das elites locais:

[...] manifestava como vocação primeira, o desenvolvimento na “caminhada para o progresso”. Percebe-se na sua organização urbana as marcas dessa intenção: cidade de ruas e avenidas amplas, identificadas por números e nos bairros por nomes, praças de estrutura moderna, população mais numerosa, acrescida da migração estrangeira para o comércio e nordestinos para as lavouras, construção de escolas e hospitais.

Nossa problemática é agudizada pelos versos do poeta tijucano Odilon Machado (apud BORGES, Marlene, 2007, p. 41):

[...] hoje,
esse chão conta uma história diferente.
Já não dá grão,
Somente braquiara e colônia
Arroz de pilão e monjolo
era rei desse solo,
que o gado depôs.
Hoje eu vivo a saudade
da minha cidade,
capital do arroz.⁶

⁶ Poesia não publicada.

Para além do nostálgico, observamos que os silos de arroz e as *cerealistas*⁷ que até 1970 se delineavam como símbolos de progresso, hoje se transformaram em igrejas evangélicas, sacolões (BORGES, Marlente, 2007), além de academias, vidraçarias, oficinas mecânicas e outros tipos de comércio.

Mesmo sabendo que foi desde a ditadura Vargas o começo do processo de transferência do eixo de acumulação agrícola para o setor industrial, o fato é que a política agrária nacional já tem em mente a reorganização do espaço produtivo por meio de uma maior especialização regional de determinados tipos de produtos, além de uma divisão social do trabalho na agricultura em nível nacional (SALAZAR, 1988, p. 28).⁸

A partir de 1950, como consequência da modernização da agricultura e da expansão industrial, observa-se como foco desse processo a necessidade de industrializar seu produto para o mercado (SALAZAR, 1988, p. 29). Daí é possível visualizar a introdução e intensificação da mecanização, o uso de insumos modernos e de financiamentos para a agricultura. Segundo a mesma autora, data da década de 1960 o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG (1964-1966), criado para dinamizar o setor agrícola, e que mais tarde deu origem ao Fundo Nacional de Refinanciamento Rural; e também, desta mesma época, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, e o sistema de crédito rural.

Ainda nessa fase para Salazar (1988, p. 36) houve diversas

[...] melhorias na infra-estrutura, através da construção de rodovias, aumento da capacidade de armazenamento, estabelecimento e expansão dos serviços de extensão rural, garantia de preços, subsídio às taxas de câmbio na importação de fertilizantes, produtos derivados do petróleo, tratores e caminhões [...] [que favoreceram a] expansão da agricultura brasileira.

Até aqui todas essas políticas nacionais voltadas para o setor agrário correspondem aos dados de Guimarães que apresenta o município de Ituiutaba como o maior produtor de arroz do Triângulo Mineiro, na década de 1960 (GUIMARÃES, 2010, p. 167).

⁷ Nesta dissertação, trataremos o estabelecimento comercial de beneficiamento de arroz por Máquinas de Arroz ou simplesmente Máquina, ou cerealistas. Chamamos *máquina*, com eme minúsculo, o maquinário ou o equipamento. O dono da cerealista é também chamado *cerealista* ou *maquinista*. Aquele que trabalha sem vínculo empregatício, *avulso*, é o *carregador* ou *chapa*, que descarrega e carrega caminhões de mercadorias.

⁸ Cf. também Gonçalves Neto (1997).

Todavia, a década de 1970, com a formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND e nele o projeto Polocentro (1975) desarticula, de certa maneira, a produção especializada por municípios ou regiões, propondo a ocupação do cerrado com o objetivo de torná-los terras produtivas para grãos e pecuária extensiva para exportação – o lema era “Brasil – celeiro do mundo”. Assim, soja, cana de açúcar, café e carne bovina receberam incentivos pecuniários, especialmente para os grandes latifundiários, além dos municípios receberem verbas para a eletrificação e telefonia rural, construção de silos, estradas, postos de saúde, escolas, entre outras ações compensatórias (BRASIL. Presidência..., 1974).

Nesta virada política até podemos compreender a mudança do perfil da produção agrícola de Ituiutaba, já que ela é citada em documentos do Polocentro como área prioritária para o projeto na região em que se encontra (MINAS GERAIS..., 1980).

A nossa problematização tem como alvo a figura do esquecimento, do apagamento de tempos que se diziam áureos, do progresso, da cidade que é tida como tendo sido a “capital do arroz”. Afinal, foi mesmo a capital do arroz? O que a levou a receber tal codinome?

Alguns documentos denotam uma atitude ufana em relação à cidade, principalmente na década de 1950. Entre eles, a Revista Folha de Ituiutaba (1958), que ressalta o “elevado índice de civilização” e “diferentes fatores de progresso”, afirmando ser uma das cidades que *mais cresce no Estado*. O que propomos compreender são as circunstâncias dessa época em que a atenção se voltava para a produção rizicultora. No curso das investigações, percorremos os índices habitacionais de diferentes décadas, as condições de trabalho na roça, a vida na cidade, os recursos que estavam à disposição para o trabalho. Se tal titulação estava ligada à produção do cereal, em que consistia produzir tanto? Quais eram os dados da produção? Teria sido a cidade uma grande produtora desses grãos que merecesse tal título? Na relação da força produtiva, os trabalhadores faziam o que? O que levou a esse tipo de cultura? O que tal época proporcionou às pessoas e à cidade? Que manifestações culturais eram integrantes desse cotidiano agrário/urbano? Onde estão as lembranças dessa época, das relações de trabalho, do cultivo do grão, dos cerealistas, da compra e venda do produto? O discurso político, a imagem construída entra em desuso juntamente com os sujeitos desse tempo? Existe um novo discurso que melhor se define hoje como paradigma desta cidade?

Em termos historiográficos, Veyne (1982, p. 157) afirma que *não há método para compreender* e aponta que ele é traçado durante o percurso do fazer. Assim, posto que um

modo de realizar não anteceda o caminho, não nos envolvemos em um procedimento rígido, mas sim a elementos que nos orientaram, de acordo com a necessidade narrativa dos acontecimentos e os pressupostos da História, procurando, conforme Chartier (2009, p. 61), desenvolver uma construção “[...] mais comprometida com os vestígios do passado e, possivelmente, mais crítica com respeito à interpretação [...]”.

O que observamos nos conduz aos questionamentos e assim, conforme Aróstegui (2006, p. 479), no decorrer da pesquisa, *as hipóteses que levantamos se interligam uma à outra procurando um caminho a chegar*, que, de acordo com Certeau (1982, p. 67) *levam a lugares não silenciosos, passíveis de discussão*. Considerando, ainda, na linha do primeiro citado, que *podemos escolher o modo de dar prosseguimento às investigações* (ARÓSTEGUI, 2006, p. 465), pensamos, ao mesmo tempo, que poderíamos incluir no desenvolvimento deste estudo elementos daquilo que Ginzburg (1991a, p. 143-179) chama de *paradigma indiciário*. Este autor desenvolveu uma pesquisa que aponta o uso do modelo indiciário que registra a presença do humano na terra. Um simples sinal podia significar a um caçador da antiguidade a presença de uma possível presa ou de uma ameaça. O modelo para o qual o autor chama a atenção tornou-se evidente, porém, observa que aquele foi pouco notado pelos historiadores e ainda que “amplamente operante” não tivera sido “teorizado explicitamente” antes do próprio. Examina o historiador que no final do século XIX, o italiano Giovanni Morelli escreveu sobre a pintura italiana o suficiente para propor um novo modo de interpretar e distinguir um quadro verdadeiro de um falso. O princípio é não se basear naquilo que à primeira vista pode confundir o espectador, tomando o falso pelo verdadeiro, mas priorizar os detalhes, partes muitas vezes negligenciadas. Ao considerar os pormenores de uma cópia, é possível observar se por algum instante o pintor distanciou-se do original deixando à vista características particulares e diferentes do verdadeiro. O pesquisador menciona que Morelli buscou nas obras de arte aquilo que muitos não percebiam pelos indícios, e aplicou seu método, segmentando os detalhes, através de aguçada observação e notou traços diferentes entre um original e sua cópia. Constatou que a reprodução não era perfeita, havia distorções que evidenciavam o que era uma coisa e outra e, assim, de acordo com o que aponta esse precursor da micro-história, a pintura original tem realces com detalhes particulares do artista, que deixa sobressair um ponto de distinção que na imitação é ignorada. O historiador italiano observa que, apesar da realidade não ser tão evidente, existe nela pequenos sinais ou indícios através dos quais, ao observá-la, chega-se a alguma compreensão; sendo esta afirmativa a que mostra a essência do modelo indiciário ou semiótico (GINZBURG, p. 145).

Inclinando-nos a tal, nos baseamos também em Baczko (1985, p. 296, 332) e nos certificamos de que um simples escrito que descreve fatos pessoais, introduz e desencadeia outros em torno de um social e, por meio do exercício imaginativo, evidencia expressões da existência de um lugar, em um determinado tempo. Através de um conto de Anna Muniz de Oliveira,⁹ que veremos à frente, procuramos mostrar como elementos não percebidos, obscurecidos, perdidos entre os guardados, nos instigam a questionar ou ainda revelam características gerais em um particular. Nele, desvela-se nos detalhes de seu cotidiano, a alma de uma menina, no cerrado mineiro do início do século XX. É uma fonte de cunho literário, que evidencia também a prática do manuscrito, comum aos antepassados, *mesmo depois de Gutenberg* (CHARTIER, 2002, p. 77). Porém, não nos atemos à cultura gráfica na qual o mesmo se inscreve, sobressaindo-se por sua temática, e inserindo-se na categoria daquelas pessoas que não ficaram fora do processo de alfabetização comum à sua época, sendo *uma escrita que apenas* “traduz as aspirações” (CHARTIER, 2002, p. 77) de uma menina que manifesta um desejo com relação a um pedido feito à sua mãe.

Salientamos, não obstante, conforme Ginzburg (1991a, p. 179), que para fazer uso do paradigma indiciário não existem regras “formalizadas nem ditas”, o método não é preexistente, entrarão “em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição”, todos aplicados à astúcia do olhar pesquisador sobre os indícios prescritos nos documentos.

Desta feita, através do documento citado acima e principalmente de outras fontes, fazemos um trajeto de pesquisa para obter o entendimento das questões lançadas, passando por diferentes representações do passado. Entre elas, a dos que percorreram uma trajetória longa de vida e traz em sua mente um tempo impregnado de memórias, cuja existência se assemelha à de outros tantos que vivenciaram os tempos rurais e os atropelos de uma época difícil no interior mineiro de meados do século XX.

É pelo testemunho¹⁰, como *mediador deste tempo ao outro* (BOSI, Ecléa, 2003, p. 15), que passamos a buscar as experiências que se tornam cada vez mais opacas.

Nessa direção, nos inclinamos a trazer como sujeito desta narrativa, aqueles que, de alguma forma, “perderam”.¹¹ Perderam terras, trabalho ou campo para uma oligarquia

⁹ Anna Muniz de Oliveira (1901-1977) é uma dos oito filhos de Saturnino José Muniz, Satôco (1881-1952), fazendeiro e morador rural do município de Ituiutaba, casado (1898) com Theodora da Silva Oliveira, Dora (? - 1948). Anna casou-se em 1921 com Saint-Clair Quirino de Moraes, Sancre (1899-1991) e teve seis filhos. É avó materna da autora do projeto.

¹⁰ Para nós, testemunho, entrevistado ou depoente são aqueles que nos concederam a fala que foi coletada com câmara de vídeo pela autora do projeto.

dominante. Ressaltamos que a opção por entrevistas vem de encontro ao desejo de, principalmente, proporcionar àquele que cala a vez de falar, sabendo que cada um tem em sua vida substâncias ou silêncios plenos de sentido.

O passado não está ausente em cada um que vive e viveu em outras épocas. Ele, na sua inexistência, se liga ao presente e de alguma forma transparece através de pensamentos e expressões e assim, passamos a vida lidando com os dois tempos, conscientemente colocando cada um no seu lugar (LOWENTHAL, 1998, p. 64-65). Através das lembranças acessamos as áreas pouco iluminadas do remoto, sendo a memória o seu recipiente que pode ter muito ou nada, além de ser de acesso restrito (PINTO, 1998, p. 207).¹²

Ao unir história e memória nossa tentativa é de clarear um pouco aquilo que hoje já não se tem mais ou que existe refigurado, uma vez que *a partir do presente o passado se torna obscuro* (LOWENTHAL, 1998, p. 73). Por conseguinte, entendendo que *ambas se juntam no texto para articular o mesmo sentido de conexão com um tempo ido* (PINTO, 1998, p. 205), a intenção é de criar meios para que tal aconteça.

Desta feita, o trabalho apresenta dois tipos de memória, pelo escrito e testemunho, que *divergem um do outro apenas pela forma de emissão do conteúdo*, conforme Ricoeur (2007, p. 176 e 172), sendo que o segundo é de procedência oral, enquanto o primeiro revela-se na escrita destinada à leitura. Ressaltando que, por usarmos também o registro por meio audiovisual, tendo a imagem e o som, o narrado passa a existir em texto dentro do texto dissertativo, se assemelhando a outras citações. Sobretudo, o que se afirma é um ocorrido, implicando que aquele que narra estava lá, presente no local; e para escolher este tipo de testemunho nos baseamos nesse autor, pois, segundo ele, nada melhor que aqueles *para nos assegurar de que algo aconteceu*. Para tanto, durante o processo de escolha, além de identificarmos pessoas que, na maioria das vezes, estiveram presentes em um determinado tempo e lugar, verificamos as que nos trazem algo que se some a uma série de eventos e, assim, no decorrer do trabalho, os laços entre as partes vão se estreitando, e na escrita convocamos suas falas, os acompanhamos, conforme propõe o filósofo, dialogando com eles e questionando (RICOEUR, 2007, p. 172 e 179). A partir do cruzamento entre um e outro

¹¹ Entre eles, se encontram: o ex-meeiro, o ex-agregado, o ex-fazendeiro, os cerealistas. O ex-fazendeiro que tratamos, principalmente, é aquele proprietário rural que cultivava a terra para subsistência familiar, com a venda do excedente, e empregava muito pouco a mão-de-obra de membros fora da família; e fez parte dos grupos de pessoas que migraram do campo para a cidade. Outro, é o ex-fazendeiro que se aventurou a enfrentar linhas de crédito e, tendo empreendimentos limitados, não resistiu aos obstáculos advindos, inclusive, devido aos prejuízos com lavouras. O meeiro é aquele que planta em terras alheias e divide “meio a meio” a produção com o dono. Os cerealistas depoentes foram vitimados pelas circunstâncias da baixa do produto “arroz” para ser processado em seus estabelecimentos, ocasionando um retrocesso.

¹² Sobre Memória, cf. também: Le Goff (2001); Nora (1993, p. 7-28); Fenelon [et.al.] (orgs.) (2004); Diehl (2002); Gagnebin (2006).

documento, dentro do fazer história, pelo texto, elaboramos uma ligação entre o passado dos acontecimentos e o presente da escrita, gerando um tipo de memória histórica, passando informações a partir de um particular para o coletivo. (PINTO, 1998, p. 206-207).

Todavia, o que muitas vezes lembramos, historicamente, poderá ter sentido se condensado em um todo. O esforço em rememorar pode trazer o novo, mas este pode vir sem detalhes. Muitas vezes o que vem à mente é uma imagem, como uma fotografia, que pode nos dar informações significantes, mas pode omitir minúcias, o equivalente a uma frase curta que carece de explicação ou uma pequena descrição que às vezes faz pouca ou nenhuma ligação com outras situações. Pode ser também como um quadro, uma pintura, da qual se extrai infinitos detalhes, mas que, só depois de refletidos e contextualizados se inscreva em um círculo de historicidade, o que chamaríamos de um tipo de *conjunto cultural* (CERTEAU, 1995, p. 79-80), estabelecido a partir do que não se acha propriamente uno, que se encontra fragmentado, esfacelado, diminuído em relação a um real vivido.

Portanto, na tentativa de formar um conteúdo histórico e considerando o papel do audiovisual¹³ na história que, juntamente com ela, o cinema “[...] incorpora-se a um circuito de produção e perpetuação da memória [...]” (MORETTIN, 2005), reunimos jornais, atas, leis, códigos, revistas, livros, estatísticas, enfim, arquivos públicos e privados na *busca de um tempo perdido* e incluímos o registro de memórias de testemunhos através de captações em áudio e vídeo. Assim, inspirando-nos, inclusive, em Nunes que utilizou o recurso videográfico “como meio de criação e expressão do conhecimento histórico” (NUNES, 2005, p. 75), junto a esta dissertação apresentamos, também, um documentário a partir dos materiais da pesquisa, em que se somam os cerealistas.

Esses depoentes diretos permanecem em suas empresas que subsistiram às décadas. São imóveis construídos, um em 1960 e o outro em torno de dez anos antes, e neles, os mesmos mantêm vínculos com aquilo que desde então é seu cotidiano. Nesses espaços, o tempo presente se liga ao que foi através de *vestígios de uma época, o maquinário, as paredes podendo nunca ter sido reformadas, modificadas ou algo semelhante* (PINTO, 1998, p. 207). *O lugar une cada um com o seu passado e é assim que desejam que permaneça, ali, conforme sempre foi* (BOSI, Ecléa, 2003, p. 25-26), ainda que se mudassem as relações. Hoje, não há nenhuma perspectiva para seu negócio e, no entanto, o mantém de portas abertas *como quem quer assegurar-se de sua própria autonomia e liberdade, desviando-se da indiferença comum às pessoas de mais idade* (BOSI, Ecléa, 1979, p. 77-78). No local, mantém alguns contatos

¹³ Neste trabalho, ao referimos ao meio “audiovisual”, remetemos às captações de imagens em áudio e vídeo para cinema, televisão e às imagens em movimento que possam ser veiculadas em outros meios.

com pessoas conhecidas e acaba sendo muito melhor do que ficar em casa, dando asas ao ócio e, sobretudo, por vezes realizam pequenos negócios. Mas, ainda há o zelo por aquilo que criou para ser *para sempre* seu, seu sustento e dos familiares, seu abrigo, extensão de sua casa, que só vai deixar no último minuto de resistência. É uma ligação muito particular, revela José Cunha (2013): “Ana, eu num fechei a máquina porque eu gosto demais disso aqui”.¹⁴

Ao visitar esse cerealista em sua Máquina de Arroz, fomos também à sua casa, com entrada pela lateral da Máquina e encontramos *sua mulher*¹⁵, *seu filho*¹⁶ e ainda fizemos uma ponte que nos levou ao *seu sogro*.¹⁷ Todos eles nos concederam depoimentos, porém, o do filho e o do sogro se insere apenas no vídeo.

Tal proprietário fala de sua trajetória em Máquinas desde quando morou em Bambuí, estado de Minas Gerais, de onde veio com os pais para Ituiutaba, no ano de 1953, então com 21 anos de idade. Naquela cidade, seu pai era maquinista e ele o ajudava antes de trabalhar para sua tia que também tinha cerealista, o que o fez acumular experiência. Ao chegar aqui continuou praticando, montando máquinas de beneficiamento em dois estabelecimentos, trabalhando como empregado e depois tendo seu próprio negócio: uma máquina de arroz, primeiro em prédio alugado e, após permanecer nesta mais ou menos três anos, comprou um terreno e construiu o “barracão” onde continua com a Máquina; ele mesmo montou o equipamento que comprou usado, vindo de uma cidade do estado de São Paulo. Elza Cunha (2010, 2013), nascida em Capinópolis, na época era distrito de Ituiutaba, veio para a cidade no ano de 1947 para morar com sua avó e cursar os primeiros anos de escola, tendo morado muito próximo à igreja da matriz, assistiu de algum modo às transformações do núcleo central daquele tempo em relação a outros futuros. Ela nos certificou do ânimo e da lucidez de seu pai que nasceu em 1916 tendo sido um grande fazendeiro, que também plantou arroz desde 1940, e que ainda no ano de 2010 tinha fazenda, sem dúvida, era um perfil que pretendíamos encontrar, contrapondo a outros que são ex-fazendeiros e menores.

Por conseguinte, os cerealistas, entre as diversas pessoas, nos revelam passados, centrados naquilo que questionamos, agem a favor de rememorar o que o tempo não apagou e o que a memória traiçoeira não esconde, contanto que ela possa oscilar em um instante e se mostrar em outro. Porém, sempre esperançosos pela sua positividade, baseamo-nos em Lowenthal, que afirma que só lembramos porque esquecemos (LOWENTHAL, 1998, p. 95). Para tais recordações, damos às vezes uma pausa àquele que se esforça para desenrolar os fios

¹⁴ Os depoimentos de José Calimério da Cunha ocorreram nos anos de 2010 e 2013.

¹⁵ Elza Terezinha da Silva Cunha.

¹⁶ Marcos da Silva Cunha.

¹⁷ José Maximiano da Silva.

entre o passado e o presente. Intervalo que vai além das reticências, podendo ser visualizado em alguns momentos através do resultado de nosso trabalho de captações audiovisuais, que deu origem a um vídeo documentário. Salientamos, no entanto, que os dois tipos de trabalho, audiovisual e escrita, se ligam pela temática, são propostas do mesmo projeto, mas um não depende do outro, foram realizados levando em conta esse quesito.

Deste modo, nosso interesse em desenvolver a temática passa por experiências vividas em épocas passadas cujos pés pequenos e descalços tocavam o chão de uma terra que ia ser trabalhada para o cultivo de mudas, sementes e grãos de arroz. Aguçando nossa raiz ruralista, o arroz, tempos depois, nos veio em forma de arte ao palco de um teatro no ritmo de atores asiáticos. Tão distantes e tão próximos, estabelecemos conexões com a peça teatral *Canção dos Peregrinos* (2003a), no movimento da dança daqueles personagens, suas roupas brancas, o efeito de lâmina de água, o espelho que multiplica todos os elementos e ações, os objetos fazendo o papel das ferramentas dos camponeses nas plantações. “O palco é transformado numa verdadeira duna. Em vez de areia, toneladas de grãos de arroz coloridos artesanalmente. Um monge ora, silencioso, impertubável, sereno, enquanto uma chuva de arroz lhe é constantemente borrifada na cabeça [...]” (CANÇÃO dos..., 2003b). O arroz sendo tratado dessa maneira por uma cultura milenar desperta nossos interesses em compreender a sua influência no local que investigamos.

Somando-se à peça, o cinema também deixa lembranças e nos instiga a continuar as investigações. O filme “*Arroz Amargo*” (ARROZ AMARGO, 1949), dirigido por Giuseppe de Santis,¹⁸ cujo tema aborda o quão trabalhoso, daí o adjetivo *amargo*, é plantar o arroz, minimamente nos introduziu naquelas lidas mostradas na narrativa que trazemos de alguma forma para os nossos questionamentos, mesmo que seja apenas voltando às questões femininas, sobre a participação da mulher nos trabalhos da roça.

Nesse caso, convocamos um poeta que em dois versos traduz nossa inclinação por *tramas, mas não por tragédias*:¹⁹ “Não faço versos de guerra / Não faço porque não sei” (BANDEIRA, 2001, p. 126).

Ao escolher o tema e fazer nossa proposta, não tínhamos a dimensão do trabalho que estávamos assumindo e o quanto teríamos que dedicar para dar curso às ideias. Mas, em momento algum pensamos que pudesse ser fácil.

¹⁸ Giuseppe de Santis era um cineasta engajado no neorealismo italiano, cujo movimento cinematográfico de pós-guerra tinha entre suas características, contrapondo as técnicas clássicas, o uso de atores não profissionais e filmagens em cenários naturais, enquanto os filmes tinham tendências documentais, “cujo método não excluía a pesquisa, nem a elaboração” (SADOUL, 1983, p. 371-372).

¹⁹ Referimos às grandes obras que tratam de revoluções, guerras, lutas, em relação àquelas que são também conflituosas, mas que ocorrem com cada indivíduo ou sociedade de uma maneira particular.

No primeiro semestre de 2010, quando decidi cursar duas disciplinas em História, no campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como portadora de diploma de graduação, não estava contando com a pós-graduação, mas, confesso, sendo essa uma vontade anterior não realizada, ainda havia um pequeno interesse, que poderia ser maior inserido em uma área que eu tivesse afinidade. Tendo morado em São Paulo desde o segundo colegial, graduado em Letras, na Universidade de São Paulo – USP, e vivido lá até o ano de 2006, passando a morar novamente no interior, Ituiutaba, minha terra natal, a nova fase adaptativa me fez buscar ambientes culturais que me levaram a participar de um ciclo de estudo na UFU, em Uberlândia, quando passei a realimentar a ideia da pós. Nessa época, foi uma conversa alheia em um ônibus entre Uberlândia e Ituiutaba que me levou a considerar as trajetórias de vida que apontam para a temática falada ali: beneficiamento de arroz. Soube que havia na cidade, pelo menos, uma máquina de arroz em funcionamento. Decidi investir na empreitada e elaborar um projeto para concorrer ao mestrado. O folheto publicitário do curso de História incluía o audiovisual entre as novas possibilidades e como trabalhei muitos anos nessa área, achei que podia envolver as duas coisas: a escrita de uma dissertação e a realização de um vídeo documentário; e foi esta a minha proposta. Levou algum tempo até o primeiro contato, uma entrevista, que ocorreu nos últimos meses de 2010, quando eu já fazia as pesquisas iniciais, cujo projeto apresentei em 2011.

Para o documentário não foi estipulada uma duração, mas, à medida que o desenvolvia sabia que daria mais que um curta-metragem. Os vários depoimentos e a ampliação da abordagem estenderia o tempo, e esse não passou a ser uma preocupação, pensávamos apenas nas questões de conteúdo e como transmiti-lo. Aos poucos fomos encontrando um modo de colocar tudo em uma ordem. Durante a realização do projeto, o trabalho foi intenso e não conseguimos prever todo o caminho. Trabalhamos muito com teorias, perguntas, mas apenas as respostas é que poderiam dar uma direção. E estas não estão apenas em alguns pontos de vista, estão em um conjunto de possibilidades que permitem a compreensão do todo. E só após a elaboração da dissertação é que pudemos prever um roteiro, quando já sabíamos aonde chegar. Portanto, além do planejamento natural via pensamento enquanto captávamos depoimentos, o início da edição ocorreu apenas naquela fase. Ainda assim, supondo que um projeto desta natureza requiera várias leituras e orientações, é preciso considerar que no decorrer do processo houve correções, inserções, cortes, tanto na dissertação quanto no vídeo.

Ao propor, além da dissertação, a realização de um vídeo documentário, pensamos em dar outra visibilidade aos fatos, permitindo “uma nova interpretação da história” (LABAKI, 2005, p. 181), utilizando

a capacidade investigativa da câmera e dos procedimentos de montagem, que possibilitam mostrar e contrastar lugares e eventos distantes, mudar rapidamente de ponto de vista, contar várias histórias ao mesmo tempo, buscar, enfim, o ponto de vista da totalidade, das relações entre pessoas, objetos, eventos e processos, tentando revelar suas relações [...]. (SOARES, 2007, p. 413-414).

Deste modo, seguimos alguns procedimentos e um deles se aproxima das definições de Aumont et al. (1995, p. 54), quando aponta que “a montagem consiste em três grandes operações: seleção, agrupamento e junção [cuja intenção é obter] uma totalidade que é o filme”. Portanto, depois de produzir um *material bruto*,²⁰ passamos às transcrições das falas que, primeiramente, pertenceu ou não à escrita da dissertação e nesse momento anotamos o *tempo em que cada uma está no vídeo*.²¹ Após a escrita da dissertação, utilizamos tal marcação para facilitar o acesso às partes do material gravado e fazer uma *decupagem*²² e iniciar os *tratamentos*²³ do *roteiro*.²⁴ Para visualizar a divisão pretendida, orientando a organização, iniciamos também uma *escaleta*.²⁵

Por envolver uma escolha de conteúdo, nem sempre o que incluímos na dissertação é inserido no vídeo, isto é, o assunto abordado na parte escrita é mais amplo, enquanto o vídeo representa um recorte daquela. Em outros termos, diríamos que é uma adaptação nesse outro meio, enfocando apenas “alguns lados” da história, prescindindo da crítica ao documento tal como é no texto, porém, tentando captar a essência da abordagem, interligando os assuntos com a temática principal, relativa à Ituiutaba naquele tempo mencionado. Reiteramos que a narrativa audiovisual não foi construída para ter comprometimento com a escrita quanto à compreensão; naquela a seleção tem critérios baseados na própria linguagem. É outro modo de contar a história, através das diversas memórias, pretendendo trazer para o foco alguns tópicos que se desenvolveram enquanto a cidade foi considerada “capital do arroz”. A pertinência da escolha dos dois modos de fazer é, inclusive, a de ampliar as possibilidades de

²⁰ A expressão *material bruto* é o estado das gravações na fita ou digitalizadas, antes da edição, no modo em que foram capturadas (AUMONT et al., 1995, p.54).

²¹ “Timecode”: O *timecode* mostra horas, minutos, segundos e quadros: 00:00:00:00

²² Nosso caso não foi o de “decupar o roteiro”, conforme Aumont et al. (1995), e transformá-lo em roteiro técnico. Usamos este termo no sentido de selecionar e extrair as partes escolhidas do conjunto das gravações.

²³ Consideramos, conforme assertiva de CHION (1989), que “o tratamento (*treatment*) é um estágio [...] da elaboração e da redação do roteiro”.

²⁴ Os tratamentos foram feitos na linha do programa de edição, conforme Capítulo 3.

²⁵ Segundo MOURÃO e CANNITO (200?), a *escaleta* “divide a história em unidades temáticas chamadas sequências. A partir dela é possível inferir a evolução dramática do filme”.

leitura, considerando que o vídeo e também o cinema, como veículo de comunicação de massa, chega mais facilmente ao espectador. Porém, tratando apenas de nosso trabalho, é possível que o leitor do escrito ao assistir posteriormente o documentário passe a estabelecer certos parâmetros ou exigências. Isso é previsto, uma vez que há duas versões distintas e, nesse caso, o escrito para o vídeo passa a ser uma visão mais ampliada da história. Levando em conta outras produções que foram feitas a partir de um livro antecedido, é comum que a literatura “supere”, mas, não está em jogo essa disputa e também não a descartamos. Ao mesmo tempo, consideramos a independência do vídeo, ressaltamos que ele contém apenas uma parte do escrito e nenhum dos dois é a história encerrada, sendo recortes compostos de começo, meio e fim, do modo que ocorre em uma pequena cena que também contém estas mesmas partes.

Desde o surgimento do cinema e da televisão alguns fatores distanciavam as pessoas da utilização desses meios devido à complexidade técnica e alto custo. Atualmente, a situação é bem diferente como se vê na disseminação do uso pela internet. Hoje, décadas depois do advento do vídeo, saímos do analógico e estamos nas práticas do vídeo digital, do cinema digital, quando a captação de imagens dispensa as fitas e o conteúdo é gravado através de codificações da linguagem nos discos rígidos das câmeras, em cartões de memória ou outro sistema de armazenamento, mas ainda são disponibilizadas as fitas, como mídia transitória. Por questões técnicas, nosso vídeo foi gravado²⁶ utilizando-se dos dois meios, com *duas diferentes câmeras*,²⁷ uma com fitas mini DV e outra compacta com HD. Devido a isso, cada uma apresenta aspecto diferente. Sem adentrar por assuntos técnicos, esclarecemos que a apresentação dos quadros, em geral, foi baseada nessas diferenças. No início, achamos que iríamos ampliar o 4:3 da primeira câmera para 16:9 da segunda, não apenas cortando acima e abaixo do vídeo, mas ampliando a imagem para ocupar todo quadro. Contrapondo, em seguida, resolvemos fazer algumas mudanças de modo que não houvesse nenhuma distorção, nenhuma perda do original, além de ganhar novo enquadramento em alguns momentos.

Mesmo sendo uma técnica complexa, encaramos a produção, ainda que não utilizemos equipamentos mais profissionais, uma equipe, próprios das redes de televisão e outras produtoras e projetos. Sem apoio financeiro, não há divisão de funções. Nosso trabalho

²⁶ As imagens gravadas foram descarregadas da câmera e armazenadas em dois HDs (em duplicidade, por precaução): um externo e um do PC. Trabalhamos via notebook (Samsung, Intel Core2 Duo, CPU T6600, 2.20 Hz, 4,00 gb de memória RAM, 64 Bits) que contém o programa de edição, mas, utilizando o HD externo de 1 TB, o mesmo que contém as imagens, local em que também salvamos o projeto e posteriormente o vídeo pronto. De fato, utilizamos junto o PC, porém, deste, apenas a tela, que é maior (no caso, 19”) do que a do notebook.

²⁷ Usamos as câmeras marca Sony, primeiro a DCR-VX1000 e depois a HDR-XR260.

aproxima mais da atitude de uma vídeo repórter que sai com a câmera e entrevista enquanto grava, ressaltando uma diferença, que esta faz mais movimentos de câmera e nós, basicamente, utilizamos a câmera fixa na maioria das entrevistas; e contamos, sobretudo, com a nossa própria edição. Isto é, nos encarregamos de uma *multifunção*.

Finalizando, gostaríamos de reafirmar o caráter inédito deste trabalho que se tornou possível devido à nossa experiência profissional, inclusive por ministrar aulas de Roteiro em Oficinas de Vídeo, no Senac, na capital de São Paulo, tendo participado de muitas delas no decorrer de oito anos e, assim, adicionamos como parte do Capítulo 3 o vídeo documentário e o roteiro construídos após a pesquisa. Tal escolha viabilizou um diálogo permanente com nossos sujeitos sociais, o refazer de percurso e trilhas da nossa trama, uma memória que é determinada muito mais pelos personagens reais, através de nossas perguntas, do que pela sua direção, eles não simulam um acontecimento, enquanto que, para a edição do filme, a nossa seleção é baseada naquilo que pretendemos contar e em como revelar.

A proposta do meu corte cronológico situa-se entre 1950 e 1980 e se justifica pelo foco do nosso olhar para a produção de uma imagem da cidade enquanto foi considerada *capital do arroz* que, coincidentemente, se enquadra na intensificação da produção agrícola rizicultora. Nesse tempo cronometrado é possível observar o seu progresso, as mudanças do rural e urbano e a década de 1980 que determina a sua decadência, quando os governos militares instigam, por meio de uma nova política agrícola, uma agricultura voltada para o mercado externo e reordenam as produções nacionais e deixam o arroz no passado.

Esta dissertação se divide em três capítulos. No primeiro, optamos por incorporar ao contexto expressões da cidade, cenário onde os eventos se desenrolam, a partir de um tempo anterior à abordagem principal. Para nós, foi importante percorrer em torno deste passado, saber que aqueles que para as terras tijucanas vieram, se confrontando com os nativos, tinham raízes fundadas naqueles estrangeiros que buscavam o ouro no século XVIII; que a cidade se formou com bases primitivas, passando pelas disputas de terras, se edificando, principalmente, através da igreja católica. Todavia, revelada por meio de rápidos clarões, a política, sempre à frente, manipulava interesses de uma classe mais abastada e detentora do poder. Com a inclusão de fotografias²⁸ delineamos a formação da cidade que, com o passar dos anos, perde suas características históricas, com gestos que estimulam o desvanecimento da memória do lugar. Por outro lado, tentamos extrair características de pessoas e do lugar na

²⁸ Não pesquisamos a respeito das produções fotográficas, o fotógrafo e outros dados, sobretudo devido ao tempo limitado da pesquisa, que nos impede, nesse momento, de ir além do nosso propósito.

primeira década de 1900, através de um conto escrito por uma jovem, de origem rural, quando descreve suas ambições de menina e vocações culturais, cujos desejos foram desfeitos mais rápido do que o tempo de realizar. Apontamos relances que ressaltam dificuldades no campo e na cidade, quando a mão de obra era basicamente familiar e vicinal nas fazendas e para os que viviam na cidade os percalços da insuficiência dos serviços urbanos. De outra forma, destacamos as ações culturais, festas, teatro, cinema, que se realizou após 1950, percebendo uma cidade pautada no sucesso empreendido pelos campos de arroz que era o que mais florescia àqueles tempos.

O segundo é traçado começando pela agricultura em ascensão a partir dos anos 1930 e a pecuária seleta minimizada por consequência de determinações do governo centralizador de Vargas, inclinando fazendeiros a investirem intensamente em lavouras a partir de 1945 e, finalmente, quando à cidade são incorporados outros significados. Colocamos que as produções de arroz e as dificuldades de escoamento das mesmas levam os que estavam à testa, com interesses amplos ou restritos, à disseminação de discursos com o objetivo de atrair investimentos para o pequeno lugar, que gerassem lucros ou melhorias. Notamos, portanto, através de alguns documentos, que políticos e "porta-vozes", seguindo por um atalho, pareciam ignorar as duras lutas travadas pelo homem no campo e a população urbana que se serviam da escassez dos serviços essenciais. Apontamos que a ideia de crescer a qualquer custo, passando pelo sonho de ser capital federal, fora refutado "pelo destino", dando a entender que o "progresso" da cidade dos anos 1950 constitui-se entre algumas famílias que começam a expandir seu patrimônio não só pela agricultura, mas, através da pecuária e outros investimentos. Em contrapartida, outras iniciam um processo inverso. Observamos que, no decorrer da década de 1960 até os anos 1980, a cidade toma os rumos da "modernidade" e destrói edificações do final do século XIX e do início do seguinte, enquanto o lugar vai esvaziando-se de seu histórico. Paralelamente, no campo, a mão de obra e maquinários se juntam para dar conta do que um dia foi basicamente manual. Ainda assim, constatamos que, declinando da forma híbrida, os serviços humanos superam o uso de instrumentos, uma vez que apenas alguns conseguiam adquiri-los ou apenas poucos enfrentavam as linhas de crédito, que era uma novidade e ameaçava o pequeno produtor, colocando sua lavoura e até sua propriedade em risco. Assinalamos que, entre uma dificuldade e outra, os plantios de arroz eram feitos, mas, na medida em que esses vão frustrando os lavouristas com diversas perdas, somando-se às novas legislações e interferências do governo federal com investidas na direção do cerrado, esse tipo de cultura é minimizado no município, substituído por de outras

regiões. O beneficiamento de arroz, que perpassa as duas fases, no primeiro instante decaiu, mas o novo momento fez com que alguns cerealistas continuassem por mais algum tempo. A cidade que teve ímpetus de "capital" viu-se parar no tempo, porém, com uma população retraída aumentando fora do centro e outra vinda de lugares diversos intercambiando valores e gerando novas esperanças aos serviços que a cidade passa a oferecer.

E, por fim, o terceiro, do qual é parte integrante o documentário, cujas características audiovisuais são mencionadas e o resultado é apresentado em DVD, anexo, juntamente com o roteiro em CD. Todavia, sabemos que olhar para filmes com os olhos historiadores tem sido uma constante, mas, uma pesquisadora em História ou mesmo o historiador atirar-se como cineasta é mais incomum. Desse modo, a realizadora do presente vídeo o coloca nas mãos da História.

O vídeo tem, principalmente, a possibilidade de mostrar, com ou sem movimento, e até de exibir imagens destacando apenas uma parte ou passando de um ponto a outro, implicando um tipo de informação. A descrição pela escrita não mostra, usamos a imaginação para pensar sobre o que ela expõe. Talvez por isso, fizemos um tipo de abordagem no documentário e não inserimos certos trechos na dissertação. Nosso intuito ao trabalhar o conteúdo nos dois meios não é tornar um complemento do outro, mas parte de um todo, cada um na sua forma de expressar. O trabalho árduo com as imagens não é uma mera ilustração do texto, o que diminuiria nosso esforço, porém, o objetivo, principalmente, foi torná-lo um documento, a partir da perspectiva da autora que selecionou o que considerou importante para formular as assertivas ou negativas.

Depois de fazer alguns entrelaçamentos entre História e memória e História, ficção e documentário, apresentamos os traçados que indicam a construção do vídeo. No início, objetivamos introduzir leitores desta parte ao assunto tratado e, em seguida, mencionamos alguns dos percursos feitos no processo de realização do mesmo.

CAPÍTULO I

[...] A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.
[WILLIAMS, 1989, p. 19]

1 UM RASGO DA CIDADE NO TEMPO

Diante das diversas obras de memorialistas, imagens, documentos oficiais ou não, poetas locais, encontramos divergências, discursos dissonantes com os depoimentos de nossos personagens, portanto decidimos traçar um cenário compondo a narrativa.

Desta forma, as práticas culturais populares, as interações entre o rural e o urbano, as diversas formas de produção e sobrevivência, as sociabilidades, as conquistas e os equipamentos urbanos que conferem uma panorâmica do lugar foram fundamentais para o diálogo com os depoentes.

A história que aqui tecemos se encontra no patamar do que atualmente se denominou chamar micro-história ou regional que, para alguns, não devem ser confundidas. Fugindo dos paradigmas generalizantes, o historiador pretende por meio da redução de escala perceber as singularidades e especificidades do processo histórico que podem enriquecer as análises macroestruturantes. Por isso, o adensamento temático objetiva vasculhar os detalhes, as pistas, os sinais, os silêncios que circundam a trama histórica. O complexo tecido de depoimentos contraditórios, conflitos que permeiam uma possível hegemonia só são observados se considerarmos como personagens também os anônimos e os excluídos sociais mais identificáveis nesta escala proposta.

Como afirma Giovanni Levi (1992) em referência a Jacques Revel:

[...] Ele encara a micro-história como uma resposta às limitações óbvias daquelas interpretações de história social, que em busca de regularidade, dá proeminência a indicadores supersimples. A micro-história tentou construir uma conceituação mais fluída, uma classificação menos prejudicial do que constitui o social e o cultural, e um arcabouço de análise que rejeita simplificações, hipóteses dualistas, polarizações, tipologias rígidas e a busca de características típicas. (LEVI, 1992, p. 160).²⁹

Assim, reafirmando, além dos cerealistas menores, nosso sujeito histórico faz parte daquelas pessoas que nas lidas do trabalho precário, próprio de uma época neste interior mineiro, quando a cidade não oferecia amplas condições de levar em frente muitas empreitadas, enfrentaram desafios, numa luta diária tanto no campo quanto na cidade, e com o passar do tempo viram-se derrotados pelas artimanhas dos mais espertos com olhares restritos, deixando rolar o compressor sobre as aspirações de quem depositava na terra o suor de cada dia: os trabalhadores rurais.

²⁹ Cf. também: Levi (2000); Ginzburg (1991); Rojas (2012).

1.1 O Arraial do Tijuco e a formação da cidade de Ituiutaba

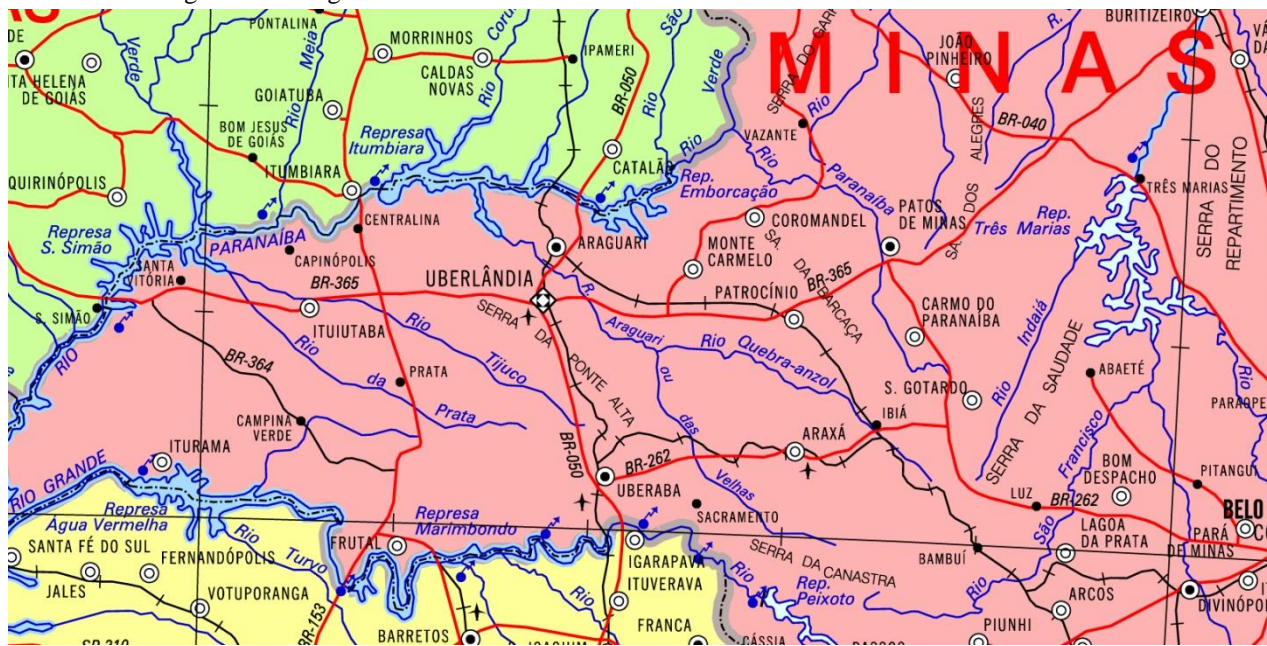
Ninguém trabalhava alugado, porque para isto havia os cativos; não havia aforante nem colônio: era o “tempo das posses” e todos tinham a sua terra. Era só chegar, tomar conta e pedir para o governo, que concedia [...] Mas vieram os fazendeiros ricos e, como a caboclada era ignorante, foram comprando barato de uns, tomando à força de outros. Tinha gente que chegava e ia expulsando os “cuitadinho” a pau e tiro (CANDIDO, 2010, p. 226).³⁰

À parte o indígena que ali habitava primitivamente, o forasteiro que, posteriormente, adentrou as terras tijucanas, provinha de regiões onde haviam decaído as extrações de ouro em busca de outras possibilidades para se estabelecer. Compreende-se que o lugar oferecia atrativos para que muitas dessas pessoas para o local viessem com fins exploratórios, a partir do início do século XIX (FUNDAÇÃO IBGE, 1973). Tendo sido a cidade por muito tempo fundamentalmente rural, percebemos que, além da mineração, a terra era o grande atrativo.

Para melhor visualização do leitor, apresentamos a seguir o mapa com a localização do município de Ituiutaba no contexto nacional.

³⁰A epígrafe remete a um tempo distante, anterior ao que abordamos, porém, como uma alusão àquele, a incluímos com intuito de jogar um foco de luz sobre a época oitocentista, cujos eventos descritos se assemelham ao que, sabemos, ocorreu na região pesquisada, portanto, a mesma é citada não como um resumo do que virá à frente, mas de um tempo mais remoto; que deixamos de tratar aqui por delongar a entrada na abordagem da temática principal.

MAPA 1 – Ampliação (recorte) do MAPA 2. Destaque com parte do estado de Minas Gerais e Ituiutaba na região do Triângulo Mineiro.



Fonte IBGE (2004)

MAPA 2 – Redução a 5% do Mapa do Brasil, com nossa intervenção, cujo retângulo assinala a área do recorte acima.



Fonte IBGE (2004)

TABELA 1

POPULAÇÃO TIJUCANA				
ANO	RURAL	URBANA	TOTAL	
1872			2.131	(*)
1890			5.067	(**)
1914			12.000	(***)
1940	33.628	1.424	35.052	(****)
1950	42.761	9.711	52.472	(**)
1960			70.706	(*****)
1970	17.942	48.848	66.790	(***)

Fontes: (*) Lourenço (2010, p. 175); (**) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1959, p. 304-308); (***) Fundação IBGE (1973, p. 6-7); (****) Guimarães (2010, p. 98); (*****) IBGE (1960, vol.1, tomo IX).

Na Tabela 1, as pesquisas no ano de 1970 mostram um número populacional inferior ao de 1960, relacionado à diminuição de área, que será mencionada mais à frente, época em que inverte a situação, denotando o êxodo rural e demonstra “o caráter essencialmente urbano do Município [...]” (FUNDAÇÃO IBGE, 1973, p. 6). No entanto, tal inversão obviamente se deu de forma progressiva e já está evidente a elevação populacional urbana em um censo experimental de 1957, quando aponta um crescimento de 170% em pouco mais de seis anos, sem mencionar outros dados (IBGE, 1957, n. 69/70, p. 75).

Fotografia 02 (recorte) – Capela São José do Tejuco, meados de 1800.
Saída de missa.



Fonte: Foto Studio Maia.

Na imagem acima, temos a segunda igrejinha, construída em 1839 (TEIXEIRA, E., 1953, p. 209), época em que o povoado deste lugar, que mais tarde viria a ser a cidade de

Ituiutaba, estabelecido às margens do rio Tijuco, passou a denominar-se *São José do Tejuco* (ARQUIVO..., 1839, p. 26-28),³¹ depois *São José do Tijuco* (Idem, 1866, p. 233-234).³²

Fotografia 03 – Igreja Matriz de São José. Saída de casamento. 1929.



Fonte: Foto Studio Maia

No ano de 1862, foi construída a Matriz (foto 3) no lugar da antiga capelinha. Com a igreja na dianteira das atividades em um núcleo de habitantes carente de tudo, ou quase tudo, a chegada do Pe. Ângelo Tardio Bruno, em 1882, com sua vivência italiana e determinação romana, o levou a reformar a matriz, colocando duas torres, passando às pessoas motivos para impulsionar a vida monótona de aldeãos, implantando, inclusive, o coro da igreja, e abrindo “uma pequena escola, lecionando e alfabetizando, *apesar* de não conhecer bem a língua portuguesa” (PAIVA, 1953, p. 69).

Esta Matriz com duas torres, depois de incendiada em *31 de novembro de 1938* (CHAVES, Petrônio, 1984, p. 342), foi reconstruída lentamente até o ano de 1959, quando foi colocada a sua atual torre. Conta-nos Janones (2013), que morava com a família na fazenda e quando era menino, em torno de 1945, junto com a mãe, cuja procedência era italiana, vinham à cidade para passear na casa da avó Carmela Januzzi, e lembra-se de ver os destroços do templo, ao mesmo tempo em que por este relato percebemos a forte influência da igreja na vida das pessoas do lugar, criando possibilidades para as celebrações religiosas mesmo de forma improvisada:

³¹ O documento referido aponta que este distrito e outros cinco pertenciam à “Villa de Uberaba”, constituídos através da resolução da “Assembléia Legislativa Provincial de Ouro Preto”, sancionada pelo artigo 1 da Lei nº. 125 de 13 de março de 1839.

³² Nesse documento, os dados apontam que, em 1866, o povoado é elevado a “Freguezia” do Município do Prata através da Lei n. 1.360 de 7 de Novembro, quando a grafia muda “Tejuco” para “Tijuco”.

[...] A igreja, quando queimou, fizeram um barracão, feito de folha de bacuri, então, o padre rezava a missa lá. Fizeram pro padre rezar missa até construir. Aí, quando a igreja ficou pronta, que acabou, desmancharam esse barracão. E nós sempre vinha pra ir na igreja. Nós foi muito católico, minha mãe era muito católica e sempre nós vinha para ir na igreja assistir à missa, sabe? Já tinha aquela praça, só que ela era chão e depois fizeram o calçamento de pedra nos lugar de passar (JANONES, 2013).

O lugarejo, longe dos centros mais desenvolvidos, foi se organizando entre um comando e outro,³³ principalmente através daqueles que detinham o controle e manipulavam os interesses das elites locais. Assim, instalada a República, o Partido Republicano Mineiro passa ao comando municipal a partir de 1901.³⁴ Eleito, Augusto Alves Vilella passa a atender

Fotografia 04 – Primeiro plano: alunos do Instituto Marden. Segundo plano: sobrado da primeira Câmara Municipal, “Villa Platina”. [Estimamos que seja em torno dos anos 1940].



Fonte: Foto Studio Maia.

na sede do município instalada em um antigo sobrado³⁵, fotografia acima, onde, posteriormente, passou a funcionar, junto, a cadeia pública.³⁶

³³ Cf. TEIXEIRA, E. (1953, p. 240), no final da monarquia, entre os dois partidos políticos vigentes, o Arraial estava composto administrativamente pelo Conservador, sob a “chefia” de José Esteves de Andrade e pelo Liberal, Antônio Pedro Guimarães. A partir de 1887, dois anos antes do novo regime, já havia localmente um Clube Republicano, contendo sete integrantes.

³⁴ Cf. CÂMARA MUNICIPAL... (1901), nesse ano, o Presidente da Câmara Pio Augusto Goulart Brum nomeou uma Comissão que se encarregou de analisar os documentos apresentados por candidatos ao cargo de primeiro Agente Executivo Municipal de “Villa Platina”, tendo sido eleito com 443 votos o Tenente Coronel Augusto Alves Vilella.

³⁵ Tal prédio, que não existe mais, era situado à esquina da Rua 18, de ponta a ponta com a esquina do pátio de ginástica do extinto Instituto Marden, conforme se vê acima. Cf. CHAVES, Petrônio (1984, p. 318-328), o

A sessão de posse,³⁷ segundo a Câmara Municipal... (1902), contou com a presença maciça de membros do partido vitorioso, o Partido Republicano, houve muitos discursos, alguns deles não podendo ser decifradas as palavras finais, pelos ruídos dos “aplausos e vivas” do “grande auditório”, ao som do Hino Nacional tocado pela Banda “Lyra Congressista”, muito requisitada em festas municipais.³⁸ Através do documento, percebemos que o habitante, é aquele que participa indiretamente dos “festejos”, cujo evento pretende ser para “todos” e que, segundo a mesma fonte, estiveram presentes “centenas de pessoas que representam todas as classes sociais e enchem o vasto salão e salas do grande edifício Municipal” (CÂMARA MUNICIPAL..., 1902). Contudo, notamos que a comemoração ocorria como no teatro, o público aplaude para aquele que se apresenta, e sai com suas impressões de uma peça boa, ruim ou razoável.

No largo da Matriz, praticamente sem ruas calçadas, a poeira dançava pelos ares, entranhando pelas casas muito simples e as de muitas janelas construídas por algum abastado fazendeiro. Essa massa arenosa era provocada também pelo trotar dos animais e pelo “rodar pachorrento, lerdo, moroso e musical dos carros de bois, que circulavam livremente pela bucólica povoação”, conforme Petrônio Chaves (1984, p. 308 e 350) apontando que no lugar da “poeira vermelha”, às vezes era um “barro pegajoso da massapé”. Tal incidente da natureza não ocorreu apenas na época de Villa Platina, mas até muitas décadas à frente. Por muito tempo, os habitantes conviveram com tal transtorno, pois a maioria das ruas continuava sem calçamento, cujas obras foram sendo realizadas devagar, com o passar dos anos.

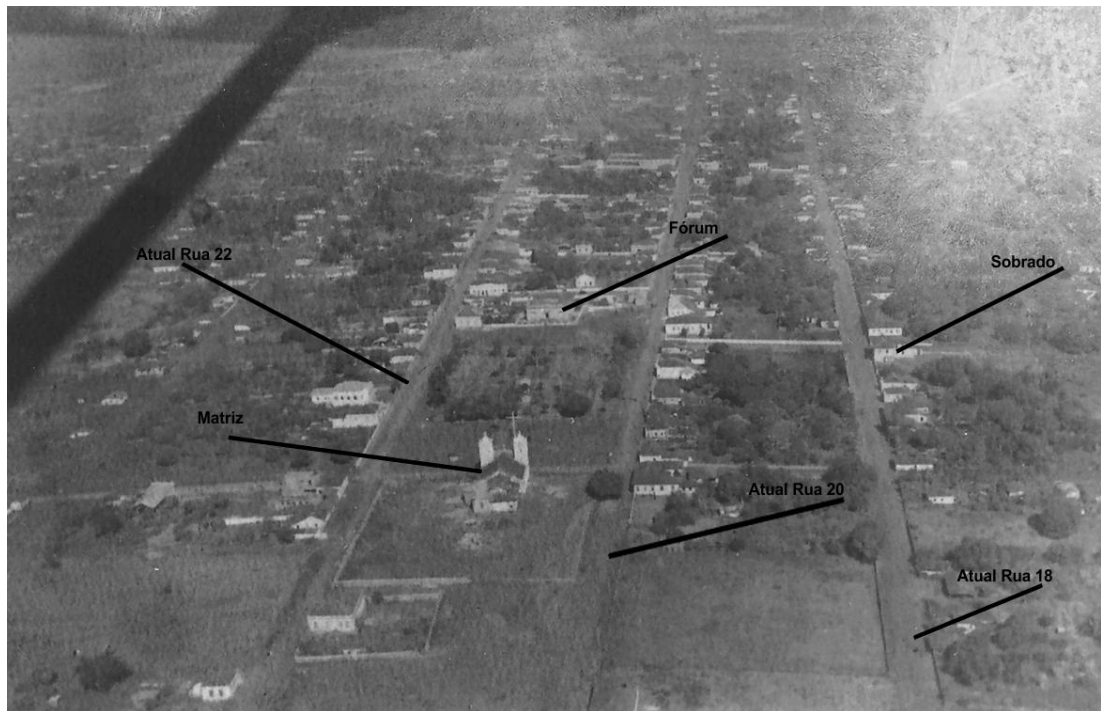
sobrado, que sediou também o fórum antes da construção de sua primeira sede foi construído no ano de 1881 e demolido “para nada” em 1961.

³⁶ Cf. CÂMARA MUNICIPAL... (1905), a Câmara aprova e autoriza o Agente Executivo a dispender a quantia necessária para construção de duas prisões no pavimento térreo no edifício municipal e a fazer as modificações necessárias, que são descritas na ata, inclusive, em sessão do dia 29 do mesmo mês e ano, uma das exigências é a construção de um terraço para “embelezamento da entrada”. Após a construção das prisões, a Prefeitura passa a ocupar apenas o andar superior.

³⁷ A ata da sessão de posse aponta que o arraial de São José do Tijuco ascendeu-se a município, passando a chamar “Villa Platina”, pela Lei nº 319, de 16 de setembro de 1901, cuja solenidade de posse ocorreu no edifício municipal, o sobrado, e contou com a presença dos políticos locais e também dos convidados da região, do governo estadual, entre outros.

³⁸ Altair Ferreira (1980, p. 68) afirma que a Banda Lyra Congressista também se apresentou por ocasião da mudança de nome da cidade no ano de 1915. No decorrer do tempo, outras bandas surgiram acompanhando os acontecimentos na cidade, inclusive os desfiles em datas comemorativas, ao exemplo de 15 de novembro, 7 e 16 de setembro, quando se comemora o aniversário desta cidade, enfatizando os desejos de “ordem e progresso”.

Fotografia 05 – Ituiutaba, década de 1930.



Fonte: Foto Studio Maia.

Na foto 5, destacamos a posição do sobrado que era uma referência do final do século anterior, como era a igreja. Observamos que em volta desta ainda não há nenhuma construção, e o que se destaca é a centralização do fórum, frente a frente com a igreja, mediados pela natureza. Por muitas décadas, o edifício³⁹ desta entidade manteve-se na forma original até ser “modernizado” e perde a sua característica principal de beleza. Posicionada entre o templo e o prédio, mais tarde, construiu-se a atual prefeitura, cujo espaço, o Jardim Público, ganhou o nome de Praça Cônego Ângelo.

³⁹ Mais visível na foto 6.

Fotografia 06 – Vista do Jardim Público para o Fórum. [Ituiutaba. Primeiras décadas de 1900].



Fonte: Foto Studio Maia.

Fotografia 07 – Jardim Público. Vista para a Matriz. [Ituiutaba. Primeiras décadas de 1900].



Fonte: Foto Studio Maia.

Do chão, num raro registro (fotos 6 e 7) o fotógrafo nos dá duas perspectivas a partir do Jardim *criado em 1905 pelo Tito Teixeira* (CHAVES, Petrônio, 1984, p. 307-314).⁴⁰ Este espaço, com o passar de décadas, depois do cuidado que recebeu nos períodos iniciais, passou a sofrer as consequências do tempo e do relapso das administrações; e o resultado foi que entre fins de 1950 e início de 1960, o destruíram e iniciaram outro tipo de jardinagem.

O arraial que se tornou município em 1901, mantendo suas características eminentemente rurais, no ano de 1915,⁴¹ ganha um novo nome vinculado a suas origens. Em paralelo, uma pessoa nascida no mesmo ano de 1901, crescida na região, revela, em 1915, através de um pequeno conto,⁴² o desejo de passear no jardim entre relances de sua vida de menina no começo daquele século no povoado que se destacava no meio do cerrado. O conto, cujo original foi preservado pela família, escrito por ela aos quatorze anos de idade, quase quinze, morando no campo, provavelmente passando uns dias na pequena cidade, que praticamente um mês após mudou de nome. É possível que tenha escrito durante o dia, talvez antes das dez horas da manhã, do almoço, como ela menciona no manuscrito que assina e coloca a data de “Villa Platina, 4 de agosto de 1915”, quando ainda era da grafia escrever *vila* com dois eles, cujo pai, que viveu a vida toda no rural, ganha uma linha de descrição no livro “A Loja do Osório”,⁴³ apontado como um dos fazendeiros que frequentava tal lugar. O autor ao retratar uma época em torno das décadas de 1920 e 1930, privilegia o círculo familiar próprio, a ascensão, a chegada ao poder através de alguns de seus próximos. Em suas memórias, descreve aspectos de Ituiutaba, onde os membros se protagonizam em muitos interesses; às vezes dando notoriedade a algumas pessoas de seu convívio ou popular na cidade, entre eles, encontramos, por exemplo, José Abadio da Costa,⁴⁴ no capítulo “Folclore”. Através do autor, percebemos que tal loja⁴⁵ continha produtos procurados pela população urbana e rural da época e tornou-se um ponto estratégico de encontros, principalmente de

⁴⁰ Cf. Petrônio Chaves (1985, p. 122), Tito Teixeira foi o primeiro piloto a sobrevoar e pousar no campo de aviação de Ituiutaba por ele idealizado em 1938, cujo local ganhou o seu nome. Hoje é o Aeroporto Tito Teixeira.

⁴¹ Cf. Fundação IBGE (1973, p. 4), em 1915, pela Lei estadual nº 663, de 18 de setembro, o pequeno lugar passa à denominação “Ituiutaba”.

⁴² Cf. Anexo A (OLIVEIRA, Anna. 1915).

⁴³ Cf. Petrônio Chaves (1984).

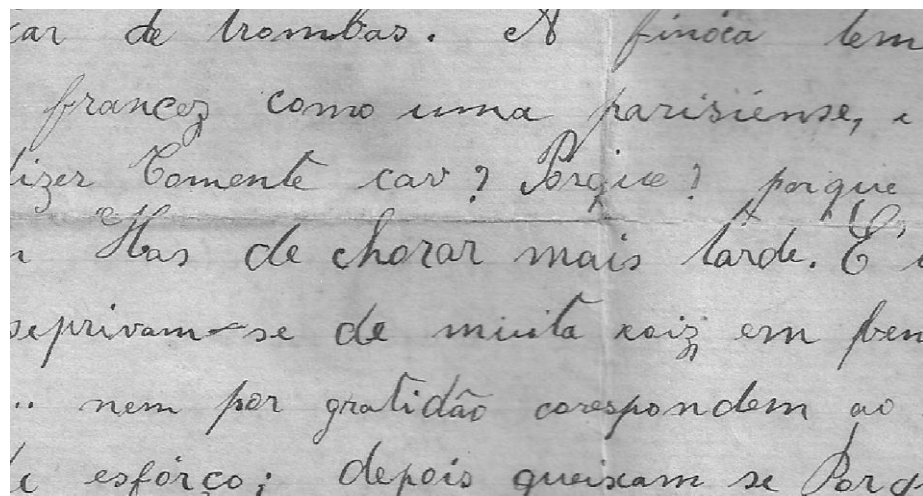
⁴⁴ Conforme Petrônio Chaves (1984), José Abadio da Costa, nasceu em 1909, muito popular na cidade, entre outras atividades que exerceu, chofer como dizia, ou motorista, particular, gostava de uma prosa, era “festeiro e carnavalesco, juntamente com Arlindo Antônio Gabriel, fundou o Palmeira Clube”, que ainda existe e era *o clube dos negros em contrapartida ao clube dos brancos, que era o Ituiutaba Clube*, conforme dito em depoimentos à frente neste trabalho.

⁴⁵ O referido comércio existiu à Rua 20, onde a partir da década de 1930 funcionou o conceituado estabelecimento de ensino “Instituto Marden”; hoje, o lugar é ocupado por outro prédio, abrigando o Banco do Brasil (CHAVES, Petrônio, 1985, p. 15).

políticos. Estes se recolhiam aos recantos internos daquele espaço para confabular suas estratégias e ali não se ouvia o que era dito, segundo relata. No geral, eram os bancos de madeira os móveis que sustentavam o cansaço de pessoas que vinham de longas distâncias, das áreas rurais, por andarem montados em cavalos por horas no trajeto da área rural até a urbana. Fazendeiros, os menores e os maiores, vinham a cavalo, fatigados, enfrentando horas de viagem, da fazenda até a cidade, trazendo produtos básicos como queijo, requeijão, ovos, frangos para vender e com o dinheiro compravam mantimentos ou objetos que a terra não lhes dava, ou que ali não se produzia, podendo ser também por encomenda da mulher, como agulhas e linhas para costurar.

O conto de Anna Oliveira foi escrito numa época em que dos *15.000 habitantes que havia no município de Villa Platina, aproximadamente 3.550 sabiam ler e escrever, e o restante, 11.450 pessoas, eram analfabetos ou analphabetos, conforme a grafia da época.* (CHAVES, Petrônio, 1985, p. 66). O mesmo é dividido em duas partes.

Fotografia 08 – Fragmento do conto “A boneca Laura” de Anna Oliveira (1915).



Fonte: Isaura Muniz Janones

O escrito ocupa os dois lados de uma folha de papel almaço, amarelecida e quebradiça e a tinta é de caneta de bico de pena; fotografia 08. Na primeira parte, entendemos que a menina começa falando com a boneca. Ela atua como dona ou mãe da boneca, diz que esta não quer saber de estudar, e embora gaste “rios de dinheiro com professores”, a boneca só quer vadiar. Não a proíbe de brincar, posto que esteja na idade, mas diz que há tempo para tudo. E cobra: “Que é da sua gramática? deixou lá fora, com certeza”.⁴⁶ Naquele momento, ela não permite que a boneca vá ao jardim, sem antes fazer o exercício. Reclama que a boneca

⁴⁶ Corrigindo e readaptando: “Onde está a sua gramática? Deixou lá fora, com certeza”.

está sempre pronta para correr, que nunca se cansa, mas estudar não quer. Exclama: “É incrível!” Continua reclamando, agora dos gastos com roupas e botinas, pois afinal “dinheiro custa a ganhar”. “Nem parece uma menina que vai completar doze anos... é uma cabrita selvagem”. Foi tanta reclamação que a menina (boneca) chora, nota-se pela exclamação: “Pode chorar! Pode ficar de trombas”. Então, ela introduz outra personagem “finóca” (outra boneca?) e compara: “A finóca tem oito anos e fala o francez como uma parisiense, e a senhora nem para dizer *Comente cav?*”.⁴⁷ Responde a si mesma que não sabe por que ela não estuda. Na imaginação dela, a boneca ri da situação, então retruca, dizendo que a boneca há de “chorar mais tarde”. A lição continua: Diz que os pais se sacrificam pelos filhos e estes nem para fazer um pouco de esforço e, segunda narra, depois os filhos se queixam porque os pais não lhes ensinaram. Ela age decidida: “Não queres attender a pidido, has de obedecer as ordens”.⁴⁸ Continua, dizendo que a boneca quer um vestido comprido. Um vestido comprido e nem um texto ela sabe analisar, conta. “É o meu?”, pergunta. Com essa interrogação, temos a impressão de que a boneca quer o vestido dela, desse modo, podemos entender os papéis assim: Ela faz o papel da mãe de si e a boneca seria ela, denotando uma ficção com aspectos do real. Depois, a autora muda o verbo para a primeira pessoa: “mamãe diz que eu vou...”. Enfim, a mãe dela não quer dar o vestido comprido, dizendo que ela vai ficar muito feia, mas, se ela fizer bons exames, no final do ano... Promessa. Ela não se conforma, e diz que não compreende aquele tipo de economia, afinal, o que custa mais um metro de fazenda? Novamente, entrecruzando os papéis, ela vira-se para a boneca e diz para ela estudar e não se preocupar com ela.

Na segunda parte, a personagem/autora diz que o pai dela já teria dado o vestido, mas a mãe é que não quer, acha que ainda é cedo. Então, indaga: “cedo?” E diz que a mãe é um pouco mais alta do que ela e por que não usa vestido curto? Diz que se tivesse dinheiro ia comprar um bem comprido. E lamenta, que só querem que ela aprenda, é gramática, aritmética, piano, crochê e pintura, “um mundo de coisas”. Reclama que não lhe dão um chapéu, mas umas “tampas ridículas” que ela tem até vergonha de usar. Pergunta por que não a levam ao teatro. Conta que vivem a dizer que *tal lugar*⁴⁹ é uma escola, e pede para levá-la à dita escola. Diz que não a levam por ser uma menina: “deve dormir cedo como as aves”. Chama isso de egoísmo, pois, diz, para os serviços de casa não é criança, que é “a gata

⁴⁷ Corrigindo e readaptando: “A Finóca tem oito anos e fala o francês como uma parisiense e a senhora nem para dizer *comment ça va?*”.

⁴⁸ Corrigindo e readaptando: “Não quer atender ao pedido, há de obedecer às ordens”.

⁴⁹ Não identificamos a palavra. Mas, pensamos que pode ser um nome relacionado ao local das apresentações teatrais da época.

borralheira da casa”, que para isso ela não é pequena, “mas para o vestido...” E pressupõe que mesmo sendo uma menina *são até capazes de mandá-la para a cozinha*, e a seguir diz uma frase iniciada com a palavra "Vivo" que, supomos, remeta às pessoas em geral, como se fosse um pensamento comum: "Vivo entende que senhora só tem a educação completa, quando suspende a execução de uma sonata de Beethoven para se temperar o caldo". Presumimos, assim, que é isso que ela observa dos "adultos", além do que ela nota no comportamento de seu pai e mãe. Se a palavra “vivo”, sendo uma expressão que ela possa ter ouvido antes ou que seja dela, está no sentido generalizante, remetendo ao geral “todo mundo”, o que significaria a frase no texto? Que a mulher, na visão das pessoas, só está “completa” quando dá conta de outras artes, além da cozinha, sendo que a cozinha tem prioridade? Ou que, na visão da menina, as pessoas só consideram que a educação da mulher é completa, quando ela abre mão da arte para cuidar da cozinha? Ao mesmo tempo, se dispersa em suas vontades. Afirma que é pequena, sim, mas pede que lhe deem um vestido longo para ver como ela fica uma moça de dezoito anos. Continua dizendo que já experimentou o vestido da mãe e que ficou uma beleza. Então, volta-se para as horas e, segundo ela, já é tarde e ainda não traduziu a fábula; e reclama que nem pode brincar sossegada. Menciona que vai chegar a professora com seus caracóis e seus óculos. Chantageia: Se querem que compreenda tais exercícios, que vistam nela um vestido longo, porque isto que ela veste é “metade de roupa”. Diz não ser criança “de hoje” e volta-se para a boneca e pergunta se ela está com fome, e responde que sim, “pois vamos almoçar”. E ainda com a boneca, diz que ela lhe saiu uma preguiçosa e, todavia, quer um vestido comprido. Assim ela termina e assina.

Conjeturamos que seja um comportamento natural de uma menina que está a um passo de ser uma moça e que visa um mundo maior do que aquele que lhe é permitido. Percebe-se um rigor na educação dada a ela, que parece próprio da época, inclusive para as meninas, quando era exigido às filhas mulheres que aprendessem tudo em casa e ainda outros afazeres, ou melhor, ela teria que dar conta do serviço de casa e também de sua educação. Ou quando os serviços de casa tinham prioridade em relação a outros afazeres. A boneca é um pretexto para o diálogo, que mais parece um monólogo. Ela sabe que no mundo existem mais coisas que ela deseja conhecer, como o teatro. Mostra ser uma menina que tem aprendido coisas, fala em Paris, Beethoven, teatro, que representam desejos latentes de desvelar o desconhecido, privado de sua vida naquele momento.

Para Marlene Borges (2001, p. 131), a boneca é “o objeto significante mais popular no mundo da criança”, e que é esta que atribui o sentido e o significado do brinquedo, e este, por ser menor que a dona, é subordinado às vontades daquela que brinca. A boneca “Laura” fala

pouco, portanto escuta, enquanto a menina cria suas fantasias mais voltadas para a fase de menina-moça em que se encontra. A autora não disponibiliza o tempo dela para fazer a roupa da boneca, como era comum, mas é ela que quer possuir uma roupa, que, naquela época, era mais usada por adultos. Ela usa a boneca para expressar-se em uma sociedade rural do início do século XX, mas, engavetou o escrito e guardou junto suas vontades. Casou seis anos após esta escrita e, mais tarde, soubemos que foi exímia costureira (rural) de ternos para homens, aproximadamente em torno de 1930 e 1940. Em 1950, forçados por circunstâncias difíceis, mudou com marido e filhos para a cidade, abandonando de vez os campos, e passando a ter uma vida muito diferente da anterior.

1.2 As dificuldades no campo e na cidade em formação

Em meio a uma sociedade rural, entre pequenos e grandes latifúndios, alguns tendo o privilégio de conhecer as primeiras letras, outros um pouco mais avançados, e raros saindo para estudar fora, entre a leitura e a enxada, o lavourista plantando para sua subsistência se mantinha numa vida aparentemente mansa.

Anísio Moraes (2010) traz lembranças que remetem a um período logo após 1945, quando, segundo ele, sua família vivia

[...] mais é de gado, ele [o pai] tirava o leite e desnatava, né? Ele fornecia creme⁵⁰ aqui no laticínio do Baduy, e então vivia dessas coisas. Tinha gado, quando precisava vendia uns bezerro. [Entrava dinheiro dessa forma?] É. Muito pouco também, dinheiro. Quase não tinha despesa, porque de comer colhia tudo... [Não tinha onde gastar?] Não, não tinha. [Não vinha pra cidade, não tinha nada pra gastar?] Tinha. Comprava fumo, que ele fumava. Coisinha. Açúcar, às vezes, porque lá tinha açúcar de forma, que moía lá mesmo. Mas, às vezes, levava um pouco de açúcar cristal, café. Essas coisinhas. O gasto era muito pouco. Roupa quase que fazia era no tear lá na fazenda, né? Porque as irmãs dele [do pai] tecia, fazia uns panos muito bonito, muito bom, então, pra fazenda, pra lavoura, não tinha nada melhor. [O algodão...] Colhia lá. [E sapato? Comprava na fábrica, na cidade?] É, comprava aqui. [Seu pai trazia arroz para limpar na cidade?] Trazia. Eu vim com ele, com o carro de boi, mas trazia muita coisa, trazia arroz, trazia mandioca, milho, trazia o arroz pra limpar. [...] Mas às vezes algum vizinho não colhia, ele emprestava, e na próxima colheita o vizinho devolvia, e às vezes sobrava pra vender alguma coisa. Mas, 10, 15 sacos de arroz, uma coisa assim.

Dos antigos, um legado indiscutível, o modo de “fazer dinheiro” daquilo que a natureza lhe servia, alguma criatividade, e o esforço baseado na força bruta humana. Além do

⁵⁰ Saint’Clair Quirino de Moraes, pai do depoente, fornecia creme para a empresa Baduy, Attux & Cia, quando residiu na Fazenda Santa Rosa, principalmente no ano de 1943, quando no mês de janeiro recebia por um litro de creme de leite o valor de quinze centavos de cruzeiros, tendo vendido no mês, correspondendo a quatro dias de fornecimento, a quantia de 640 litros, por 96 cruzeiros.

labor do fazendeiro legítimo, que nasceu e viveu toda vida na fazenda, e daquele que dividiu a fazenda com a cidade, havia por trás o auxílio de outros, o empregado ou o *agregado*, o *meeiro*,⁵¹ aquela família que precisava tirar o sustento de seus braços, sem muitas alternativas. Muitas vezes, colocados em situações difíceis, a solução era juntar-se aos mais próximos e com eles obter algo que suprisse durante algum tempo, principalmente o arroz, que não faltava no prato do mineiro, tendo sido junto com o feijão e o milho alimentação essencial destas regiões brasileiras.

Depreendemos que para estas famílias, e provavelmente para muitas outras, as terras desta região foram, durante certo período, de uma forma ou de outra, cultivadas para o sustento familiar, com a venda do pouco que excedia. Tratando-se de arroz, dentro de nossa temática, talvez pelo grande vulto a cerca da comercialização desse produto em Ituiutaba, principalmente em torno de 1950 e 1960, era frequente que os pequenos produtores levassem à cidade o excedente para as Máquinas de Arroz, onde vendiam ou guardavam para consumo da família do produtor, beneficiando na medida da necessidade.

De modo similar, Candido (2010, p. 47) assinala que no estado de São Paulo, os povos, no final do século XIX e início do XX, raramente se utilizavam do escasso comércio, pois, quase não precisavam. O dinheiro era pouco, e ainda assim, aqueles não se preocupavam em vender o que excedia de suas lavouras, pois falavam que não tinha valor de negociação, revela o autor. Machado (1998, p. 76) afirma que em torno de 1960, na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, o excedente da produção podia ser negociado por trabalho ou mesmo com a vizinhança: "Não havia salário ou diária estipulada e o dinheiro era uma mercadoria rara". Portanto, para dar andamento às lavouras era comum a "troca de trabalho". O sistema de trocas é feito quando um vizinho solicita a ajuda do outro e fica devedor para pagar em uma ocasião futura do mesmo modo; é como se fosse uma dívida financeira (CANDIDO, 2010, p.144). Este procedimento é uma característica da economia de subsistência. Até os anos 1950, principalmente, investir em qualquer aparato técnico era para muito poucos. Para suprir a falta de pessoas, depois de extinta a escravidão, incrementa-se a mão de obra familiar e da vizinhança, e como afirma aquele autor, *havia um tipo de integração com as práticas de solidariedade*.

Observamos que tais procedimentos resolveram em certo momento, mas, não dá margem ao desenvolvimento, pois não é definitivo, não se tem aquela ajuda a todo o momento

⁵¹ Segundo Candido (2010, p. 73), "o agregado [...] tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, sem qualquer paga, salvo alguma prestação eventual de serviço". Por outro lado, o agregado pode trabalhar também como meeiro, dividindo a produção com o proprietário.

e isso limita o tamanho da área a ser cultivada. O mesmo autor atesta que a capacidade média de plantio para um homem sozinho, por exemplo, para uma roça de arroz é de meio alqueire, sendo importante levar em conta fatores pessoais, que pode incluir, inclusive, indisposição (CANDIDO, 2010, p. 134-135).

Não obstante houvesse os mais inquietos, que tinham que buscar um meio de vida em terras alheias, a vida na fazenda, para quem vivia essencialmente no rural, nasceu e cresceu ali, sem perspectivas urbanas, dono de sua terra, que tirava dela o seu sustento, como se ali fosse o único lugar do mundo, os dias não eram muito diferentes. A natureza é que se encarregava de trazer o novo. Criava os filhos para casar, e seguiam em frente, enfrentando as lidas diárias.

Candido (2010, p. 39-40) observa o caipira paulista em meados de 1950, a rotina, o dia que começava de madrugada e a noite muito cedo; o lazer, só aos finais de semana onde aconteciam as festas “nas capelas ou nas casas; as visitas [...] as recreações locais [...]”, costumes estes que também se repetia neste recanto mineiro. Nos dias de folga, envolviam-se aqueles caipiras nas coisas simples para arrefecerem o ânimo para o dia seguinte de trabalho, uma segunda-feira, em que muito se assemelhava com o dia a dia do mineiro roceiro, inclusive na maneira de conduzirem o trabalho, desde as primeiras providências, derrubada de matas, preparo do chão, e o uso de ferramentas.

As gerações oitocentistas passaram aos ascendentes costumes que perduraram através do século seguinte, conforme constatamos no comportamento de Saturnino José Muniz,⁵² revelado por sua ex-nora. Ele, dono de algumas áreas rurais, que fатиou e passou aos filhos ainda em vida, nunca morou na cidade, e aos sessenta e quatro anos mantinha uma vida pautada em costumes duradouros. Em torno de 1945,

[...] o movimento dele era assim: Levantava cedo, tomava café, arreiava o cavalo, e ia campear, ver se a vaca deu bezerro, se o bezerro levantou, levar pra dentro do curral, tirar o leite, esgotar o leite da vaca, esse tipo de coisa. Chegava o almoço, almoçava , depois saía , ia pra outro pasto, vê o outro gado, por sal pro gado, arreunir o gado e por sal, esse tipo de coisa.

[E a mulher ficava fazendo o que?] Ficava lavano roupa, ferveno roupa, ia lavar roupa, fervia nos tacho... Tinha rocinha, pouca, [Quem plantava pra ele?] Era os empregado, ele sempre tinha gente trabalhando pra ele. [Os empregados recebiam?] Recebia. [Com que ele pagava?] Com dinheiro da fazenda mesmo. Um comprava porco, otro comprava arroz, era tudo pobre. Num tinha, ia lá comprava, precisava um saco de feijão, ia lá comprava, precisava comprar meio carro de mio, ia lá comprava dele, porque tinha que tratar das criação. Ele tinha pra vender, ele ainda comprava dos otro também: “_Seu Satoco, eu tenho lá 10 sacos de arroz, preciso vender, porque eu preciso levar fulano pra fazer uma consulta, ou coisa e tal”. “_Quanto cê quer nisso?” É tanto. “_Então, eu vou cangar os boi aí, pegar o carro e

⁵² Mencionado na nota de rodapé da página 14.

vou lá buscar". Carro de boi. Ia lá, comprava dele, tinha o galpão de por, o ranhão de por. [E esse peão morava aonde?] Morava ali por perto mesmo, na fazenda dele mesmo. Era agregado, era agregado de outro, às vezes o outro patrão não tinha arroz, ele tinha lá, e falava “_vai lá no Satoco que ele tem, compra dele lá”. E assim ia (JESUS, 2013).

Observamos que a vida rural era fechada em si, lembrando Candido (2010), portanto, não havia portei­ras abertas para o mundo lá fora. O que se produzia era consumido ali mesmo. Nota-se que a locomoção por essa época que era feita através dos equinos e do *carro de bois*,⁵³ o que impedia ou dificultava algum tipo de planejamento mais ousado. Por ser um transporte de duas rodas que cabia mais pessoas e produtos, o carro de boi era, portanto, muito requisitado. Tal veículo era utilizado, inclusive, em dias de casamento, momentos de festa, para visitar a família e amigos, mudanças e no caso de doenças. Era frequente o uso do transporte animal que rompia com as distâncias, abria caminhos e enfrentava a ausência de estradas, ao mesmo tempo, as duras estradas de terra.

As quatro rodas foram introduzidas lentamente, em Ituiutaba, tendo início com um for­dinho a partir da década de 1910, que se somou a outros poucos e por muitos anos foram usados restritamente. O caminhão veio mais tarde, e em meados de 1950 e 1960 passa a auxiliar no cumprimento desses roteiros de festas e transportes em geral, conforme Faria (2013):

[...] Naquela época, as festividades de casamento de família, fazia aquelas grandes lotações, de caminhão, né? A minha família, a maioria morava na fazenda, então quando tinha uma festividade de casamento, fazia as lotações, não é como hoje, era lotação, mas num tinha ônibus, era lotação de caminhão. Então, as pessoas vinham nas carrocerias dos caminhões. Levantava de madrugada, lá na fazenda, vinha pra Ituiutaba, e ficava o dia todo, até o casamento, depois que terminava o casamento, que geralmente casava, por volta, talvez, de duas horas da tarde, três horas da tarde, porque depois da cerimônia religiosa, aquela lotação voltava pra fazenda porque tinha festa.

As possibilidades de transformação vinham lentas, mas a tendência em substituir, evoluir, parece inerente ao ser humano, que de alguma forma já ansiava por agilizar suas idas e vindas. O caminhão viera proporcionar, assim, o que o carro de boi não conseguia, viabilizando a participação de vários eventos no mesmo dia.

No decurso dessas jornadas, desde os primórdios do arraial até a década de 1930, em Ituiutaba, sobrepujou a pecuária dominando a economia do município. Entretanto, o local de

⁵³ No ano de 1940, havia no município de Ituiutaba o número estimado de 695 carros de boi, cf. IBGE (1955, v. XXI, tomo 2).

matança de bovinos na região tijuicana, no perímetro urbano, passou do século XIX ao XX funcionando em precárias condições, que era o modo de fornecer carne “verde” à população. O abate na cidade não era muito diferente do que se fazia em fazendas, visto que só mudava o endereço e tinha que locomover os bovinos a distâncias maiores. Os animais eram trazidos “a laço das fazendas e morto dentro da *Villa*, em campo aberto, num terreno vago, coberto de cerrado baixo [...]” (FUNDAÇÃO CULTURAL... 2001, p. 27-35).

Todavia, Villa Platina que se compunha em caráter civilizante, passou mais ou menos vinte anos para que novas providências legislativas impusessem maior controle dos serviços, especificamente relacionados à saúde pública. Na tentativa de superar os inúmeros inconvenientes gerados pelo funcionamento débil, no ano de 1919, a Câmara abre concorrência para a construção do Matadouro Municipal (CÂMARA MUNICIPAL..., 1919). Posteriormente, vão surgir os frigoríficos, que de tempo em tempo alternam os grupos empreendedores no âmbito municipal, além daqueles que se instalaram localmente; e até os que pertencem a cidades vizinhas e fornecem carne na cidade.

Entretanto, a região tijuicana não se organizava só no contexto nacional. Há um mundo todo acionando valores. E assim, tropeços e mais tropeços eram obstáculos que haviam de ser superados perante as dificuldades. Um deles veio com o momento marcante da quebra da bolsa de Nova Iorque. Dentro do cenário de transtornos financeiros pelos quais passou também o Brasil, os empreendedores brasileiros e o povo em geral, Ituiutaba que emergia para uma cidade mais urbanizada se deparou com grande instabilidade nos negócios, quando quem era credor não recebia, logo, as dívidas não eram quitadas, “ninguém pagava ninguém” (CHAVES, Petrônio, 1984, p. 43). O pequeno número de habitantes do Pontal do Triângulo também se desequilibrou frente ao que sobreveio do insólito acontecimento na estrangeira metrópole capitalista. Com a crise norte-americana veio a queda do preço da venda do café ao mercado internacional, e sendo este o principal produto de exportação do país, uma série de consequências negativas pairaram sobre os negócios (FURTADO, Celso, 1976, p. 189). Um quadro de eventos que acontecera desde as primeiras décadas de 1920, culminou no golpe dado por Getúlio Vargas ao presidente eleito Júlio Prestes, contrariando a extensiva política dos grupos cafeeiros dos estados de São Paulo e Minas Gerais, predominantes no poder durante a Primeira República (FURTADO, Celso, 1976, p. 201). Vargas assume a Presidência, pondo fim a um sistema que durou de 1889 a 1930 e uma série de mudanças que se tornaram históricas começam a ocorrer no Brasil.

Os mineiros desta região, mais voltados para a pecuária do que para a produção agrícola, viveu uma situação de colapso. Quem vendeu a prazo não conseguia receber ou não

recebia em espécie, pois, era um tempo em que “não corria dinheiro”, o qual só aparecia quando se vendia gado ou “inexpressivas safras de arroz, milho e feijão” (CHAVES, Petrônio, 1984, p. 43-44). Segundo este autor, as pessoas não conseguiam negociar seus gados, e as safras agrícolas eram pequenas, pois, arroz era subsistência de família, não era um produto de maiores negociações como o gado. Diante disso, depreendemos que alguns mais abastados viram-se tocados em seu âmago, enquanto o pequeno produtor no seu fluxo de subsistência, também fora alcançado pelos percalços da época.

Esses momentos assinalaram a virada para um campo que nunca saia de cena. À vista dos acontecimentos, a agricultura começa a emergir para protagonizar um cenário que antes não era seu. Assim, gerações de famílias que viviam e sobreviviam do que plantavam praticamente independente das tendências de cada ápice econômico, foram atingidas por mudanças que não puderam acompanhar no ritmo das novas empreitadas. Muitos venderam suas terras, vieram para a cidade, outros permaneceram. Enquanto alguns não investiram em novos equipamentos e nem enfrentaram as duras linhas de crédito, desconfiados que fossem para se envolver em dívidas, outros se envolveram e há os que perderam tudo ou muito em relação ao que tinha, conforme veremos mais adiante.

Através de algumas fontes, observamos os anos 1940 e 1950 e deparamos com uma cidade que enfrentava problemas essenciais, como a falta de água tratada e a energia insuficiente. A experiência de Janones (2013) aponta que o serviço de ligar e desligar a água das residências tinha o consumo controlado, e referindo-se ao período entre 1945 e 1955 revela:

[...] Eu era muito criança ainda, eu lembro que tinha um tal homem da água que vinha abrir a torneira pra sortá a água [...] e despejava num tambor de madeira, assim, que era cortado no meio, que eles chamava, parece que era tina, tina de madeira e parava a água, era assim. Tinha o registro lá na rua, o tal “João da água” vinha, abria o registro da rua, e a torneira vazava dentro dessa vazia, sabe. É a água que servia para lavar roupa e lavar qualquer coisa. A água de fazer comida pegava direto na torneira, e era uma água suja, parecia enxurrada do rio que vinha da rua. Naquele tempo era desse jeito. A água de beber tinha que ser filtrada, e de fazer comida, eles filtrava ela num pano: punha numa vazia, assim, punha vazar noutra vazia, coando aquela água, aquela sujeira ficava no pano. Ele ia de rua em rua fazer esse serviço. De casa em casa. Só ele que ligava e desligava. Ele passava cedo, ligava; de tarde, ele passava e fechava as torneiras. Na hora de fechar, às vezes, ele vinha bem tarde e pra abrir ele vinha bem cedo. Água naquele tempo não podia desperdiçar; você não podia jogar um copo d’água fora, não podia não. Tinha uma torneira lá na rua, ele destampava e abria aquele registro e a água ia lá naquela torneira (JANONES, 2013).

Palavras que tem o eco em Elza Cunha (2013): “A nossa água era péssima, vinha enxurrada, na torneira saía era enxurrada [...] Faltava água [...] Era muito difícil”.⁵⁴

Algumas obras foram feitas no sentido de atender à população quanto ao fornecimento de água. Augusto aponta que, entre 1940 e 1945, foi implantado um serviço com captação no córrego Pirapitinga, colocando uma nova caixa d’água no alto da atual Rua 22 (AUGUSTO, 1953, p. 25). Tais meios conduziam água por tubulações até as casas, mas, não era para todas, apenas aquelas da estreita área central, privilegiando apenas classes distintas, provavelmente fazendeiros ou comerciantes; os demais se utilizavam, principalmente, de água de cisternas. No entanto, mesmo que tais serviços de implantação tenham sido feitos em uma época que se utilizava para obras materiais vindos de muito distante por estradas não menos complicadas, o interesse girava em torno de abastecer apenas um tipo de pessoas, não abrangendo a totalidade, intensificando uma divisão de classes sociais, a partir da qualidade de serviços básicos.

Faria (2013), remetendo ao início de 1950, afirma: “[...] eu morava no centro, mas no centro mais próximo já de bairros, né? Então, faltava instalação elétrica, faltava água encanada, inclusive eu fazia minhas tarefas à noite, ainda com luz de lamparina”.

Contradizendo o acima exposto, na mesma época, a cidade de Ituiutaba aparece em uma longa matéria de jornal, que a apontam possuidora de “moderna rede de esgotos e excelente água encanada” (ITUIUTABA... 15.set.1951), entre outros dados elevados em relação às estatísticas da época.⁵⁵ Na mesma fonte, denotando o intuito de engrandecer o município, uma publicidade se contradiz referindo ao fornecimento de luz, que, segundo ela, era um *serviço excelente com deficiência*: “Ituiutaba possui hoje excelentes instalações de luz elétrica. Este serviço inaugurado em 1922, verá sanadas as suas deficiências pela ampliação de sua usina [...]” (ITUIUTABA... 15.set.1951).

Até a entrada de mais potência energética na localidade todos os ambientes que recebiam o fornecimento funcionavam de forma precária e racionada. Desde o Arraial e Villa Platina, lâmpões e lamparinas lideravam entre as fontes de luz que difundiam um pouco de claridade nas casas dos moradores e, posteriormente, por alguns anos, em muitos lugares de Ituiutaba, mesmo no centro. Elza Cunha (2013), referindo-se a quando morou na casa da avó, de 1947 a início de 1950, menciona: “Não tinha luz [...]. Foi lâmpão, depois que demorou um pouco é que puxou luz. Era só aquela usina pequenininha, a Elfisa, né?”.

⁵⁴ Os depoimentos de Elza Cunha foram gravados em 2010 e 2013.

⁵⁵ O documento aponta uma produção de “cerca de um bilhão e meio de sacas de arroz”, sendo da “última safra”, quantidade que é superior às que encontramos em outros dados observados mais adiante neste trabalho.

Todavia, outros dados divergem. Consta em documento do IBGE que “a cidade é [era, no caso] bem iluminada” e alude a 1956, ano da ampliação da Usina Salto de Morais, afirmando que a cidade “é uma das raras comunas brasileiras acusando superavit de energia elétrica” (IBGE, 1959, p. 309). Porém, conforme veremos mais adiante, a situação para quem “estava lá” revela distorções, de acordo com Tostes (2010, 2013), mais à frente nesta dissertação, quando fala de seu comércio de beneficiamento e conta que a luz só se estabilizou após 1967. Assim, revelando que os interesses políticos sobrepujam aos das demais pessoas, vimos que apenas a partir de uma organização do Estado a situação energética começa a avançar. Até o início de 1940, o que ocorria em Ituiutaba era comum em outras cidades mineiras, relata a Entrevista... (1992, p. 6),⁵⁶ que demarca a situação de “um Estado que tinha uma tremenda deficiência de potência instalada, que era atendido por uma multidão de pequenas usinas espalhadas ao longo de todo seu território”. Com a incorporação da Empresa de Luz e força Ituiutaba S.A. – ELFISA pela CEMIG⁵⁷ a cidade ganha outra força, assinalando melhor vida para alguns que puderam dela desfrutar de imediato.

1.3 Nos jardins da “Vila Platina”: espaços e sociabilidades

O Jardim Público e a Igreja, no largo, foi o lugar de lazer e manifestação de fé, principalmente durante o tempo da Villa Platina, quando não havia mais atrativos no lugar. Em 1950, embora o *aspecto inicial*⁵⁸ do lugar tivesse sofrido pelas ações administrativas e do tempo, a praça continuava sendo o lugar de passeio e encontros, os quais foram comparados por Petraglia (1951) com aqueles da porta do Cine Ituiutaba, após as sessões, referindo-se à década de cinquenta.

Juntamente com as “voltas” nas praças e participações em festas cívicas ou religiosas, com barraquinhas e correios elegantes, o vaivém (o *footing*, em inglês) era uma prática de sociabilidade que se estende continuamente até em torno dos anos 1970. Elza Cunha (2013) lembra bem os tempos iniciais:

Depois que saía do cinema, que terminava a primeira sessão, aí era o vaivém, né? Na rua 22. As moças ficavam no vaivém, os moços ficavam dum lado e do outro, os rapazes. Da 15 até na 13. Os rapazes na calçada, até fechando a rua, não passava

⁵⁶ O entrevistado é Lucas Lopes, primeiro presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

⁵⁷ A ELFISA foi absorvida pela CEMIG entre 1967 e 1970, cf. (FUNDAÇÃO CULTURAL..., 2001, p.137-139).

⁵⁸ Cf. Aloísio Novais (1974, p. 71), no jardim havia cedros magnólias, flores, palmeiras, entre outras árvores e arbustos, “e um coreto no centro, este destinado às clássicas ‘retretas’ executadas pelas ‘bandas de música’ [...] [com] alamedas limpas e floridas [...]”.

carro. Ali ficava fechado. No sábado e domingo era assim. E começavam a olhar uns pros outros, dali que saía os namoros, os casamentos, era tudo dali mesmo.

Diante dos quadros anteriores, época de crises e transições, é possível que nem todos tivessem condição de frequentar as sessões. Entre os que frequentavam *os cinemas*⁵⁹ havia também os que não participavam do movimento de ir e vir. Marina Baduy (2013) rememora: “Papai não deixava, terminava o filme, todos tinham que voltar pra casa”. O pai da depoente era um dos empresários, conforme veremos à frente, de destaque na indústria ituiutabana. A restrição aos filhos se dava por quê? O que ocorria nos agrupamentos de jovens daquelas décadas na pequena cidade? Para muitos, as idas ao cinema eram frequentes e é fato que isso criou laços que perduram, não apenas localmente, mas, é possível que grande parte das pessoas que puderam conviver com esta arte enquanto os estabelecimentos eram situados nas ruas das cidades, tenha uma ligação amorosa com o cinema. Neste município, conhecendo um pouco sua memória, sabemos que houve empenho no funcionamento de um, em diversos momentos, desde a década de 1910, através de precárias exhibições que era o possível para um lugar distante de outros mais avançados, sendo o primeiro exibidor Fernando Alexandre Vilela.

Entre as tentativas de manter uma sala de cinema, provavelmente em torno de 1957, houve uma que não denota ter durado muito tempo. Estava situada em um bairro, e de acordo com Valdeci Moraes (2010), era

[...] o Cine Teatro Progresso, mais conhecido como Cine Teatro ‘Poeirinha’ [...] porque, quando ventava não havia como impedir a invasão da poeira em seu interior. Era o terceiro cinema da cidade. Existiam dois no centro da cidade, mas tínhamos o nosso, no bairro. E competiam em igualdade de condições [...] Os filmes lá exibidos eram bem atuais.

Junto com o cinema funcionava o “Serviço de Alto Falantes Santa Maria”, que abria aos sábados e domingos, a partir das 19 horas (MORAES, Valdeci, 2010). Ali, o dono, “Seu Evaristo”, tocava músicas sertanejas, e as pessoas se juntavam para namorar, conversar, após a sessão de cinema, lembra Moraes. O serviço de alto-falante era usado pelos frequentadores para oferecer músicas entre eles. “Era tudo coisa familiar”, segundo o mesmo, inclusive passavam recados de mães para filhos e outros. Aquele cinema, possivelmente, com cadeiras e não poltronas era destinado ao público do bairro, quando os percursos eram praticamente feitos a pé. O que o torna incomum é que numa cidade muito pequena exista, naquela época, um cinema de bairro, pois, geralmente, os lugares fora do centro apenas passam a ter

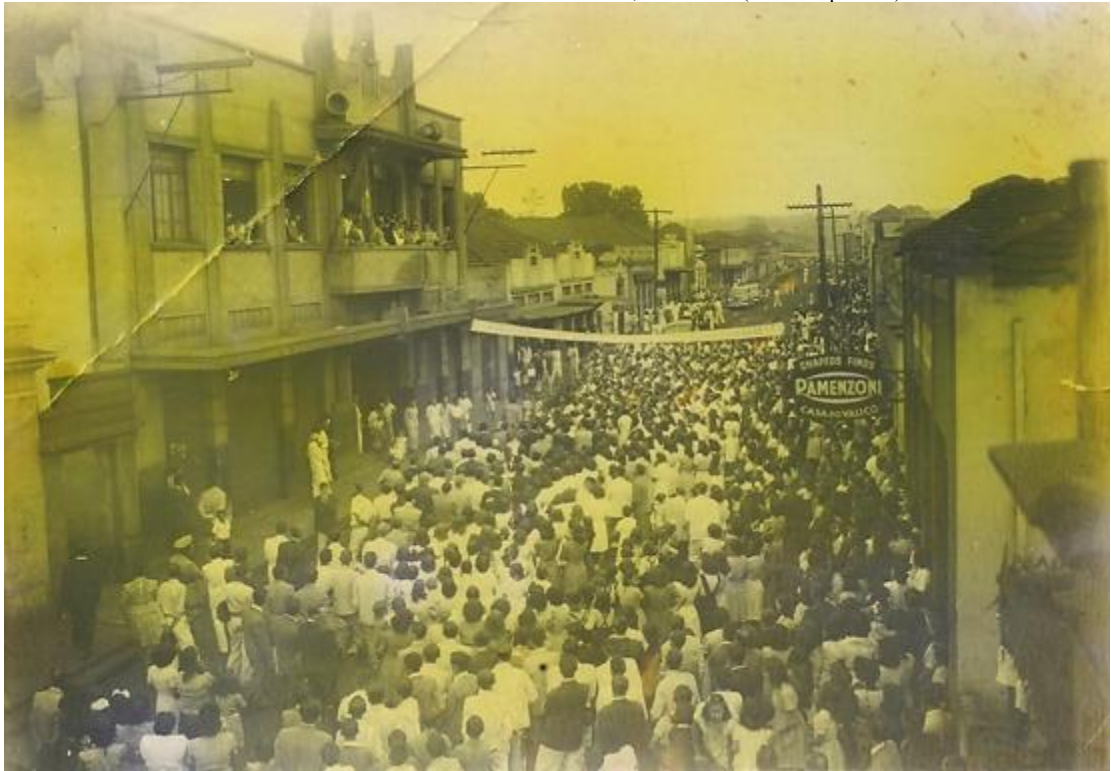
⁵⁹ Essa prática era comum aos dois cinemas que citaremos a seguir, os quais duraram mais tempo na cidade.

“melhorias” depois da expansão desta área. Podemos supor, ainda que tivesse ampla frequência de pessoas, esta era restrita, pois sua popularidade não atingia amplamente a cidade. Por isso, não teve importância? No entanto, por uma razão ou outra, não prosseguiu e o prédio mudou sua destinação. Esta última parte identifica com o destino que teve mais tarde outros dois cinemas na cidade.

Assim, enquanto o “Cine Teatro Progresso” funcionou durante um tempo que não sabemos, por outro lado, a atividade das últimas salas, que veremos adiante, foi mais duradoura e exerceu forte influência na formação de muitos jovens espectadores durante algumas décadas. Localizadas no estreito centro da cidade, com exhibições diárias, matinês aos domingos e sessões noturnas, numa cidade que se mantinha ainda com características rurais, época de dinheiro escasso, é possível, conforme mencionamos, que nos primeiros tempos de ambos apenas uma pequena fatia participasse assiduamente, pois, nem sempre se dispunha do dinheiro da entrada.

O primeiro cinema de grande porte, *inaugurado em 1942* (ZOCOLI, 2012), *com 800 poltronas* (REVISTA ONTEM..., nov.1963, jan.1964, ano 1, n.1) era o Cine Teatro Ituiutaba ou Cine Ituiutaba que, muitos anos após, passou a ser Cine Bristol.

Fotografia 09 – Prédio onde funcionou o Cine Ituiutaba, piso inferior. No superior, Ituiutaba Clube. Rua 22 entre Av. 13 e 15. Ituiutaba, anos 1950. (Discurso político)



Fonte: Foto Studio Maia.

Zoccoli (1999) aponta a existência do serviço de alto-falantes, que, provavelmente antecedeu ao do “Cine Teatro Progresso”; chamava-se “Vitória”, tido como “a voz de Ituiutaba”, e funcionava “lá no alto”, na extremidade das duas pontas do prédio do cinema (ZOCOLI, 1999) e em outra época na parte central, acima do balcão, conforme a foto acima. Embora não tenhamos pesquisado a cerca de tal “mídia”, podemos imaginar pela mesma imagem que servia também aos interesses políticos e seus discursos. Todavia, não temos informações seguras sobre o evento da foto, mas, sabe-se que a sacada do cinema, cuja área superior era ocupada pelo Ituiutaba Clube, foi palco de muitos pronunciamentos, como consta na matéria Esteve ontem... (1952) sobre a visita de Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo, em Ituiutaba, em 1952, provavelmente em campanha presidencial, quando houve um comício na sacada, com discurso do próprio, entre outros, e após o comício, o líder do partido P.S.P. visitou o Matadouro Industrial e as Indústrias Reunidas “Fazendeira”. De acordo com o que percebemos, do ponto de vista político estes setores representavam a cidade quando a intenção era demonstrar o que ela tinha de mais valoroso dentro da economia. Efetivamente em campanha, outra notícia informa que no mesmo espaço houve um comício do candidato à presidência, Juscelino Kubitschek e a vice João Goulart, Jango, em setembro, próximo ao pleito de outubro que os elegeram (ITUIUTABA receberá..., 1955). Isso demonstra o espaço

“democrático” do lado externo, tanto do clube quanto do cinema, em contrapartida às restrições de entrada nos recintos destes estabelecimentos, conforme citações adiante.

Fotografia 10 – Cine Capitólio, 1958.
(Reprodução).



Fonte: Revista Folha de Ituiutaba, 1958.

Fotografia 11 – Ituiutaba, Rua 20. Prédio onde funcionou o
Cine Capitólio, 2011. (Hoje, loja de diversidades).



Fonte: Ana Maria Alves Muniz. Máquina digital, DSC05651.

Posteriormente, em 31 de março de 1956, inaugura-se o segundo grande cinema, o Cine Capitólio (fotos 10 e 11), sendo um edifício de três pavimentos contendo 1.200 *poltronas estofadas* e várias características de um cinema de última geração.⁶⁰ Mais tarde, este espaço foi considerado por um magazine *como o edifício mais moderno de perfeito do Triângulo Mineiro*, e a mesma mídia à época propagandeava este cinema como o entretenimento preferido no lugar (ITUIUTABA no seu 62..., nov.1963 e jan.1964). Os grandes sucessos da tela passavam nos dois cinemas. O que marcou para Elza Cunha (2013) “foi o filme de inauguração do Cine Capitólio. “[...] ‘Lili’. ‘Lili’ foi repetindo, assim, a semana toda, acho que umas duas semanas repetindo. E teve gente!”.

Marina Baduy (2013), que acompanhava a programação da capital paulista por um jornal de São Paulo, além de mencionar os nacionais daquela época, recorda a demora dos filmes para entrar em cartaz no interior:

[...] eu lembro que eu assisti o Ben Hur, uma vez, em São Paulo, estava lá, eu tinha 9 anos, mas, depois, ele demorou pra passar aqui. Demorava, ia primeiro passando em todas as capitais, pra depois chegar nos cinemas do interior. E, também, quando

⁶⁰ Segundo matéria O Mais Amplo... (1956), neste cinema foi instalada “novíssima aparelhagem de renovação e refrigeração do ar [...], sinais luminosos para facilitar os trânsitos dos frequentadores [...], espaçosas salas de espera, uma das quais dotada de ‘bomboniére’”, *tinha dois projetores suecos instalados por um técnico alemão; sistema de alto-falantes e cinco amplificadores, com som estéreo, possuindo uma tela “das maiores”, tendo “16 metros de comprimento por 8 de altura, totalizando, portanto, 128 metros quadrados”.*

passou os filmes do 007, com Sean Connery, eu não podia assistir, porque ele era proibido pra 14 anos, 16 anos, e eu não tinha essa idade. Havia as chanchadas nacionais com Oscarito, com o Grande Otelo, passava muito aqui também, em Ituiutaba. Eram filmes muito bons também, numa época do cinema nacional. (BADUY, Marina, 2013).

O cinema foi, assim, entre 1960 e 1970, principalmente, a diversão, a atração, e serviu de pretexto que desviava a atenção dos jovens das grandes conturbações pelas quais passava destacadamente a política nacional. Enquanto absorvíamos os clássicos neorealistas, Pasolini, Fellini, Rossellini, Visconti; os nacionais, Joaquim Pedro de Andrade (Para nós, outros só vieram mais tarde, como Nelson Pereira dos Santos, Glauber Rocha, Rogério Sganzerla), e também os faroestes e seriados americanos, os palácios governamentais agitavam-se em comandos com as rédeas rígidas. Na escola, o diretor estimulava o silêncio, a palavra “comunismo” não podia ser pronunciada.

Fotografia 12 – Cine Capitólio/Rua 20. Formatura ginásial, 1964.



Fonte: Gildete Muniz Mendes Alves

Principalmente o Cine Capitólio, além exibir os lançamentos da época, por suas instalações mais modernas foi palco de shows, com artistas da Jovem Guarda, e outras

comemorações, inclusive festas de escolas, por exemplo, por ocasião da entrega de diplomas de conclusão de curso ginásial (foto 12) que mostra a entrada dos alunos do “Instituto Marden”, deixando ver um pedaço do teto da parte superior, onde havia mais poltronas.

O vaivém que estimulava o interesse das pessoas em sair de casa, com possibilidades de encontros, passou a não existir mais, como também os dois cinemas tiveram suas atividades encerradas, como se terminasse junto todo um cenário de passado cultural.⁶¹

O fluxo cultural que houve em certo período e que finaliza em torno da virada do século se dava de forma ousada e, paradoxalmente, contida, nos lugares de sociabilidades. O que acabou não morreu só. Enterra-se junto um passado de lacunas, inclusive aquelas telas (de cinema) assinadas por “Solange”.⁶²

Outras iniciativas ocorreram em torno dos anos 1970. Eram grupos teatrais que realizaram apresentações locais, que tiveram seus ânimos alterados positivamente, mas declinando, por contingências da época, em confronto com atividades carentes de incentivos.

As artes cênicas, como o cinema, já eram faladas desde 1910 (FERREIRA, Altair, 1980, p. 66),⁶³ e depois de algumas décadas outros grupos surgem sempre amadores.⁶⁴ Em 1975, surge o Grupo Ituiutabano de Teatro Amador – GUITA.⁶⁵ Após ter tido um começo de sucesso, reunindo centenas de pessoas da cidade e região em muitas apresentações realizadas, não avançou e parou com suas atividades. A partir do início e durante a década de 1980, com a ajuda da prefeitura, o grupo realizou vários eventos, inclusive um festival a cada ano, era o Festival de Teatro Amador de Ituiutaba – FETAI.

[...] O primeiro festival deu uma média de 1.300, 1.400 pessoa, durante o festival, de público. [...] Eles apresentavam na ex-sede urbana do Ituiutaba Clube. Era o local nosso que a gente tinha pra fazer um grande movimento, era lá, o lugar específico. Porque lá já tinha tudo, lá tinha os banheiros masculino, feminino, tinha os camarins, né? [...] Eu parei definitivamente, a última peça que nós apresentamos foi em 2000. A dificuldade foi muito grande e crescente, muito complicada, alguns prefeitos nos ajudavam, fazia essa festa, tudo isso, e aí foi entrando alguns prefeitos que num tinha nenhuma comoção de crescer esse movimento, continuar com isso, e foi parando. (FREITAS, Nelson, 2013).

⁶¹ O Cine Capitólio encerrou as atividades na década de 1990 e o antigo Cine Ituiutaba no final da primeira década de 2000.

⁶² Referência a Solange Maria Chaves Teixeira (Solange Hernandes), Chefe da DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas (1981-1984).

⁶³ Segundo Altair Ferreira (1980), o povo da *Villa Platina* já ansiava “pelo desenvolvimento em todos os sentidos [...] Comentavam-se sobre representações teatrais para o povo”, chegaram a solicitar a doação de um terreno para construir um prédio para teatro. Nessa época foi aprovada a doação ao “Clube Dramática Platinense” de um terreno ao lado do Paço Municipal para construção do teatro. Mas não foi concretizado.

⁶⁴ Foi atuante nessa época de 1950 a 1970, Faustino Angelo de Souza, cujo teatro era ligado à igreja católica.

⁶⁵ Criado por Nelson Mamede.

Outro grupo contemporâneo daquele é o Movimento Experimental de Cultura – MECA, existente desde 1974, se mantendo com os integrantes distribuídos em outras atividades, tendo o espaço do “Teatro Vianinha”.⁶⁶ Faz apresentações esporádicas, também carente das mesmas políticas públicas. Tem um passado de muitas apresentações e atividades e abre um leque de possibilidades para outras áreas, de acordo com a diretora do mesmo:

[...] o foco era teatro, o forte era teatro, mas sempre, quando nós fazíamos as nossas semanas culturais, sempre se caracterizaram pela diversidade, então, assim, a diversificação, cinema, dança, teatro, literatura, lançamento de livros, então, hoje eu digo que o Teatro Vianinha, ele tem a vocação de ser um espaço cultural. [...] Se nós tivéssemos mais apoio no sentido de políticas culturais na cidade, eu acho que a gente poderia ter avançado muito mais [...]. (FREITAS, Ana, 2013).

Principalmente, depreendemos que a denominação de “capital do arroz” parece ter suscitado em alguns de seus habitantes o desejo de seguir o fluxo dado pela movimentação em torno das lavouras, conforme é tratado no capítulo seguinte, e assim, dá a entender, que o mesmo motivo que os mobilizou, levou à extinção praticamente conjunta, de acordo com o declínio dessa produção agrícola.

Souza (2013) começou no teatro, mas se dedicou mais às danças, com participações em festas religiosas e populares e conta: “Eu tenho um grupo de quadrilha: *Nova Geração*, é o mesmo [da catira]. Tem alguns catireiro que dança na quadrilha, mas não é todos não”. Ecoa no mesmo sentido, o município não apoia: “Eu tive aqui, no catira, ajuda do prefeito Fued Dib. Esse outro que entrou, [...] e esse outro que taí, acabou”. Segundo o mesmo, há anos não tem nenhum incentivo para manter o seu grupo que passou por várias formações e hoje, com alguns jovens e outros veteranos atuando na catira e quadrilha sob seu comando, tem, inclusive, o objetivo de não deixar morrer esse tipo de manifestação que remete às raízes locais, no entanto, alega que todos os obstáculos são postos impossibilitando os ensaios e as apresentações.

Por algum tempo, o Salão Paroquial da igreja católica foi o local das apresentações teatrais do grupo formado por Souza. Posteriormente, o principal local desse tipo de exibição, peças e festivais, era o *Ituiutaba Clube*.⁶⁷

⁶⁶ O Teatro Vianinha, inaugurado em 17 de março de 1980, foi construído em terreno doado pela prefeitura.

⁶⁷ Entre os clubes que a cidade veio a ter, como o Jockey Clube, extinto, o Palmeira Clube, em funcionamento desde 1945, entre um ou outro, o Ituiutaba Clube, no andar superior ao do cinema (fotografia 09), *instalado ali em 1942, por algum tempo foi o único clube da cidade* (ACAIACA, 1953, p. 93-94).

Fotografia 13 – Ituiutaba Clube (ex-sede campestre). Ituiutaba, 1957. Hoje, existente no mesmo local, sendo no urbano.



Fonte: Ana Maria Alves Muniz

Fotografia 14– Prédio da ex-sede urbana do Ituiutaba Clube. Rua 18. Ituiutaba, 2011.



Fonte: Ana Maria Alves Muniz

Fotografia 15 – Show da cantora Marlene. Ituiutaba Clube, interior do prédio à Rua 22. 30 jul.1955.



Fonte: Ana Maria Alves Muniz.

Este clube, em 1957, passou a ter uma sede campestre (fotografia 13); fechou a sede junto ao cinema (fotografia 9), e posteriormente instalou outra na região central (fotografia 14), que mostra o prédio nos dias de hoje, cujo exterior perdeu a estética, antes totalmente ocupado pelo clube e que representava o lugar das elites ituiutabanas, foi transformado em salas para locação, sucateando o passado. Mesmo na sede da Rua 22, o clube, que era apropriado para danças, já tinha uma programação de apresentações artísticas, como a da foto acima, e também outros tipos de comemorações, mas, para um público restrito e ainda com espaço reduzido, possivelmente havia em torno de duzentos lugares.

Por esta imagem da fotografia 15 podemos notar o modo com que as pessoas ficavam para ver o show, de característica íntima, dado ao espaço estreito, e observamos que alguns dos homens, rapazes, estavam mais descontraídos, e dá a entender que cada um queria o lugar mais próximo da cantora Marlene, atentos, para não perder nada, ficando, inclusive, sentados sobre os calcanhares. Percebe-se, ainda, o traje que o clube exigia: terno e gravata para os homens e social para as mulheres. Não há nenhuma demonstração de ter sido popular, ao contrário, era bem limitado, inclusive, segundo Elza Cunha (2013): “não entravam negros”. “Tinha o Palmeira Clube, que era dos negros, exclusivo deles”, revela Ribeiro (2012), “[...] era separado, eles frequentavam o clube deles, e a gente frequentava o da gente”. Só entravam sócios e não podia ser negros e da mesma forma os pobres eram impedidos, assevera Rodolfo Oliveira (2011).⁶⁸ Portanto, indagamos a este: Por que não podia misturar? O que acontecia?

Porque tinha uma direção, o Ituiutaba Clube, e tinha a influência das pessoas, entendeu? Era difícil ali. [E quem é que exercia essa influência?] As famílias importantes. [Famílias que já tinham atingido um grau de poder de capital alto?] É, muito rica. [Eles estavam na diretoria do clube?] No Conselho. O Conselho era a maneira de segurar. Eles iam pra vigiar, pra num entrar gente pobre. “Océ não pode ser sócio, pronto”. Fulano de tal mora não sei onde... “Não aceita, não pode ser sócio”. Tinha isso. (OLIVEIRA, Rodolfo, 2011).

Entre bailes e shows restritos, por algum tempo foi assim que funcionou. Ao abrir as portas para o público em geral, passou a sediar outras festas, outros shows, peças de teatro, comemorações em geral, formaturas, carnavais, inclusive festas de debutantes muito requisitadas na cidade, mas isso ocorreu de forma mais ampla a partir de 1957, quando inaugura a sede campestre deste clube.⁶⁹ Percebemos, porém, que “a popularização” do mesmo tinha o interesse na absorção de novos sócios, novas entradas de dinheiro, portanto, quem não o tivesse não podia fazer parte daquele. Então, tal espaço continuava àquela época sendo apenas para uma fatia da sociedade. Após a abertura da nova sede e a partir de 1960 até 2000, mais ou menos, ambas, urbana e campestre, dividem seus espaços com algum tipo de apresentação, como as festividades do concurso “A rainha do arroz”.

Tal evento sustentou-se em consequência do que representava a rizicultura e também, supomos, ajudou a firmar o codinome da "capital do arroz" no imaginário das pessoas. A “Mocidade Espírita” teve a iniciativa de criar o concurso “A rainha do arroz”, com o objetivo

⁶⁸ Ao se tornar presidente do Ituiutaba Clube, Rodolfo Oliveira (2011) nos conta que dá início a uma fase inédita, promovendo novos shows, criando modalidades esportivas, piscina, jogos, abrindo a um público mais amplo e diversificado (OLIVEIRA, Rodolfo, 2011).

⁶⁹ O Ituiutaba Clube (antiga sede campestre, hoje a mesma área é urbana) continua em atividade, principalmente para prática de esportes, jogos, futebol, bailes da terceira idade, etc.

de arrecadar fundos para a edificação da escola "Educandário Ituiutabano". Portanto, *a partir de 1954 ocorre o primeiro evento que elege uma "rainha do arroz"* (APROXIMAM-SE..., n. 678, 1954), que nos remete ao filme "Arroz Amargo", mencionado anteriormente.⁷⁰ Segundo Maria Cunha (2010), a rainha era eleita por votos vendidos que ganhava de uma forma ou de outra, o que, depois de alguns anos, ajudou a erguer tal escola: "A gente ia nas firmas e ganhava os materiais que nós *tava* precisando, em forma de votos ou dinheiro; de qualquer forma, a gente tinha a renda".

Como o cinema, o teatro e outras ações culturais, que deixaram de existir, percebemos o passado sendo apagado pelas borrachas das transformações, deixando apenas rastros para serem observados à distância. O que se denota, acima de tudo, é a involução de muitas iniciativas, quando cada um começa a olhar restritamente e sem alcançar perspectivas muda de rumo, deixa de fazer ou inovar, atropelado por um sistema que determina e oprime, encravado em políticas de falácia, que mais promete que faz.

Contudo, a cidade tomada pelas orientações governamentais e a atenção dos investidores no que ela tinha de mais representativo que era a agricultura, cujas intenções plantavam interesses que vinham pelos mares, principalmente no caso de uma multinacional que passa a patrocinar junto a sua representante local, a partir de 1958, uma festa que leva as pessoas às ruas, onde o grande público era apenas o espectador, implicando que o maior foco era o fazendeiro, o comprador de máquinas agrícolas. Marina Baduy (2013) lembra que quando havia a "Festa da Ford" ela era pequena, mas sabe que os representantes

vinham de São Paulo, de muitos lugares, grandes nomes da Ford, vinham pra cá, e eu me lembro que havia a rainha, era escolhida a rainha da Ford, da exposição, isso eu sei. Porque tudo girava em torno da cultura do arroz, então, os tratores, as máquinas, os caminhões, e outras produções também. Então, a Ford, ela teve o papel muito forte, muito empreendedor, aqui, nessa época, em Ituiutaba, com a venda de caminhões, de tratores.

Tostes (2010) dá outra conotação: "A festa da Ford era animada, tinha as rainha de Ituiutaba, as mais bonita de Ituiutaba, era um festão danado [...] Era ali na praça, na Getúlio Vargas [...] A Cancellia é que fazia, né?"

A primeira delas foi realizada em 1958 e anuais até 1962 (MORAES, Valdeci, 2011). O objetivo era promocional vinculado à agricultura, com ênfase no arroz que estava adiante

⁷⁰ No filme ocorre a celebração do plantio de arroz com festa e concurso elegendo uma rainha.

nas estatísticas. De fato, para a pequena cidade, àquela época, uma atração que reúne a população em torno do evento só se assemelha à vinda dos circos ou mesmo aos comícios.

Fotografia 16 – Festa da Ford, desfile de caminhões. Rua 20.



Fonte: Cancellia Veículos.

A foto 16 mostra atrás do caminhão e acima a placa “Ford” no prédio, hoje modificado e ampliado, da empresa que fazia a intermediação para a realização do evento. Era um dos lugares centrais, rota do desfile que tinha no percurso a praça, local onde ocorriam os acontecimentos. Havia, além da coroação de uma rainha e princesas, *mostra de tratores, pirotecnia, folclore, shows de artistas regionais e nacionais, com grande destaque às apresentações sertanejas* (MANOEL Afonso..., 2012). Foram cinco festas, na rua e praça, diferentes das feiras em ambientes mais restritos de hoje em dia, cujos meios de divulgação são outros. Numa época em que a televisão ensaiava seus primeiros passos, não tendo um canal local para publicidade, percebemos que a estratégia de atingir amplamente o alvo, atraindo o fazendeiro para diversos tipos de transações financeiras, não apenas deve ter obtido êxito, mas, ao mesmo tempo, por ser um lugar pacato, promoveu entretenimento para a população em geral. Esta participou passivamente, uma vez que a ideia de progresso anunciada diante de tanta tecnologia não atingia os seus bolsos, sendo pessoas excluídas da

aquisição dos maquinários e, paradoxalmente, com as quais contavam os protagonistas para reforçar o ânimo dos compradores, com sua presença maciça no evento, como se fossem um contorno para a imagem que estava sendo lançada.

Fotografia 17 – Festa da Ford, desfile da rainha (Márcia França) e princesas.



Fonte: Márcia França, arquivo pessoal.

Na foto 17, as contempladas do concurso, em plataforma alegórica, são conduzidas lentamente por trator quase impedido pelas pessoas que estavam à sua volta, mostrando-se curiosas e atentas ao inusitado. Por outro lado, o veículo parece vir vagorosamente na direção dos pedestres que se afastam para deixá-lo passar exibindo três jovens, no topo, talvez no lugar que aquelas espectadoras, ao lado, gostariam de estar, suscitando um desejo inacessível para uma classe que a imagem demonstra inferiorizada. Ao fundo, o prédio que antes foi residência e comércio, que ainda existe parcialmente e modificado.

Fotografia 18 – Festa da Ford, banda de música e público.



Fonte: Cancellia Veículos.

Fotografia 19 – Festa da Ford, grupo do “Palmeira Clube”.



Fonte: Cancellia Veículos.

Fotografia 20 – Festa da Ford, grupo de catira.



Fonte: Cancellia Veículos.

A banda de música era mais uma forma de atrair as pessoas para os eventos (foto 18). Conforme percebemos, desde a instalação do município era imprescindível sua participação em comemorações e festas. A organização da “festa Ford” preparou animações com artistas nacionais, principalmente os grupos locais que se interligam através de outras festas, conforme mostram as fotos 19 e 20, possivelmente, tentando suscitar os sentidos de uma festa popular, mas, com ostentação de um grande negócio.

Fotografia 21 – Festa da Ford, caminhão carregado em desfile.



Fonte: Cancellia Veículos.

A foto 21, um caminhão com faixa que indica o nome do fazendeiro e da fazenda, com carga de um produto que pode ser arroz, milho ou algodão; revela, assim, que não só desfila, mas que está em serviço.

Fotografia 22 – Festa da Ford, desfile de tratores e outros veículos.



Fonte: Cancellla Veículos.

O trator, veículo que foi introduzido recentemente, àquela época, nas lavouras e ainda por poucos adquirido. A curiosidade pelo novo dá para perceber na atenção do menino à direita voltada para a grande roda do mesmo (Foto 22). Presumimos que a festa representada nesta foto se trata da segunda exposição, no ano de 1959, conforme no muro se promove a campanha presidencial do militar Henrique Teixeira Lott, que concorreu à Presidência da República em 1960, tendo perdido para Janio Quadros; e junto ao seu nome, os de seus aliados, Jango e Tancredo. De modo explícito, a colocação da publicidade política está bem posicionada em meio à multidão, inclusive no poste, para ser vista, em uma época em que o principal meio de comunicação local era para ser ouvido, o rádio.

Fotografia 23 – Festa da Ford, público.



Fonte: Cancelli Veículos.

O público presente nos retratos está como coadjuvante das cenas e ganha destaque na fotografia 23, de cima para baixo, quando cada um, como se posasse para um *close*, é clicado pela câmera do fotógrafo em uma tomada que revela seus rostos, e nos dá uma demonstração de que o espaço estava cheio excessivamente pelos corpos muito juntos, além de representar um ponto de vista “do alto”, quando aquele que está abaixo é quem se submete.

Torna-se pertinente perceber o interesse da nação detentora da marca "Ford", se observarmos que desde o final do século XIX, aquele país se voltava para a América do Sul, quando, a partir de então, várias estratégias são aplicadas pela América do Norte, conforme Salvatore (2003, p. 70-72 apud GOULART, 2013, p. 69), lançando discursos através de diversos meios construídos no sentido de estimular o imaginário dos povos do subcontinente para o quanto aquele país era um “emissário de paz”, progresso, modernidade, etc., cujas aspirações viam o Brasil “[...] como um mercado de grande potencial [...]”. O autor assevera que, entre 1890 e 1930, especialmente Argentina e Brasil “[...] integraram suas economias ao circuito de bens do norte, recebendo quantidades crescentes de bens norte-americanos em

troca de suas exportações primárias" (SALVATORE, 2003, p. 83 apud GOULART, 2013, p.71). Entendemos, portanto, que parte daí o principal incitamento às acometidas em torno do nosso país, cujas consequências são históricas. Ituiutaba recebeu sua fatia através dos produtos para o setor agrícola, notadamente, se inserindo no propósito de um “grande negócio” realizado. Isso torna mais claro se considerarmos, segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 119), que “nenhuma firma dá nada de graça” e, de acordo com os mesmos, essa afirmativa “vale em toda parte e, depois da moderna fusão do mundo dos negócios com a política, vale sobretudo para esta”.

Assim, diante das táticas norte-americanas que se efetivaram de várias maneiras, concernente aos veículos a investida dos mesmos no nosso território foi sucessiva a partir da primeira metade do século XX e apenas no ano de 1955, na presidência de J.K., foi dado o início ao que levou a impulsionar o avanço da indústria nacional automobilística e, consequentemente, às novas empreitadas agrícolas. Desse modo, depreende-se que os interesses efusivos daquele país são ostensivos através destas cinco festas. O passado revela que as mesmas ocorrem ao mesmo tempo em que tal investida na produção nacional se efetivara e a circulação de veículos fabricados no Brasil passa a ser constante nos grandes centros, enquanto novos maquinários chegavam às áreas mais rurais, somando-se à profunda carência, entre meios de transporte e estradas, em cuja conjuntura se encontrava a cidade de Ituiutaba. Portanto, tais eventos ocorrem por ocasião da abertura do intenso fabrico de veículos nacionais, quando muitos começam a trafegar pelas vias do “progresso” que se iniciava nas rotas de Brasília nos anos J.K.

Desta forma, no sentido de *elucidar um passado* (KOSSOY, 1989, p. 20), utilizamos tais imagens, que percorremos com um breve olhar, observando os tempos idos, tentando ter uma ideia do que foi, cujas impressões formamos parcialmente durante o percurso. É evidente que ponderamos, inclusive, com subjetividade, a que nos submetemos ao futuro leitor.

CAPÍTULO II

[...] Resulta claro que entre os homens existem duas categorias, particularmente bem definidas: a dos que se salvam e a dos que afundam [...] (PRIMO LEVI, 1988, p. 89)

2 AGRICULTURA NO CENTRO DOS NEGÓCIOS

Localizada mais adentro no sertão mineiro, Ituiutaba perdia campo para outras cidades mais bem situadas em termos de comunicação com o litoral, em uma época em que muitas estradas existentes eram aquelas trilhadas por carros de boi. Para solucionar o distanciamento que dificultava as transações comerciais, alguns atestam que houve empenho em trazer uma linha férrea que passasse na região a partir de 1913 (CHAVES, Petrônio, 1984, p. 142). Todavia, o projeto ferroviário que estenderia o trecho da Estrada de Ferro Oeste de Minas até Ituiutaba continuou no papel por décadas. Com o mesmo intuito, objetivando a vinda daquela que passara a chamar *Rede Mineira de Viação – RMV*,⁷¹ a imprensa, no ano de 1950, tenta enaltecer a cidade, provavelmente atendendo ao apelo de alguns interesses, tratando-a como a “uma das partes de Minas mais povoadas e florescentes” (O PROLONGAMENTO dos Trilhos..., 1950). Porém, em 1951, sobre a via férrea, o discurso através da mesma mídia enviesa, possivelmente tentando arrefecer grupos políticos, depreciando a própria e também o Estado, mas, ainda coloca esperanças nas mãos de Juscelino Kubstichek, que assumiria a seguir o governo de Minas Gerais. J.K., em um depoimento, segundo a matéria, atribuiu ao governo federal as decisões sobre a Rede (O PROLONGAMENTO da rede, 1951). No entanto, como se sabe, tal via não fora realizada, o que fez interromperem-se as esperanças de escoamento de produtos por meios mais ágeis e isso, de acordo com Guimarães (2010, p. 75), gerou um atraso, “em algumas décadas”, com relação à “projeção econômica e social do oeste sobre o leste”.

Constatamos, conforme Lambert (1973, p. 162-168), que tal ferrovia não se tornou realidade, inclusive, porque não estava nas áreas de preferência do governo federal, que escolhia, a partir de 1955, as áreas de mais interesse para a construção de rodovias, o que levou, a seguir, o governo a dar mais importância ao carro do que ao trem de ferro, abandonando as linhas férreas.

Para estimular a agricultura, era premente a viabilização de estradas, criando alternativas para o tráfego dos produtos. O município mobilizou-se, uma vez que os anseios da ferrovia não foram atendidos.⁷² Para criar uma opção que desviasse do trajeto da Mogiana, via Uberlândia, que não comportava mais tantas cargas vindas de outros Estados, a prefeitura

⁷¹ Cf. Guimarães (2010, p. 74), a partir de 1931, a Estrada de Ferro Oeste de Minas passa a chamar Rede Mineira de Viação – RMV.

⁷² Nosso trabalho não incorpora uma larga pesquisa de possíveis desdobramentos relacionados a lutas no campo e na cidade que levassem a reivindicações de funcionalidade de serviços urbanos e também concernentes às condições de trabalho rural.

e pessoas interessadas, provavelmente fazendeiros e empreendedores locais, investiram na abertura de um trecho de estrada de terra que ligou à cidade Bastos, no estado de São Paulo, interligando à rodovia federal São Paulo-Cuiabá, sendo cinquenta e um quilômetros de extensão da BR-154, concluída no ano de 1952, tendo sido a segunda estrada ligada a Ituiutaba (AUGUSTO, 1953, p. 31).⁷³ Tal realização colaborou para o escoamento de produtos, mas, não agilizou, pela precariedade, o que ocorreu apenas após os *melhoramentos da BR-350, por volta de 1970* (GUIMARÃES, 2010, 155;157).

Ao mesmo tempo em que o município faz uma coligação com particulares, e juntos, denotando “poder”, criaram uma alternativa que não veio através das instâncias federais, infere-se que o mesmo não adquiriu “forças” para avançar “isoladamente”, como demonstra com aquela ação, ainda que tal atitude tenha permitido a alguns a saída na dianteira, através de negociações decorrentes da venda de produtos agrícolas transportados por vias frágeis. Todavia, não obtemos os dados das circunstâncias empregadas na mão de obra contratada para a abertura de uma estrada de terra que, possivelmente, favoreceu a trilha de algumas fazendas. A economia de subsistência estava vendo o início de seu fim.

2.1 Lavouras de arroz e o urbano se embrenham pelo progresso

A vida do caipira é fechada sobre si mesma, como a vida destas [plantas]. A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o à resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas (CANDIDO, 2010, P. 139-140).

A partir de 1930, nesta região, a agricultura soergue frente aos rebanhos bovinos que diminuem e a atenção é dividida entre pecuária e agricultura, ficando com um espaço menor para o gado, porém, este passa a ser mais selecionado, e Ituiutaba torna uma expressiva criadora de gado zebu, tanto para reprodução, quanto para exportação, além de sobrarem terras para a diversidade rural (NOVAIS, 1974, p. 32-36). Contudo, após um período de alta especulação, as negociações empreendidas em zebu, segundo Petrônio Chaves (1985, p. 52), voltadas especialmente à valorização da raça, teve um declínio catastrófico que deixou a classe de investidores endividada. Desta feita, após 1945, o interesse do pecuarista desvia-se do gado e volta-se para a lavoura, já podendo fazer uso do trator.

⁷³ A estrada entre Ituiutaba e Uberlândia (BR-350) foi a primeira aberta e seguiu a trilha dos carros de bois, tendo sido executada sob a gerência de Fernando Alexandre Vilela de Andrade e Inácio Pinheiro Pais Leme, entre 1912 e 1918 (AUGUSTO, 1953, p. 26).

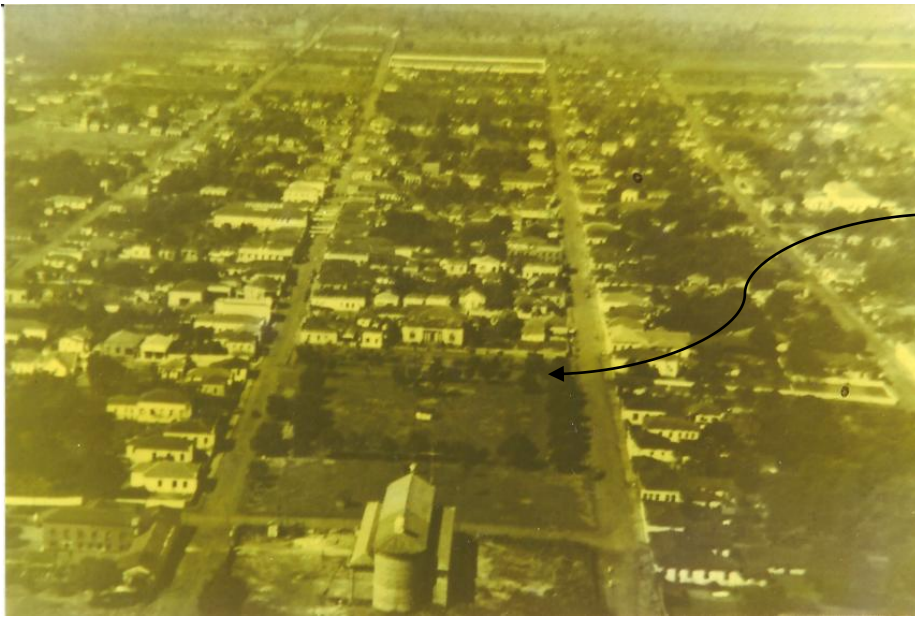
Tal veículo chega ao Brasil em peças para serem montadas, a partir de 1922, principalmente para o uso no preparo das lavouras de café (ASSOCIAÇÃO NACIONAL..., 2006, p. 159) que era o fluxo agrícola mais intenso naquela época, acentuadamente no Estado de São Paulo. Contudo, não consta nenhuma unidade de trator no censo de 1940 realizado neste município mineiro (IBGE, p. III, tomo 3, 1950). Desta forma, salientando que não houve recenseamento no ano de 1930, podemos considerar a chegada lenta e progressiva do veículo a partir da década de 1940.

Em 1953, a Revista Acaiaca (1953, p. 167-176)⁷⁴ registra a existência de 659 tratores agrícolas em Ituiutaba. No mesmo número, encontramos uma divergência quando em um artigo o autor menciona a existência de cerca de 1.000 tratores neste lugar (CHAVES, Hélio, 1953, p. 75-79). O IBGE (1955, v. XXI, tomo 2) aponta o número de 72 destes veículos em 1.753 estabelecimentos pesquisados na região. É certo que, por estes documentos serem contemporâneos, as diferenças são significativas. Tratando-se de uma época de crescimento contido, quando tais veículos ainda não eram produzidos no Brasil, verificamos outro documento daquela entidade estatística que divulga a existência de “mais de meio milhar de tratores, bem como numerosas colhedoras de arroz”, enquanto os agentes do órgão, citando assim, de forma imprecisa, e julgando a cidade ter um “alto nível de mecanização”, lhe confere o título de “capital do arroz” (IBGE, 1959, p. 305 e 306). Contudo, o “mais de meio milhar”, pode ter sido baseado em dados fornecidos pela Revista Acaiaca (1953), uma vez que, segundo declarado no documento, para compor o “pálido ‘histórico’ de Ituiutaba” fez-se um “decalque” de trabalhos de “estudiosos e sondadores” (IBGE, 1959, p. 306). Diante de tudo, somos levados a entender que o número de tratores iria influenciar o entendimento de outros, que denotaria mais ou menos produção. Portanto, perguntamos: Se o intuito era o de fazer a cidade merecer alguns méritos, a tendência de sobrelevar informações se justificava, sendo que ela passava por duras lutas no campo e na cidade, inclusive com *o trabalho na roça feito muito mais braçalmente do que mecanicamente?*⁷⁵ A quem se destinavam os discursos? Estes eram apenas discursos políticos das elites locais para fazer jus à imagem de progresso que intencionavam propagar?

⁷⁴ A Revista Acaiaca era um periódico da capital mineira. O número em questão foi especialmente dedicado à cidade de Ituiutaba, que em 1951 celebrou o quinquagésimo aniversário de emancipação política, tendo sido elaborado durante o governo de Juscelino Kubitschek, amistoso às causas triangulinas.

⁷⁵ Cf. IBGE (1967, v.II, tomo IX, 1.parte), em um total de 1.680 estabelecimentos, os trabalhos agrícolas eram distinguidos pelo emprego da força humana em 1.095 deles; em 341, pela força animal; e 118, pela força mecânica; sendo animal e mecânica em 126.

Fotografia 24 – Ituiutaba, início de 1950.



“Praça da Matriz”,
antigo Jardim Público.
Hoje,
Praça Cônego Ângelo.

Fonte: Foto Studio Maia

A cidade que era o centro administrativo de todas as ações ia aos poucos se transformando por conta das contingências nacionais e internacionais. Na década de 1950, como podemos reparar na fotografia 24, o aspecto urbano vai ganhando um formato que denota mais moradias ocupando espaços que antes abrigavam antigas árvores, num andar desapressado, próprio da época no contexto.⁷⁶ Todavia, percebe-se que o contorno urbano deixa visível uma planta cadastral quadrada, mais retilínea, própria do projeto de cidade jardim, sem aquelas antigas ruas tortuosas, becos e vielas.

Ao observar o compasso do desenvolvimento local, podemos pensar que nessa época o novo capital que se formava, principalmente através da agricultura emergente, tomava ou dava outros rumo aos latifúndios, quando a terra começa a mudar de dono fazendo surgir os ex-fazendeiros. O “progresso”, considerado o que abastece amplamente a cidade das condições não apenas mínimas, não se vê, e as dificuldades mencionadas anteriormente denotam uma cidade pouco evoluída, pacata. No entanto, reafirmando as tendências de sobrepujar o local, alguns memorialistas, através da Revista Acaiaca (1953), trata o município enfaticamente de: “próspero rincão do pontal do triângulo mineiro”; “este torrão do qual nos orgulhamos”; “Canaã do Brasil Central”; “orgulho de Minas”; “cidade que nos arrebatou”; “princesa do Triângulo Mineiro”. À parte a questão de que se trata de autores que pertenciam

⁷⁶ As diferenças no aspecto da cidade, entre 20 anos, podem ser notadas se compararmos a foto 05 e a 24. Na foto acima, a praça da Matriz é a principal referência, a ausência da prefeitura no local, cujas obras iniciaram-se ali em 1954 e a reconstrução da Matriz em andamento, que se prolongou até o ano de 1959, ocasião em que a sua atual torre, ausente na foto, foi concluída.

a uma fatia da elite letrada tijuicana, portanto, privilegiados em relação ao “povo”, sabe-se que, em paralelo a algumas reivindicações da região junto aos governos, na década de 1950 havia discussões políticas de âmbito federal sobre o local da Nova Capital. O relevante para os membros participantes da comissão encarregada de estudar as localidades possíveis para essa esfera administrativa era observar as "condições do solo, a existência de água potável, o potencial hidrelétrico, as condições naturais para as atividades agropecuárias e as possibilidades de colonização" (LIMA, 2010, p. 25). Conforme consta em documento do IBGE, apontando as regiões "Sudeste do Planalto Central e zonas selecionadas pela Comissão de Estudos para a localização da Nova Capital do Brasil", Ituiutaba aparece entre os oito lugares apontados (PEREIRA, Sergio, 2010, p. 59),⁷⁷ portanto, disputava com as demais que tinham as mesmas características apontadas, isto é, uma cidade com possibilidades. Através do exposto, o que notamos é o interesse de setores ituiutabanos, elevando por meio de discursos a cidade publicamente, para que isso se multiplicasse e concretizasse, no caso, no Pontal do Triângulo Mineiro, provavelmente, trazendo soluções para muitas questões políticas, econômicas e sociais localmente.

Ainda ao final dos anos 1950, notamos que a ideia de crescer a qualquer custo continua na mente de alguns, sobre o que destacamos a Revista Folha de Ituiutaba (1958) e também em dizeres oficiais do IBGE (1959) que aponta Ituiutaba, não apenas estatisticamente, mas a coloca no alto, tratando-a como a “um grande centro [...] [que contava] com inúmeras escolas primárias, bons colégios, cinemas moderníssimos, hospitais confortáveis com um bom corpo clínico e cirúrgico, belas ruas e avenidas” (IBGE, 1959, p. 305-306), isto é, por um lado o exagero (“grande centro”; “inúmeras”) e por outro a exaltação do que ela tinha de melhor.

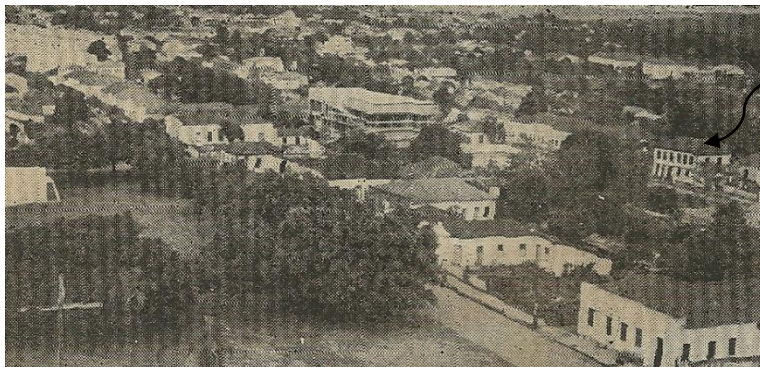
A referida mídia lança uma série de induções com a ideia de que a cidade fosse modificada na sua aparência para atender às demandas da “modernidade”. Elogia a cidade que se constrói, considerando progresso, enquanto o que já está estabelecido se torna indesejável. Ressaltamos o exemplo do “sobrado”, que foi mencionado no primeiro capítulo, há uma publicação de uma foto dele e na mesma página,⁷⁸ a revista publica outra do clube campestre recém-lançado, distinguindo com o título "Contraste" (REVISTA FOLHA DE..., 1958) a

⁷⁷ As oito cidades, utilizando-nos dos mesmos critérios de ordem de Sergio Pereira (2010, p. 59), eram: A – Uberaba; B – Ituiutaba; C – Uberlândia; D – Patos de Minas; E – Ipameri; F – Goiânia; G – Quadrilátero Cruls; e H – Chapada dos Veadeiros.

⁷⁸ Referimos ao sobrado da foto 4, porém, outra foto do mesmo com aspecto semelhante, e uma do Ituiutaba Clube igual à foto 13; inclusas no primeiro capítulo.

diferença entre um e outro. A colocação e o texto⁷⁹ do magazine incita a destruição do antigo, chamando o prédio de dois pavimentos, com esteios de aroeira, do século XIX, apenas de lugar da "cadeia pública" e que os edifícios antigos demonstram “o desprezo dos nossos governos para com esta cidade” e, ao mesmo tempo, elogia as novas construções: "seus prédios obedecem uma linha de construção moderna" (REVISTA FOLHA DE..., 1958). Coloca o apreço ao novo acima do bom senso, difundindo que apenas o recente é “bonito”. Contudo, percebemos que o conceito de beleza entra em jogo, mas não nos fixamos nisso, porém, não deixamos de observar, que a mídia propaga que o novo *caia bem* na cidade, enquanto o antigo tornava-se indesejável, um incômodo. Diante disso, acreditamos que os autores viram suas ideias se concretizarem, pois, o relegado sobrado, repleto de memórias, foi abaixo menos de três anos após tal publicação, e junto houve o des zelo e a destruição de parte da história edificada nas primeiras décadas de 1900. Por essas atitudes, foram-se casas com janelas voltadas diretamente para a rua, cuja porta principal facilitava a entrada e saída de pessoas, que chegavam sem muitas cerimônias, como as residências que se vê na foto abaixo.

Fotografia 25 – Ituiutaba. Praça da Matriz, R. 20 e 18 com Sobrado. 1958. Reprodução.



O sobrado.

Fonte: Revista Folha de Ituiutaba, 1958.

A fotografia 25 mostra um pouco da questão anterior, quando alguns sinais do passado inexistentes hoje podem ser vistos. Aos nossos olhos, agora, configura que até aquela época a cidade se compunha mantendo parte de sua história, visivelmente, através dos edifícios. No canto esquerdo, na linha inferior do quadro, vê-se parte do cruzeiro que havia em frente à matriz, que não está visível; e o arvoredo do antigo jardim. Entre as várias casas (que não existem mais) pode ser vista parte do novo prédio da prefeitura, na praça, e ao centro da

⁷⁹ O texto na íntegra: “Em Ituiutaba, onde seus prédios obedecem uma linha de construção moderna, a cadeia pública constitui o contraste que bem demonstra o desprezo dos nossos governos para com esta cidade. [Espaço e parágrafo] Na foto ao lado uma vista do antigo casarão da Rua 18. [Espaço e parágrafo] Em baixo, a majestosa sede campestre do Ituiutaba Clube, uma das mais modernas do interior do Estado”. Cf. (REVISTA Folha de..., 1958)

imagem, a construção de um hospital, um prédio de dois ou três andares. A mistura do velho e novo causa um tipo de encanto, o que faria a cidade ser alvo de atenção sem esforço, mas isso não se manteve.

Fotografia 26 – Ituiutaba, em meados de 1960.



Fonte: Foto Studio Maia.

O início das acentuadas transformações ocorre a partir de meados de 1960, quando ainda resta um pouco do antigo edificado e, conforme pode ser visto na foto 26, tem início outro tipo de construção, não apenas criando restrições na entrada, mas a verticalizada, os prédios de muitos andares, como o primeiro,⁸⁰ no alinhamento da Matriz (oculta, abaixo da foto), da qual se tem o ponto de vista e também na mesma direção, a prefeitura e o fórum. O segundo edifício em construção, à esquerda do outro, na mesma avenida, ficou por mais de uma década com a obra paralizada, e foi concluído em torno de 1982. O que se poderia expressar sobre a linha imaginária criada entre a igreja e o prédio, e na mesma direção, a prefeitura e o fórum, e mais recentemente, muito mais acima na cidade, a UFU?⁸¹

Diante disso, percebe-se que o prospecto de “avanço” que se vê na cidade a partir dos anos 1960 se liga aos proveitos extraídos do momento em destaque na agricultura. Por este

⁸⁰ Na Revista Câmera... (1965) consta que o prédio chamado Edifício Dr. Antônio Mourão Guimarães foi construído com 13 pavimentos, o primeiro destinado ao Banco de Minas Gerais S.A. e os acima com 22 apartamentos para residências. O prédio situa-se à Avenida 15, no meio do quarteirão, na área do calçadão.

⁸¹ A CEMIG também está colocada na mesma vertical, anterior à UFU.

viés, entendemos que a entrada progressiva de diversas ferramentas a partir de 1950⁸² e em 1960⁸³ representa a formação embrionária do que viria posteriormente, promovendo a continuidade do processo de cultivo de produtos agrícolas em maior escala, com o auxílio do motor, e desta forma, tirando mais aproveitamento do solo, de acordo com Guimarães (2010), que aponta o aprimoramento da técnica e a viabilização de transportes através de estradas como os principais fatores que fazem emergir na região um lastro da monocultura do arroz. A produção que se avoluma se associa de forma imprescindível a esses fatores (GUIMARÃES, 2010, p. 163-168).

Entretanto, era necessário o emprego de muito esforço para contornar as escassas ferramentas de trabalho no preparo do solo, cultivo, colheita, destocamento e derrubada de matas, situação que perdurou pelo menos até 1920⁸⁴ tendo muito poucos instrumentos nas lavouras, mantendo-se até 1940,⁸⁵ quando houve um aumento inexpressivo de utensílios.

João Oliveira (2010)⁸⁶ guarda lembranças a partir dos seis anos de idade, quando ajudava o avô na roça, trabalhando no princípio apenas com arado de boi, cujos trabalhos, além de tudo, exigia paciência:

[...] Na época de 30 eu mexia só com roça de toco, né? Roça o mato, queima e planta o arroz, né? Depois que arranca aqueles toco, ara o chão [...] Eu guiava os boi pro meu avô, né? Quando chegava no virador, cê puxava a alavanca e aquele disco virava assim, ó, pra trás, cê entendeu? Aí vinha arando pra trás, chegava lá no outro lugar, puxava traveis e virava pra li assim, vinha arando pra trás, o dia inteiro naquela toada, aí ia semanas e semanas. No lugar que fazia com trator numa noite pro dia, gastava até quinze dias pra arar aquele chão com os boi. (OLIVEIRA, João, 2010).

Diante do que foi uma mata tão verticalizada, arregaçavam as mangas para acabar com o que restara do arvoredo por uma e outras tantas vezes repetidamente. O que estava alto viera abaixo, tornara-se toco. O fogo era aceso para queimar o que restava, mas não queimava tudo. O homem com seus músculos e ferramentas cortava o pouco que restara até não sobrar mais nada ou deixar apenas uma raiz teimosa arraigada à terra, onde dormiria até o completo apodrecimento, enquanto os restos sobre a mesma eram queimados sob o sol ardente. Por

⁸² Cf. IBGE (v. XXI, tomo 2, 1955), os números passam a ser: 223 arados; 220 grades; 555 semeadeiras; 112 pulverizadores e polvilhadores; e consta 5 ceifadeiras.

⁸³ Cf. IBGE. (v. II, tomo IX, 2. parte, 1967), consta: 252 arados; 275 grades; 347 semeadeiras; 241 cultivadores.

⁸⁴ Em BRASIL... (v.III, 3. parte, 1927) consta que havia instrumentos agrícolas em 15% de um total de 648.153 estabelecimentos.

⁸⁵ Cf. IBGE (parte XIII, tomo 3, 1950), havia 21 arados; 2 grades; 4 semeadeiras; 4 cultivadores; 17 pulverizadores e 15 extintores de formiga.

⁸⁶ Nascido em Martinésia, município de Uberlândia, à beira do rio Uberabinha, no ano de 1927, mudou-se para outra fazenda na região de Ituiutaba no ano de 1932.

décadas, a cada dia, de sol a sol, e quantas árvores foram derrubadas e quantos tocos foram arrancados enquanto sobre a frouxa raiz derramava o suor daquele que a condenara.

A roça de tocos nos chama especialmente a atenção. Com relação àquela, pelo menos, dois foram os momentos da lavoura na mata bruta: após a derrubada das matas, o corte das árvores deixando pedaços de troncos enraizados, cuja plantação os circundava e era praticamente manual. Outro, utilizando-se de trabalhadores braçais, arrancava-se os mesmos para utilização de maquinários. Portanto, a importância se revela pela dura tarefa de desbravamento que exigia muito dos homens que tinham que deixar a terra preparada para o plantio. Nesta região, a intensa utilização dos braços humanos para tal transcorreu por décadas. Nos anos 1950 e em torno de 1960, o ex-agregado Francisco Oliveira (2010) era um daqueles que preparava o chão para o plantio. Ele, por muitos anos, arrancou tocos. Segundo conta,

[...] era cada toco de jatobá que era isso (mostra com as mãos e braços). [Arrancava com que?] Enxada, era enxada, machado, e tinha toco de jatobá que era um mundo véio de grande, era anjico, né? Ainda bem que não tinha muito era aroeira, mas ainda achava também aroeira lá no meio. Semanas arrancano, punha gente pra ajudar, e a gente ia arrancano... Aqueles toco que tava seco, aí, o modo de dizer na lavoura era assim, [...] escarnava ele, cortava aquelas raízes que tava mais pra riba ali, e arrancano aqueles toquim miúdo e jogano lá e pono fogo. Nós ia pra frente e o fogo ficava queimando lá, aquele fogo. De tarde a gente tornava a trazer mais um punhado de toco miúdo que a gente ia arrancano. (OLIVEIRA, Francisco, 2010).

Mesmo que alguns com poder aquisitivo maior já fizessem a migração para o mecânico, o trabalho era essencialmente braçal, conta Ferraz (2010) e alega que a roça de toco produzia mais porque não tinha tanta praga, era chão novo. O mesmo reafirma que

[...] era tudo manual, o plantio era feito tudo na enxada, não existia matraca, não existia plantadeira, aí começou aparecer... Porque aí já foi deslançando o plantio de arroz... [...] naquela época existia muita família grande. O velho tinha assim, vários filhos de 40 anos, 30, e os filhos tinha mais filho, tinha uma meia dúzia cada um. Tudo trabalhava. Aquele mais pequeno colocava arroz na cova, os maiores cavavam. Na época da colheita, do mesmo jeito [...] (FERRAZ, 2010).

Nesse viés, observamos que o Brasil, no período colonial, insistia no emprego de velhas técnicas, não fazendo uso de novidades que vinham sendo implantadas, por exemplo, nos Estados Unidos, para a lavoura algodoeira. Segundo Prado Júnior (2000, p. 138-139), as práticas rudimentares no nosso país ocorreram devido à “natureza do colono português”, daqueles que Portugal enviava para a colônia, gerando uma “administração mesquinha”, sem

condições de visualizar aprimoramentos. Pelo menos durante o século XVIII, afirma o autor, o sentido era de “isolar o Brasil, mantê-lo afastado do mundo, [...] impedindo, portanto, que aqui chegasse outra coisa qualquer que o reflexo do já baixo nível intelectual do Reino”.

Observamos nas primeiras décadas do século XX métodos de trabalho mantidos nas lavouras desde os primeiros tempos do regime colonial, quando no plantio “não se fazia mais que abrir o solo em regos ou covas, conforme o caso, para lançar nela a semente” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 136). De acordo com Saint-Hilaire (1975a, p. 90), o que deixavam de fazer era a implantação de lavouras similares às que existiam em países mais adiantados, quando nestas já eram utilizados fertilizantes e arados.

Mas, se na época do Brasil colonial “não se conhecia mais que a enxada” (PRADO JÚNIOR, p. 136), outros meios existentes vieram posteriormente somar e auxiliar um sistema que se manteve híbrido nas suas utilizações.

Após a mecanização, o serviço de arrancar tocos ganhou o trator como aliado, mas, percebemos, considerando o período de após a segunda guerra mundial até o ano de 1968, a aquisição daquele não se deu de forma generalizada, conforme Navarro (2010), mantendo a situação na agricultura no Brasil sob

[...] visível primitivismo tecnológico, e o aumento da produção decorreu exclusivamente do aumento da área plantada. Praticamente não se usava nenhum insumo agroindustrial, o que pode ser ilustrado pelo Censo de 1960, que apontaria a existência de apenas 56 mil tratores, e todos importados. Em síntese, até aqueles anos, a agricultura brasileira era atividade ainda virtualmente pré-histórica, do ponto de vista tecnológico. (NAVARRO, 2010, p. 110).

Assim, a mão de obra do homem com o enxadão foi dividida com a utilização de máquinas, tanto para arar quanto para serviços pesados, podendo substituir o animal na ocasião do arranco de tocos de grande porte. Anteriormente, apenas os animais sustentavam os serviços mais duros. Conforme nos revelaram nossos antecedentes, os bois puxavam grandes toras, arrastando as madeiras que não eram queimadas para fora do local de plantio. As que não serviam para nada eram queimadas, outras, cortavam a machado para destilar pedaços que, uma parte seria utilizada como combustível em fogões a lenha, outra destinavam para uso em construções, relativamente à qualidade do arbusto. Após essas etapas, o preparo da terra ainda exigia que aqueles torrões que o sistema de arar deixava tinham que ser desfeitos e para isso usava-se tratores ou algum tipo de engenhoca com tração animal. Sr. Oliveira nos conta que antes de plantar com a matraca, depois de destocar, ele “pegava um

alisador, uma vigota [...], por exemplo, um *cabeçaio* aqui, ó, *marrava* nos *quatro boi* e ia alisar o chão” (OLIVEIRA, João, 2010). A aração foi realizada principalmente com bois, inclusive com a ajuda da mulher, como nos conta Jesus (2013), que casou no ano de 1945 e a partir de então passou a ajudar o marido na fazenda, durante o prazo que esteve casada, até 1955. Segundo conta, ela o “[...] ajudava a trabalhar muito, arar chão, coiê café, marrar bezerro pra tirar leite, as vaca [...] a formar, arar chão, tudo com aradim de bico, os mais antigo que tinha. Punha boi, uma junta de boi (JESUS, 2013).”

O trator veio implementado pelo avanço, porém, conforme vimos, não eram todos que podiam usufruir de seus benefícios ou que desejassem continuar nas fazendas, preferindo partir para a cidade, por um motivo ou outro, inclusive, optando por vender a propriedade, a correr riscos, de financiamentos, por exemplo, contando com uma plantação que podia ou não vingar. Desta forma, mesmo com a oferta deste veículo no mercado, muitos não o adquiriram, pois tudo demandava custo, e o pequeno agricultor acabava ficando com a tecnologia defasada, com a opção de poder alugar o equipamento com o tratorista para a execução do serviço, mas sempre perdendo espaço de crescimento no ritmo dos maiores.

O plantio de sementes era feito com matraca, de uso frequente até meados de 1950, apropriada para lavouras menores. Este equipamento conviveu com as novas tecnologias por muitos anos e funcionava abrindo e fechando, depositando os grãos na terra dentro das fendas abertas pelo próprio instrumento, habilmente utilizada pelos roceiros.

Tostes (2010), dono de Máquina de Arroz e ex-fazendeiro, começou plantando arroz em 1966 e revela:

[...] só o primeiro ano nós plantamo com matraca, depois nós plantamo com plantadeira. Quando nós começamos a plantar de quatro alqueire de chão pra cima, aí já pos no trator. Eu trabalhei com plantadeira, de cavalo, mas amarrado no trator, amarrava três com pau, assim, no trator e punha três plantadeira, duas de duas linha, e uma de uma linha, plantava cinco linha de uma vez. Eu plantei quatro alqueire de chão num dia e meio. E quando cabô de plantar, maiô chuva em cima, foi num sábado, os peão num trabalhou, não, numa sexta, não trabalhou sábado, num trabalhou domingo, num trabalhou segunda, entrevou de trabalhar atrás do trator. Porque o trator era aqueles tratorinho 25, andava depressa, né? Um em cada plantadeira, né? Segurando, e a distância longe, quatro alqueire de chão num pedaço só, quando chegava lá, ia virar, eles tava já gritando. Ficaram três dia de molho, num guentaram trabaiá. Porque era no chão arado, né? As perna doia tanto que num guentava.

No caso mencionado, o trator somado ao improviso e à empolgação ou ganância chegou a colocar em risco o ânimo daqueles trabalhadores. De qualquer maneira, as lavouras

exigiam atenção constante, mas, falta ou excesso de chuva, ventanias, não estava nas mãos do homem controlar. Outros inconvenientes, as pragas, por exemplo, animais e pássaros que vinham comer as plantações, davam trabalho frequente, e na falta de um espantalho, o homem mesmo fazia a vigia dos depredadores, no entanto, ainda que as roças fossem pequenas, não era o bastante para proteger o plantio. Tostes (2010) aponta que alguns fazendeiros, para espantar as aves, eliminar insetos, pragas, utilizavam-se de benzeções: “Tinha os benzedor. Eu tinha um primo, que tinha um morador lá, chamado Zezim Baiano, só pra poder benzer a lagarta pra num deixar comê. Derrubava tudo, matava”.

De acordo com Rosane Borges (2007), desde a chegada da família Real ao Brasil, constata-se a influência, originada nos modelos rurais de antigamente, quando era comum se dedicar às práticas voltadas às crenças místicas relacionadas à saúde e às doenças. No caso das lavouras, nota-se que antes da utilização de adubos, muitos plantadores pendiam para o lado místico, pois as pragas nos arrozais eram rotineiras, e com o intuito de livrar-se delas, alguns faziam uso de benzeções. A pesquisadora aponta que ao benzer a palavra reforça a intenção, e o efeito se produzia, pois quem benze acredita “na sua força interior e nas palavras que anuncia” (BORGES, Rosane, 2007).

A mão de obra do ex-agregado Francisco Oliveira (2010), à disposição do fazendeiro, nem sempre era compensada, pois às vezes ele se embaraçava diante da falta do trabalho pago, numa época (década de 1950) em que ainda se mantinha a troca de dias de trabalho. Portanto, ao perguntar ao mesmo se tinha trabalho para fazer o ano todo, ele nos respondeu que tinha, e embora tivesse uma saúde débil, ele gostava de trabalhar, porém, reclama e alega que mesmo tendo o serviço, na visão dele,

[...] os fazendero era fraco, num tinha dinheiro pra dar serviço pra gente o ano inteiro, na seca, pra gente poder abrir mais tamanho de lavoura, a gente tinha vontade, procurava o serviço pra fazer, só que eles: 'Não, a gente não tem dinheiro pra enfrentar, pra arrancar toco agora, pra fazer lavoura muito grande...!', né? Aí depois, pegou a largar, não queria mais que roçasse mato [...] A gente passou muita dificuldade em fazenda [...]. (OLIVEIRA, Francisco de, 2010).

Vimos, portanto, que o homem convivia com a crua natureza, a peleja do empregador que às vezes não podia contratar o serviço, ou não queria arriscar na lavoura, dando atenção mais àquilo que não tinha certos inconvenientes: o gado, certamente. Ao mesmo tempo, havia aqueles, como o vizinho do ex-agregado que dava prosseguimento às difíceis tarefas, roçando,

plantando, colhendo e deixando a terra descansar, passando à frente, em um processo contínuo. Para o roceiro, estes plantadores

[...] eram formadores de capoeira, porque capoeira é assim, cê roça, planta uns dois ano, o mato é bom, cê vai pra frente, né? E pra cá vai virando uma capoeira, nasceno um matim pequeno, toco brota, uns morre, otros brota, e aí no meio nasce capim, capim gordura [...]. (OLIVEIRA, Francisco, 2010).

O que o homem mencionou acima, é o tipo de “agricultura itinerante”, conforme Candido (2010, p. 55), que “foi o recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico”, e supria a “falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra”. Com isso, utilizava-se o mesmo chão durante alguns anos e após um tempo crescia aquele tipo de mato, com o qual era impossível plantar, e tinham que partir para as terras seguintes, o que resultou em um ciclo contínuo de desbravamento de matas.

Ao examinar os estudos de Saint-Hilaire (1975b) quanto aos procedimentos na agricultura no sul de Goiás, e também na região do “Brasil meridional” (SAINT-HILAIRE, 1975a), observamos que práticas similares perduraram por décadas, provavelmente com algumas divergências. Segundo o viajante, o processo era, após queimar as matas, fazia-se “[...] a semeadura sobre as cinzas. Após algumas safras deixa-se a mata renascer, para ser novamente cortada mais tarde. Isso se repete regularmente até que a terra não produza mais nada senão o capim, quando então é abandonada”, e remete às selvas que se formam no período de improdutividade da terra, *o capim-gordura, que acabava impedindo outros plantios, ao mesmo tempo em que esse tipo de ocorrência configurava que a terra era boa.* (SAINT-HILAIRE, 1975b, p. 181). O naturalista, contra a danosa destruição das matas, declara que esse sistema, “infelizmente, é [era?] adotado em quase todo o Brasil”. Machado Neto (1956, p. 224) ressalta que os “recursos naturais [...] [foram] imprevidentemente esbanjados em quatro séculos de ocupação [...]”.

Saint-Hilaire (1975a, p. 92) assinala que o uso do arado e de fertilizantes teria evitado a derrubada de tantas matas e não precisaria haver os deslocamentos, tomando o chão como imprestável. Àquela época, este autor reclama do governo português, que não combatia aquele tipo de destruição, mas, ao contrário, estabeleceu uma lei que incentivava a moradia “no meio dessas matas”, com isenção de impostos por certo tempo, sem nenhum estímulo que ensinasse “cultivo mais racional”. E então, referindo-se à beleza de olhar uma lavoura crescendo nos campos europeus, onde o plantio já era industrializado, este francês menciona que, no Brasil, “ao contrário, o terreno que se acaba de semear só apresenta a imagem da destruição e do

caos; a terra está coberta de cinzas e carvões, de enormes galhos esparsos semi-carbonizados pelas chamas, e no meio deles se elevam troncos enegrecidos [...]”. O botânico viu, no início do século dezenove, que as árvores eram cortadas até certa altura, o suficiente para descobrir a terra e as partes derrubadas, depois de secas, eram queimadas e a plantação era feita “sobre as cinzas” (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 90-92).

Na região do Tijuco, nas primeiras décadas do século XX, o procedimento se assemelhava com o corte das árvores ao máximo, deixando apenas o toco encravado na terra, e as partes sacrificadas eram aproveitadas ou queimadas, conforme descrito em páginas anteriores; o plantio foi também feito da mesma forma, sem preparar a terra, o que permaneceu até o arranco de tocos, que tornou possível o trabalho com o arado.

Ao tempo de Saint-Hilaire e até décadas após, a árdua tarefa das derrubadas, plantio e colheita era dos escravos, após a última década do século XIX, dá início a outro tipo de empreitada no campo, é quando aumenta a insuficiência do número de trabalhadores e as famílias passam a se agrupar entre si e os vizinhos, parentes e amigos para concluir etapas das culturas.

De lavoura em lavoura, os roceiros continuavam enfrentando os desafios da época, contudo, sabemos, eram tempos em que preveleciavam distintos valores entre aqueles a que remete Francisco Oliveira (2010): “[...] não tinha muita ambição de colher pra fazer a vida através da lavoura, não, tinha essa ambição de ter fartura. Não tinha aquele entusiasmo de fazer grande coisa pra vender, não, tinha mais era aquela fartura, aquele jeito simples, não tinha ilusão, não tinha nada”. A mãe deste depoente se dedicava aos afazeres da casa, entre eles o conserto das velhas e batidas roupas da família; ele afirma que

[...] ela sabia um pouco costurar, às vezes ela fazia costura, mas só pro gasto. Ela queria que o papai plantasse, mamãe era trabalhadeira, mas... Como eu tô hoje aqui... Nesse tempo que era casada e fazia as coisas pro meu pai, só sabia qual era o pano da camisa porque tinha essa gola que não acabava, mas o resto era remendo só. (OLIVEIRA, Francisco, 2010).

O ex-agregado conta que a mãe desejava que o pai plantasse lavoura porque achava que este trabalho oferecia uma vida de mais fartura, mas, este tinha outra profissão, embora fosse também agregado, tal qual o filho. Este conta que o pai fazia “monjolo, tudo que era serviço de carpinteiro na fazenda, porteira, ele não era formado, mas tudo ele fazia. Ele fazia casa, reformava carro. O serviço de carro de boi [...] Tinha carro [...] quando chegava lá, já estava quase aos pedaços, né?” (OLIVEIRA, Francisco, 2010). Revela que o trabalho do carpinteiro não era valorizado, embora seja uma profissão que exige habilidades especiais e

era frequentemente utilizado nas fazendas. Portas, madeiramento de telhados, porteiras, cercas, tudo demandava o exercício desse profissional, que humildemente ia lá e fazia o serviço, muitas vezes deixando a critério do fazendeiro o pagamento, e nos conta que o pai “[...] ganhava, mas [...] nós passava fome. Porque [...] ele não sabia pôr preço no serviço dele” (OLIVEIRA, Francisco, 2010). O que se nota, especialmente, é um tempo de exploração e pelejas, quando o trabalho continuava sendo para subsistência desses trabalhadores, pois, o dinheiro não supria as suas necessidades.

Baseando-nos em Candido (2010, p. 30-31), depreendemos que a família mencionada acima passou por momentos instáveis no que diz respeito à *organização para obtenção do básico, da comida do dia a dia*. O filho, mesmo não sendo o arrimo da família, não ficava totalmente indiferente à situação, tirava de algumas plantações um pouco para sua sobrevivência, deixando às vezes de fazê-lo, não por vontade própria, e o ganho do pai sendo reduzido, perfazia, conforme o sociólogo acima, os “mínimos vitais de alimentação e abrigo”, subsistindo a momentos de fome.

Diante dos exemplos anteriores, compreendemos que o trabalho realizado nas fazendas o era sempre com o quesito do esforço das pessoas, principalmente à época em questão, neste lugar, em que os serviços motorizados não estavam, todavia, amplamente disseminados, permanecendo em muitas fazendas a utilização dos meios rudimentares, fato este efetivado devido ao custo dos tratores, prevalecendo, assim, a destoca, a limpeza e os plantios literalmente feitos pelas mãos do homem. Prolongavam, portanto, práticas e costumes que vêm de gerações, desde os primeiros *habitantes aborígenes, quando os homens iam para as lavouras e as mulheres ficavam em casa, fazendo outros trabalhos, artesanato, beneficiamento dos produtos agrícolas* (LOURENÇO, 2005, p. 75), cujo arroz, quando não tinha monjolo, era socado no pilão e peneirado. Todavia, naquelas lidas, o que parece ocupar mais tempo da mulher é a cozinha, conforme conta João Oliveira (2010):

[...] Minha esposa levantava de manhã, fazia comida, fazia um lanche de manhã cedo pros companheiros, eles tomava o café da manhã e ia pra roça, né? Onze hora o almoço tava pronto, já tava tudo no calderão pra eles; eles almoçava. Quando era três hora da tarde, tinha o lanche, né? Fervia o leite, fazia uma quitanda lá, fazia um biscoito, eles comia. Quando era de noite, escureceno, a janta. Eles tomava banho e ia jantá, né? E eu ia arar chão, eles ia dormir. Quando era no outro dia, levantava cedo, o mesmo batido. A Joana lutano com a vida lá com as pessoas, né? Eu arano chão, e ela zelano dos companheiro. Até pra 20 companheiro ela cozinhava, na época de bater arroz, limpá arroz, né?

Joana Oliveira (2010), mulher do depoente acima, complementa:

[...] Aí quando era noite, se fosse pra bater arroz, tinha que fazer mais comida, frango, arroz, feijão, mesma coisa, mas nós tinha muita fartura de verdura, não precisava nem comprar. Porque aqui também não vendia. Aqui, não vinha ninguém buscar nem uma cabeça de alho, porque plantava tudo, plantava cebola... [E o dinheiro que ganhava fazia o que?] Uai, o dinheiro que pegava... Tinha vez, teve um ano que não deu nem pra pagar o pano pra bater arroz. Só prejuízo. Porque a lavoura perdia. [Não choveu?] ã,ã.

O papel exercido pela mulher ia além da cozinha, que já demandava muito tempo. Conforme observamos, ela dividia suas funções entre uma necessidade e outra. Costurar, fiar e cardar eram também funções que ela efetuava não apenas para suprir a carência da família, mas, também, para gerar pequenos lucros. Joana Oliveira (2010),⁸⁷ nos mostra sua roda de fiar, depois de muitos anos em desuso:

[...] Eu já usei muito essa máquina, mas hoje em dia não usa mais. Então, falta a corda, só isso que tá faltando, só a corda aqui. Mas, se for pra trabalhar, a gente trabalha. Fazia mutirão de fiar nas fazendas, os homens trabalhavam na lavoura, a gente trabalhava na roda, fiando. À noite tinha pagode, o forró, dançava a noite toda. Tudo com maior respeito e responsabilidade. Tudo tinha honestidade. Hoje tá tudo diferente. Essas máquinas acabô, só tem pra lembrança, só retrato. Eu já fui costureira também, costureira pra noiva muitos anos... Aqui em Ituiutaba não tinha nem roupa pronta pra comprar, hoje tem tudo. [O que a senhora fazia nessa máquina?] A gente tecia, fiava, depois passava na dobradeira, quando pintava linha de vermelho ou azul, aí depois ia pro tear, passava no liço, passava no pente. As carda é essa, punha o algodão aqui e ficava assim, ó, depois fazia assim... Aí punha num balaio, aí que ia fiá (Ela mostra como cardava). A lâ também é aqui, ó, (Mostra na carda), a lâ do carneiro... Fazia duas pasta, chama pasta, balaio, até encher e passava aqui... (Com a coberta na mão explica): A lâ é o vermelho, o azul e o laranja; o azul claro, o azul mais claro é o algodão, agora, o azul mais escuro é a lâ. Porque a lâ não passa no liço, nem num pente, só passa numa canelinha, enche a canelinha, é outra roda. Esse aqui foi eu mesma que teci. Fiei e teci. É tão difícil, eu não tenho saudade mais não. Não tenho muita mais não. Saudades dos tempos bom a gente tem, mas, isso aqui é muito custoso. É Custoso. É porque precisava tampar do frio, agora, hoje em dia tem cobertor, o edredom é muito melhor que cobertor, não é? É mais suave, aquece mais e não dá suor, esse aqui é forte, pode por cinco pra tampar o frio de gear. [A senhora fiava o ano inteiro?] Direto, quase direto, quando precisava, porque o algodão perdia, a lâ perdia, tinha que cortar do carneiro e logo passar na roda, nessa, ó, e aí pro tear. A gente vendia...

Era comum que a uma vida simples englobasse as técnicas rudimentares, conforme Cândido (2010, p. 45-49) observou em São Paulo, onde *tudo ou quase tudo era manufaturado e por isso pouco precisavam comprar*. Na região do rio Tijuco e adjacências, as práticas não eram tão diferentes, a feitura da roupa, desde a confecção do fio; os utensílios domésticos, gamelas, catres que eram as camas de antigamente, inclusive a cuia de beber água, o pote de barro; o modo de armazenamento da carne cozida em banha dentro de lata, o uso de

⁸⁷ Nasceu no ano de 1930, em Ituiutaba, mãe de doze filhos, morou até o ano de 1968 em fazenda.

lamparinas, os fornos de barro, entre outros. Em meio às aquisições, os tachos de cobre para fazer doces, bacia de lata para tomar banho, por exemplo. Os modos de vida incorporavam as práticas assimiladas pelo instinto de sobrevivência advindas da convivência entre gerações, não só dos usos e costumes no lugar estabelecido, mas, também na busca do próprio lugar para viver.

A partir do século XVI até o XVIII, os paulistas migravam de um lugar a outro, posto que construíssem moradias rústicas, sabendo que cedo abandonariam aquelas terras, lugares ermos e cheios de perigos; logo debandariam a diferentes paragens, se aventurando pelas matas, se instalando e repetindo os passos de ir em frente, *enfatizando a origem nômade, combinada pelos traços indígenas e portugueses* (CANDIDO, 2010, p. 45). A busca de novas “terras produtivas”, o movimento de seguir adiante são velhos recursos que passaram de um século a outro e chegaram ao século XX, quando, nas primeiras décadas, tratando-se da inquietude gerada por circunstâncias ruins, a mobilidade ganha mais um sentido.

Em nosso tempo, o aperto no estômago e a luta pela sobrevivência, provocou a saída de muitos nordestinos de sua terra natal. A sua busca se baseava no encontro de uma vida melhor. Mas, a vinda de centenas dessas pessoas para o Pontal do Triângulo Mineiro não se deu ao acaso e tal fato nos remete a outro passado. Conforme sabemos, a reunião de uma multidão de pessoas para dar conta de *grandes lavouras*⁸⁸ vem de outro século. Conforme Celso Furtado (1976, p. 125-126), com o avanço das plantações de café, a mão de obra disponível em São Paulo não era suficiente para tocar esse tipo de lavoura destinada à exportação. Desta feita, continuando com o autor, em meados do século XIX, imitando o modelo praticado nos Estados Unidos, na época colonial, quando foram importados trabalhadores ingleses, um senador brasileiro “decidiu a contratar diretamente trabalhadores na Europa” para as lavouras paulistas e assim, tratando-se de um influente fazendeiro, este conseguiu financiamento do governo para o traslado, facilitando a entrada no Brasil de europeus, principalmente de procedência alemã e suíça para suprir tais necessidades. No caso dos Estados Unidos, a viagem da família era financiada pelo dono do negócio. Isto é, de qualquer modo, o imigrante ficava devedor da passagem e tinha que trabalhar até pagar a dívida contraída, afirma o escritor, entendendo que se estabelecia, assim, um tipo de “servidão temporária”. O economista aponta que não era possível avaliar as práticas de trabalho dentro

⁸⁸ Para Celso Furtado (1976, p. 123), a grande lavoura é o mesmo que “plantation”, denominação dada pelos ingleses às lavouras muito extensas. Da mesma forma, Prado Júnior (2000, p. 142) define a grande lavoura, sendo aquela cuja exploração se dá em “larga escala”, em grandes áreas com o emprego de “numerosos trabalhadores”.

desse sistema porque os imigrantes ficavam em lugares ermos, e, praticamente, a única pessoa com quem tinham contato era o fazendeiro, mas que o povo europeu não tardou a se manifestar a respeito do tipo de trabalho ao qual eram submetidos e menciona que um alemão observou que o laboro nas plantações de café no Brasil era um “sistema de escravidão disfarçada”. Com o passar do tempo, devido à expansão cafeeira, aumentou a necessidade de mais pessoas. Para colaborar “positivamente” com essa questão, no decorrer do século XIX, o processo de unificação da Itália deixou muitos italianos em uma séria crise financeira, que os levaram a procurar outras terras, e o Brasil recebeu então essa outra fatia europeia, de povos carentes de meios de vida, que combinou com as necessidades brasileiras, aumentando assim o fluxo de pessoas naquelas lavouras (CELSO FURTADO, 1976, p. 126-128).

A partir do estudo citado acima, compreendemos que os acontecimentos na região ituiutabana não foram isolados de outros fatos históricos e fundamentaram-se naquilo que já havia acontecido, conforme fez o senador brasileiro que focou no modelo americano. Contudo, não queremos dizer que aí está a raiz do problema, e nem que isso explica ou justifica o acontecido, no entanto, entendemos que as ocorrências não indicam que as referências seguidas foram impregnadas de valor humano, que visasse não só o lucro advindo do seu trabalho, mas que colocassem à frente práticas que mudassem aqueles exemplos que foram tão criticados no passado, e poderíamos dizer ultrapassados para meados do século XX, quando já existia, inclusive, o amparo de leis trabalhistas.

A mão de obra para trabalhar nas lavouras, na qual vai se somar o nordestino, já descia para estas paragens, em torno de 1940, quando o rio Tijuco passou a ser um atrativo para garimpeiros na busca de diamantes e outras pedras preciosas, e assim, por um período alimentou as ilusões daqueles, sediando grupos desses caçadores, que, na medida em que extinguíam as esperanças passaram a procurar outros destinos. Uns desejaram outras zonas de garimpo; outros voltaram para a agricultura e juntaram-se aos interesses de quem ampliava o cultivo de lavouras objetivando produzir mais, criando laços com fazendeiros, passando a ser empregados ou meeiros ou agregados e diaristas (CHAVES, Petrônio, 1985, p. 24). Tais homens, satisfeitos ou frustrados, minimamente com esperanças de dar prosseguimento à vida, foram incorporados pelo município que passou a utilizar esses trabalhadores para o preparo e plantio, executados essencialmente por meios braçais, que antes eram praticados entre os membros da família, amigos, vizinhos ou outros raramente contratados.

A vinda dos migrantes nordestinos para as safras de arroz que se inicia no final de 1940 para cidades vizinhas, conforme revela Medeiros (2010), que foi *caminhoneiro e transportador de pessoas do Nordeste*⁸⁹ e para este município a partir de 1950:

[...] Meu pai veio pra qui, em 47, 48 mais ou menos, ele já puxava gente pra cá nessa época, de 47, nós vinha até Petrolina, de Petrolina embarcava pra Pirapora, de Pirapora pegava o trem pra Uberlândia e vinha pra cá. 40, 50 pessoas de caminhão, tinha estrada já. De Petrolina embarcava num vapor que vinha até Pirapora, não tinha estrada. Era difícil de vir pra cá.

Aí, de 50, a gente vinha de caminhão, já vinha até aqui. Vinha pra Canápolis, pra qui quase não vinha gente, parava em Canápolis. De Canápolis distribuía ali pelas fazendas, e vinha aqui só a passeio. Aí, depois é que começou a vir pra qui. Vinha pela Rio-Bahia. (MEDEIROS, 2010).

Principalmente, o que se percebe é que havia *uma grande força*⁹⁰ em atrair essas pessoas, e os fazia vir para lugares tão distantes, enfrentando falta de estradas e veículos sem as mínimas condições de conforto, numa viagem que durava longos dias.

José Silva (2011), que saiu do Rio Grande do Norte em um desses caminhões e veio para a região do Triângulo no final de 1940, nos conta que deixou para trás

[...] uma vida meio boa, mas a gente toda vida foi pobre, né? Então, a gente não tinha tranquilidade, né? Ai, quando eu tava com 17 anos, eu saí da casa de meus pais e fiquei separado, né? E depois, quando foi com 23 anos eu vim embora pra qui pra Minas. E aqui tô até hoje. [O que te fez vir?] É porque... é destino, né? Eu gostava muito de lá, mas depois meu irmão veio pra cá, aí eu fiquei com inveja e vim também (ele ri). Lá, o ganho toda vida foi mais pouco do que aqui; e até hoje é. Naquele tempo eu ganhava lá 3, 4 cruzeiros por dia, né? E eu vim pra qui ganhando 25. [...] Chegando lá [primeiro em fazenda no município de Gurinhata], tem um lugarzinho da gente ficá, né? Sozinho. Fiquei lá mais de dois meses, mas paguei a conta com dois meses, [depois] fiquei lá mesmo, nos vizinhos, na casa do cunhado dele [do dono da primeira fazenda], fiquei lá mais um tempo morando, depois sai pra outras bandas. Em Campina Verde fui trabalhar pra um e outro, fui pra Iturama, fui pra tudo quanto é lugar lá, não tinha lugar certo pra mim, não. [...] Não parava em lugar nenhum, não, eu ficava num e noutro e trabalhava pra um, trabalhava pra outro. (SILVA, José, 2011).

No tipo de experiência acima, percebemos que havia um resultado, tido por uma atração, quando o sujeito buscava o trabalho e outro por retração, no momento em que aquele trabalho não correspondia mais ao que o mesmo esperava dele, e desse modo ocorria a frequente entrada e saída de lugares. A vida instável desse tipo de trabalhador denota que nem sempre coexistia harmonia entre o fazendeiro e aquele, a ponto de criar laços duradouros. Ou, quando existia, dentro de um acordo preestabelecido, este era quebrado pelo afastamento

⁸⁹ Também conhecido como “gato”.

⁹⁰ Cf. Dalva Silva (1997), havia anúncios locais e, inclusive, os homens que vinham e voltavam estimulavam outros, com informações nem sempre verdadeiras.

daquele. Thompson (1992, p. 41), examinando relações entre os ricos e pobres ou empregador e empregado, menciona que a maior queixa que havia contra os trabalhadores durante a maior parte do século XVIII na Inglaterra, era quanto à indisciplina e à insubordinação às regras. Considerando as saídas frequentes como um ato insubordinado, no sentido de não se sujeitar a algo ou não aceitar as condições do outro, no caso, quando a pessoa não concorda mais com o combinado e parte para outros destinos, pode-se dizer que temos aqui indícios de que situação similar identifica-se nesta região através do relato anterior, tendo como consequência uma quebra de contrato em um espaço curto de tempo.

Mas, havia também o roceiro nascido nessa região que tinha igualmente o hábito de se retirar de um lugar para outro com frequência, e naquele que procurava morada era sempre aceito. Geralmente, percorriam as imediações da morada anterior, mesmo porque, os meios de transporte eram lentos, sem estradas, e quanto mais perto, mais breve chegaria, conforme o relato do ex-meeiro Divino Freitas (2010), que remete ao tempo de menino e fala de seu pai:

[...] Todo lugar onde ele morava, o povo gostava dele. Ele falava assim, “ah! eu vou mudar pra otro lugá...” Pegava e saía daquele lugar... Tinha fazendero que até achava ruim, “Não, pra que que vai mudar?” Mas, aí, já não tava gostano mais não, aí, saia pedino otro lugar, assim. O otro fazendero dava. Aí o fazendero falava “Eu dô a morada procê, mas num tem nem casa não, cês tem que fazer uma casinha aí pro cês morar...” Aí meu pai pegava - eu lembro tudo direitim - aí, meu pai pegava, dentro de três dia ele fazia uma casinha pra morá. Naquele tempo, era até capim, nem teia num tinha, não existia teia não, era casa de pau a pique [...] Mudava até de carro de boi ainda, naquele tempo, existia trator, mas muito poco. Aí, depois duns ano já foi aparecendo trator, trator pra arar chão, depois foi apareceno as coisa como tá hoje.

Para aquele que vinha pedindo morada, a aprovação do fazendeiro era imediata, as terras eram vastas e havia condições de alojarem muitas pessoas e, segundo Celso Furtado (1976, p. 120), quanto mais habitasse ali seria interessante para o fazendeiro, pois, este não tinha responsabilidade de sustentá-los, pois o roceiro tirava o seu sustento da terra, e quando o proprietário precisasse daquela mão de obra, ela estaria por perto.

Desta maneira, tratando-se especificamente dos migrantes nordestinos para esta região, daquele que veio de terras distantes, com costumes muito diferentes, para mantê-los por mais tempo alojados ali, alguns fazendeiros faziam uso de algumas *estratégias* (CERTEAU, 1994, p. 75-90), construindo vínculos de solidariedade com os trabalhadores, tornando a convivência o melhor possível, no sentido de que a sua permanência durasse o necessário, conforme nos conta João Oliveira (2010):

[...] na minha época lá, tinha até dez, que trabaivava pra mim, né? Trabaivava no garpão, que eles falava, no barracão, né? Cama, tudo arrumadinho pra eles, minha

véia arrumava as cama, zelava deles lá [...] [no] Chatão, é o garpão que eles falam, um barracão grande, ali faz as cama deles lá, mas, as comida vem nos calderão pra eles. Ali, ó, eu dava o lanche de manhã, às onze horas dava o almoço, três horas da tarde dava o lanche, cinco horas da tarde dava a janta, e na hora de deitar ainda tomava um leite com pão. [...] Aqueles que eram honestos, bom trabalhador, ficava contínuo com nós.

Este depoente foi um pequeno fazendeiro nos anos cinquenta e trabalhava junto com os empregados, pois o grande proprietário, segundo nos conta, “mexia mais era com gado”. Através de sua experiência, supomos que havia pelo menos dois tipos de pessoas contratadas: um que era preguiçoso e outro que era trabalhador. Dalva Silva (1997, p. 78) assegura: “[...] assim como existiam maus patrões, também existiam maus peões”. O ex-fazendeiro revela que em dois dias ele já sabia se tal homem era trabalhador, se não fosse, ele mandava embora, e que escolhia pessoalmente os pretendentes ao trabalho:

[...] Chegava na pensão São Pedro e falava, como é que é seu nome? Enoque. E o seu nome? Raimundo. E o seu? Manoel. E o seu? Severino. E esse outro senhor aí...? Ah, é o Mané Soares. Mané Soares, também. Quanto cês devem na pensão? Tanto. Ia lá... E o pau de arara? Tanto. Então, pagava eles, então, vamo bora. Aí chegava lá, no chatão... Oh, cês vai dormir, a cama do cês é aqui, os caldeirãozim do cês já tá no jeito aqui. Cês vai comer bem, mas vai trabaiá bem! Né? E, ó, não é pra fugir nenhum. Aí... ‘Não, não tem perigo, não; contrato fechado’. Pronto, aí... [...] Os meus nenhum fugiu não, mas eles fugia. Aqueles malandro fugia. (OLIVEIRA, João, 2010).

A situação é recorrente, semelhante ao exemplo americano; o contratado é sempre o devedor, o fazendeiro assumia a dívida da passagem e da estadia na cidade, que o migrante ia saldando na medida em que trabalhava.

Se tomarmos a referência de Dalva Silva (1997, p. 76), os bons patrões podiam ser em número maior e quando o tratamento era mais humano o sujeito não tinha motivos para fugir. Todavia, as versões de patrão e empregados são muitas diversas. A partir das negociações iniciais, quando o fazendeiro buscava os migrantes nas pensões, o tipo de relacionamento entre eles já se estabelecia, se seria mais, ou menos amigável; acima de tudo, havia o risco.

Nos recantos rurais, para se distrair aos finais de semana, deixavam em repouso a moringa ou a cabaça, a enxada, a lima, o enxadão, machado e quando o patrão era mais receptivo, o caminho da festa podia ser facilitado, retrata o filho de um ex-fazendeiro: “No princípio da década de 60, eu lembro, eu era garoto novo, o papai ia com os companheiro pra onde ia ter o baile, a festa do final de semana. Era no sábado pro domingo. E ali o pessoal se divertia muito. Na fazenda. Pessoal reunia e dançava, comia, bebia” (SILVA, Washington, 2010).

Este testemunho viveu, pelos menos, até 1990 em fazendas. O pai, que veio do Prata para a região de Ituiutaba, se entusiasmou com a facilidade de obter financiamentos em Bancos, e acabou não sendo bem sucedido nos negócios; não conseguiu saldar os débitos, se deu por falido, conseguindo apenas passar o que restara de suas propriedades rurais para os filhos. No entanto, estas também foram consumidas. A herança dispersou nas mãos daqueles que achavam que a cidade era o lugar de morar para criar os filhos. Como outras famílias que nunca tinham morado na cidade e de urbanidade pouco sabiam, chegaram ali, alguns deles só com o dinheiro da venda de terras, se as tinham. Relativamente à época e aos modos de agir, o dinheiro durou mais ou menos anos, passando a ocuparem-se de trabalhos não especializados, nem sempre conseguindo expandir. Sem criar uma relação mais ampla com a cidade, viveram de forma contida, diferente daquele tempo no rural, de integração com o meio, quando tirava dele seu sustento e, em muitos casos, de forma abundante. Assim, ao migrarem do campo para a cidade, perdem literalmente o chão, passando por um tipo de desenraizamento, e a cidade vai se revelando para aqueles e estes para ela, conforme Ecléa Bosi (1992, p. 16-18), *quando duas culturas diferentes passam a coexistir*, e mesmo que *o migrante tenha costumes que chegam a ser muito diferentes daqueles da terra que o acolhe, que leva à quebra de suas “múltiplas raízes”*, de acordo com a autora, podemos notar alguma semelhança no processo pelo qual passou a pessoa que por um motivo ou outro teve que deixar o rural para morar no urbano, que rompe hábitos e costumes drasticamente. Todavia, sabemos que as famílias ao se estabelecer na cidade trazem e tentam manter um pouco da rusticidade rural. Dessa maneira, a vivência na cidade é amenizada ao estabelecer um vínculo com o campestre através das moradias em chácaras, dos espaços criados na área de suas casas, com quintal aos fundos, onde, até algumas décadas atrás, possuíam chiqueiros, criavam porcos, e ainda hoje existem aqueles que cultivam galinhas, patos, outras aves, plantações, caracterizando a essência dos costumes rurais.

No entanto, os nordestinos que se deslocaram de suas cidades em busca de trabalho nas roças, tinham razões que permeavam entre viver e não viver. Considerando que *o Nordeste nos anos 1950 teve uma das piores secas, quando as plantações morreram e não havia comida e nem estrada para ir atrás de alimento* (BBC, 2013) e reiterando o caráter repetitivo das ações, entendemos que os objetivos dos migrantes nordestinos para a região não se distanciavam dos que tinham aqueles analisados por Williams (1989, p. 252):

[...] Esses homens [...] queriam ter o bastante para garantir-lhes a existência, “e por bem ou por mal vamos conseguir”. O que mais [...] impressiona, pelo espírito criativo, é a coragem e a disposição de agir, encontrando ações que teriam algum

efeito, no sentido de aliviar a miséria e a fome extrema, uma causa que agora (mas agora não interessa; os filhos desses homens estavam passando fome na época) seria defendida por qualquer um.

De todas as situações visualizadas é possível observar que o arroz dependeu principalmente de uma mão de obra migrante – o nordestino. A maior parte dos contratos era verbal. A propaganda de que em Minas era um oásis de possibilidades era um convite a um futuro promissor. Ao chegar de pau de arara já havia um esquema de exploração da mão de obra à disposição dos fazendeiros. Aos pagar suas dívidas de viagem, hospedagem, se viam numa rede de trabalhos para sobreviver. Cama, comida estavam no percentual do salário. Conforme Certeau (1994, p.75-90) adverte, *as táticas, trampolinagens, recusas e resistências* passam pelo abandono dos empregos, mudanças de fazenda para outra, de uma cidade para outra; é uma forma de astúcia do mais fraco em busca de melhores opções de sobrevivência.

2.2 O arroz os cerealistas: indústria da lavoura

A pequena cidade de Ituiutaba em torno dos anos 1950, com a agricultura em ascensão, começa a viver um período de grande movimentação, tendo o arroz branco como protagonista.

Conforme os pesquisadores da Embrapa, constatamos que a cor de origem do "pericarpo do grão" do arroz-branco é a cor vermelha. O branco é uma mutação, e corresponde, inclusive, a interesses comerciais (PEREIRA; MORAIS; BRESEGHELLO, 2008, v. 43, n. 9, p. 1135-1142).

Romero (2005) informa que,

[...] apesar de ser uma cultura desconhecida de parte da população brasileira, o arroz vermelho ("Oryza sativa L") é considerado um dos principais componentes na dieta alimentar dos habitantes do sertão nordestino. O alimento é cultivado principalmente nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Bahia e Alagoas.

José Almeida (2005, apud ROMERO, 2005) observa que "o arroz vermelho foi trazido pelos portugueses em 1535, por meio da capitania de Ilhéus, na Bahia. Foi o primeiro tipo de arroz a chegar ao Brasil. O arroz branco só chegou em 1765, principalmente pelo Maranhão".

Segundo Pereira, Morais e Castro (2013), o arroz denominado "Arroz de Veneza" ou "Arroz da terra", tendo a cor do pericarpo avermelhada, foi predominante no estado do Maranhão "até o ano de 1766, a partir de quando foi sendo substituído pelo 'Arroz Branco', também chamado 'Arroz da Carolina', introduzido de Lisboa". De acordo com os mesmos,

embora a variedade "Arroz Branco" tenha se adaptado bem ao clima da região maranhense, os agricultores resistiam em plantá-lo, preferindo o vermelho. Todavia, Carney e Marin (1999, p. 113-133) afirmam que, no ano de 1772, obedecendo a ordens de Portugal, o governador daquele estado determinou que se plantasse exclusivamente o arroz branco, e as pessoas, sendo o branco, o índio e o escravo, que desobedecessem seriam punidas. Tal proibição, segundo as autoras, pode ter sido devido a que o arroz vermelho era facilmente quebrável ao processar, e se misturasse este com outro arroz de melhor qualidade, teria grande número de grãos quebradiços, e isso “diminuiria os preços nos mercados europeus”. Desta forma, podemos entender, de acordo com Pereira, Morais e Castro (2013) que, com a ostensiva produção da variedade do arroz branco, tornou ainda mais intensa a disseminação de tal tipo do cereal.

Na Província de Minas Gerais, no ano de 1903, a Diretoria da Agricultura e Indústria colocava à disposição dos agricultores, entre outros, arados e instrumentos agrícolas para auxiliar o desenvolvimento desse setor no Estado, inclusive disponibilizando a "Revista Agrícola, Commercial e Industrial Mineira", que continha matérias que informavam a cerca de vários assuntos correlatos, agricultura, indústria de laticínios, e diversas plantações (RELATÓRIO..., 1905, p. 6). Com o mesmo intuito, naquele ano, esse governo adquire e distribui aos lavradores vários tipos de sementes, entre elas

[...] 6.000 litros de sementes de arroz Carolina, qualidade preconizada e que se recommenda igualmente pela procura; cerca de 7.000 kilos de sementes de algodão, 2.714 de sementes de batatinhas de várias qualidades exóticas que vingaram perfeitamente, servindo a uma nova distribuição por parte da primeira produção que o governo comprou a um dos obtentores das sementes. (RELATÓRIO..., 1905, p. 203).

No ano seguinte, em 1904, tendo verificado um acréscimo do valor deste produto em relação a 1903, aquela Diretoria continuou a distribuição de sementes de arroz e ainda teve a iniciativa de estabelecer engenhos regionais para beneficiamento deste cereal. Outras medidas foram tomadas por parte do governo, como a diminuição da taxa de exportação, e a subida das taxas sobre importação "de similares estrangeiros", garantindo a concorrência em favor do produto nacional. (RELATÓRIO..., 1905, p. 106).

Desde sua origem, “o cultivo do arroz depende do conhecimento de como descascar o grão sem quebrá-lo”, para ser comercializado e consumido e, para tanto, havia equipamentos próprios e rudimentares para o trabalho, sendo utilizado no Brasil, inicialmente o pilão, uso que já era frequente, pelo menos até “a segunda metade do XVIII”, nos primeiros lugares de

plântio (CARNEY; MARIN, 1999). A partir de 1760, objetivando a exportação, principalmente para Portugal, afirmam as autoras que “houve a implementação de plantações de arroz de maré irrigada em regiões amazônicas do Amapá, Maranhão e Pará, de sementes do arroz ‘Branco da Carolina’ de alta produtividade”, utilizando-se de “moinhos movidos à água para o processamento do arroz, e a importação de mais de 25 mil escravos (muitos da região de cultivo do arroz da Guiné-Bissau), e em 1767 ocorreu a primeira exportação de arroz moído para Portugal”. Reconhecemos, em vista disso, consoante as pesquisadoras, que a disseminação do arroz com qualidade, dependia, principalmente àquela época do trabalho manual de inúmeras pessoas e de “um instrumento apropriado para o seu processamento” (CARNEY; MARIN, 1999).

Neste município triangulino, o processo de beneficiar o arroz não foi diferente no seu começo em relação à rusticidade empregada. O serviço era feito na própria fazenda, manualmente. O nome *mão de pilão* era conhecido de todos e sabiam bem como usá-la. Era um pedaço de pau arredondado, feito artesanalmente, de modo que pudesse pegá-lo com as duas mãos, de mais ou menos um metro e meio, sendo que nas duas extremidades, os últimos vinte centímetros formavam partes mais espessas. Com essa peça socava-se o arroz dentro do pilão, um pedaço circular de tronco de madeira, que podia ter em torno de oitenta centímetros de altura e aproximadamente 45 cm de diâmetro, com parte do miolo da madeira retirado, dando-lhe uma forma côncava, para cima, que permite colocar o arroz para ser pilado, quando o descasca, beneficia-o, em movimento repetitivo de socar o cereal. Depois de processado várias vezes, aquele arroz era colocado em uma peneira própria e abanado para soltar o pó; às vezes, precisava retorná-lo ao pilão para continuar a limpeza. Outra ferramenta para o mesmo fim era o monjolo, “este velho e rudimentar pilão mecânico” (PRADO JÚNIOR, 2000, p.137) que, de acordo com Holanda (1994), tratando das práticas e técnicas rurais, teve sua origem no Extremo Oriente. Este engenho é movido por água que corre através de uma bica-d’água, e livrava os braços humanos do esforço de socar. Nesta região, de acordo com Petrônio Chaves (1985, p. 62), com a chegada do motor movido a diesel, em algumas fazendas havia máquinas de beneficiar para fazer o mesmo serviço, a partir da década de 1940.

Entretanto, em Ituiutaba, no ano 1915, aproximando o serviço de beneficiamento dos consumidores da pequena área urbana, ao mesmo tempo para facilitar a vida daqueles que preparavam o alimento essencial, junto a esse núcleo que se formava, antecipando as dezenas de máquinas que viriam mais tarde, Novais (1974, p. 34) afirma que dois parceiros, Sr. José Temístocles Petraglia e Sr. Antonio Severino, inauguram, à margem do Córrego Sujo, a

primeira máquina de beneficiar arroz, movida à força hidráulica, que atendeu por algum tempo a população. Em paralelo, o Censo de 1920⁹¹ acusa a existência de uma máquina para o mesmo fim, no rural (BRASIL. Ministério..., 1927, v. III, 3.parte).

Nessa mesma década, localmente, de uma produção total de 32.995 sacos de arroz de sessenta quilos, fora beneficiado em torno de 2.900 unidades, cujo plantio fora feito em uma área total de 1.320 hectares, tendo sido numa época em que o cultivo de milho superava a área de produção de arroz, com plantações em áreas totalizando 4.975 ha; em terceiro lugar viria o feijão, em um espaço de 553 ha e em quarto a cana de açúcar, plantada em 253 ha (BRASIL. Ministério..., 1924, v. III, 2.parte). Época de agricultura de subsistência, é evidente que o restante do arroz não beneficiado tenha sido *armazenado nas próprias fazendas*⁹² para limpeza manual e consumo no mesmo lugar.

No geral, prevalecia *um cenário relativamente sombrio, de precários caminhos*⁹³ sustentando-se sobre o município, que não diferenciava de *muitas regiões brasileiras, com insuficiência de estradas e pontes e insalubridade* (BRASIL. Ministério..., 1927, v. III, 3.parte). Até a década de 1940, havia muita fartura de alimentos provindos das lavouras, porém, *devido às circunstâncias, o consumo era voltado às famílias produtoras*⁹⁴ e, igualmente, os recursos de limpeza de arroz eram restritos à população do lugar, cuja cultura não atingia a um número expressivo para exportação como na época em que a cidade foi denominada *capital do arroz*.

Contudo, Novais (1974, p. 34) ressalta algumas iniciativas de instalação de Máquinas de Arroz, após 1920, 1925 e 1930, que, segundo o memorialista, acabavam superando a demanda que era pouca e acabaram fechando. De outra maneira, dando prosseguimento às investidas no âmbito da agricultura, segundo Acaiaca (1953, p. 85), no ano de 1938 foi montada a primeira máquina de beneficiar arroz, não havendo outra naquele momento, em uma época em que o proprietário, Antônio Baduy, de origem síria, passou a incentivar a

⁹¹ A base estatística, referindo-se à área rural, menciona a existência de uma máquina para beneficiamento de arroz, e cinquenta outras destinadas ao fabrico de açúcar, não acusando mais nenhuma.

⁹² Cf. Guimarães (2010, p. 165), os locais de armazenamento rural eram os *paióis* que foram utilizados como tal por décadas; os paióis eram construções “rústicas de madeira [...] sem as mínimas condições técnicas de preservação e conservação de produtos”. O autor aponta que estes depósitos serviam, inclusive, para estocagem de sementes para plantio e alimentos para os animais e aves.

⁹³ Relacionamos a situação ocorrida em Ituiutaba com a que Machado (1998, p. 118) descreve ao analisar Coromandel entre 1923 e 1958: “As regiões pareciam estar ilhadas, faltavam estradas, pontes, mata-burros que permitissem o contato social com a cidade, o convívio entre elas e, principalmente, maneiras de escoar a produção”.

⁹⁴ MACHADO (1998) supõe que o isolamento da cidade pode ter levado “o homem do campo, a viver numa economia de subsistência”.

produção deste cereal, que, até então, não era suficiente para abastecer um comércio de exportação. Assim, considerando as iniciativas anteriores, é possível que esta fosse a primeira de porte grande, e que fora instalada com a ideia de empreender no setor. O industrial iniciante morou primeiro na cidade de São Paulo, conforme sua filha revela: “[...] Em 1926, ele chegou no Brasil. Morou em São Paulo até 1931, trabalhou como pedreiro, calceteiro de ruas [...] Mudou pra Uberlândia, mas trabalhava como viajante, naquela época se falava mascate, vendendo fumo” (BADUY, Marina, 2013). Diante disso, supõe-se que o pai já devia ter alguns contatos para lhe fornecer *sementes de arroz que passou a distribuir entre os agricultores, estimulando as lavouras* (ACAIACA, 1953) que incrementariam seus negócios. Desta forma, observamos que este comportamento não estivera fora de um padrão, se relacionado com o exemplo que citamos anteriormente, relativo ao ano de 1903 e 1904, quanto à distribuição de sementes na Província de Minas Gerais, podendo supor que o Sírio exerceu um tipo de gerenciamento sobre o fornecimento de tais produtos, visando à expansão do cultivo para alimentar a sua recente indústria.

A chegada de imigrantes sírio-libaneses a Ituiutaba *a partir do século XIX* (GOMES, 1953, p. 83), trouxe para a região experiências que aos poucos foram aparecendo no modo de lidar com o comércio, e na maneira de construir a vida, baseado no esforço contínuo. Pessoas que viveram na pele a escassez do essencial, deixaram suas terras que não lhes prometia dias melhores. Vieram ainda jovens, porém, conforme o exemplo anterior, depois de morar um período em outras cidades brasileiras, encontraram os caminhos mineiros para escolher esta cidade e iniciar empreendimentos, que já os trazia em mente: almejavam uma vida melhor para si e para a família que iria constituir. Para isso, teria que investir esforços que demandaria o emprego de forças e parcerias com o povo do lugar. Muitos deles progrediram, inclusive com o comércio de beneficiamento de arroz, mas nossos estudos, especialmente no que se refere a esses imigrantes, apontam de forma sintética, inclusive para aquele que é tido como *um dos pioneiros da indústria ituiutabana, Antônio Baduy*, (ACAIACA, 1953, p. 85), notadamente ao que tange ao beneficiamento de arroz, no sentido em que foi um grande incentivador da produção e empreendeu de forma dinâmica dentro da economia da cidade a partir da década de 1940.

É notório que esse empresário, depois de morar alguns anos em São Paulo, passando ali o período da quebra da bolsa no ano de 1929 e de alguns anos viajando por diversas cidades, mascateando, tenha vindo para Ituiutaba cheio de esperanças em seu novo investimento, aceitando os desafios de sua época. Conta a filha:

[...] Não foi fácil a vinda pra Ituiutaba, porque Ituiutaba era uma cidade ainda pequena, sem saneamento básico, problemas de iluminação, tanto que na firma havia um gerador, no caso, assim, de falta de energia ligava o gerador de energia, justamente pra que não houvesse falhas, né? Na produção. Mamãe que contava que houve muita dificuldade, mas o papai era um homem que não temia as dificuldades, estava sempre com desejo de progredir, de melhorar, de construir, de trabalhar, era incansável no trabalho. Papai nunca tirou férias, não sentia necessidade. Durante toda semana ele trabalhava na indústria. Domingo e feriado ele ia cedo para fazenda pra fiscalizar o trabalho, então, ele não tinha nem um dia que ele ficasse sem trabalhar na vida dele. (BADUY, Marina, 2013).

Sem lembrar detalhes por não ter participado dos negócios do pai, a filha, apenas como observadora, informa que ele investiu em fazendas, e mantinha pessoas trabalhando no regime de meeiro em plantações de arroz, quando uma parte ficava para o proprietário e outra com o roceiro. No entanto, sua lembrança de menina ainda registra o sucesso do homem com a lavoura, em um tempo no qual a chuva vinha na época propícia, mesmo assim, podia ser motivo de alegria quando chegava, pois era uma realização do desejado.

[...] Lembro-me que uma vez fomos para a fazenda e era um feriado, que eu não tinha aula na escola, e nós estávamos, então, saindo da fazenda e começou a chover, ele ficou muito alegre porque o arroz estava soltando cacho e precisava de chuva, e ele ficou, então, satisfeito porque nós já saímos da fazenda, da fazenda Medéia, debaixo de chuva. É, o rio da Prata passava nela, lá no Campo Alegre, né? Fazenda Medéia, ele já comprou a fazenda [no ano de 1951] com esse nome. (BADUY, Marina, 2013).

O industrial se destacou em vários segmentos, inclusive em plantações de arroz em terras próprias. Entre os setores, investiu também em fábrica de manteiga, plantação de algodão, refinação de óleo de cozinha. Contudo, além de não fazermos abordagem detalhada de seus investimentos, o grau de importância entre um setor e outro não se distingue em nossa pesquisa, mas, podemos observar a força do setor de produção de manteiga que perdura aos tempos de hoje, provavelmente, acompanhada dos percalços do caminho. Principalmente a década de 1940 não foi fácil, mas o sucesso foi garantido. Revela Marina Baduy (2013):

[...] Minha mãe contava que não havia telefone aqui em Ituiutaba, e que, principalmente na época da guerra, que a guerra foi de 39 a 45, então, em 1940, quando ele já veio pra cá, teve cinco anos de guerra, ele, então, já tinha os caminhões pra fazer as linhas de creme para produção da manteiga. Então, ele, muitas vezes, saía daqui de Ituiutaba duas horas da manhã, ia pra Uberlândia, pra quando amanhecia o dia ele telefonar pra São Paulo e Rio de Janeiro pra conseguir gasolina por causa do racionamento que teve durante o período da guerra. Houve racionamento de gasolina, houve também racionamento de alimentos, né? Nas grandes cidades, a gente tem notícia disso que havia racionamento, né?
 [...] A produção era escoada toda pra São Paulo, manteiga, óleo, o arroz. Havia um escritório de representações em São Paulo, havia um escritório de representações em

Belo Horizonte, e havia um escritório de representações no Rio de Janeiro, também. Eu conheci essas pessoas que trabalharam na revenda de produtos “Fazendeira”.

Através da história de vida daquele que teve sua marca inserida no contexto ituiutabano, mesmo mencionada em trechos, pode-se notar a cidade, os serviços insuficientes, e ainda toda força de trabalho humano sendo realizada nos bastidores dos negócios finalizados, que caberia um estudo particular.

Outros descendentes sírio-libaneses também se destacaram no ramo arroseiro, compreendendo a propriedade de comércio utilizando-se de máquinas de beneficiamento, conforme nos conta El Bayeh (2013):

[...] Meu cunhado, o Anísio Demétrio Jorge, tinha uma Máquina de Arroz aqui na 28, entre 15 e 17, e ele vendia arroz em São Paulo, e eu muitas vezes ia com ele na Bolsa, pra vender arroz, né? Pra os comerciantes lá em São Paulo. Então a gente via as amostra, os melhor arroz que tinha nas amostra lá, era tudo de Ituiutaba. Era do Baduy, do Anísio e do João Jorge. Os melhor arroz. Na Bolsinha de cereais, na Rua Cantareira.

A política de preços adotada para a agricultura pelo governo federal no início de 1951, de certo modo, favorecia os trâmites de negociação, proporcionando garantia de preços básicos, que era um tipo de incentivo aos produtores e comerciantes. Eurico Gaspar Dutra, nos últimos dias do seu governo, assina uma medida definindo o valor mínimo para produtos agrícolas,⁹⁵ *quando estipula o valor para o arroz e ressalta que as melhores qualidades eram geralmente produzidas no norte e nordeste do país*. Essa observação final evidencia que, de alguma forma, essas regiões, tendo sido pioneiras, continuam com o cultivo desse cereal àquela época (1950) com grande destaque na produção brasileira. Por outro lado, o depoimento anterior exalta os produtos locais, principalmente os dos sírio-libaneses. Isso denota que "aquela" tendência dos anos cinquenta de atrair a atenção vigora, mesmo hoje, pelo exercício de rememorar. Acreditamos, contudo, ainda que tivéssemos produtos de boa qualidade, havia os concorrentes que podiam superar, supondo que naquela “bolsinha” houvesse também arroz de outros lugares e dos Estados anteriormente mencionados.

⁹⁵ Através do decreto nº 29.126, de 12 de Janeiro de 1951, cujos valores são: Cento e oitenta cruzeiros (Cr\$180,00) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, polido, do tipo dois da classe de grãos curtos; duzentos e dez cruzeiros (Cr\$210,000) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, polido, do tipo dois da classe de grãos médio e longos; cento e vinte cruzeiros (Cr\$120,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, dos tipos um e dois, da classe de grãos curtos; cento e quarenta cruzeiros (Cr\$140,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, dos tipos um e dois da classe de grãos longos e médios, todos - classes e tipos - de acôrdo com as especificações baixadas pelo Decreto nº 28.098, de 10 de maio de 1950. Cento e vinte e seis cruzeiros (Cr\$126,00) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, das melhores qualidades comumente produzidas no norte e nordeste do país; oitenta e quatro cruzeiros (Cr\$84,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, das melhores qualidades comumente produzidas no norte e nordeste do país. (BRASIL. Câmara..., 1951).

É possível que as chácaras tenham predominado nas formações urbanas, que é o que sabemos que sucedeu em São Paulo, outras cidades e também em Ituiutaba. Embora, o tempo tenha transcorrido, muitas casas, até o presente, preservam um pouco daquilo que era comum à vida de pessoas que, não raro, tinham berço ruralista, através de quintais extensos, que constatamos também no bairro Progresso, próximo ao centro, em cuja residência Elza Cunha (2010, 2013) cria galinhas. Junto a essa característica, pelos fundos, caminha-se ao lado de uma parede alta e chega a uma das entradas do estabelecimento de beneficiar arroz do cerealista José Cunha (2010, 2013). Trajeto que o mesmo faz desde o ano de 1969, quando construiu a residência para facilitar o acesso ao comércio aberto entre 1962 e 1963. Percebemos que a mulher do cerealista, em paralelo à mulher do lavourista, caminha lado a lado do marido, para dar conta das funções exigidas pelo ofício. Elza Cunha (2010) revela:

[...] Mulher de maquinista tem muito serviço, a roupa suja; suja muito, né? Um serviço bem sujo, né? Não é igual de mecânico, não, mas, suja bastante. Tem muito serviço numa casa. Criamos seis filhos e atendendo na medida do possível, dando uma vistazinha no serviço dele. Ele nunca quis que eu fizesse, assim, me inteirar muito, participar muito do serviço da Máquina, não, ficava mais em casa, cuidando dos filhos, mas eu tava sempre próxima, morando perto, na parte da merenda, né? do café, quando eles trabalhavam muito à noite, fazia até 10, 11 da noite, e aí a gente tinha que fazer um lanche. Sempre tinha três chapa aqui dentro da máquina, três funcionário registrado. A gente tem até saudade dessa época. Então, era assim, a mulher de um maquinista, dono de uma máquina de arroz tinha bastante serviço. A cozinha, né? Pra fazer tudo, limpeza da casa, com a limpeza da roupa, né? Todo vestuário. Os meninos gostavam de vir muito pra cá, aí que aprontavam, né? Bagunça nas pias de arroz. [Pilhas de arroz ou casca de arroz, aquelas pilhas?] Não, aquilo é a casca, a casca, é, tirava e carregava, tinha um caminhãozinho, do Tião, o palheiro, carregava, transportava pra fora da cidade, berando por aí, pra queimá, pra queimá, em volta da cidade.

A casca do arroz, hoje, tá mais valorizada do que o arroz, num tá? Quase num tem pra fazer a cama das granjas, né? Pra criação de frango, pro caminhão do boiadeiro, usa a casca do arroz pra forrar, pra muita coisa, e pra combustível também, né? Antigamente, pagava pra tirar, levava pra jogar fora.

De modo geral, nos “tempos do arroz” era comum as crianças brincarem sobre os montes de palha do cereal. Leite (2011), cujo pai veio do campo para a cidade e se tornou comerciante, lembra o tempo de infância nos montes daqueles resíduos:

[...] Por volta do ano 1950 [...], meus irmãos, eu e a molecada da vizinhança, na Avenida 17 entre as ruas 12 e 14, protagonizávamos aventuras meio radicais. Ora no mangueiral do fundo de quintais democraticamente abertos, à esquerda no sentido centro-bairro, morávamos do outro lado da avenida; ora no “mar” de cinza produzido pela queima da casca de arroz num grande terreno baldio. Este espaço confrontava com as mangueiras, a máquina de beneficiar o cereal e a Fábrica de Manteiga Invernada, do senhor Farjala Miguel Jacob, laticínio bem em frente à nossa casa. Na “floresta” éramos índios aliados a Tarzan e Jane ou à Nyoka – a rainha das selvas, senão os próprios super-heróis, na luta contra o branco invasor. A brincadeira se estendia ao cinzeiral. Era gostoso afundar os pés na cinza, mas

podíamos deparar com duas surpresas, uma boa, a outra má. Explico: a casca ou palha de arroz queimava lenta e discretamente e, sob a aparente placidez da superfície, às vezes ardia um braseiro. Não me lembro de nenhum menino queimado, mas hoje avalio o risco. A outra surpresa consistia em blocos compactos de cinza branca como algodão, que se acumulavam debaixo daquele talco cinzento. Colhíamos grandes nacos para as mães arearem utensílios domésticos. O brilho do alumínio faria corar a mais famosa esponja de aço [...].

Diante das queimadas das palhas de arroz, naqueles anos, o desgaste que causava às donas de casa que não conseguiam fazê-las parar limpas, se observado juntamente com os danos ao meio ambiente com as queimadas, talvez um benefício que tenha causado o descarte do arroz, era servir de brincadeira para crianças, ainda que fosse perigoso. Embora servisse aos meninos e meninas, o melhor que achavam as famílias era morar distante daqueles comércios. Jesus (2013) também morou bem perto, morou ao lado, e conta,

[...] de parecia com a máquina de arroz, de parecia. O quarteirão era deles, só tinha a casa que eu tava morando que era lá perto, porque ninguém gostava de ir pra lá, nós saiu da chácara, a casa que eu achei foi essa. [Não gostava por causa das máquinas?] É, das máquinas. Muito farelo de arroz. Ficava caindo farelo demais da máquina.

O cereal também teve seus dias de rebeldia ocupando o espaço público de forma indevida. Nos anos 1980, quando o trânsito da cidade era mais calmo e havia menos veículos nas ruas, o maquinista Tostes (2010), sem ter lugar para deixar secar o produto recém-chegado das lavouras, não encontrou outra solução, segundo ele, colocou

[...] no asfalto, aqui, ó, cheguei [a] pôr dois caminhão de arroz pra secar, aqui, ó [...] Naquela época, ainda era livre a pista, né? Aí nós punha. [Dava uns 500 metros, aí, mais ou menos?] É, quase 500, né? 300 metros mais ou menos. [Colocava na calçada?] Não, no meio da rua. Já era asfaltado. Aí, um dia a polícia veio aqui pra poder tirar. “Não, não pode mais por na rua”. Era 88, mais ou menos. Aí nós paramos de por arroz pra secar. Também cabô, né? Colocava pra secar porque senão ele arde, né? Vinha molhado, né? Se não secar bem sequinho pra guardar ele, ele ardia. Quando perdia, a gente falava que tava ardido. Vinha ensacado nos caminhão, mas vinha molhado, né? Perdeu muito arroz. Dava pra animal.

O Código de Posturas do ano de 1955 do município de Ituiutaba dispõe que não é permitido impedir o "trânsito e caminhos públicos", e também calçadas, em todas as áreas da cidade, compreendendo impedimentos através de "depósito de quaisquer materiais", no entanto, abre um precedente que, quando os materiais não puderem ser descarregados dentro dos edifícios, "será tolerada a descarga e permanência na via pública, de modo a não embarçar o trânsito, pelo tempo estritamente necessário à sua remoção não superior a 12 horas" (PREFEITURA..., 1955, p. 32). A existência desse item neste Código, quando esse setor era atribuído, ainda, à prefeitura, revela a pertinência da regulamentação naquela época,

quando havia grande circulação de transportadores cruzando a cidade em direção a favor ou contra os estabelecimentos, principalmente as máquinas de arroz, significando a manipulação contínua de tal produto nas portas de tais comércios. À época que abrange a ocorrência relatada no depoimento acima, o Código vigente era o que passou a vigorar a partir de 1970, e este não inclui a cláusula que se refere ao trânsito,⁹⁶ uma vez que no ano de 1966, tal departamento fora legalizado pelo Código Nacional de Trânsito, válido até a sua revogação em 1997, quando institui o Código de Trânsito Brasileiro.

A seção referente a “queimadas” nos Códigos de Posturas de 1955 e 1970 apresentam termos equivalentes, o que demonstra, na fase local da grande movimentação em torno do arroz, que prevaleciam os mesmos riscos, inclusive, advindos do procedimento de queimar as palhas de arroz. Em ambos, estipula-se que os responsáveis devem tomar as "devidas precauções, inclusive o preparo de aceiros, que terão sete (7) metros de largura, sendo dois e meio (2 1/2) capinados e varridos e o restante roçado" e, também, devem "mandar aos confinantes, com antecedência mínima de 24 horas, um aviso escrito e testemunhado marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo"; cada código previa estes cuidados para "evitar a propagação de incêndios". (PREFEITURA..., 1955, 1970). Todavia, não obtivemos relatos de algum tipo de atenção que se ocupasse os praticantes, promovendo a proteção necessária para que o fogo não passasse dos limites ateados, baseados nas regras.

Em 1953, os dados registram um número de dezoito estabelecimentos de beneficiar arroz, e na listagem consta a existência de uma a três máquinas em cada uma, perfazendo um total de trinta e uma; enquanto informam que outros sete deles estavam em processo de instalação (ACAIACA, 1953, p. 170). Não há informação sobre o porte de cada uma, se pequeno, médio ou grande. A partir da existência de tal número, na cidade, dispensando a casca do grande volume de arroz, e baseados nas práticas de descarte de materiais que vemos nos dias de hoje, é mais provável que o regulamento tenha sido ignorado, e que, naquela época, não seguissem com rigor o Código de Posturas da prefeitura local, quando queimavam palhas de arroz inclusive do lado de fora do próprio comércio, isto é, no perímetro urbano, conforme explícito em depoimento anterior.

Principalmente após 1950 até os anos 1970, quem transitasse onde havia um comércio beneficiador de cereais, ou aqueles que habitavam em torno deles, com tantas máquinas destinadas à limpeza de grãos, pôde observar a ida e vinda de inúmeros caminhões a serviço desse setor, conforme relembra Vieira (2013) que se instalou na cidade em 1978:

⁹⁶ Cf. Prefeitura... (1970).

[...] É, justamente, na avenida 7, onde foi o meu primeiro comércio, então, ali, naquele lugar, tinha algumas Máquinas de Arroz, então, a gente via aquele movimento dos caminhões, chegando e saindo, chegando e saindo, os chapas correndo pra lá, pra carregar, descarregar os caminhões, então, era muito movimentado nessa época, né?

As idas e vindas pelas ruas da cidade dos caminhões encarregados dos serviços, mesmo com o trânsito fluente de uma cidade com poucos veículos àquela época, acabavam causando algum transtorno, mas, ao mesmo tempo, significava o trabalho contínuo das Máquinas, de acordo com o que percebemos nos dizeres de José Cunha (2010):

[...] Essas ruas, aqui, enchia de caminhões de arroz em casca pra beneficiar, a fila era tão grande que às vezes não dava pra atender aquela quantidade de caminhão que chegava por dia, tinha que posar pra descarregar no outro dia. Era tantos caminhões que atrapalhava o trânsito, porque punha dum lado e do outro, e aquilo ia fazer manobra, encahava o trânsito.

A paixão de menino por caminhões levou Ribeiro (2012) a montar, depois de aposentado, um comércio de transportes, chegando a ter quatro deles, e sua experiência o faz utilizar-se de alguns critérios quando menciona a respeito do volume que cada veículo suportava:

[...] Havia grande transporte de arroz porque entrou a época da produção de arroz aqui, na década de 50, então todo caminhoneiro transportava arroz. Eles iam pras fazendas carregando um outro tipo de carga, e retornavam carregados de arroz. Mas, eram caminhões que traziam 80 sacos de arroz, quer dizer, era uma coisa muito artesanal, só estrada sem asfalto, caminhões adaptados pra rodar em estrada do mato, eu me lembro disso até hoje. Cada lavoura produzia, lá, uma certa quantidade de arroz que precisava de 30,40 caminhões pra puxar. Eu não sei a tonelada exata deles, mas, eu calculo, hoje, de quatro toneladas de capacidade de carga desses caminhões. Oitenta sacos de 60 quilos, já dava um excesso de peso pra eles. Quando o camarada chegava trazendo oitenta sacos de arroz, todo mundo batia palma, fulano trouxe 80 sacos de arroz. Era um volume grande pra ser transportado em um caminhão. A medida oficial hoje é 50 quilos, 80 sacos daria 4000 [kg], isso era a carga do caminhão. Mas, naquele tempo a medida do saco de arroz era 60 quilos. (RIBEIRO, 2012).

Percebemos, portanto, que havia necessidade de muitos caminhões para dar conta de certa produção de arroz, que era da região, não propriamente de Ituiutaba. De forma que, a movimentação se deu mais pela fragilidade do veículo que suportava cargas pequenas, portanto, necessitava de mais veículos para fazer os transportes.

Havia um conjunto de pessoas trabalhando de um lado, na lavoura, outra parte na cidade, nas Máquinas, preparando o produto para ser entregue a um comprador, que, com ele, ainda não encerraria; o arroz continuaria em alguns armazéns e em algumas prateleiras até

chegar ao consumidor final. Depois da colheita e o ensacamento na roça, havia o transporte para a cidade. Janones (2013) relata parte de sua vivência como motorista de um caminhão F-600, *primeiro caminhão produzido no Brasil*,⁹⁷ quando trabalhou na época das grandes lavouras de arroz nesta parte do Triângulo Mineiro:

[...] Fui motorista do finado Zé Derfino, muito tempo. Puxava arroz lá dos Patos, lá do Arantes. Puxei arroz, muito arroz de lá. Eu descarregava o arroz naquela máquina de arroz da 26, hoje lá é uma esquadria [...] Todo dia eu vinha com outro caminhão de arroz, né? Vinha lá do Arantes. Eu trazia 120 sacos de arroz. Eu sei que eu saía de umas 2 horas, chegava aqui 6 horas, 7 horas da noite. A estrada que eu passava, até hoje ela é estrada de terra, que vai daqui pro Bastos. Esse Arantes fica lá, quase perto do São Simão. Naquela época era município de Santa Vitória.

Ia pra porta da máquina, posava na cabine do caminhão, aí, no outro dia cedo descarregava e ia embora de novo. Carregava e vinha de novo. Era todo dia uma viagem. O lavourista que ensacava o arroz. Ele usava fazer aquelas pia de arroz, batia, já ensacava, banava aquilo, ficava lá na roça, aí, eu ia com o caminhão de, a gente falava barraca, de barraca em barraca pegano aquele arroz lá. E tinha uma coisa: No sábado, por exemplo, eu num posava aqui, porque dia de domingo num descarregava, sabe? Então, eu vinha com arroz pra descarregar de manhã só nos cinco dias da semana. Eu posava lá na fazenda com o caminhão carregado, no sábado; e viajava no domingo, né? Aí, posava de domingo pra segunda na porta da máquina, pra segunda-feira descarregar. Era desse jeito. Fazia fila de caminhão. Tanto, que eu posava lá por causa da fila. Porque se eu posasse em casa, pra ir pra lá cedo, chegava lá já tinha 3, 4, 5 caminhão na frente, aí ia ficar até de tarde pra descarregar. (JANONES, 2012).

Havia um modo de driblar as filas de caminhões, segundo o depoente, ainda que fosse à custa de uma noite pouco cômoda numa cabine. O enfrentamento do trabalho era diário, pelo menos durante as lavouras, que eram temporárias. Tinha o tempo certo de plantar e colher. O arroz era, basicamente, nos últimos meses do ano. Nos demais meses, enquanto os roceiros podiam fazer serviços diversos, outros cultivos, os motoristas ficavam à disposição para trabalhos avulsos. Isso nos leva a pensar na razão do aproveitamento das safras, da movimentação, significando um tipo de êxtase, e ainda que fosse passageiro, dava uma boa expectativa de ganho, o que ocorria de modo mais incerto nos outros períodos.

Por algum tempo, o arroz foi moeda de negociação. Houve momentos de destaque que evidencia o caráter essencial na economia local daqueles grãos, que promovia o trabalho e as relações em seu em torno, conforme relembra Ferraz (2010):

⁹⁷ O caminhão Ford F-600 com 40% das peças nacionais foi montado no Brasil no ano de 1957, com motor V8, e tinha capacidade para 6,5 toneladas de carga (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DISTRIBUIDORES FORD – ABRADIF, 2007, ano 1, n. 2, p. 18). Portanto, este transportaria até 108,3 sacos de arroz de 60 kg. O Ford F-350, com motor V8, também de uso muito comum, de acordo com a matéria, tinha capacidade para 2.670 kg de capacidade de carga. Tal volume equivale, mais ou menos, a uma carga de 44,5 sacos de 60 kg daquele produto. Em 1961, foi lançado o Ford F-600 com motor a diesel, cuja carga não foi revelada, segundo a mesma fonte. Observamos que o tipo de veículo utilizado por Janones (2013), carregando 120 unidades, das especificações anteriores, é possível que seja o fabricado no ano de 1961, denotando outra capacidade.

[...] O arroz era muito bom de vender. Você vendia ele antes de colher. Você precisava de um dinheiro, você vinha num maquinista [...] ele te arrumava o dinheiro pra colheita, pra pagar peão, pra colher, arrumava sacaria [...] Algum maquinista financiava [...] e a juro barato. Naquela época, o plantio de arroz era a melhor coisa que tinha aqui. O arroz, de primeiro, tinha preço, tinha comprador, comprava na lavoura, comprava na cidade. Era um bom negócio [...]

O exemplo citado demonstra que se tratava da agricultura principalmente de pequenos fazendeiros, talvez em vias de crescimento, numa economia em que se priorizava o capital. Era um sinal de que novos tempos já vinham sendo traçados.

TABELA 2 – Estatísticas de 1920 a 1980 e Anuais de 1990 a 2011.**Produção de lavouras temporárias e respectivos anos e área – Ituiutaba, Minas Gerais**

Ano	Arroz em casca (t)	Área (ha)	Cana-de-açúcar (t)	Área (ha)	Soja (t)	Área (ha)
1920	1.979	1.320				
1939	2.304	-				
1950	44.703	23.574				
1959	20.398	17.373				
1970	20.002	19.526	1.058	63	38	41
1980	9.684	8.615	5.048	144	3.124	2.096
1990	3.661	3.403	28.000	400	3.007	3.000
1991	5.842	3.430	21.000	300	3.750	2.500
1992	4.770	2.940	21.000	300	3.700	2.000
1993	4.311	3.170	21.000	300	3.300	2.000
1994	6.179	3.700	24.000	400	4.680	2.600
1995	6.262	3.750	28.000	400	4.500	3.000
1996	2.138	1.600	28.000	400	5.000	2.500
1997	2.660	1.900	31.500	450	6.600	3.000
1998	2.730	1.600	31.500	450	12.000	6.000
1999	3.190	2.000	35.000	500	11.000	5.000
2000	1.240	600	35.000	500	19.200	8.000
2001	511	298	49.000	700	21.000	10.000
2002	375	250	52.500	750	31.200	12.000
2003	360	200	150.000	2.000	44.100	18.000
2004	360	200	450.000	6.000	44.000	22.000
2005	200	200	405.500	6.700	34.200	18.000
2006	75	50	720.000	7.200	15.400	7.000
2007	75	50	688.500	8.100	13.500	5.000
2008	90	50	1.589.500	18.700	12.500	5.000
2009	63	35	2.125.000	25.000	16.250	6.500
2010	60	40	1.680.000	24.000	22.000	8.000
2011	60	40	1.680.000	24.000	16.800	8.000

Fonte: Censo BRASIL. Ministério... (1920); Censos IBGE (1950, 1955, 1967, 1975, 1984); IBGE. Cidades (2013).

Pelos dados da Tabela 2, acima, notamos que a lavoura deste cereal pode ter favorecido alguns proprietários rurais de forma significativa, a partir da década de 1950 até em torno de 1970, sendo que, entre os anos desse período, aqueles em torno daquela primeira década, tiveram maior repercussão nas estatísticas.

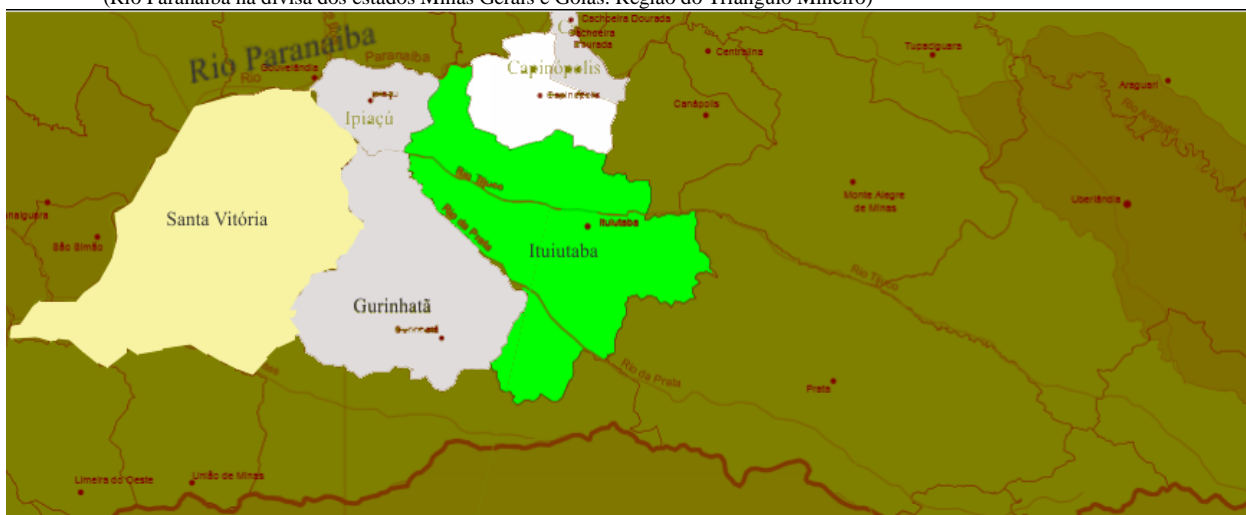
No viés das circunstâncias arroteiras e omitindo a importância que sempre teve o cultivo de milho e também o algodão no município de Ituiutaba, constatamos pela tabela que o máximo de área utilizada para plantio de arroz se deu no ano de 1950. Os anos 1950, 1960, 1970 sendo os de maiores áreas, foram também os mais produtivos. Denotando a diminuição do número de lavouristas, em 1980, os investimentos em áreas de plantio caem em mais da metade, produzindo também quase o equivalente. Portanto, depois de uma alta em 1950, o índice se manteve mais ou menos estável nas duas décadas seguintes, para declinar em 1980. No entanto, se considerarmos o ano de 1970 em relação a vinte anos após, a queda mais dramática ocorre em 1990, quando cai novamente e evidencia o declínio contínuo com o passar dos anos. De 1990 a 1995 permanece com valores aproximados, sendo um período relativamente estável, com poucos investimentos, mas mostrando que houve produções significativas para o volume de área plantado. De 1996 a 1999, novamente aponta para baixo e repetimos as mesmas observações do período anterior. Os anos de 2000 a 2005 continuam em uma escada rolante negativa. Equiparada ao seu topo, desaba a produção de arroz na região a partir de 2006, e praticamente não se fala em plantio de arroz na cidade.

Por outro lado, a mesma tabela, aponta no de 1920, colheitas de 32.995 sacos de 60 quilos de arroz (BRASIL. Ministério..., 1924, v. III, 2. parte) e em 1939, o estimado é de 38.400 unidades (IBGE, 1950, parte XIII, tomo 3). Nessa época, quando a produção de arroz atendia ao consumo regional, que visualizava mais um mercado de trocas do que de investimentos, notamos que, praticamente, estes dados não diferem muito uns dos outros. Na sequência, em dez anos, isto é, de um censo para o outro, houve um acréscimo em torno de 1.840% da safra de 1939 para a seguinte do ano 1950, quando aponta a produção de 745.050 sacos do mesmo cereal (IBGE, 1955, v. XXI, tomo 2). Após esse vultoso aumento, houve um decréscimo no ano de 1959, quando são colhidas 339.967 unidades do produto (IBGE, 1967, v. II, tomo IX, 2. parte). Em 1970, não difere muito daquele último, mantendo mais ou menos estável, correspondendo a 333.367 sacos (IBGE, 1975, v. III, tomo XIV, 2. parte).⁹⁸

⁹⁸ Cf. Fundação IBGE (1973, p. 10), a quantidade de arroz em toneladas, ano a ano corresponde a: Ano 1966: 36.636; Ano 1967: 48.000; Ano 1968: 60.736; 1969: 54.300; e 1970 – estimativa: 54.175. Tais dados revelam a produção de arroz durante cinco anos, sendo que do último é feita uma estimativa. No entanto, esta é bem superior àquele dado oficial de 1970, e equivale a 902.916 sacos, sendo que esta quantidade, de acordo com a

Contudo, embora tenha diminuído entre 1950 e 1959, observamos que existiram investimentos no setor, ainda depois de meados de 1960, mantendo estável entre este e 1970, representando as novas plantações utilizando-se dos implementos agrícolas velhos e novos, estes sendo basicamente trator e arado, conforme podemos conferir adiante no depoimento de Tostes (2010, 2013), que plantou arroz após 1966, quando inicia seu comércio de beneficiamento. Nessa linha de negócios, a Revista Projeção (nov/dez/2005 e Jan/2006, ano V, 12. ed.) aponta que um tal imigrante, após encerrar sua cerealista, no ano de 1969 destina o prédio desta para armazenagem de cereais e além da cria e engorda de gado, passa a plantar arroz, soja e algodão, diversificando assim o modo de empreender.

MAPA 3 – Recorte com nossas intervenções do mapa “Bacias Hidrográficas do Rio Paranaíba”. Demonstração de área de Ituiutaba. (Rio Paranaíba na divisa dos estados Minas Gerais e Goiás. Região do Triângulo Mineiro)



Fonte: ANA - Agência Nacional de Águas

Ressaltamos ainda, quanto à população, número de maquinários e áreas ocupadas, o fato de terem deixado de ser distritos de Ituiutaba os antigos povoados de Santa Vitória, Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã e Ipiacú, que refletiu diretamente nos dados dos Censos, a partir da emancipação da primeira em 1948, das duas seguintes em 1953 e das últimas em 1962. Com isso, a área de plantio também diminuiu a partir de 1948, culminando no ano de 1962, quando Ituiutaba não comporta mais aqueles distritos que foram ganhando

fonte que o gerou é inferior à estatística do ano de 1969 apenas em 2.083 unidades, cujo valor não estava sujeito à retificação. Contudo, observamos que a área referida em 1970, no primeiro documento, corresponde a um total de 19.526 ha; e a do segundo documento é relativa a uma área de 45.300 ha. Não sabemos, entretanto, ao que se refere tal diferença, mas, nos instigamos a perguntar: Por que naquele censo provisório engloba uma área mais que o dobro da área pesquisada na fonte oficial?

autonomia.⁹⁹ Portanto, inicialmente, a área de ocupação desta era maior dentro do estado de Minas Gerais, com uma extensão de 10.247,13 km² (MUNICÍPIO DE ITUIUTABA..., 1924).¹⁰⁰ Com a redução de área a partir de 1962, a cidade passa a ter a quarta parte desta área, aproximadamente.¹⁰¹ Com o passar do tempo, o município perdeu no total 90 quilômetros de sua extensão do Paranaíba, divisa do estado de Goiás, passando a ter “aproximadamente 10 quilômetros deste rio, entre os municípios de Capinópolis e Ipiaçu, na região denominada Praião”. (OLIVEIRA, Rodolfo, 2001, p. 33-34).

O título “capital do arroz” nos instiga a acreditar que as safras de Ituiutaba eram numerosas. Havia mesmo tanta produção no município? É frequente ouvirmos que plantavam arroz até dentro da cidade, de tanto arroz que tinha, o que José Cunha (2010, 2013) não nega, dizendo que em todos os lugares tinha lavouras de arroz: “Meu pai tocou lavoura de arroz aqui, ó, berano o cemitério aqui, ó, ia lá no Capão da Lagoa. A terra toda vida foi boa, mas chovia o suficiente, agora as águas diminuíram, né?”.

Mesmo percebendo o empenho de algumas pessoas que cultivaram arroz para o gasto e para a venda do excedente, ocupando áreas, inclusive, urbanas, e somando-se às épocas mais atuais em que há ocorrência de uma ou outra lavoura em terrenos vazios dentro da cidade, é notório que havia um enlace romântico nesse tipo de plantação, inclusive devido à fartura que traziam para dentro de casa de um produto essencial.

Remetendo à titularização “capital do arroz”, entende-se que havia, mais que ações concretas, algumas possibilidades que entendemos não se efetivaram. De certo modo, percebemos que o arroz, como principal produto da agricultura ituiutabana, durou em torno de duas décadas, considerando a produção maciça deste lugar. O volume que, após a década de 1960, passou a vir de diferentes lugares para ser beneficiado na cidade a superou, e isso faz com que o cereal que chega na cidade continue vultoso, mas, contando com a produção alheia, conforme Rodolfo Oliveira (2011) assevera:

[...] Ituiutaba era considerada a “capital do arroz”, mas, isso era, na verdade... Era uma opinião de alguns, porque o capital do arroz de Ituiutaba, era arroz da região -

⁹⁹ Embora o mapa do Anexo B mostre a extensão anterior do município, optamos por sugerir outra visualização da abrangência através do mapa 3, acima, em que fizemos intervenções no sentido de dar uma ideia da localização dos antigos distritos, esboçando os limites em verde da área de Ituiutaba.

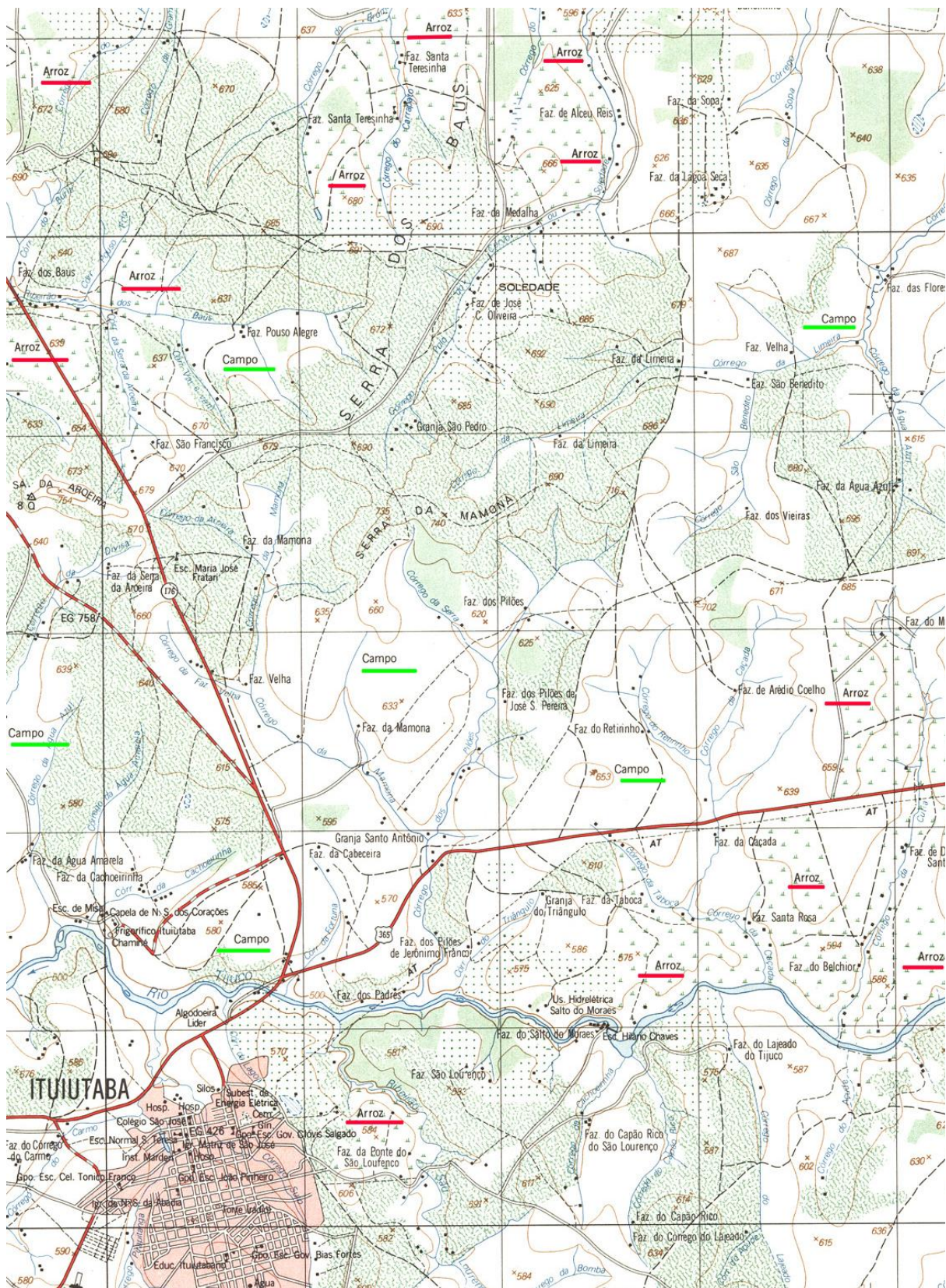
¹⁰⁰ Cf. ANEXO B. Mapa que aponta a extensão do município no ano de 1924.

¹⁰¹ Este dado apresenta algumas divergências entre os documentos: Cf. Fundação IBGE (1973, p.6), em que consta 2.694 km²; Associação dos Municípios... (2003), que indica a área de 2.595,2 km²; e também, IBGE. Cidades (Mapa, 2013), que aponta uma área de 2.598,046 km². Todavia, não encontramos uma fonte que defina tais diferenças e esclareça.

aqui não produzia arroz - principalmente de Capinópolis, Canápolis e várias cidades da região, produziam o arroz, e Ituiutaba, tinha aqui os empresários que fizeram o seguinte, eles passaram a receber o arroz pronto pra fazer a limpeza aqui e a venda. Então, Ituiutaba passou a ser a capital que vendia arroz pra São Paulo, principalmente. Ituiutaba comprava arroz dos municípios da região.

Este depoente ao mencionar “o capital do arroz de Ituiutaba”, faz um jogo de palavras, deixa o termo ambíguo, acentua o desvio da denominação “capital do arroz”, limitando a nos fazer entender que havia o “capital”, mas sendo o “dinheiro” que entrava na cidade através do cereal que aqui chegava para ser beneficiado. Investigamos, posteriormente, a fase a que se refere o advogado quando afirma “aqui não produzia arroz”. Conforme veremos mais adiante, a fala acima se refere ao período após 1960, quando a produção de arroz ituiutabana passa a declinar a cada ano. O mesmo enfatiza uma fase em que as pastagens sobressaiam em relação ao cultivo do cereal, conforme afirma: “Ituiutaba tinha muita pastagem, tinha muito gado”. (OLIVEIRA, Rodolfo, 2011). Tal tendência pode ser observada através do recorte que fizemos para demonstração do mapa do IBGE (1973), a seguir, quando os campos e as plantações de arroz disputam o espaço rural.

MAPA 04 – Recorte de mapa do IBGE que apresenta os campos de pastagens e áreas de plantações de arroz. 1973. Nossas intervenções em vermelho assinalam o arroz e em verde o campo.



Fonte: IBGE.

Igualmente ao arroz que não podia faltar na mesa do brasileiro, os mesmos grãos alimentavam as Máquinas. Os volumes sobrepostos em carrocerias chegavam dezenas de vezes: “Eu comprei muito arroz de Cachoeira Alta. Beneficiava e exportava pra São Paulo. Naquela década de 60 a 85, mais ou menos. Ah, era uma coisa extraordinária, nós não venciamos o beneficiamento de cereais” (CUNHA, José, 2013). É perceptível o entusiasmo do depoente, para quem era fundamental ter o produto, enquanto relembra um período em que o arroz passou a vir de Estados vizinhos.

O comércio de beneficiamento abriu suas portas para receber tanto arroz. Silva Júnior (2001, p. 68)¹⁰² declarou que, “no auge da agricultura na região”, Ituiutaba possuiu 136 máquinas beneficiadoras de arroz. No mesmo documento, Vilela (2001, p. 88) destaca os anos 1950, mencionando que existiam “mais de 100 estabelecimentos que beneficiavam e comercializavam o cereal, as ‘máquinas de arroz’”. É comum ouvirmos tais declarações. Todavia, ainda que não tenhamos uma listagem década a década, ficamos com as referências já mencionadas anteriormente do início de 1950 e com o vulto em torno da quantidade, enquanto verificamos que a distinção entre maquinário e Máquinas de Arroz, o estabelecimento, muitas vezes, não é considerada, conforme apontam os dados dos dois depoimentos a seguir: “Eles falava que tinha 120 máquina, né? Não; tinha dono, por exemplo, o “Arroz Dollar” tinha aí, umas três máquina, cada local desse tinha três [...] Os “Irmãos Vilela” tinha três [...] no deles lá. Todos, aqui, tinha duas, três máquina em cada cômodo, né?” (TOSTES, 2013). Rodolfo Oliveira (2011), que participou de várias administrações municipais, é mais coerente com *os números da revista citados antes*¹⁰³ e afirma que “tinha, possivelmente, 30 indústrias beneficiando arroz em Ituiutaba. Era muito grande a quantidade que saía daqui, porque todo arroz bruto vinha pra cá, e todo arroz beneficiado ia pra São Paulo”. De todas as Máquinas que restam hoje, praticamente, são as duas dos depoentes a seguir.

José Cunha (2010, 2013) trabalhou em sua cidade natal, Bambuí, estado de Minas Gerais, desde o final de 1940 em máquina de beneficiar arroz, e permanece, hoje, no mesmo ramo.

¹⁰² O autor era presidente da Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba – ACII, naquele ano.

¹⁰³ Referimos à Revista Acaiaca (1953) que menciona a existência de trinta e um estabelecimentos.



Fotografia 27 (frame) – José Calimério da Cunha
Cerealista em sua máquina, 2013.

Fonte: Ana Maria Alves Muniz

Este cerealista, que registramos na foto acima,¹⁰⁴ fragmento das captações em vídeo, destaca-se por ter percorrido os dois lados do setor: Ele, desde muito jovem trabalha no ramo arroteiro, como empregado ou patrão.

[...] Toda vida a minha profissão foi essa, montar máquina e tocar máquina [de arroz]. Era sempre esse padrão o tipo da máquina, mas são máquinas maiores. Eu vim pra Ituiutaba na década de 53, pra montar uma máquina de beneficiar arroz pra Cerealista Lavradora, da família Carvalho. Ali, nós montamos uma máquina em cinquenta e cinco dias e começamos a beneficiar. Naquela época, era motor a óleo diesel. Trabalhei quatro anos, trabalhava, fazia de 100 a 150 horas de extraordinário beneficiando arroz. Trabalhei ali quatro anos, depois fui pro Anísio Demétrio Jorge, pai do nosso amigo Romão, lá trabalhei três anos, nesse mesmo ritmo de trabalho. Montei uma máquina nova e trabalhei lá três anos pra ele. Tinha dias de rodar 24 horas.
[Chegava a ter quantos funcionários numa máquina dessas?] Ah, era uma base de 10 a 15 funcionários. Foi sete anos trabalhando de empregado aqui em Ituiutaba. Aí, na década de 60 eu comecei a trabalhar por minha conta. E tô até hoje, aqui, 2010. (CUNHA, José, 2010).

Entretanto, mesmo que em alguns momentos as informações tendem a individualizar, não demos um trato biográfico, não há dedicação exclusiva a ele, nosso objetivo se restringe a alguns dados que se somem a outros, inclusive aos de Tostes (2010, 2013) que, igualmente, é dono de cerealista até os dias de hoje, do qual apresentamos a foto abaixo, cuja imagem é um quadro do filme documentário, anexo do capítulo 3, cujo maquinista, conforme já exposto, tem atividade na cidade e teve também no campo como lavourista.



Fotografia 28 (frame) – Sinibaldo Rezende Tostes.
Cerealista em sua máquina, 2010.

Fonte: Ana Maria Alves Muniz

¹⁰⁴ Como registro fotográfico, optamos por incluir neste trabalho apenas os dois cerealistas, como representantes atuantes da fase agrícola que aqui abordamos.

Este pequeno empresário acima, já tinha outro tipo de comércio no mesmo lugar onde adicionou uma máquina:

[...] Nós começamos trabalhar em 59. Ano de 59. E nós tinha um comércio de farinha de milho, fubá, canjica, e tinha um depósito de aguardente, depois montei uma fábrica de farinha de mandioca, em conjunto. Em 65, eu diminui. Acabei com aguardente, acabei com a fábrica de farinha de mandioca, montei uma máquina de arroz. Em 66 já funcionei uma máquina de arroz, já comprei ela usada. Trabalhei até 72 com ela. Montei uma máquina grande, consegui arrumar uma máquina que limpava 250 volume de arroz por dia. Fiquei com as duas máquina. (TOSTES, 2013).

Ao mesmo tempo em que o depoimento assinala as reviravoltas do segmento, percebe-se a intenção de outros de adentrar aos campos do beneficiamento em uma época próxima de uma fase que se encerrou, quando já havia algumas máquinas usadas no mercado ou que tenham vindo de outros Estados. A experiência do cerealista Tostes abrange, também, dois lados, o de beneficiamento e o de fazendeiro, cujas funções exerceu paralelamente. O mesmo nos conta que, com a escassez dos grãos, a máquina grande que limpava 250 sacos de arroz por dia ficou parada, permanecendo assim por quinze anos, depois desse tempo, revela: “nós *desmontamo* ela, e *vendemo* pra ferro *véio*. Hoje, só tem a máquina pequena” (TOSTES, 2013). Tostes ao alavancar-se financeiramente na fase seguinte, passou investir em pequenas fazendas, em sociedade com um irmão, se entusiasmou, fez financiamentos contando com a lavoura e embora tivesse formado um patrimônio entre gado e terras, segundo revela, não conseguiu cumprir os prazos e pagar as contas: “Porque nós já tinha uma fazenda, meu irmão resolveu comprar outra, comprou mais cinquenta alqueire, aí teve que vender o gado pra poder pagar, né? E devíamos o financiamento, e depois vender a terra pra pagar os financiamento”. Percebe-se que o desejo de multiplicar os bens fora interceptado por um sistema de táticas mais eficazes, impedindo, assim, que o mais fraco atingisse o lugar limitado de um regime autoritário.

Nas lavouras, o trabalho era praticamente manual, pouco maquinário era utilizado. Na cidade, a industrialização do produto também era mantida à custa de muito esforço. José Cunha (2013) declara que até o ano de 1955, “[...] não tinha energia suficiente, o motor era a óleo diesel. Aí, depois, montaram a Usina Salto de Morais, forneceu a luz, energia pra nós.” Ainda assim, o fornecimento não se estabilizou, conforma Tostes (2013):

[...] faltava energia aqui. Quase toda máquina teve que montar uma parte de elétrica com motor diesel pra poder funcionar as máquina, porque num tinha energia. A Usininha ali num guentava, né? Então, essas firmas grande, aí, tudo tinha um conjunto pra poder produzir energia pra limpar arroz. Nessas máquina grande aí, tudo tinha. O Arroz Dollar tinha, o Baduy tinha, o Sr. Anísio, pai do Romão, que é o Deputado, tinha, tudo tinha conjunto de motor pra poder produzir energia. [O senhor não tinha?] Não, naquela época, eu era pequenin, né? Quando nós começamo aqui, em 59, a energia aqui era assim, era ligado uma hora, ligava às sete hora e desligava às oito, liga as nove, desligava às dez. Trabalhava uma hora, desligava. Da época da Cemig pra cá é que controlou tudo, antes num era Cemig. [Era] Elfisa, né?

Por ser um segmento ligado à rizicultura, que já estava em destaque desde a década de 1950, e tendo problemas funcionais, desde estrada e energia, a quantidade que se produzia demandava esforços que, no momento, não conseguimos dimensionar.

Em 1960, José Cunha (2010) comprou a primeira Máquina de Arroz, segundo ele:

[...] Era um barracão de uns 200 metros quadrados, mais ou menos. Aí, em 61 eu comprei esse lote aqui e construí esse barracão. 61 pra 62. E montei essa máquina e tô aqui desde a década de 62, 63. [O espaço tem] 340 m2 de barracão. Cinco metros de pé direito. Essa máquina minha é da média. Esse espaço de 340m2 pra certo tipo de exportação é pequeno. Essa aqui eu adquiri em São Paulo. Comprei na cidade de Ouro Verde, divisa de São Paulo com Mato Grosso. Ela era usada.

Esse maquinista, quando empregado, obteve um empréstimo de sua sogra para adquirir seu negócio próprio. Como dono, pôde participar da sequência do auge das produções, tendo bons resultados. O próprio aponta: “[...] quase que era pra todo país que nós exportávamos” (CUNHA, José, 2010), e referindo-se a uma época que vai até os anos 1980, afirma que “desde a década de 60, todos os anos foram iguais porque tinha muitos cereais”.

Os cerealistas falam com entusiasmo dos tempos idos: “Ah, compramo muito arroz. Nós chegamo a comprar 50 mil saco de arroz [por ano?] É. E vendia pra São Paulo, tinha os corretor lá em São Paulo que vendia a mercadoria pra gente lá. Tudo arroz branco” (TOSTES, 2010). Com igual firmeza e empolgação que, então, só resguarda nostalgia, o outro afirma: “Nós trabalhávamos numa base de 15 horas por dia na época da safra, mas teve vez de eu rodar 24 horas, mas foi poucos dias” (CUNHA, José, 2013).

Percebemos que a mão de obra era reduzida, e que o dono trabalhava junto aos demais, da mesma forma que o pequeno fazendeiro e isso denota que os cerealistas depoentes eram menores em relação a outros que havia e que tinham outros empreendimentos.

Uma presença imprescindível nas Máquinas e depósitos de cereais era da mão de obra daqueles que chamam de “chapa” para descarregar e carregar a sacaria cheia dos produtos. Não podiam faltar, mas não eram - ou não são? - reconhecidos legalmente.

[...] Eu era Chapa na Casemg em 1980, 82. Aí, na Casemg, eu trabalhei pelo Sindicato, uns 20 ano, só na Casemg. Aí, acabava a safra, a gente ficava pra fora e voltava de novo, pelo Sindicato. Inda trabalho lá, até hoje. [O senhor paga sindicato todo mês?] Não, eles descontam a contribuição, já no pagamento da gente. Até hoje num é registrado a nossa categoria. [Quantos sacos de arroz, você carregava por dia?] Então, naquela ocasião de 1980, a gente conseguia carregar aí, cada pessoa, era uns 200, 230 saco durante o dia. É, conseguia. É só isso mesmo, num dava conta de mais, entendeu? Porque, aí, chegava, assim, o caminhão, a gente descarregava o caminhão, entendeu? E vinha mais caminhão, a gente descarregava de novo. Quando a gente carregava mais longe um pouquim, dava, aí, uns 20 metro. [...] Assim, os 20 metro, a gente punha lá, entendeu? Aí, como ia fazendo, ia chegando mais perto. Aí, quando era no final, aí, era uns 5 metro. E subia a escada também. Nós chegava a subir até 20 degrau. Com o saco na cabeça. De arroz. [Quando o senhor começou a carregar saco de arroz na CASEMG, o senhor ouvia alguém contar alguma história de outras pessoas que eram ‘chapas’ noutras máquinas?] Tem. Inclusive tem até os que machucou, lá. Tem o sô Mobral, tem o Zezão, que hoje em dia num tá nem podeno andar mais. Com artrose, num tá nem podeno andar mais. Pelo peso de subir a escada, com os sessenta quilo na cabeça, então, quer dizer que força aqui (mostra). Entendeu? Aí, tem uns que num tá nem conseguino andar mais, por causa da coluna. Devido o peso. Porque põe o peso da sacaria na cabeça, 70 quilo, vai subir uma escada aí, de 20 degrau, daí, judia a coluna e a batata da perna. Tudo prejudicava e prejudica até hoje. Carregava o saco, carregava caminhão, descarregava caminhão, ia pra fazenda, buscava, descarregava o caminhão (SANTOS, 2013).

As tarefas empreendidas pela mão de obra tanto na cidade quanto no campo eram permeadas por muito esforço e por vezes sofrimentos, conforme declarado, e embora remeta mais à linha do trabalho, inferimos que as pessoas envolvidas eram imprescindíveis para o funcionamento do setor. Mas, o tempo deixa para trás a referência a esses trabalhadores, supondo que fossem na maioria informais, anônimos. Se o momento teve tanta importância para a cidade, esses sujeitos sociais não receberam o devido reconhecimento.

O arroz, muitas vezes, chega úmido às máquinas para o processo de beneficiamento. Assim, enquanto alguns maquinistas o colocavam para secar em volta das máquinas, nas ruas, conforme depoimento de Tostes (2010, 2013), a empresa em que trabalhava Santos (2013) possuía um modo específico para tal procedimento, conforme este nos conta:

[...] Quando trabaia na CASEMG, aí, tinha dia que sobrava muita coisa, as veis, a gente ia até de madrugada pro serviço. Pra secar o arroz, o arroz molhado. [Como era esse processo de secar o arroz?] O arroz, colhia na fazenda, vinha meio verde, aí, tirava ele do saco, levava lá, assim, que era o secador. Põe fogo na lenha, secava ele, depois tirava de novo, ensacava [...] O secador pega, aí, até, na ocasião, lá, pegava, aí, uns 200 saco de arroz. O secador é o tipo duma caixona grandona, aí, despejava o arroz lá, tipo duma panela, aí, punha o fogo debaixo, a lenha [...] Quando tivesse no ponto, que ia esquentar mais, tirava e levava pra pilha. Ensacava de novo. Pra guardar. (SANTOS, 2013).

Mesmo na época de maior produção, entre o que era comprado, beneficiado e vendido, tinha o que era do gasto e que as pessoas precisavam do serviço das Máquinas para limpar. Para isso, existiam as máquinas pequenas entre as grandes e médias. Para processar este tipo de produção, geralmente aquelas cobravam uma porcentagem que podia ser paga em volumes de arroz, assinalando práticas que aos poucos foram sendo extintas ou escasseadas, suplantadas por outras. O tipo de máquina influenciava no rendimento do trabalho. Uma máquina como a de José Cunha (2013), das médias, limpava em torno “de 8 a 12 sacos por hora, saco beneficiado de 60 kg”, mas, as grandes, nas quais trabalhou quando era funcionário, a quantidade era de “20 a 25 sacos por hora”, o mesmo revela.

Após a baixa do plantio na região, começaram a vir produções de outros lugares, inclusive com a interferência do governo, atitude que, por um tempo, favoreceu aos maquinistas, principalmente através da Companhia de Armazéns e Sildos do Estado de Minas Gerais – CASEMG:

[...] Nós beneficiamos muito arroz pro governo, também. O governo comprava arroz e dava pra nós beneficiar. Ele armazenava nos armazéns gerais, que é a CASEMG. [A CASEMG era só pra armazenar, pra guardar?] A CASEMG, primeiramente, era, depois ela montou duas máquinas e começou a beneficiar pro governo. Depois, também, não deu resultado, os cereais foi desaparecendo, aí, fechou. (CUNHA, José, 2013).

Uma contida emoção acompanha o trajeto das falas, enquanto o exercício de lembrar busca no fundo da memória dados distantes do que é hoje: “Isso aqui era tudo cheio de arroz, tinha só um triero aqui, nós punha no chão, despejava aqui, o povo andava em cima do arroz aqui, ó” (TOSTES, 2010). O passado atravessa de uma recordação a outra:

[...] Teve uma época que eu pus 12.000 sacos de arroz aqui dentro e pus 5.000 na CASEMG, no depósito, porque aqui num coube. Pra ver a quantidade de arroz que tinha em Ituiutaba, e a minha máquina era das menor. Das menor de Ituiutaba. Agora, hoje, a gente fica lembrando e só tem saudade. (CUNHA, José, 2010).

Em meados de 1960, com novos incentivos do governo de Minas Gerais, principalmente através da CASEMG, e os incentivos federais, através do II PND, em torno de 1970, conforme colocaremos mais adiante, mesmo considerando o declínio da produção de arroz localmente a partir dos anos 1960, ambos atuam com ações que estimulam por mais algum tempo a permanência das Máquinas que se mantinham no mercado, através do mesmo produto que passou a vir de outros Estados. Ainda que mesclasse com o desta região, este já

não tinha tanto peso. Reafirmando, a produção massiva passou a vir de fora, principalmente contando com espaços de armazenagem como o da CASEMG.¹⁰⁵ Era preciso muito espaço para guardar até chegar às máquinas para limpeza. Enfatiza José Cunha (2010):

[...] Nós não vencíamos a compra da produção [...], aí o governo armazenava o arroz do produtor na CASEMG. O preço é um só, não alterou porque os cereais tem um preço limitado, né? Se vale 15 contos o saco ele comprava e pagava 15. Mas, como nós, as máquinas não venciam ao benefício, ele [o governo], então, ia comprando e estocando [...]. Então, a CASEMG é que guardava esse arroz do governo nessa década de 70 a 85, 90. Quando nós tínhamos poucos cereais, ele cedia. Ele comprava, estocava e depois cedia pra nós beneficiar pra ele.

[O que era feito desse beneficiamento de arroz pro governo?] Uai, o governo exportava, pra o país fora e aqui pro Brasil [...] A gente vê que eles comprava do produtor, o preço que valiam no mercado e armazenava, e depois quando ele abria as venda, o governo, pra os cerealistas, aí, a gente entrava e comprava o lote.

O depoente acima aponta que ao final das lavouras regionais ninguém acertava mais as plantações, relativamente ao período de chuvas, e conseqüentemente ocorreram muitos prejuízos. Em decorrência houve a impossibilidade de saldar os financiamentos, e assim, revela José Cunha (2010): “muitos foram à falência, aqueles produtor antigo, alguns foi à falência. Então, eles mesmo enxergou que tinha que partir pro gado, pra lavoura de milho, então partiram pra essa área”.

Embora não possamos avaliar mais adentro, neste momento, o que o rural viveu com a escassez do trabalho nas lavouras, percebemos que isso refletiu na cidade e sobre as cerealistas, pois, segundo Tostes (2010):

[...] tinha o jeito de trabalhar e num tinha mercadoria, né? [Mercadoria que o senhor tá dizendo é o arroz?] O arroz. [Nessa época o senhor dependia dessa mercadoria?] Ah, é, uai. Aqui, era tudo rico, depois que tirou o arroz zangou pra muita gente, não é só eu não. Aqui, quebrou foi muita gente, né? O arroz foi acabando, o povo foi abandonano tudo. Cê vê onde guardava os arroz, hoje, virou tudo barraca, tá desmanchando pra fazer outras coisa, né? [...] Hoje quase num tem arroz, aí, ó, tem um saco de arroz pra limpar, aqui, agora. De primeiro, nós limpava 30, 40 saco de arroz todo dia, todo dia. Cabô tudo. Negócio de arroz agora ficou ruim. [Isso se deve às perdas?] É, às perdas e essa entrada da cana, da Nestlé, foi tirando o arroz, cabô, né? O fazendeiro, aqui, hoje, num planta arroz. (TOSTES, 2010).

Os maquinistas, referindo-se à época anterior ao ano 2000, acusam a falta do produto e que o arroz deixou de existir para grandes negociações. Um deles menciona a falta de “incentivo do governo, e trabalhar com arroz na nossa região, devido o preparo, o maquinário, fica caríssimo, então, foi dificultando, e pararam de plantar” (CUNHA, José, 2010). Para Rodolfo Oliveira (2011) tudo não passou de: “Interesse econômico [...] Passaram a produzir

¹⁰⁵ Inicialmente, a CASEMG comportava a quantidade de 160.000 sacos de 60 quilos, distribuídos entre as seis células de seu silo, dentro de uma área de 4.985 m² (REVISTA ONTEM..., 1963, 1964, ano 1, n.1).

menos arroz porque o arroz é um negócio muito complicado, porque aqui tá produzindo, começa a produzir lá em São Paulo uma quantidade grande, o daqui cai” e reitera o que foi dito mais acima, que *os fazendeiros intensificam os negócios pecuários, depositando o interesse financeiro no gado para corte.*

A partir de meados de 1960, as novas determinações do Estado passam a proibir a exportação de cereais do estado de Minas Gerais, e isso negativou as transações que dependiam das vendas para São Paulo e Rio de Janeiro, embora alguns não tenham interrompido seus negócios (GUIMARÃES, 2010, P. 188). Conforme percebemos através dos depoimentos, tais ocorrências levaram alguns tijuicanos, afetados pelas legislações, a repensarem seus empreendimentos, pois o que se produzia era exatamente dentro desse vínculo.

Sem tomar os caminhos da economia, que estão distantes de nosso objetivo, percebemos que os empreendimentos eram feitos, geralmente, sem planejamentos. Esses ocorriam apenas no setor governamental, que davam as diretrizes e para aqueles que a elas se submetiam havia os riscos. O tipo de negócio que ficou à deriva, entre um plano e outro, pode ser o caso dos maquinistas depoentes que, “abandonados” pelos projetos de governo, continuam com a mesma porta aberta e aparelhagens do passado, beneficiando raramente uma quantia ínfima, conforme assinala José Cunha (2010):

[...] Ah, tô aqui, nesse estado aí, ó. Tô até hoje. Eu beneficio pra terceiros. Eu beneficio esses lotezinhos pra terceiro, que é o arroz do gasto deles, e compro um pouquinho de milho e vou moendo e beneficiando o milho, né? Eu cedo pro comércio, aí, quem me procura, né? [Desde quando tá nesse ritmo de agora?] Ah, desde a época de 2000. Cada ano que passa vai diminuindo mais. (CUNHA, José, 2010).

Com a curva progressiva e regressiva da economia baseada na rizicultura, Rodolfo Oliveira (2011) reporta-se àquela época, afirmando ter sido

[...] muito interessante porque desenvolveu Ituiutaba, desenvolveu os municípios, que são ligados aqui, e, na verdade, depois, com o correr do tempo, Ituiutaba foi conseguindo outro tipo de indústria pra poder desenvolver-se, independentemente. Porque, na verdade, ele era dependente dos municípios, porque a produção não era de Ituiutaba. Depois, Ituiutaba foi desenvolvendo, vieram as indústrias na cidade, na região, principalmente na cidade, Ituiutaba foi crescendo com vários benefícios, escolas superiores, etc., tudo isso foi desenvolvendo Ituiutaba. E sem prejuízo das outras cidades em volta.

O advogado, ao mencionar o “pós-arroz”, refere-se à época em torno de 1970 e 1980, que houve empreendimentos através de algumas indústrias iniciantes na cidade, no entanto, foram empresas que ficaram apenas por algum tempo e não existem mais, conforme atesta Tostes (2010):

[...] Aqui [...] produzia amendoim, tinha óleo, as indústria de óleo de amendoim, de algodão. O Baduy, já era leite, né? Mas, aí tinha o Sissi. Depois veio a soja, né? Aí foi transformano, largano amendoim passano pra soja, né? Mas, aqui, tinha dias de cê encontrar quarenta, cinquenta caminhão carregado de amendoim. Hoje, cê num vê nem uma baje de amendoim mais. Cabô tudo, né? O povo desistiu de tudo aquilo.

De modo semelhante, o presidente¹⁰⁶ da Associação Comercial menciona como “terceira fase do desenvolvimento de Ituiutaba, [...] a industrialização”, e aponta a descontinuidade de tais iniciativas que se concretizou “já no pós-arroz da região”, com a criação de algumas indústrias (REVISTA ACII, 1991, n.1, ano 3, p.7).

Os cerealistas sabem que o passado ficou “lá” e hoje o que há são poucos sinais e muitas lembranças que não surgem completas e cada vez que o tempo segue, vão diminuindo, se esvaindo juntamente com seu comércio. Portanto, a cidade que viveu uma época de “desenvolvimento”, sem investimentos expressivos, passou pelo período da exaltação ao apoucamento.

2.3 Ituiutaba em busca de novos caminhos

Somos levados a compreender que a produção de arroz e a relação com o beneficiamento aconteceu formando, pelo menos, duas escalas. O que esteve constante é que nas duas Ituiutaba foi um “polo de beneficiamento”. Sem contar as várias épocas em que imprevistos impediram o prosseguimento e o sucesso das empreitadas, tais como excesso de chuvas ocasionando quedas de pontes, falta de chuvas provocando perda de lavouras, planos de governo deslocando investimentos. De início, observamos que até o *ano de 1948*,¹⁰⁷ as lavouras de arroz eram deste município, cuja área de abrangência incluía os distritos adjacentes e era, pelo menos, quatro vezes maior do que passou a ser. A partir daquele ano, a área total da região de Ituiutaba começa a diminuir e esta ao tornar-se um único distrito perde aquela produção em suas estatísticas, por último em 1962. Assim, verificamos que a *somatória da produção dos distritos*¹⁰⁸ abastecia a indústria de processamento de grãos nesta

¹⁰⁶ José Hordones era o atual (1991) presidente da ACII.

¹⁰⁷ Este é o ano em que o distrito de Santa Vitória, que pertencia a Ituiutaba, foi elevado a município.

¹⁰⁸ Referimos a quando as áreas de Capinópolis, Gurinhatã e Ipiacu pertenciam a Ituiutaba.

cidade, movimentando amplamente o comércio conforme os dados que aparecem nas estatísticas de 1950, quando os números demonstram maior produção em relação aos outros anos. A partir do início de 1970, as circunstâncias se manifestam contrárias ao investidor lavourista. A rizicultura¹⁰⁹ continua declinando, sob o pretexto de falta de chuvas e as frequentes perdas de lavoura; a consequente falência de fazendeiros que não conseguiam pagar os financiamentos, quando, depois de um período de tentativas, desistem das plantações e assim, a matéria-prima principal da fase promissora começa a chegar em quantidades menores nas Máquinas, provocando um período de fragilidades. Em torno de 1960 e 1970 há um “retorno” à pecuária, que sempre esteve presente na economia local, o que ocorre concomitantemente à inauguração da fábrica da Nestlé, em Ituiutaba, no ano de 1976, com interesse principalmente na produção de leite, quando a tendência à pecuária se intensifica e aqueles mais abastados já tiravam proveito da nova ocasião, deixando de lado as delicadas lavouras de arroz, destinando a utilização da terra para pastagem.

Consequentemente, ao mesmo tempo em que a região produz o arroz em quantidade insignificante para a comercialização, alguns proprietários de Máquinas mudam o destino de seus empreendimentos, mudam de cidade, enquanto outros menores vão assumindo a nova fase, comprando máquinas usadas e colocando em funcionamento, processando o produto que passou a vir em maior quantidade de outros Estados para ser armazenado, beneficiado e vendido para diversas partes do país, intensificando, mais uma vez, o fluxo de beneficiamento e a venda, o que reaquece o comércio. Isso se deu através da implantação de ações governamentais, destacadamente através da CASEMG.¹¹⁰

A instalação da Casemg,¹¹¹ em Ituiutaba *entre os anos de 1959 a 1962* (FUNDAÇÃO CULTURAL..., 2001, p. 27-35), foi se deu através de uma medida estatal com intenção de reacender a posição de destaque de Minas Gerais no âmbito nacional, investindo em infraestrutura, como, energia, armazenamento e transporte rodoviário.

O arroz vindo de outras regiões através do Estado é estocado ali e, de forma burocrática, é negociado através de entidades financeiras. Tal companhia inicia, também, a beneficiar, tendo duas máquinas, o que combina com a saída de algumas do mercado, visto

¹⁰⁹ Mesmo que as produções de arroz que passaram a chegar nesta cidade sejam de vários municípios, vamos nos basear apenas nas estatísticas de Ituiutaba.

¹¹⁰ Cf. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e... (2013), a CASEMG foi criada com o objetivo de "atender a demanda e falta de locais para armazenamento de produtos agrícolas". Conforme o documento, a partir de 1973 foi ampliada em "locais estratégicos", e Ituiutaba está inclusa entre eles, sendo Uberaba, Uberlândia, Patrocínio, Monte Carmelo, Capinópolis, Ipiacu, Gurinhatã e outros.

¹¹¹ Cf. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e... (2013), na virada do século, a Casemg é transferida para o Governo Federal através do Programa Nacional de Desestatização – PND, pelo Decreto Federal n. 3599 de 12/09/2000.

que muitos proprietários, além de selecionar os empreendimentos, não concordaram em permanecer apenas com esta fatia, do processo, em uma época em que a produção deixa de vir diretamente das fazendas regionais, passando, à fase de negociação indireta. A partir dessa nova fase, a cidade retoma o lugar de “polo beneficiador”. Contudo, ocorre o aniquilamento das transações, cujos interesses prorrogam o fechamento de algumas máquinas até em torno do ano 2000. Tal processo iniciado por volta de 1970 é levado ao declínio gradativo até encerrar a comercialização e beneficiamento do produto localmente, restando apenas as Máquinas de nossos depoentes.¹¹²

Hoje, o que se nota é a resistência daqueles, fazendo poucos processamentos de arroz, sendo produções mínimas,¹¹³ realizadas por grupos familiares,¹¹⁴ destinadas ao próprio consumo. Estes poucos beneficiamentos não é o que sustenta o dono da máquina e sua família, mas, faz parte de pequenos negócios na cerealista, entre vendas a granel de diversos produtos, e conta ainda com a vida simples, já estabilizada, e o amor ao trabalho que viu prosperar e declinar. Isso os faz resistir e não fechar as portas.

De alguma forma, neste trabalho, evidenciamos o empenho de alguns atores que demonstram um processo que se desdobra pelo uso do capital regional que criou uma produção agrícola expressiva entre 1950 e 1970. Apenas em torno de 1975, conforme Guimarães (2010, p. 207-210), começa a entrar o capital advindo de novas políticas econômicas de financiamento, com regras similares àquelas impostas aos outros Estados. A região foi inserida, portanto, em um campo de aplicação de recursos.

O governo federal lança entre 1975 e 1979, o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, o qual teve novas perspectivas para o setor agrícola, tais como, investimentos na indústria quanto ao desenvolvimento e capacidade produtiva; ampliação de créditos através de diversas instituições financeiras; incentivos para maior aquisição e uso de insumos modernos, entre eles fertilizantes, defensivos, tratores (BRASIL. Presidência..., 1974, p. 99). Inserido nesse programa, foi implantado o POLOCENTRO,¹¹⁵ que abria linhas de créditos destinadas

¹¹² É possível que haja mais uma Máquina, que visitamos no início das pesquisas, mas não damos prosseguimento ao trabalho ali. Todavia, vimos que nem sempre aquele comércio é aberto e o maquinário está em desuso.

¹¹³ Inclusive de pessoas que ocupam áreas do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que deixam alguns volumes, então sacos de 50 kg, para depósito nos estabelecimentos pesquisados, e ao longo dos dias, na medida em que as famílias precisem mandam processar a limpeza.

¹¹⁴ Cf. Brasil. Presidência... (2006), a legislação estipula que a agricultura familiar compreende um tipo de agricultor que toca uma lavoura prioritariamente usando a mão de obra entre os membros da própria família, sendo que a legislação tem o objetivo de promover planejamentos e execução de ações com relação a créditos e outros.

¹¹⁵ O governo inclui diversos mecanismos de empréstimo, que se dá através de Bancos, juntamente com o incremento de novas tecnologias, e a cria entidades de apoio e planejamento como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER, criada em 1975.

aos investimentos rurais em terras do cerrado no sentido de ampliar os empreendimentos, fazendo parte das áreas prioritárias em Minas Gerais a cidade de Ituiutaba. (MINAS GERAIS..., 1980).

Se tomarmos apenas o trator, veremos que tais resoluções vão atingir esta região. Em 1980 havia 467 unidades do veículo (IBGE, 1984, v.2, tomo3, n.16, 2. parte), o que equivale a mais de 100% da quantidade do censo de 1970 (IBGE, 1975, v. III, tomo XIV, 1. parte), que aponta 228 tratores.¹¹⁶ Isso demonstra maior intensidade no uso de mecanização, mas, não apenas na produção de arroz, a soja começa a despontar. Contudo, conforme mostram as produções nesse período, nada denota de significativo nas estatísticas, ao contrário, percebemos que o programa coincide com as crises inflacionárias do período, entre outros desajustes, a perda de lavouras devido à mudança no período de chuvas, e o endividamento dos agricultores sendo negociado a duras penas. Alguns produtores, sendo pequenos, tiveram que vender terras ou bens para liquidar contas junto ao sistema financeiro, muitos faliram, conforme depoimentos, e os maiores, que tinham outros empreendimentos e que eram também produtores de gado, desistiram das lavouras, destinando as terras para a formação de pastagens, que, segundo Leal (1985, p. 47-48) era a “atividade mais influenciada pelo Polocentro” *como uma alternativa para contornar as perdas das plantações e as exigências legais sobre o emprego de mão de obra rural*. Percebemos que tais perdas ocorriam com mais frequência no plantio do que na manutenção de gado e, assim, esta alternativa não funcionou para o pequeno lavourista, que faliu, vendeu a terra, perdeu.

Através do Polocentro o governo incentivou as novas possibilidades de compra e armazenamento de grãos destinando recursos do Programa, que se deu através da CASEMG (FERREIRA, Ricardo, 1985, p. 9 e 15). Em Ituiutaba, isso levou a um aumento do volume de arroz para beneficiamento, quando o produto passa a vir de Goiás e Mato Grosso e, conseqüentemente, o acréscimo da exportação, que certamente gerou divisas ao município. Porém, conforme Scheibe (1985, p. 74), o programa que sugeria soluções, *demonstra fragilidade já no ano de 1985 devido à falta de coordenação administrativa*. Portanto, o êxito da cidade, principalmente através do comércio das cerealistas, começa outro momento de declínio.

O interesse pela cana-de-açúcar advindo das *crises de combustível dos anos 1970, quando o Governo Federal lança o Programa Nacional do Alcool – PRÓ-ÁLCOOL*

¹¹⁶ Como o sentido era desmatar, destocar, preparar e conservar o solo, o governo trata de inserir mais máquinas e o fez através da Companhia Agrícola de Minas Gerais – CAMIG, para atuar na região do Triângulo através do programa de desenvolvimento dos cerrados, tendo adquirido mais 167 tratores para somar à sua frota de 115, que já atuava na área de abrangência do programa (MINAS GERAIS. Secretaria..., 1980).

(BRASIL. Petrobrás, 1975), repercutiu em investimentos intensos a partir de 1980, colaborando com os novos rumos da agricultura. Nessa época, a Triálcool, usina de açúcar e álcool, é instalada na cidade vizinha de Canápolis, influenciando a movimentação de pessoas em Ituiutaba, que passaram a vir novamente do Nordeste brasileiro para trabalhar nos canaviais e ocupar cargos administrativos nesta empresa, quando muitos passam a morar nesta cidade e trabalhar naquela, fazendo um intercâmbio contínuo entre os dois municípios, através de precários meios de locomoção. A seguir, em 2001, a mesma incorpora a Usina Vale do Paranaíba, inaugurada em Capinópolis (SINDICATO..., 2007).¹¹⁷ No decorrer do tempo, surgiram outras do setor sucroalcooleiro que se instalou próximo e no município de Ituiutaba. Essa fase representa a mudança de um tipo de cultura predominante para outra, do arroz para a cana-de-açúcar, mas, esta última em menores proporções nos primeiros anos, ocupando pequena área em Ituiutaba até o ano de 2002, quando começa a expandir para atingir áreas maiores a partir de 2008. Com a área de produção muito baixa, o arroz é superado pela cana a partir do ano 2001 de forma ascendente, enquanto o outro decresce. Paralelamente, a soja perde para o arroz até 1995, ocupando menor espaço; e ganha da cana a partir de 1980 até 2005, e permanece mais ou menos estável, enquanto a cana progride. Depois de alguns anos, o uso estável de área para cana-de-açúcar começa a mudar de patamar, a partir dos anos 2002 e 2003, com ênfase nos anos de 2008 a 2011, até onde colhemos as informações.¹¹⁸

Todavia, considerando a complexidade de adentrar por caminhos específicos da economia e política, nosso enfoque, que é sempre sintético, faz apenas menções quanto a setores coligados às produções locais. Desta feita, observamos que a pecuária, cujo interesse por parte de empreendedores, depois de superadas as crises, fora crescente após a criação de um frigorífico com instalações mais adequadas. Após um período de inatividade, o *Frigorífico Municipal passou a ser administrado pelo “Frig West” a partir de 2011* (SINDICATO..., 2011), somando-se a outros instalados na cidade. A Nestlé foi a primeira multinacional do setor a entrar neste interior mineiro, acentuando as mudanças na rotina dos pecuaristas e o destino de sua produção. A cidade, com o passar dos anos, criou sindicatos, associações e através de programas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar

¹¹⁷ Segundo o Sindicato dos Produtores Rurais - SIPRI (2007), a Triálcool e a Usina Vale do Paranaíba, estabelecidas em cidades vizinhas, fazem o arrendamento de terras em outras cidades contíguas, inclusive Ituiutaba, sendo nesta, pela Triálcool, a quantia de 591 hectares, e pela Vale, 9.600 ha; enquanto apenas em Canápolis a área ocupada pela Triálcool, em 2007, é de 18.400 ha. No ano de 2014 a mídia local divulga a falência da Triálcool.

¹¹⁸ Cf. Tabela 2. Por esta tabela, percebe-se que em 1980 houve crescimento de área destinada ao plantio de soja, que permaneceu relativamente estável até 1997, quando teve um aumento em torno de 100% no ano seguinte. De 2001 a 2005 mostra um crescimento de área e produção, mas cai em 2006 e permanece até 2011 com algumas variações, demonstrando que a soja depois de ocupar um lugar preponderante, de um breve período de alta, declinou ao estágio precedente, assim permanecendo.

Minas e outros pretende capacitar pessoas para o trabalho técnico com o intuito de inserção de mão de obra no mercado de prestação de serviços. Nas trilhas do rural, visando a intermediação de negócios, hoje, ocorre na cidade *feiras*¹¹⁹ em, pelo menos, duas épocas do ano, com vários eventos, sendo que cada uma reúne centenas de visitantes, durante aproximadamente uma semana a cada ano, no Parque de Exposições J.K., onde também anualmente acontecem consideráveis investimentos em festas carnavalescas.

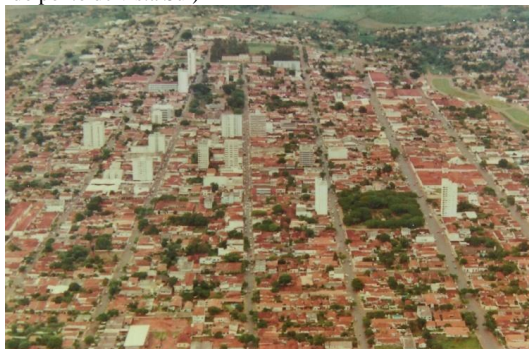
A cidade, que desde sua constituição primou pelo rural, com tendências de práticas duradouras, é atropelada pelos ímpetus modernos de demandas por objetos muitas vezes facilmente descartáveis. Entre os setores, que cabem investigações mais apropriadas, as constantes reivindicações locais fazem emergir faculdades gratuitas que só se estabeleceram localmente após 2005;¹²⁰ o de serviços ascendente, superando a fase agrícola do arroz e as indústrias iniciadas e extintas na segunda metade do século XX.

Contudo, ainda que haja representatividades em diversos segmentos, de alimento, de cerâmica, construção civil, percebemos que, igualmente a outras que não existem mais, constatamos que aquelas dezenas de empresas de arroz acabaram. Não fizemos demonstrativos do número populacional até os dias de hoje, mas, Rodolfo Oliveira (2011) aponta que “ [...] a população aumentou demais, então, ficou uma cidade bem diferente do que era na ‘capital do arroz’, muito diferente”. Entretanto, não compreendemos bem o tom de sua assertiva, mas, considerando que o abatimento de uma época provocou, no decorrer do tempo, uma mudança de rumo do comércio para atender à demanda que, aos olhos do depoente, adveio de *uma população que aumentou demais* e tornou a cidade “bem diferente do que era”, dá para entender que hoje, neste lugar, que passou por um processo de crescimento nos tempos do auge do arroz, o número de habitantes é mais crescente em relação ao desenvolvimento do mesmo.

¹¹⁹ Cf. SIPRI (2013), a Exposição Agropecuária de Ituiutaba – EXPOPEC, que engloba a Feira Comercial e Industrial de Ituiutaba – FECIT, e ocorre por ocasião do aniversário da cidade, em setembro; e a Feira Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba – FECIAGRO.

¹²⁰ Referimos à UFU; o Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM e a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, que antecedeu as duas anteriores, mas só em 2014 foi estadualizada.

Fotografia 29. Ituiutaba, MG, em torno de 1980. (A partir do ponto de vista Sul)



Fonte: Foto Studio Maia

Fotografia 30 – Ituiutaba, MG; 2009 (A partir do ponto de vista Norte)



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba

De outro modo, as fotos acima denotam que a cidade não apresenta, pela imagem, grandes mudanças de uma época para outra. O que observamos torna pertinente se levamos em conta o estudo de FILHO, RIGOTTI e CAMPOS (2007), que enfoca as cidades médias do estado de Minas Gerais, e nos remete a alguns resultados, quando as pesquisas revelam a posição de Ituiutaba entre as demais do grupo. No ano de 1982, Ituiutaba estava inserida na classificação de nível 3.¹²¹ Conforme pode ser observado na nota abaixo, entre as características nas quais se enquadra as cidades deste nível, se destaca a relação que as mesmas mantinham com as outras vizinhas, com o rural e diversas capitais do país para desempenharem seus papéis no setor econômico. No ano de 1999, ascende a posição para o nível 2.¹²² No entanto, nos atentamos a que, nesse ano, “a finalidade [da pesquisa] era identificar, entre outras coisas, **o potencial tecnopolitano**” das cidades (FILHO, RIGOTTI, CAMPOS, 2007) (grifo nosso). Em 2006, retoma o nível 3, caindo de posição¹²³ e, de acordo

¹²¹ A classificação de 1982 tem “quatro níveis hierárquicos”: Nível 1: Grandes Centros Regionais; Nível 2: Cidades Médias de Nível Superior; Nível 3: Cidades Médias Propriamente Ditas; Nível 4: Centros emergentes. As cidades do nível 3, “[...] são aquelas com características mais intermediárias, quando se trata do tamanho demográfico, da hierarquia e das funções econômicas [...] se encontram em sua quase totalidade com população entre 20.000 e 100.000 habitantes, ou seja, as cidades mais tipicamente médias, de acordo com os estudos pioneiros de pesquisadores franceses sobre o assunto [...] [Se definem também por sua ligação] entre o espaço rural e as pequenas cidades microrregionais, de uma parte, e os centros urbanos mais importantes, de outra, que constitui a própria essência dessa noção de cidade média [...]”. No grupo, estão as cidades de Ituiutaba, Teófilo Otoni, Patos de Minas, Caratinga, Araguari, Passos, São João Del Rei, Formiga, Diamantina, Ubá, Araxá, Machado, Viçosa, Itabira, Lavras, Guaxupé, Três Corações, Cataguases, Outro Preto, Santa Rita do Sapucaí, Alfenas e outras. (No nível 1: Juiz de Fora. No Nível 2: Uberlândia, Uberaba, Barbacena, Montes Claros, Poços de Caldas e outras) (FILHO, RIGOTTI, CAMPOS, 2007).

¹²² No ano de 1999, mantiveram os critérios de 1982, acrescidos de outros dois: avaliação da “importância das iniciativas de algumas cidades médias no campo das tecnologias de ponta; a segunda [...] [inclusão de questões] mais ligadas ao tema de qualidade de vida urbana, inclusive do IDH” (FILHO, RIGOTTI, CAMPOS, 2007). Segundo os pesquisadores, no Nível 2, de 1999, encontram-se as cidades: Alfenas, Araguari, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga (aglomeração), Itajubá, Ituiutaba, Lavras, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba, Varginha. A pesquisa mostra no Nível 1: Juiz de Fora e Uberlândia.

¹²³ Em 2006, no Nível 1 se mantém Juiz de Fora e Uberlândia. Passam do Nível 2 para o 3: Ituiutaba, Alfenas, Itajubá e Lavras (FILHO, RIGOTTI, CAMPOS, 2007).

com o documento, as *variáveis cobriam principalmente*: “demografia; atividades econômicas (agropecuárias e extrativas, industriais, comerciais e de serviços); comunicações e transportes”.

Diante do que se nos apresenta a respeito desta cidade, perguntamos: Considerando que “a melhor época” ficou para trás, o que o município tem feito para reparar o tempo perdido e avançar? Ou, tendo em conta que, segundo a Associação Comercial... (2014), a “base da economia local” é o setor de “agronegócio”, o que o mesmo tem proporcionado junto ao município que reverta positivamente para toda população?

Nesse viés, depois de transitar pairando sobre o fio de algumas décadas, passadas as diversas fases, estruturais e da própria sustentabilidade humana, concordamos com alguns que a vida econômica do município é pautada em ciclos e admitimos, também, que o gado sempre esteve em evidência de uma forma ou de outra, às vezes dividindo o campo com a agricultura. A partir de 1980, quando a fase enfática do arroz diminui acentuadamente, percebemos que já havia ampla dedicação ao gado e a terra ao pasto, ainda que, depois, nova fase agrícola se inicie, a fase da cana. Se o campo favorece ao empreendedor, a situação reflete mais ou menos na cidade, e esta, organizada no sentido empresarial através de uma Associação,¹²⁴ ao longo das décadas vê inaugurar no âmbito comercial uma variedade de serviços, que também emergem de acordo com a fluidez dos diversos segmentos que existem nacionalmente, ocasionando a instalação de empresas originadas localmente ou vindas de outras cidades e regiões. Supondo que tal ampliação comercial tenha sido influenciada, principalmente, *pelas novas regras impostas ao mercado que se deu a partir dos anos 1960*, conforme Guimarães (2010, p. 183), *que criou novas oportunidades de aquisição de mercadorias através de vendas a crédito*, presumimos que entidades que regulamentam e viabilizam as ações implantadas no comércio, com atitudes positivas ou negativas têm, no mínimo, ferramentas para coadjuvar os diversos setores, inclusive incrementando incentivos para que eles aconteçam ou que permaneçam no mercado.

Porém, compreendemos que qualquer esforço empreendido há de ser redobrado, pois, se a população “aumentou demais”, referência ao citado antes, a demanda de qualquer tipo de assistência é muito maior, senão cria-se ou alimenta um grande número de carência, que aparece visivelmente na hora do apelo ao voto.

Contudo, além da busca pelo capital empreendida no comércio, não vemos uma característica da cidade que proporcione amplamente atividades culturais frequentes e abrangentes. Deste modo, olhando para um passado, em que os cinemas proporcionavam um

¹²⁴ Referimos à ACII.

entrosamento das pessoas com outras culturas, quando o teatro se movimentava intercambiando artes e artistas, e grupos diversos, inclusive os de dança da catira, constantes nas manifestações festivas locais, percebemos que “o passado” legou ao presente um espaço vazio, ausente de conteúdo.

Portanto, no sentido de registrar por intermédio de outro meio e reacender parte destas memórias, buscamos, através de um trabalho adjunto, o documentário, adentrar por alguns caminhos aqui trilhados e ressaltando outros não acolhidos no texto, tentando, conforme revelamos, facilitar o conhecimento parcial ou estimular a relembração de uma época transcorrida neste recanto, o fazendo por meio da “escrita audiovisual”, cujas particularidades são delineadas no próximo capítulo. Na parte do vídeo, procuramos destacar as questões propriamente ligadas à época da “capital do arroz”, retirando do texto o essencial para a sua construção, e também incluímos mais depoimentos a respeito das atividades culturais, embora de modo sintético. Ao mesmo tempo, repetindo, deixamos de discorrer acerca de outros assuntos que no texto são tratados. Ambos meios de expressão nos levaram a refletir sobre aquele tempo para adentrarmos ao que hoje é, sem, no entanto, abordarmos diretamente o presente.

CAPÍTULO III

[...] O autor como produtor, ao mesmo tempo que se sente solidário com o proletariado, sente-se solidário, igualmente, com certos outros produtores, com os quais antes não parecia ter grande coisa em comum [...]
(BENJAMIN, p. 129, 1987)

3 TRANSPONDO BARREIRAS: A ESCRITA DA IMAGEM

A história é jogo de revelação e encobrimento e ocultação.
(ROSSI, 2010, p. 19).

A imagem e a história têm em comum o fato de remechar com o passado. As narrativas hoje possíveis permitem entrelaçar os laços entre história, ficção e realidade. A memória longe de ser consumida pela história é revolucionária. Tal elo afirma Certeau (1994, p. 189):

[...] a memória é o antimuseu: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Os objetos também, e as palavras, são opacos. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde, dormitam revoluções antigas. A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras. “Aqui, aqui era uma padaria”; “ali morava a mere Dupuis”. O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: “aqui vocês vêm, aqui havia...”, mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, sem esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento.

As relíquias verbais que compõem o relato, os objetos da cultura material, histórias perdidas, gestos opacos são justapostos numa colagem em que suas relações se tornam um conjunto simbólico. Todavia, as palavras podem sobrevoar o tempo e as imagens a elas coladas num documentário ganham a força em que o visual confirma o depoimento. Foi daí e pela nossa experiência na realização de audiovisuais que nos propusemos a realizar a dupla tarefa.

Como a história cultural que, desde meados de 1980, se propõe a refletir sobre uma cultura, como um conjunto de significados partilhados socialmente para explicar o real vivido, o documentário é parte desse real, mas também evidência, complementariedade, diálogo entre narrativas sobre um mesmo tempo (MACHADO, 2013, v.10, ano X, n.2).

História e documentário no caso da história de uma pequena cidade e de um tema como do arroz suscitou a vontade de contornar o esquecimento. Esquecimento de uma época, de personagens, trabalhadores, empresários, de um lugar que ainda tem os horários demarcados a cada dia pela sirene da antiga fábrica do Baduy.

Ao incitar as reminiscências, o esquecimento proposital daquele pretendido progresso resvala para lembranças que ressurgem e permitem recuperar fragmentos, retalhos, que auxiliam a compor um tecido social esgarçado. Foi assim que captamos movimentos, gestos,

silêncios, lugares, presumindo, a princípio, um enredo, que no decorrer da pesquisa sofreu tropeços, recomenços, descobertas e novos caminhos. A edição não foi fácil, como sempre dúvidas, entre tempo, coerência e vontade de não cortar nada, foi uma das etapas mais difíceis.

3.1 Entre História e ficção: o vídeo documentário

Parece-nos emergencial para a história hoje lidar e estreitar seus vínculos com diversas outras linguagens narrativas, especialmente imagéticas, agora não mais como ilustração, mas, sobretudo, como construções paralelas de um tempo, de um lugar. Desse modo, o documentário, como gênero fílmico é, ao mesmo tempo, evidência de uma época e/ ou instrumento que torna viável trazer à tona as muitas histórias dos excluídos e marginalizados sociais, as muitas práticas culturais populares tantas vezes negligenciadas. Nesse viés, o documentário é a ponta do iceberg de uma discussão que a história hoje toma como intento, cotejando ficção e realidade, arte, documentário e história. Ou seja, homens de um tempo, de um lugar que falam de si mesmos, compartilham dos seus sonhos com a história, e se descobrem no processo mesmo ao desvelarem suas experiências vividas.

Diante disso, as imagens, nas suas múltiplas transversalidades, ainda assombram o historiador que não se acostumou a com elas lidar (LEHMKUHL, 2010). Todavia, as imagens do passado podem ser traduzidas em palavras e, por sua vez, os acontecimentos também podem materializar-se em imagens. De forma complexa é como os sujeitos sociais expressam o seu mundo. Essas imagens são delineadas por meio de símbolos, sinais, mensagens ou alegorias e revelam a matéria de que somos feitos, o real por nós construído ou imaginado (MANGUEL, 2001). Assim, as narrativas historiográficas podem se encenar travestidas de metáforas. Por isso, talvez, o historiador, à moda do poeta Manoel de Barros, tenha compreendido que:

[...] Descobrir novos lados da palavra
é o mesmo que descobrir novos lados do ser
[...] e com isso iluminar o silêncio
das coisas anônimas. (BARROS, 2008).

Creemos que narrativa fílmica e história possam se aproximar porque ambas versam sobre a sensibilidade que ora esconde anseios, ambições, aspirações e em outras tantas anunciam memórias assombradas de resina aromática do tempo, escamoteadas na obscuridade

singular da vida cotidiana. Se a cena é um passo em suspenso no ar, deixando um sim, eu vi isso; e um não mais, já não é assim, pressupomos que a história tem com o enredo certo parentesco (AGAMBEN, 2009). Dessa maneira, tecemos por meio dele a história de narrativas particulares e das imagens metafóricas, uma trama, cujas fraturas e fronteiras permitem reconstituir um cenário no emaranhado das coisas e fatos perdidos, significando aquilo que não se atribuiu importância (VEYNE, 1982).

Este trabalho se fundamenta na chamada História Cultural, e se propõe a refletir sobre a cultura, compreendendo-a como um conjunto de significados partilhados socialmente para explicar o real vivido. Tal como afirma Pesavento (2005, p. 15):

[...] A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa.

Também é por meio da história cultural que foi possível pensar a relação entre ficção e história, tão cara à nossa proposta, pois pretende lidar com o real e o imaginário, o documentário como uma representação desse real e a arte como a sua (re)significação. Sabemos de antemão que a história não pode ficcionar a realidade, inferir evidências, criar personagens, mudar cronologicamente os seus eventos. Todavia, a história ao lidar com um passado, incapaz de ser novamente vivido, torna-se uma construção dele, por meio de um discurso imaginário e aproximativo sobre aquilo que teria ocorrido um dia e que nos foi legado por meio de evidências, também elas produzidas a partir de uma visão de mundo. Por isso, a história, em certa medida, aproxima-se, por meio de sua narrativa da ficção, porque joga com o possível, as conjecturas, o plausível, o verossímil.¹²⁵

Nesse viés, a (re)figuração¹²⁶ do tempo, elemento central da narrativa histórica, o é também para o vídeo documentário. Entretanto, enquanto o artista pode explorar nuances do real de forma imaginativa, a história vai buscar os traços deixados pelo passado. A sua meta é descobrir como o evento teria ocorrido, processo esse que comporta urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão. Tal edição, que configura a narrativa final, procede de esquemas acadêmicos, mas também envolve a subjetividade, a sensibilidade do sujeito que historia o seu objeto.

¹²⁵ Cf. Davis (1987); Ginzburg (1989).

¹²⁶ Cf. Koselleck (2006); Pomian (1978); Ricouer (2007); Pelegrini (2009); Abreu e Chagas (2009).

O cinema enquanto narrativa visual da modernidade surge como uma das expressões derradeiras em fins do século XIX. Desde então o que tem encantado plateias nos mais distantes rincões do mundo é a sua possibilidade de contar histórias a partir de uma nova linguagem que, por meio das imagens, luz e movimento, relatam o provisório da vida.

Do seu início com os irmãos Lumière até os dias atuais¹²⁷ experimentou diversas tecnologias, o que tornou possível, em fins do século XX, a países como a Índia e a Nigéria constituírem grandes empresas cinematográficas que colocaram em xeque o monopólio de Hollywood. De todas as artes o cinema foi a que mais se aproximou, enquanto indústria do entretenimento, da cultura de massas, por romper os espaços fechados, frequentados apenas pelas elites sociais, tornando possível aos menos aquinhoados assistir e viver a emoção do espetáculo cinematográfico. E mais, pela sua integração com a televisão, permitiu àqueles que não podem pagar um ingresso assistir em suas casas as histórias que o “Oscar” consagra. Se contarmos com as videolocadoras, as piratarias e os filmes baixados pela internet, pode-se considerar a viabilidade de grande parte dos aficionados em cinema assistirem a um filme quase em tempo real ao seu lançamento.

A relação entre cinema e história não é nova para a historiografia e diríamos até que de mão dupla, conforme Eduardo Morettin (2003, n. 38, p. 11-42), ela “é tão antiga como o próprio cinema”. Por um lado, muitos cineastas recorrem a grandes acontecimentos. Lembremos-nos desde os mais antigos como *Ben Hur* até aqueles que privilegiam temáticas como das revoluções, dos movimentos sociais, das colonizações, do nazismo, entre tantos outros. Por outro, historiadores tomam a produção fílmica como documento, cuja ficção lhes permite desvelar não apenas o real, mas as intenções e a diversidade de narrativas dadas a ler e a representar o que o acontecimento comporta. Nessa direção, ressalta o autor acima citado:

[...] O filme é arma de combate, como nos lembra o historiador Marc Ferro, que dialoga com o seu presente, mesmo quando se propõe retratar a sociedade romana na época de Spartacus ou o futuro dominado pela incorporação de outros planetas subjugados dentro de um novo tipo de imperialismo, como no caso de *Avatar* (2009), de James Cameron (MORETTIN, 2013).

O documentário enquanto uma das múltiplas vertentes do cinema tem sido considerada importante evidência documental. Não desmerecendo as discussões provocativas de Marc Ferro (2010),¹²⁸ os debates mais recentes apontam caminhos alternativos em que o

¹²⁷ Cf. Barthes (1990, 2000); Bernardet (1985); Amenguel (1973); Arnheim (1989); Agel (1982).

¹²⁸ Cf. também: Alcides Ramos (2001).

historiador, sem desconhecer a importância do filme enquanto fonte empírica, avalia também o seu processo de produção de sentidos e a dimensão ideológica nele contidos de forma subjetiva.

Esse recurso imagético que aborda temas históricos no Brasil, como aponta Eduardo Coutinho (1979), também não é novidade. *Cabra Marcado para Morrer*,¹²⁹ iniciado em 1960, e a produção cinematográfica de Silvio Tendler, a partir da década de 1980, inauguram uma era de películas cuja intenção era denunciar o populismo, as violências da ditadura militar e as desigualdades sociais.

Os filmes brasileiros que tomam como foco de sua abordagem a cultura popular, desde a série “Brasileiras” realizada por Humberto Mauro para o Instituto Nacional do Cinema Educativo – INCE,¹³⁰ foram preocupação de antropólogos, jornalistas, sociólogos, cineastas. Talvez o historiador, acostumado a refletir sobre os grandes eventos, somente há pouco tempo ousou tomar a cultura popular como tema de suas investigações, porque, tal como afirma Michel de Certeau (1994), ela é ambivalente. É uma arte de fazer dissimulada, opaca, que guarda nos gestos cotidianos as latências de suas práticas milenares, e também é inventiva e criadora de novas maneiras de se expressar (CERTEAU, 1994).

Por essa trilha, o século XXI tem apontado para outros caminhos e perspectivas de abordagem do real, das quais a linguagem do cinema tem sido fonte inspiradora para a história e, vice-versa, e essa se torna protagonista das encenações fílmicas. Num primeiro patamar, o do vínculo entre História e arte, vale menção obras que nos instigam a pensar no campo das visualidades, a fotografia, a imagem, como elementos centrais tanto do documentário quanto da história. Nesse percurso, fazemos nossas as palavras de Antelo (2010),¹³¹ quando elucida que:

[...] a arte é fruto de árdua reconstrução retrospectiva. [...] o retorno nunca é idêntico: há sempre deslocamento. [...] a imagem criada pelo artista é algo completamente diferente de um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma marca, um sulco, um vestígio visual do tempo que ela quis focar, até mesmo de tempo suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos – que ela não pode, enquanto arte da memória, deixar de aglutinar. É a cinza mesclada, mais ou menos morta, de uma multidão de fogueiras [...] Assim, a imagem também queima pela “memória”, isto é, queima mesmo que não seja nada além de cinza: é o

¹²⁹ Cf. Alcides Ramos (2003).

¹³⁰ INCE: órgão criado em 1936 no Ministério da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas; extinto em 1966.

¹³¹ Sobre imagens e História, cf. Fernão Ramos (2008); Sorlin (1994, v. 7, n. 13); Lins (2011, n. 21, p. 56-67); João Furtado (2011). Kátia Paranhos; Lehmkuhl; Adalberto Paranhos (2010); Paiva (2002); Dutra (2000, n. 21). França (2002).

modo de declarar sua evocação essencial pela sobrevivência, por aquilo, “apesar de tudo”.

Em outra escala, vale lembrar, que a preocupação da história com o cinema enquanto evidência documental é datada de 1970, quando pioneiros como Marc Ferro (1976) e Pierre Sorlin (1994) se dedicaram ao tema. O cinema, enquanto versão de histórias é mais do que tudo objeto delas, vem comprovando a sua importância, especialmente no que tange às nossas ideias do representar que estão em processo de transformação. Daí a necessidade de uma nova instrumentalização do historiador para operar com o uso dessa nova linguagem, como adverte Rossini (2006, p. 28):¹³²

[...] a imagem audiovisual é sempre mais complexa do que pretendem aqueles que a produzem; nelas interagem diferentes olhares do social, que nem sempre se ajustam. [...] Esse trabalho requer preparo do pesquisador para desvelar todo o código visual que está presente: enquadramentos, ângulos e movimentos de câmera, cor, sons, edição, etc. [...] tudo isso porque tal imagem pode explicitar outros ângulos do real e, conseqüentemente, da história.

O efeito de real que o cinema provoca tem sido objeto de análise de diversos historiadores e críticos de arte, o que tem gerado significativas reflexões epistemológicas para o conhecimento histórico. Entre elas merecem destaque os textos de Darton, Deleuze, Rosenstone, Barthes, Beatriz Sarlo, Ismail Xavier, Aumont, Morettin, Jean-Claude Bernardet, entre outros, por nos introduzirem numa discussão bibliográfica que acentua não só o caráter da novidade para a história, mas também sua consistência teórica.¹³³

3.2 Uma construção do histórico em áudio e vídeo

É parte integrante do terceiro capítulo o vídeo documentário, que apresentamos como anexo em DVD, juntamente com o CD contendo o roteiro.

A inclusão do documentário com a dissertação leva-nos a indagar: Por que escolhemos um caminho mais difícil e não ficamos “só” com a dissertação que já é um trabalho imenso? Primeiramente, declaramos que praticamos uma escrita desenvolvida no decorrer de trabalhos feitos por nós, mais voltados à comunicação em roteiros, objetivando ser claros. De acordo com este “estilo”, fizemos alguns percursos entre contos e roteiros. Para citar um destes, cuja

¹³² Cf. também: Rossini (1999); José Ramos (2002); Nova (2000); Nunes (2009).

¹³³ Cf. Sarlo (1997); Deleuze (1990, 1985); Aumont (2009); Darton (1990); Rosenstone (2010); Kemp (2011); Morettin (2011, n. 22, p. 196-207); Bernardet (2009, 1994); Eisenstein (1990); Xavier (2008, 2003, 1993); Fernão Ramos (2008); Alcides Ramos; Capel; Patriota (2010).

história se passa em Ituiutaba, no ano de 1996. É um curta que não foi gravado, cuja duração é de seis minutos, seis páginas. Na época, eu morava em São Paulo e vinha a Ituiutaba, conforme dito, minha cidade natal, muito pouco, apenas para visitar a família, então, eu tinha uma imagem muito vaga da cidade. A temática do mesmo se passa em uma casa em frente à Igreja Matriz. É uma ficção, onde um homem, jardineiro da casa, negro, sofre um acidente e fica em cadeira de rodas e passa a observar o movimento das pessoas que entram e saem da igreja.

Assim, pensamos que, estando longe, naquele momento da escolha de uma temática para um curso, o que nos veio foi essa história com tal cenário.

Para ficar apenas neste exemplo, hoje, morando na cidade que nasci, no momento de escolher outra história, optamos também pelo “mesmo cenário”. Desta vez, a escolha se deu “por acharmos” que para escrever mais “aprofundamente” teríamos que “estar no lugar”. E como o momento nos impossibilitava sair para outro, ficamos com a mesma cidade e escolhemos em particular uma temática, supondo pertinente, sobre o que já comentamos neste trabalho. No decorrer deste, nosso modo de ver passa por alterações, obviamente. Então, houve a intenção de reunir, escrita e gravações em vídeo, que se deu através do projeto, dado pelo ímpeto, mas que une duas funções ou mais às quais nos dedicamos com certo entusiasmo.

Enfim, sabíamos da necessidade de fazer algumas escolhas que se baseiam naquilo que absorvemos como experiência. As lições apreendidas como espectadora leiga que fui e os cursos livres e diversos feitos, além do que absorvi pela literatura específica, me levaram à realização de vídeos e roteiros e depois a ministrar cursos na área.

De certo modo, o nosso documentário é também experimental, mas não como os filmes de Godard, cujas ficções, além de instigantes, são carregadas de complexidade. Tenderíamos a alternar os tempos, no entanto, o estilo David Lynch¹³⁴ pode dificultar a compreensão e, provavelmente, teríamos que ter outro material de trabalho. Poderíamos estender a outros exemplos, porém, o importante, agora, é sabermos que há várias opções de montagem. Assim, optamos pelo andamento linear da história e fizemos “como se fosse” uma “montagem clássica”, distanciada da montagem de ficção.

Embora tenhamos usado o recurso da *voz over*¹³⁵ em *outro documentário*,¹³⁶ optamos inicialmente por não usá-lo, podendo experimentar um pouco mais o meio, dando outra forma

¹³⁴ Referimos a “Cidade dos Sonhos”. Cf. CIDADE dos Sonhos (2002).

¹³⁵ “Voice over” ou v.o. ou “off”: “Voz sobreposta” à imagem, que narra, mas não está presente na cena.

¹³⁶ Cf. TIO Doc... (2003).

e explorando o conteúdo na edição, sem sua utilização, considerando, inclusive, outras opções da linguagem audiovisual. Entretanto, no decorrer das leituras feitas pelos membros das bancas examinadoras, decidimos incluir narrações, a partir do início, em alguns pontos, de forma enunciativa, esclarecedora.

Para construir nossa história, sobretudo, atentamos aos documentários assistidos. Já havíamos observado o modo de fazer de Coutinho, inclusive em “Peões” (2004) e de João Moreira Salles no “Entreatos” (2004), quando os vimos na época de seus lançamentos simultâneos, em São Paulo. O primeiro é uma visão do Lula operário através de depoimentos dos demais “peões” da indústria no ABC paulista e imagens de arquivo. O segundo mostra Lula em várias situações às vésperas de ser eleito presidente.

A observar rapidamente os dois documentários, vimos que principalmente *o modo de fazer câmera*,¹³⁷ e também as entrevistas, editar ou montar, é uma contingência que envolve principalmente o tipo de produção. Coutinho ao realizar “Peões” não usou a sua voz para elucidar um passado, usou textos sobre tela preta, imagens de arquivo, tela preta para passagem de tempo e mostrou o processo utilizado para encontrar pessoas através de outras. Ao seu modo, o documentarista interrogou, aproximou de pessoas, esteve junto delas, fez perguntas com *voz fora do campo*,¹³⁸ é quem ouve, filmou de dentro do veículo, usou planos em movimento e fixos, internas, externas, e o próprio não faz câmera, dirigiu. João Moreira Salles no seu filme “Entreatos” tinha uma equipe dispersa entre os lugares de gravação e, como percebemos, não estava presente na hora das tomadas. Posteriormente, com grande número de horas gravadas, este diretor as selecionou e editou o documentário. Neste segundo exemplo, os cinegrafistas foram “lá” com atitudes semelhantes às jornalísticas que apenas registram eventos para “matérias” a serem editadas por profissionais. No primeiro, o entrevistado, o “peão”, o sujeito, é identificado pelo nome ou apelido, sem prenome e sem nome de família; apenas no final o nome completo é revelado. Seria por questões de estética, familiaridade ou o que? Em “Peões”, que é também uma produção executiva do diretor de “Entreatos”, a “câmera de Coutinho” é feita por três cinegrafistas, para posterior procedimento de montagem. Todavia, nosso objetivo não é continuar analisando os dois e sim tomá-los como um breve exemplo de que um documentário pode ser elaborado sob muitas circunstâncias e de várias maneiras.

¹³⁷ Biro (1996, v. 23, p. 113-120) observa que a câmera é, sobretudo, “[...] uma visão particular de um indivíduo ímpar sobre o fenômeno à sua frente”.

¹³⁸ “off screen” ou o.s., indica que a voz é de quem está presente na cena, conforme nota mais adiante.

Principalmente, não tínhamos uma *pesquisa prévia feita por outros*,¹³⁹ ao contrário, nós estávamos elaborando a pesquisa e cumprindo matérias da História, portanto, o trabalho foi duplamente exaustivo. O projeto previa a captação de depoimentos. Na medida em que buscávamos informações, íamos descobrindo diferentes vivências através daqueles com quem dialogávamos. Embora soubéssemos que é um tipo de passado que foi comum a muitos outros lugares no Brasil, a importância de revelar aqueles sujeitos em uma história inédita em vídeo localmente, para nós fez sentido. As mesmas pessoas que procuramos para a pesquisa e dissertação, posteriormente, fizeram parte do audiovisual através do mesmo material. Não obstante, devido às divergentes abordagens, alguns estão inseridos na narrativa escrita, mas não na videográfica. Isto é, nem todos participam da dissertação e nem todos participam do documentário. Ressaltamos que algumas pessoas com as quais gravamos não foram inseridas em nenhum momento, acabaram não fazendo parte do contexto ou o conteúdo se repetia.¹⁴⁰

Considero que sai muito jovem de minha terra natal e devido a isso, para mim, ela se revelou muito pouco e por ser a cidade focalizada, com o tempo contado para realizar a obra, passai a interrogar um e outro que trouxesse um tipo de informação a respeito dela, que junto com a leitura de memorialistas e jornais antigos nos ajudou a delinear um passado e dar prosseguimento às pesquisas. Deste modo, a presença de um vendedor de picolés ambulante à nossa porta levou-nos a conversar com ele e perceber que tinha um conteúdo pertinente, tanto que ocupamos com ele duas horas de fita. Partimos de algumas dúvidas, porém, principalmente nos primeiros depoimentos que obtivemos a preocupação não era perguntar com quem a pessoa dialogava no nosso trabalho, mas, conhecer um passado pela fala de quem viveu, considerando, também, a elaboração do documentário.

As pessoas que fizeram parte do duplo trabalho foram escolhidas sempre a partir de uma conversa inicial um pouco antes da gravação e algumas marcadas para dias posteriores. Embora eu seja da cidade, o que colaborou para encontrar muitas delas é o fato de minha família nunca ter morado noutra lugar, tendo entrevistado até membros da própria, visto que a mesma é numerosa, e tal como os demais depoentes nos concederam um conjunto de informações das quais selecionamos algumas migalhas.

Como dissemos, não tínhamos preocupação com o tempo, e nos interessava experimentar. Ao organizar as cenas para a *edição*,¹⁴¹ convivemos alguns momentos com o

¹³⁹ Como se deu no documentário “Peões”; cf. Coutinho (2004).

¹⁴⁰ Foram em torno de 25 horas em fitas miniDV. Não somamos as horas em HD.

¹⁴¹ Na edição utilizamos o programa Adobe Premiere Pro CS5. Para gravar o DVD, o Encore; áudio em PCM.

vídeo constando algumas delas que mais tarde decidimos excluir. Para dar um exemplo, destacamos uma passagem que ocorreria no vídeo, que se trata de um acontecido durante a obtenção de um depoimento.

O lugar das gravações, por mais reservado que fosse não era um estúdio e não ficava isento dos *ruídos externos*,¹⁴² carros com alto-falantes que passam frequentemente nas ruas da cidade divulgando ou fazendo anúncios, inclusive aqueles que fazem vibrar no interior das residências, impedindo as pessoas de ouvirem umas às outras dentro de casa. Uma dessas situações ocorreu ao gravar com El Bayeh (2013) em sua loja. Mas, a que nos referimos é uma interferência que aconteceu no momento do depoimento de Anísio Moraes (2010). Enquanto este falava, um *carro específico* entrou na rua de sua casa, onde estávamos, e aproximando, dava uma nota fúnebre pelo alto-falante, acoplado ao carro.¹⁴³ Pedi ao depoente que esperasse até desaparecer *a voz que anunciava*.¹⁴⁴ Normalmente, quando esse tipo de anúncio ocorre, muitas pessoas param para ouvir com atenção os nomes citados para ver se entre eles há algum conhecido. Diante do inusitado, talvez por isso e pensando que pudesse usar a gravação de alguma forma, enquanto esperávamos cessar o ruído, continuamos com a câmera ligada, apontada para aquele que silenciou. Quando o som invasor passou e o som distanciou, retomamos o assunto.

Ao editar a parte acima, “abrimos uma brecha” para um trecho do áudio intruso no sentido de deixar subentendido aquela ocorrência que é frequente na cidade. Portanto, o resultado da edição foi o seguinte: No primeiro instante, o depoente interrompe a fala e continua na tela, ao mesmo tempo em que o espectador atento ouvirá muito baixo algumas *palavras neutras vindas do veículo*.¹⁴⁵ Juntamente, o som é cortado e o mesmo continua no vídeo ouvindo o nada por alguns segundos. Após este tempo, a pessoa volta ao assunto interrompido, e ao retomar, ao longe, ainda se ouve “aquela voz” pronunciando a palavra “filho”.

¹⁴² Usamos o microfone da própria câmera. Não fizemos finalização de áudio.

¹⁴³ Em Ituiutaba, tal veículo é conhecido como “propago”.

¹⁴⁴ Cf. No guia apresentado por ITUIUTABA... (1980) é colocado um painel de informações sobre o lugar, entre eles, um tópico com o título “É só aqui” e descreve: “em Ituiutaba convites para sepultamento, missa de sétimo dia e até de um ano, são feitos por alto-falante nas vias centrais. Hábito difundido há anos, a morte de um habitante passa despercebida caso a dramática voz do locutor não se fizer ouvir: ‘Nota de falecimento e convite para sepultamento: fulana de tal, esposa; fulano, cicrano e beltrano, filhos; trajano, quintano e moquano, irmãos comunicam o falecimento de José da Silva (Zézinho da Cocota) ocorrido tragicamente (ou inesperadamente), na madrugada de hoje e convidam os parentes, pessoas amigas e caridosas desta cidade para o sepultamento; o féretro sairá da residência da família à rua tal ‘com’ (significando ‘entre’) as avenidas tais e quais. Por mais este ato de fé cristã e amizade, a família enlutada antecipadamente agradece. Noticiamos o falecimento de José da Silva, vulgo Zézinho da Cocota”.

¹⁴⁵ O locutor tem um tom de voz própria que a pessoa que conhece ao ouvir identifica.

Quando cortamos a fala desse testemunho, era exatamente quando ele citava uma dupla sertaneja que o ajudou na vida artística e mencionava o termo “finado” (*o finado fulano*, dizia), então, uma coisa podia ligar à outra. Ressalto que, coincidentemente, quando o mesmo pronunciou tal palavra, o outro áudio entrou e foi quando interrompemos a gravação.

Frequentemente, entre um ou outro setor da cidade tal carro passa fazendo o anúncio, a pessoa que dirige é o locutor, mas o vídeo não mostraria o veículo, considerando as restrições que, sabemos, existem sobre o mesmo. Entendemos que esse tipo de comunicado dá uma mostra de que a cidade permanece pequena e que a população é apegada a costumes que perduram por décadas, mesmo diante dos avanços de hoje. Muitas pessoas não aderiram aos “encantos da modernidade” por um motivo ou outro. O modo de divulgar a morte de alguém ainda vem em um carro muito velho, anunciado pelos ares, em alto-falante, através de uma voz sombria que traz má notícia, porém, se não for assim, muitos são enterrados e alguns familiares ou amigos não ficam sabendo. A ideia era revelar tal evento de modo sutil, oculto, indireto, desde que a justaposição com o outro conteúdo não causasse confusões. Entretanto, certificamos, depois de algum tempo, que não seria evidente devido à forma, principalmente para a pessoa que desconhece essa rotina. Desistimos nesse caso e há outros que também cortamos, inclusive numa passagem que estamos próximos ao ex-meeiro Divino Freitas que capinava e puxamos conversa com ele que estava concentrado na enxada (Não estamos diante da câmera, mas, com ela na mão). Tentamos, embora o tempo tenha delongado, enxugar as cenas no sentido de caminhar na linha do assunto, sem desviar muito.

3.2.1 Apresentação da história, do vídeo e roteiro.¹⁴⁶

3.2.1.1 Premissa temática

Ituiutaba, Minas Gerais, foi considerada a “capital do arroz” e não é mais.

3.2.1.2 Síntese do assunto: Sinopse

¹⁴⁶ Este é um caso específico de apresentação, mas, lembramos Chion (1989, p. 263-270), para quem a história pode ser apresentada através de diferentes estágios. O primeiro deles é a “ideia”, que é a essência da história; o segundo é a sinopse, equivalente a umas três páginas; o terceiro, “outline”, que seria o argumento, bem mais desenvolvido do que a sinopse, é a história “passo a passo”. Após estas etapas, iniciam-se os tratamentos de roteiro. Em todas elas, o autor deixa claro que o comportamento do europeu e do americano diferencia em alguns detalhes. No Brasil, as práticas variam, mas, sempre pautadas nestes itens, principalmente, tendo em conta o destino da obra. A nossa escolha se baseia também em Mourão e Cannito (200?), deixando a sinopse ser apenas uma breve síntese do enredo, o que alguns autores chamam de “storyline”. No item 3.2.1.4, incluímos também o processo, de modo geral, que não faz parte dos procedimentos citados acima.

Para falar da “Capital do Arroz”, denominação que ganhou Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, nos anos 1950, o documentário “FIOS” aborda questões rurais e urbanas em um percurso por várias décadas, através de depoimentos, fotografias, vídeos, revelando o que o ciclo deste cereal trouxe e levou no seu declínio, inclusive quanto aos empreendimentos e estímulos culturais.

3.2.1.3 Sobre o que fizemos – Um argumento

A história é dividida em três subtítulos. Primeiramente, abordamos o rural; a seguir o urbano e por último, o beneficiamento de arroz (revelações de fases prósperas e o declínio). Na primeira parte,¹⁴⁷ sobre uma tela preta, um texto, narrado pela autora (*voz over*), faz a introdução: anuncia que o documentário é parte do projeto de mestrado da mesma, que é realizado sem bolsa acadêmica; menciona o assunto da dissertação e que o mesmo é tratado também no vídeo de outra forma; por último, revela o objetivo, que se liga à memória.

O título surge a partir de uma imagem em movimento, passando pela ponte do rio Tijuco. A primeira pessoa a falar, chamamos *depoimento-síntese*, nos traz algumas informações do município a partir de 1930 até a década de 1970. Somando a este, acrescentamos a segunda, que remete ao tempo de 1930, quando o que prevalecia em termos de interesse econômico era a pecuária. Assim, além do enunciado na narração, temos esses dois depoentes mais diretos. Inserimos o primeiro subtítulo sobre a imagem da fazenda, e iniciamos os diversos diálogos. Tal visita rural nos mostra fragmentos dos artefatos usados naqueles tempos para beneficiar o arroz. Neste clima, o filho de um ex-fazendeiro traz os últimos lampejos da fase agrícola no final de 1940, antes do intenso fluxo de migração do campo para a cidade, quando a economia era voltada à subsistência e as roupas eram feitas no tear, como revela Joana, numa época de muitas festas e colaboração entre os vizinhos, parentes, com os mutirões e trocas. João José, um ex-fazendeiro, está presente em alguns momentos e fala do pai que proporciona um ensinamento ao filho, o próprio, que este vai carregar por toda a vida, tanto que nos conta; enquanto outro depoente, o ex-meeiro Divino fala da ausência do alto consumo, diferente dos tempos atuais, época dos descartáveis.

As perguntas que fazemos, além de interagir, têm a intenção de conduzir, pontuar, e promover o caminhar da história. Por exemplo, quando indagamos: Onde é que o senhor ia para contratar os meeiros? Abrimos uma brecha para adentrar as migrações nordestinas, tão

¹⁴⁷ Início em 00:00:00:00; termina em 00:26:03:03 (26 minutos, três segundos e três quadros ou duração de 26 minutos, aproximadamente).

importantes que colaboraram para que a região se desenvolvesse, pois, não havia no local mão de obra suficiente para as lavouras. E assim, a escolha das cenas para falar de tal assunto soma-se três páginas de roteiro, sendo abordado: a contratação; o tempo da viagem; a moradia; os vínculos com o fazendeiro; o motivo que os faziam migrar e porque alguns fugiam.

José Maximiano é o fazendeiro depoente mais antigo, plantou arroz desde 1940, época anterior à vinda dos nordestinos para as lavouras e quando não se usava adubos. Nesta sequência, Sinibaldo revela que o adubo esteve ausente por muito mais tempo e os lavouristas contavam com benzedores para eliminar as pragas. Configurando isso como uma dificuldade, Francisco acentua que passou muitas delas em fazenda e dá a entender que para ter uma lavoura o homem tinha que travar uma luta com o mato.

Roça de toco, a aração com boi, com trator, é pauta para o transcorrer dos relatos. Com uma cena rural fazemos a passagem de uma parte à outra, e no ensejo do bucólico trazemos para a mesa mulheres que também participaram do trabalho na roça, ajudando a carrear, a arar, a domesticar os animais. A preparação dos bezerros para carrear, que Anísio fazia quando menino, leva a falar do carro de boi e do fabricante deste.

Os assuntos se entrecruzam, e nossa função é a de encadear o sentido. Procuramos entender o processo que envolve a produção de uma lavoura de “arroz”; com quais ferramentas plantavam, como colhiam.

Mostramos que o cereal que não trouxe riqueza para o agregado ou meeiro ajudou o fazendeiro a ficar rico, deu suporte de alimentação básica a muitos que, na falta dele, podiam contar com outros recursos, como plantações de mandioca e criação de porcos, mas, percebemos que àquela época prevalecia para alguns trabalhadores o trabalho em troca dos produtos básicos alimentares.

Na segunda parte¹⁴⁸, através de uma antiga ponte sobre o córrego São Lourenço, fazemos a travessia simbólica de um lugar ao outro, do rural para o urbano, de modo enviesado, quando o urbano não se desviava muito do rural naqueles tempos que mais nos referimos. Utilizando algumas fotografias da época, como fizemos na primeira parte, continuamos, na tentativa de revelar um tempo do qual resta muito pouco ou nada.

Através das histórias de cada um, as abordagens procuram desenhar a cidade do passado: ruas sem calçamentos, com paralelepípedos, cascalho; praças arborizadas, sem pavimentos; o serviço precário de água; falta de energia, hospitais. Paralelamente, o vídeo mostra que a cidade que era “pacata” oferecia segurança aos moradores que não precisavam

¹⁴⁸ Início em 00:26:03:04; termina em 01:09:50:08. (Duração de 44 minutos, aproximadamente).

se armar com os esquemas de proteção de hoje em dia, tendo suas casas com portas e saídas diretamente para a calçada, deixando-as abertas sem correr nenhum tipo de risco. O arroz, durante alguns anos, deu à cidade um tipo de movimentação, provocada pelo fluxo dos transportes da mercadoria, inclusive nos locais próximos às Máquinas de beneficiar o cereal, que traziam a contraponto o malefício da poeira que a casca do produto provocava. Mas, Rodolfo aponta que pior que isso era a poeira da terra, pois a pavimentação “era para muito poucos”. A poeira se espalhava por toda cidade, tanta era, que uma ida ao cinema na década entre 1940 e início de 1950 foi interrompida, fazendo a pessoa voltar para tomar outro banho, depois de levar uma chuva de poeira, conta Marina. Quando não era poeira era barro, fala Zeneida.

Sobre o último *frame* da cena anterior inserimos a segunda narração escrita e falada, introduzindo as falas a respeito das escolas, deixando claro que nem todos podiam frequentar as mesmas.

As sequências passam por escolas, desfiles, casas antigas demolidas. Ao *mostrar* os desfiles, inserimos imagens do público presente nas calçadas, de três períodos: a primeira é a mais antiga, remete aos anos 1950 e é fotografia como a segunda que é do final de 1960; e a terceira, nossa gravação de 2012. Evidenciamos a parte publicitária política destinada à multidão e a influência da Igreja Católica através da informação do depoente Georges que fala do filho que foi paramentado de padre em carro alegórico em um desfile escolar. Dentro desta temática, a depoente Isabel fala do concurso “a rainha do arroz” criado para arrecadar fundos para a construção da ex-escola “Educandário Ituiutabano”, tendo ocorrido durante alguns anos, considerando a fase do auge arroz.

Depois de revelar algumas passagens em torno dessa época, Elza fala que a cidade como “capital do arroz” passou muito rápido. É a terceira vez, no vídeo, que é mencionada essa denominação, cuja repetição ocorrerá mais vezes. A primeira foi no início, na introdução da autora; a segunda, na *fala síntese*. A partir da terceira pretende-se uma cadência que demonstre que nos firmamos nesse período, além de mostrar que esse discurso é recorrente e está vivo na memória de muitos.

O terceiro enunciado fala dos programas de rádio que predominaram até os anos 1960 e antecede os depoimentos de um artista sertanejo local e de um imigrante que escutava rádio da cidade do Cairo. Da rádio veículo de comunicação para o rádio aparelho de reprodução sonora e deste para a sua comercialização, e de como o aparelho chegava mais rápido a locais mais distantes, isto é, nas fazendas, através, no caso específico, da vendedora Avelina, que mascateava.

Da comercialização do rádio e outras utilidades, agulhas, fazemos uma ligação com a venda de livros e outros objetos através de Jayr, paulista, que mascateava de cidade em cidade, levando livros dentro do carro, e veio a se estabelecer em Ituiutaba, onde passou a morar. Jayr apresenta a si mesmo, conta um pouco de seu comércio, tendo sido pioneiro dos livros usados na cidade, e através de imagens passamos informações de seu comércio de livros e revistas usadas. A seguir, inserimos “Antônio Baduy”, que também mascateou e foi um pioneiro da indústria local, revelado em síntese por sua filha Marina. Conta esta que a máquina de arroz do pai “era uma máquina grande”. O corte, após a palavra “grande”, dá passagem para o apito da fábrica que se inicia. É o famoso sinal sonoro que marca as horas de entrada e saída de trabalho no comércio local até hoje, relatado por Georges, que procuramos reproduzir, enfatizando a movimentação na cidade e o momento de descanso. Marina Baduy conta que a Máquina, juntamente com outras iniciativas industriais, foi extinta em torno de 1970 e 1980, quando os investimentos foram destinados mais para fazendas e gado.

É Jayr que menciona pela quarta vez a frase enfática “capital do arroz”, tendo vindo para a cidade quando esta ainda era conhecida como tal (1978) e revela que a propaganda ventilada “boca a boca” em Uberlândia apontava Ituiutaba como uma cidade “boa”, “próspera”, com “muito movimento” e que foi isso que o atraiu para o lugar.

O quarto enunciado reitera o termo “capital do arroz” e fala dos diversos migrantes tal como Sr. Jayr (que acabou de pronunciar). Em seguida, menciona os imigrantes que muitas vezes vieram para passar apenas um tempo e voltar para a cidade grande e, no entanto, permaneceu morando em Ituiutaba e abriram algum tipo de comércio.

Nesta sequência, Georges, imigrante libanês, se apresenta e fala do negócio que estabeleceu com a ajuda do tio. Intercalamos com este o ex-comerciante Schmuller, imigrante austríaco, que fala de sua origem e da vinda para o Brasil. Georges conta que expandiu seus negócios, abrindo novas lojas, mas depois fechou e ficou apenas com a primeira, que permanece até então. Schmuller revela que comprou a primeira loja em Ituiutaba e posteriormente comprou a segunda e depois a terceira, mas que as fechou em torno do ano 2000, pois as vendas diminuíram. Georges fala que vendia mais para lavouristas, que compravam, inclusive, o pano para bater arroz e chapéu, mas, as vendas diminuíram e hoje o comércio destes produtos é retraído.

Para acentuar mais uma vez o ciclo, perguntamos a Nelson Mamede o que ele percebia da cidade na década de 1960. Enfático, não desvia. Fala da grande movimentação de arroz, sem mencionar o “capital”, e volta-se mais às questões do beneficiamento quando diz que “chegava tanto arroz pra ser beneficiado aqui”. Enquanto ele fala, inserimos outra informação,

um recorte de jornal, cuja matéria indica o ano da primeira festa do arroz na cidade; e outra sobre o aniversário da cidade (“Dia do município”) em que o título remete à Rainha do Arroz.

Perguntamos a Isabel se ela participou das festividades da “rainha do arroz” e criamos uma ligação para falar dos lugares de sociabilidade, clubes e cinemas e outras práticas. Destacamos, inclusive, o *footing* que acontecia na porta dos cinemas depois das sessões desde a década de 1950. É mencionada a vinda dos circos que eram grandes atrações e aconteciam em praças públicas. Fazemos uma passagem de uma cena da praça para outros segmentos culturais que movimentaram a pequena cidade, a começar pelo teatro.

Nesse momento, adicionamos o quinto enunciado, quando informamos que desde 1910 já havia iniciativas teatrais e em exhibições de filmes, e que outros tipos de sociabilidades eram frequentes e permeadas por interesses diversos.

Vídeos que gravamos em 1998 nos servem de apoio para mostrar um pouco das comemorações do dia 13 de maio e mencionar a presença de mais grupos culturais: dos ternos de Congada, Moçambique, Trança Fita; da Folia de Reis; além do artesanato local, conforme depoimento de Ana Luiza.

Destacamos também a quadrilha e catira formadas por Faustino, que começou fazendo teatro na década de 1950 e enveredou para estes segmentos, tendo criado o Grupo Nova Geração, do qual mostramos parte de um ensaio.

Entre outras festas, de quinze anos, juninas, segundo Maria de Lourdes, havia, lembra Zeneida, as de casamentos que enchiam as carrocerias de caminhões de pessoas que saíam das fazendas para os assistirem na matriz e voltar para a festa rural. Nesta parte, inserimos duas fotografias da mesma igreja em duas distintas épocas, tentando passar a ideia de uma prática que durou.

Passamos das festas rurais para as urbanas perguntando sobre estas ao Sinibaldo, que fala da “Festa da Ford”, que envolvia, entre outros interesses, a venda de equipamentos para os fazendeiros, influenciando na produção da agricultura em geral, naquela época, principalmente do arroz.

Na terceira parte,¹⁴⁹ com a imagem de um caminhão carregado de sacos de arroz na tela, e continuando na marcação pretendida, perguntamos ao Georges, que participou diretamente da vida na cidade desde 1950, tendo sido comerciante todo esse tempo: O senhor acha que a cidade mereceu o título de *capital do arroz*? É outra pontuação pela qual pensamos assinalar que o conjunto revelado se relaciona com a movimentação “extraordinária” que

¹⁴⁹ Início em 01:09:50:09; termina em 01:32:47:03 (Duração de 23 minutos, aproximadamente, incluindo créditos). Tempo total do vídeo: 93 minutos.

houve no lugar contextualizado sob a influência do comércio do produto. Georges confirma que a cidade mereceu, e repete algo semelhante ao que já ouvimos sobre a grande movimentação.

Esta ênfase àquele momento é também um *ponto de mutação*: Reiteramos tal denominação e partimos para mostrar as partes relacionadas mais diretamente com o ocorreu para que houvesse tal ciclo.

O beneficiamento é o foco da terceira parte, a começar pela apresentação do estabelecimento que o cerealista José Calimério construiu e depois fez a casa ligando seu quintal a ele. Este homem não trabalhou em outra coisa, senão em máquinas de beneficiar cereais e vai nos contar um pouco de sua trajetória, mostrar partes da máquina e do estabelecimento que ainda mantém. Paralelamente, o cerealista Sinibaldo fala de sua trajetória, tendo iniciado mais tarde, mas que ainda permanece com o comércio e uma máquina de beneficiamento. Entre os assuntos, ressaltam as dificuldades iniciais quando não havia energia suficiente para dinamizar o trabalho.

Depois de conhecer um pouco da máquina por meio de José Calimério, perguntamos a ele como era a movimentação. É uma nova reafirmação daquela *época de muito arroz* que dá passagem para o funcionamento da máquina, o barulho dela ligada, dando mostra do que foi no passado, quando houve o intenso fluxo do produto; e embora seja um equipamento ultrapassado, ainda o vemos executar o trabalho como antes, mesmo por um instante.

Após o percurso em torno da máquina, passamos às questões que implicaram a existência desse tipo de comercialização ou industrialização. E começamos a compreender não o porquê de ter sido nomeada “capital do arroz”, mas, através de Rodolfo, vimos que tal título era considerado por alguns, e observa que o arroz que chegava a Ituiutaba era “arroz da região”. No contraponto, Sinibaldo e José Calimério afirmam que Ituiutaba produzia, mas pouco em relação às cidades vizinhas; e nessa parte inserimos recorte da figura de um mapa do IBGE que localiza regiões arrozeiras nesta cidade. A cada depoimento torna-se claro que o que mais havia era o comércio de beneficiamento que atraía o produto para o lugar, principalmente entre 1960 e 1980. Rodolfo afirma que o forte da região ituiutabana sempre foi a pastagem e criação de gado.

No vídeo, quem colabora com o desatar dos nós é Marcos, filho do José Calimério e Elza. Tendo acompanhado a vida do pai, o que depõe ajuda a clarear os fatos, inclusive quando fala da interferência do governo federal que ajudou a alavancar os interesses que contribuíram para que a cidade voltasse a ser um “polo de beneficiamento”, depois do encerramento da produção de arroz na região. Percorrendo de um tempo a outro, mostramos

através das falas que houve momentos de boa produtividade, quando as chuvas ocorriam em épocas próprias, mas, depois, os ciclos de chuva mudaram e começaram a perder as lavouras pela falta dela. Tal ocorreu também com Sinibaldo, pois, além de maquinista, foi fazendeiro e plantou arroz, mas perdeu as plantações e teve que vender a fazenda para pagar os financiamentos.

O declínio das produções, conforme Marcos revela, já ocorre na década de 1960, quando começam grandes mudanças, que levou ao abandono do campo e a acentuada inclinação pela pastagem, o que fez com que os grandes empreendedores que investiram também em beneficiamento comessem a vender as máquinas, quando percebemos que surgiram outros maquinistas, como Sinibaldo que começou em 1966. Mas, o arroz da região ficou cada vez mais escasso e os maquinistas tiveram que comprar de outras regiões para beneficiar e vender. Época da interferência dos governos que criou armazéns para receber os produtos, como a Casemg.

Na questão da quantidade de máquinas de arroz (o equipamento) ou Máquinas de Arroz (o estabelecimento) existentes antes, Marina comenta que tinha mais de 100, “falam que tinha 120”, afirma Sinibaldo, assim, procuramos saber quantos eram os estabelecimentos na “capital do arroz”. Nesse percurso, mostramos alguns dos prédios em que houve tal negócio, e depoimentos mencionando o número de funcionários e dos *chapas*.

Os maquinistas recordam os respectivos espaços cobertos de sacos de arroz, enquanto continuam com suas máquinas, mas sabem que o arroz acabou.

Nova pergunta suscita daquilo que percebemos, teria a cidade decaído? Junto com a resposta de Sinibaldo, mostramos uma fotografia de 1980 e, após, outra de 2009, em que a imagem da cidade não diferencia de forma acentuada.

Marcos aponta que o ciclo do arroz na região não se deu por acaso, e que depois, sucessivamente, vieram outros. Rodolfo reitera que a produção rural de Ituiutaba é pequena em relação às terras vizinhas, principalmente depois que perdeu maior parte de sua área emancipando alguns municípios. Marcos ressalta a questão dos serviços oferecidos pela cidade e adicionamos algumas imagens de entidades locais. Rodolfo afirma que a indústria e comércio superam todas as outras atividades, sendo uma cidade que atrai outras vizinhas para compras de produtos, ou terem algum tipo de assistência e dá ênfase à transformação da cidade que não é mais a “capital do arroz”.

3.2.1.4 Como fizemos: o processo

As gravações em vídeo dos depoentes nos permitiram ter, além do áudio, a imagem, mas, para elaborar um documentário é preciso ir além do encadeamento das falas, que é um procedimento inicial, que chamamos decupagem, quando as transcrevemos, e separamos as que nos interessam, conforme Carrière (1997, p. 177) orienta, contando que a princípio as gravações não têm uma ordem entre si e os eventos estão dispersos em lugares diferentes e, portanto, é preciso “[...] colocar em ordem essa desordem: fazendo uma seleção preliminar de sons, ações, palavras; descartando muitas delas [...]”. Para visualizar melhor as sequências e pensar na estrutura, optamos por uma escaleta, que fizemos rascunhando, de forma abreviada, colocando em cada linha as cenas. Nela, separamos os assuntos e definimos que seriam em *blocos*, a começar por uma síntese do todo dada no início por um ex-fazendeiro. Se tirasse essa cena, talvez não contasse *o fio da história* para alguns apressados, com os quais contamos, entre os interessados, os curiosos e as exceções desses: nosso público-alvo. Esta é uma das questões de quem vai contar uma história, saber a quem se destina.

Ao gravar, não tivemos que combinar uma cena com outra para uni-las na edição, pois o modo de fazer de um documentário não é igual ao que se aplica a filmes de ficção, a continuidade se obtém “no documentário pela história: as situações estão relacionadas no tempo e no espaço em virtude não da montagem, mas de suas ligações reais” (NICOLS, 2005, p. 56). Portanto, tendo uma temática com várias raízes, o que tínhamos eram algumas pessoas falando sobre a sua experiência, e umas das preocupações foi definir o elo entre uma e outra.

Inicialmente, não pretendíamos que nossas perguntas aparecessem, o que contrariaria complementemente alguns, fazendo desaparecer a voz da documentarista. Mas, quando começamos a roteirizar, devido ao tipo das gravações, vimos que minha interferência era necessária para conduzir a história (que estávamos montando, editando).

De acordo com experiências que passamos, realizando curta-metragem, entendemos que as etapas de produção de um audiovisual pressupõe saberes como qualquer trabalho, e que a cada realização, conforme afirma Paulo Gomes (1981, p. 377-378), somos obrigados a deixar de lado, pois “as únicas armas válidas para a ação [...] são aquelas que nos são fornecidas pela conjuntura, isto é, as que inventamos”, ou seja, para cada acontecimento novo um comportamento diferente.

Tendo em vista os amplos caminhos para dar prosseguimento à nossa produção, optamos por elaborar o roteiro na linha de edição.

De acordo com Jorge Furtado (1992), o roteiro é um “instrumento de trabalho de uma equipe”, cuja escrita “é a tentativa de transformar a linguagem cinematográfica em palavras”, para depois a equipe se encarregar de “transformar palavras em linguagem cinematográfica”. Deste modo, pensamos que podíamos unir as duas formas comunicativas no *timeline*,¹⁵⁰ uma vez que tínhamos à mão um material já prevendo uma ordem. Sendo feitas todas as etapas por uma pessoa e não uma equipe, isso daria mais oportunidades para visualizar o trabalho, lembrando sempre que o conteúdo e o contexto estavam determinados e já tínhamos uma estrutura prévia na qual nos baseamos que é a da dissertação. Se outra pessoa fosse editar, provavelmente, não pudesse ser assim, o trabalho deveria ser entregue descrito no papel, mas, no caso, praticamos uma exceção. Após os recursos iniciais mencionados, decupagem e escaleta, tendo o começo, meio e fim pré-estabelecido, passamos a trabalhar os detalhes de *união* dos fragmentos no programa de edição.

A decupagem implica a marcação da localização das imagens ou cenas no material bruto. Como utilizamos no primeiro momento uma câmera com fitas, desta anotamos o *timecode*. No segundo momento, tendo usado outra pequena câmera, com HD, anotamos o número do arquivo. Então, quando partimos para a edição, tínhamos no papel o produto de nossa escolha em uma ordem, tendo sido esta rearranjada com a ajuda de uma escaleta. No caso específico, novas modificações são feitas na linha de edição. Nesta, experimentamos situações concebidas anteriormente para definir as sequências e o que podia ser eliminado e o que queríamos manter.

O documentário é enfático quanto à época da *capital do arroz*, e desde o texto introdutório o documentário assinala para esta fase.

Somamos à síntese informações visuais da cidade em épocas distantes. Utilizamos fotografias antigas da cidade e adicionamos movimento na edição, revelando detalhes da imagem. Nosso objetivo é o de contextualizar, referindo-nos a uma cidade pequena, interiorana, ligada ao rural. A seguir, fazemos um percurso por uma fazenda e prosseguimos com revelações, de acordo com as experiências de cada um, quando a cidade vai se constituindo de outra forma.

Embora apareça em uma cena, de longe, abrindo a porteira da fazenda, estou sempre *fora do campo* ou *o.s.*,¹⁵¹ como interlocutora, com quem todos falam. Atenta, sabendo que o

¹⁵⁰ No programa de edição, é a linha de tempo na qual se adiciona o material escolhido.

¹⁵¹ Cf. VANOYE E GOLIOT-LÉTÉ (1994, p. 50-51) aponta que “som fora do campo”, sigla *o.s.*, é “a fonte do som não visível na imagem, mas pode ser situada imaginariamente no espaço-tempo [...]” da obra. Em contrapartida, o “som *off*”: emana de uma fonte invisível situada num outro espaço-tempo que não o apresentado na tela [...]”. Optamos por estas distinções no roteiro, apresentado em CD junto a este capítulo.

dito faria parte de uma narrativa, em alguns momentos busco informações, assinalando uma época, perguntando, por exemplo: *O senhor chegou aqui, pra lembrar, foi em 34, mais ou menos?* Ou ajudando a contar: *A água vinha por esses paus, aí?* Mas não escondo que é uma gravação, quando a mulher pergunta: “Pode começar eu falando?” Eu respondo: Pode. Nesta cena, mostro também que a câmera já estava ligada antes de anunciar o início da gravação, o que é comum.

Sobre o tom da nossa voz, procuramos agir de acordo com o momento, que supomos, aparece notadamente quando falamos com o migrante nordestino José Silva, ou quando temos que falar mais alto com José Maximiano. Pode ser observado também na cena externa com o cerealista Sinibaldo Tostes, quando nossa voz, que naquele instante tem uma certa inflexão e remete mais ao que não está evidente do que ao que está sendo mostrado. Isso se dá porque, no ano de 2010, nós havíamos feito imagens com a máquina que existia naquele espaço da gravação, porém, quando retornamos ao local para fazer novas gravações em 2013, este proprietário havia desmanchado a própria, restando o espaço vazio, que era o que estávamos revelando, a ausência da máquina. Nossa voz, em poucas palavras (Como é que o senhor adquiriu a máquina?), com um tom baixo pode denunciar nosso lamento, pois as imagens feitas anteriormente foram perdidas em um HD.

Os procedimentos de gravação não se escondem, estão “aparentemente” ocultos. Está claro que, à frente de quem fala, estou posicionada ao lado da câmera, como colocutora. Nossa opção foi por nos colocarmos ao lado direito do quadro, enquanto deixamos a câmera ao lado esquerdo. Na interação com os interlocutores, procuramos atingir uma forma de expressão que equiparasse àqueles, buscando a naturalidade na transmissão do conteúdo. Tendo em vista os caminhos que enfrentamos, fomos levados a ter certos comportamentos, inclusive, mantendo a câmera mais estática. Não é o tipo de documentário em que as pessoas fizessem reivindicações ou que, atropeladas por circunstâncias indesejáveis o teria, portanto, motivos para desabafar ou reclamar. Por outro lado, percebemos que, embora haja circunstâncias precárias ou ruins do passado reveladas nesse tempo futuro, o tom passa a ser outro no presente. No decorrer das entrevistas, os trajetos ficavam mais próximos da obtenção de dados biográficos. Cada pessoa que falava, falava de si, de sua experiência de vida em relação à cidade, no quadro que intencionávamos construir, ou melhor, partindo de algumas questões preestabelecidas. Ao supor que a pessoa se sentia mais confortável falando livremente, em alguns momentos deixamos fluir, mas, em outros interferimos e adicionamos perguntas. À medida que ouvíamos as falas os interesses multiplicavam-se e nos levavam por caminhos mais diversos. Mesmo supondo que estávamos desviando do nosso foco, não o era.

No geral, os assuntos remetiam a um certo período na “capital do arroz”. Resultou que isso aumentou o nosso percurso, saindo da estreiteza, ocasionando uma "visita" rápida aos diferentes momentos retidos nas diversas memórias. O resultado de nossas atitudes pode corresponder ao que muitos espectadores televisivos de documentários estão acostumados, em que tentamos possibilitar maior compreensão.

Nossa proposta era de falar daquele momento da “capital do arroz”, e escolhi o que falar, posto que tudo seja muito complexo. Então, até chegar ao beneficiamento, fizemos abordagens com objetivo de reunir partes e contextualizar, preferindo iniciar em torno dos anos 1930, embora quisesse retroceder mais, mas, para o vídeo teria outras implicações.

E assim, surgiram as divisões: O RURAL - instrumentação; modos de vida; o trabalho; a presença da mulher no trabalho rural; a mão de obra; as dificuldades; a cultura do arroz desde o preparo da terra, a colheita; carro de boi; mutirões, etc. O URBANO - a cidade nas décadas de 1950 e 1960, as deficiências, principalmente de água e luz; as compensações por morar na cidade; os prédios inexistentes; os prédios que eram de máquinas de arroz; as escolas; as festividades; o concurso “a rainha do arroz”; os artistas sertanejos, o rádio; os mascates; o comércio; a sirene “do Baduy”; os clubes; o teatro; as festas populares; o artesanato; o cinema; o catira; a quadrilha; a “Festa da Ford”. O BENEFICIAMENTO: revelações de fases prósperas e o declínio - máquinas; chapas, maquinistas, depoentes revelam a fase próspera da cidade e como é hoje.

Esta divisão foi o ponto de partida para que começássemos a pensar em um roteiro.

3.2.1.5 O roteiro

Por tudo, tínhamos um material que nos permitia elaborar um roteiro, mas, como disse, o coloquei na linha de edição. Depois de editado, faltando pequenas partes, para atender à proposta, começamos a formatá-lo em um roteiro *literário*, optando por seguir as divisões de sequências e inserção do material prévio existente, e dos vídeos e fotografias que fizemos depois que conhecemos o conteúdo das falas.

Já fiz roteiros, transcrições de fala de vídeo, mas nunca tinha feito um roteiro de um vídeo pronto. Como exercício é muito bom e trabalhoso, e ainda optamos por ser relativamente criteriosos. Com o vídeo no *timeline*, desenvolvendo o roteiro, este em muitos pontos exigia certos ajustes, por exemplo, a definição do momento exato de entrar e sair um *insert*. A visualização da imagem ajudava na escrita e a escrita exigia da imagem um posicionamento, que ela encaixasse em uma sequência ou outra.

Este tipo de escrita é para uso de uma equipe, conforme já mencionado antes, e assim, a leitura é complexa e exige outro tipo de compreensão, mesmo que seja um roteiro *literário* e não técnico. Sabemos de suas características próprias. Carrière (1997, p. 145-147) ressalta que, para escrever roteiros, é importante “conhecer, e de preferência dominar, as técnicas cinematográficas”. Afirmamos que foram esses conhecimentos que nos levaram a praticar o processo.

Por outro lado, Coutinho (2003, p. 19) declarou que escrever sozinho para ele é um sofrimento, nos fazendo entender que o seu modo de expressar flui mais no contato com as pessoas do que imaginando como pudesse ser. Este diretor não escreve roteiros e com isso, também, não escolhe antecipadamente onde irá colocar a sua câmera, segundo conta. A representação do real se dá para ele de forma contrária ao modo ficcional de realização, quando certos cuidados que já estão antecipados no roteiro tornam possível transformar uma ficção em uma aparente realidade. Coutinho (200?) aponta que se pode eliminar o roteiro, visto que haja situações não roteirizáveis.

Ao contrário da ficção, em que é tudo planejado, no vídeo não ficcional se lida basicamente com o imprevisível. Isso envolve o tipo de documentário, de abordagem, de método adotado. Porém, sabemos que o entrosamento da direção com a equipe esclarece possibilidades que não estão no papel e cada um exerce a sua função dentro do conjunto, interagindo, comunicando-se. As situações exigem manobras, ao mesmo tempo em que requer de quem comanda estratégias de ação que funcionam em um grupo bem sintonizado. Quando não se tem um roteiro escrito para seguir, a turma não escapa do essencial que um trabalho dessa espécie requeira, tanto no manuseio dos equipamentos, quanto na atenção voltada para as orientações da direção.

No caso, o roteiro que não utilizamos para as gravações é o que ele é na íntegra, sequência por sequência, fechado, conforme é utilizado em ficções, ou aberto, em alguns documentários. E, conforme dissemos, o que apresentamos nesse momento é com todas as falas fechadas, pós-edição, que também poderia ter sido escrito do mesmo modo para a edição.

Portanto, ao traçar a história que construímos, atravessamos de um patamar a outro, seguindo por caminhos iguais, ou seja, percorremos a trilha que também se faz na ficção, mas voltados ao acompanhamento dos processos que se apresentam à nossa frente e que não provém da imaginação ou que buscamos e em uma negociação, o outro aceitou falar, colaborando para reunir um composto, que atribuímos valor e através dele, ao analisar, tivemos certa compreensão, a qual nos proporcionou elaborar um contexto interligando as

partes esparsas. Nosso critério é o de colocar aos olhos do espectador algo compreensível e dada a temática, que torna esse público muito mais regional do que amplo, acreditamos que a forma que optamos por fazê-lo pode colaborar para algumas reflexões sobre aqueles tempos, e também em torno do processo de realização. Assim, colaborando para compor o que envolve essa produção, à parte apresentamos o roteiro literário feito pós-edição (Anexo C).

Todavia, advertimos que, tal como a escrita de um roteiro que passa por vários tratamentos, fizemos várias versões do vídeo no *timeline* até a fase final. Assim, após a roteirização através do editado, algumas cenas foram eliminadas ou alteradas, cujas mudanças incluímos ou não no roteiro final.

3.2.1.6 Edição/roteirização – partes do processo.

A edição é uma operação comparada a uma sala de cirurgia, relacionadas pelo corte preciso. Para produzir um roteiro na linha de edição acrescenta-se outra especialidade que também tem a característica da exatidão.

Portanto, agindo dentro destas duas funções, sabia que enfrentaria horas a fio, dias, semanas para dar conta desta parte da trajetória. Conforme dissemos, o que fizemos inicialmente foi separar os assuntos e imaginar a sua forma. Pensamos que poderíamos intercalar as falas, colocando, por exemplo, a fala do depoente 1 e a seguir a fala do 2; volta ao 1 e volta ao 2, de modo que cada um revelaria seu ponto de vista e quando finalizasse essa parte adicionaria o próximo, supondo que os elos fariam a conexão com o assunto tratado, que pode lembrar o estilo novelesco, quando há uma temática principal e vários subtemas interligam com aquela. Todavia, percebemos que teríamos que nos apoiar também em outros recursos.

Outra intenção nossa seria tentar “resolver” um assunto tratado por um falante por ele mesmo. Nesse caso, a fala encerraria em si o começo, meio e fim. Poderia ser também criando conexões com outros, um inicia um subtema e adicionaria uma fala que o desenvolve. E como trabalhamos com a lembrança daqueles, estas vão surgindo dentro da trama, isto é, se a fala é sobre máquinas, o assunto pode levar a falar das lembranças de quando beneficiava muito arroz.

A partir destas intenções, temos desde o início da primeira parte (O rural) seqüências com mais de 1 minuto, quando, durante esse tempo, a mesma pessoa fala em uma ou várias cenas e aquela divisão fica “concluída”. Nesses primeiros minutos, o que ocorre é que entra o depoente X que tem uma fala, depois depoente Y também com uma fala e o Z. Todos

revelam situações passadas no campo. As passagens de um para o outro são através do próprio assunto, ou por “outra condução”, dando por “encerrada” aquela parte, quando inserimos uma imagem que pontua diferentemente ou que dá maior espaço entre uma e outra, porém, dentro da temática rural. São nossos pontos, pontos e vírgulas, parágrafos, etc. Neste caso, não utilizamos imagens que remetam a uma saída do “real”.

No decorrer das falas dos depoentes, pude prolongar o assunto através do diálogo ou de perguntas aos mesmos, relativamente ao que queria transmitir.

Quando duas ou mais pessoas falam do mesmo assunto, geralmente, as separamos apenas pelo *corte seco*.¹⁵² Neste tipo de corte, às vezes o que utilizamos para intermediar uma cena e outra é uma pergunta denotando a mudança ou a inclinação para outro lado. Todavia, o utilizamos também quando o que um testemunho fala remete a alguma característica da pessoa que virá a seguir, fazendo desse detalhe uma ligação, mas é um elo tangente. Nesse caso, podíamos usar entre um e outro o *fade* (o escurecimento do final do primeiro), que pontua, finaliza, mas preferimos a “brecha” deixada pela fala.

Na parte dois (O urbano), os assuntos vão se entrelaçando, então, se transformamos “matematicamente” em número¹⁵³ a posição dos depoentes nas cenas, temos uma sequência de $1 + 2 + 1 + 3 + 1 + 2$ ¹⁵⁴ unidos pelo que falam, para entrarmos a seguir com uma pergunta ao último 2 que nos traz mais informações. Pela junção das cenas, nota-se a concomitância de 1 e 2, e a inserção de 3, que se dá pela informação que nos interessava.

A seguir, ocorre uma variação desse tipo de sequência: $1 + 2 + 4 + 2 + 5$.¹⁵⁵ Nesta, fazemos uma pergunta ao segundo 2, remetendo não propriamente ao que foi falado por 1, 2 e 4, mas remetendo ao período do qual se fala, que ele responde e quem adiciona dados é o 5.

Acima, mencionamos “temos uma sequência de...”. De fato, na formatação do roteiro não se trata apenas de uma sequência, mas cada número daqueles é uma sequência.¹⁵⁶

O exemplo numérico acima pode ser estendido, continuado, mas, se considerarmos as perguntas que fazemos, veremos que há subdivisões. Então, muitas delas estão na função de indicar novos rumos do assunto em questão, relativo à “capital do arroz”.

Foi na etapa final dos tratamentos que decidimos incluir partes com *voz over* lendo o texto no quadro. O sentido é o de informar, dar clareza ao que narrado através das falas e

¹⁵² No corte seco não se insere nada entre uma imagem e outra.

¹⁵³ Faremos algumas demonstrações com números para possibilitar uma visualização melhor da ordenação. Porém, o número 1 da segunda parte diferencia do número 1 da terceira e os outros também. Essa nossa escolha não deve ser confundida com a substituição efetiva do nome pelo número, não é esse o intuito.

¹⁵⁴ 1-Elza; 2-Georges; 3-Isabel;

¹⁵⁵ 1-Elza; 2-Georges; 4-Alberes; 5-Nelson.

¹⁵⁶ A ordem das sequências no roteiro se liga principalmente às necessidades da edição.

imagens. Desse modo, procuramos alguns pontos para inserção do que vai também jogar uma luz sobre aqueles tempos. E assim, há um texto e *voz over* que antecede as escolas, e a partir dessa inclusão, as cenas tecem os fios da trama: do assunto “escolas” para casas que eram escolas e para casas antigas que eram escolas que não existem mais como outras que também não; desfiles escolares; o concurso “a rainha do arroz” ligado à construção de uma escola.

As cenas seguintes prosseguem “passando pela música caipira”. Ao elaborar uma forma de expressar esse momento, além de incluirmos uma pergunta feita à Elza, que ela responde, decidimos contar pelo texto e pela *voz over* uma breve sinopse desse tempo em que no rádio predominava os programas de auditório e os de ofertas musicais, dando passagem para o depoimento do ex-cantor sertanejo, do imigrante libanês que escutava rádio da capital do Egito e da ex-mascate que vendia rádio nas fazendas.

A função de mascatear nos permitiu incluir nas sequências seguintes, outros ex-mascates, sendo um migrante paulista e um imigrante sírio.

Inicialmente, editei as cenas referentes aos assuntos acima intercalando um e outro. Posteriormente, resolvi individualizar, isto é, ficou Avelina em um único bloco que deu passagem para Jayr, também em um único bloco de cenas. Marina também fica com um bloco. Quanto à passagem de Jayr para Marina, pensamos que fica clara a ligação, ao observar que o primeiro foi um mascate, enquanto o pai dela também mascateou, foi pioneiro da indústria e teve Máquina de Arroz. Esta parte “culmina” no “apito do Baduy”, explicado por Georges. A seguir, Marina revela o fechamento da Máquina e a mudança de rumo dos empreendimentos do pai. Jayr volta após Marina e fala a razão que o levou a escolher Ituiutaba para viver, quando enfatiza aqueles tempos.

Prosseguindo, no final da fala do Jayr, inserimos uma fotografia da ponte sobre o rio Tijuco, com inscrição que revela o abalo daquela devido à enchente que houve em 1958. Sobre esta imagem, incluímos o quarto texto com a leitura em *voz over*. Nele, fazemos brevemente um retrospecto aos migrantes nordestinos que vieram para trabalhar nas lavouras e outros como o Sr. Jayr Fernandes, passando aos imigrantes (na verdade, iniciado com o Baduy, embora naquela perspectiva), e assim, Georges e Schmuller, em duas sequências intercaladas (1 + 2 + 1 + 2 + 1)¹⁵⁷ vão se apresentar e falar de seu comércio na “capital do arroz”.

A colocação da pergunta ao Nelson (sobre o que ele percebia na década de 1960) pode soar provocativa dado ao tipo de edição feita, pois são termos já sabidos, é uma ênfase, devido a isso optamos por deixar parte da fala no fundo enquanto articulamos outras informações

¹⁵⁷ Georges + Schmuller + Georges + Schmuller + Georges.

relativas à “festa do arroz”. No propósito seguinte, Isabel fala que participou “à parte” da festa no Ituiutaba Clube e informa que este era o único clube da cidade. O clube passa a ser o ponto de ligação que dá início ao próximo encadeamento.

A cada vez que colocamos o texto escrito com a *voz over*, sabemos que há um tipo de interrupção, em contrapartida conduz a narrativa a outros pontos. Após muitas falas a respeito dos espaços de sociabilidades, clubes, cinema, etc., quando adentra ao teatro, optamos por dar alguma explicação, e o fazemos pelo texto e *voz*.

O que selecionei para formar estas sequências pretende atribuir ao contexto revelações em torno dos empreendimentos culturais que existiram na época da “capital do arroz”. O teatro é revelado por três depoentes com falas intercaladas, que posteriormente se liga a outras atividades, festas rurais e urbanas, catira, quadrilha, etc. O segundo “episódio” termina com a “festa da Ford”, quando utilizamos a fotografia de um caminhão cheio de sacos de arroz para iniciar o terceiro. Este, na versão final, ganha o subtítulo “O beneficiamento de arroz: Revelações de fases prósperas e o declínio”.

Iniciamos a partir da lateral da Máquina de José Calimério, especialmente do quintal da sua casa contígua, e a mulher do próprio, Elza, fala da ligação de um prédio ao outro. Mas, é ele quem conta e mostra o trajeto que faz entre um lugar e o outro há décadas, começando por sua *voz em off* narrando uma pequena biografia. Na sequência, inserimos cenas do segundo cerealista, Sinibaldo, que também entra em *off*, fazendo uma breve apresentação do seu envolvimento no comércio.

Numericamente, as cenas dos dois iniciam-se assim: 1 + 2 + 1 + 2 + 1 + 3.¹⁵⁸ A entrada do 3 lança um embate em relação ao que levou ao título “capital do arroz”, afirmando que a cidade não produzia arroz. A seguir, à fala do 3 juntamos à do 1 para revelar questões relativas à época em que o arroz passou a vir de outros lugares para ser beneficiado e vendido. A linha numérica acima expande com: + 1 + 3 + 1 + 3 + 2. O número dois volta e relativiza as informações, pois, enquanto o 3 reafirma que Ituiutaba não produzia arroz, o 2 vai dizer que produzia “bem”, mas a maior parte, segundo ele, vinha de fora. A partir destas informações, o próximo depoente (4)¹⁵⁹ é inserido para revelar que Ituiutaba torna um polo de beneficiamento de arroz. Nesse ponto, iniciam-se outras explicações a respeito da fase agrícola e Marcos (na posição 4) dá grande colaboração para tal.

A partir do 4 citado, começando outra numeração, ficaria assim: + 4 + 2 + 1 + 2 + 4 + 2. Os assuntos vão prosseguindo na urdidura da temática. Segundo revela Marcos (4), a

¹⁵⁸ 1-José Calimério; 2-Sinibaldo; 3-Rodolfo.

¹⁵⁹ 4-Marcos.

cidade que era um polo de beneficiamento por tais motivos, permitiu ao cerealista (2) comprar grandes volumes de arroz favorecendo o seu negócio. Entre o 2 e o próximo (1) há uma pergunta que corta a sequência, mas não desvia do assunto. Da mesma forma, entre este 1 anterior e o 2 posterior há mais de uma pergunta que tem o mesmo efeito, mas faz ligação com o 4 seguinte: é quando se conclui que em tal época (1966) a produção de arroz local já estava começando a decair; e o 4 vem com as explicações em torno da mudança que houve quando os agricultores foram deixando de plantar arroz na região e este passou a vir de outros lugares, enfatizando que esta segunda fase permite que algumas Máquinas de Arroz continuem trabalhando por mais algum tempo. A partir de então, entra a questão do número de Máquinas, a começar pelas informações do 2.

Tal quesito é relativamente controverso, então, outros depoimentos serão adicionados para compor as informações. Repetindo a linha numérica acima e acrescentando novos, resulta: + 4 + 2 + 1 + 2 + 4 + 2 + 3 + 5 + 1 + 5 + 6.¹⁶⁰ A informação do 3 denota pertinência, e através da pergunta que fizemos a 5, percebemos pela resposta que o mesmo separa grandes máquinas (aquelas que beneficiavam para exportar) e as pequenas (que beneficiavam o arroz “do gasto”), mas o número delas é condizente com 3 (Não são números exatos, mas aproximam, distanciam dos depoimentos que revelam mais de 100 máquinas). A pergunta feita ao 1 (depois do 5) não intercepta, ele conduz e adiciona dados através da resposta daquele que informa o número aproximado de funcionários de uma Máquina. As cenas externas com José Oliveira (5) mostram os prédios das antigas máquinas, enquanto ele fala da presença dos chapas para descarregar e carregar os caminhões de arroz, quando inserimos um desses trabalhadores (6).

Desta parte para o final o tipo de edição, segue essa tendência que demonstramos acima. Reiteramos que fazer uma edição não se trata apenas cortar e colar para resultar em um trabalho coerente. Há muitas minúcias. Nesse tipo de realização, individual, elas surgem com muito mais frequência, ao exemplo do áudio cujo microfone é o da câmera. Se um ruído interfere numa fala principal e não é notado no momento da gravação, pode causar certo trabalho na edição para chegar a um áudio utilizável ou tem que ser descartado. Mas não é apenas isso, outros inconvenientes também podem ocorrer e, para o que propomos, o que expomos dá para ter uma ideia da produção a que nos envolvemos.

¹⁶⁰ 5-José Oliveira; 6-Avilson.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concernente à elaboração do vídeo documentário no campo da História, a princípio nos inclinamos pela busca de caminhos que podiam se relacionar mais diretamente com essa área de ensino. No entanto, entendemos que, para construir um "documento documentário", os recursos fundamentais que poderíamos envolver se baseiam em “deixar falar” as pessoas e outros elementos reais, os trazendo para dentro da narrativa, ou seja, o conjunto deve ser parte do mundo real e não se mostram como em ficções. A seleção, os cortes e a edição também são tão previstos no audiovisual quanto no texto, embora o vídeo possa se apresentar mais afastado do tipo de compreensão e crítica que acompanha os documentos escritos. Outra comparação relativa a estes meios, é que, enquanto o primeiro (o vídeo) com um movimento de câmera pode descrever um trajeto, o segundo (o texto) o faz através de palavras. Desse modo, através do vídeo, das diversas falas e imagens, nossa intenção foi delinear partes e dar ênfase a que a cidade foi reputada como “capital do arroz”. Ressaltando o rural e o urbano, deixamos à vista que, devido àquele tempo considerado próspero, houve desdobramentos, quando algumas pessoas foram atentadas a investir na cidade e entre os setores está o cultural. As situações adversas relativas à agricultura, com alta e baixa e por último o declínio do comércio de arroz, faz emergir uma cidade em transformação.

Quanto à dissertação, no intuito de continuar uma reflexão a cerca das propostas de nosso projeto, primeiramente, pensamos ter traçado trajetórias que nos levaram a compreender que o título “capital do arroz” fora dado em uma época em que Ituiutaba passava por embaraços em termos de comunicabilidade, não tinha estradas pavimentadas que a ligasse a outros lugares, e ainda a saída de veículos com produtos demandava em especial o poder financeiro de adquirir caminhões de transporte, em cuja época as montagens dos mesmos dependiam de importações, que implica em custos adicionais, e a contratação da mão de obra para tocar as empreitadas pretendidas. Isso em um tempo em que dinheiro raramente circulava, não havia em abundância. Portanto, o que se percebe é o interesse na concretização de vias em benefício de novos capitalistas, uma vez que o fazendeiro que vivia da agricultura de subsistência não tinha o perfil do investidor para além do município. Ele, notado por nós, preferiu subestabelecer as “oportunidades” que pareciam obscuras. Arriscou uma nova morada, na cidade, entrecruzando culturas, arriscou ficar no rural, sem avançar em termos de tecnologia ou aprimorando muito pouco, ao ritmo lento do passado, enquanto novas investidas eram praticadas por alguns visando à lucratividade.

Tal título sugerido pelo IBGE fora apreendido e difundido de modo que cada pronunciante aceitou a positividade do “elogio” ambicionando que tal se efetivasse ou o aceitando como fato. A palavra “capital”, porém, não discutimos, mas, entendemos que está ligada ao sentido de importância, remetendo tanto à “grande quantidade”, quanto à riqueza. Sendo assim, e pelo vulto, a cidade aos olhos de muitos foi “mesmo” a “capital do arroz”. Todavia, o codinome dado por aquele órgão no final de 1950 torna instigante devido às reivindicações daquele período, pois, embora as estatísticas mostrem o auge da produção exatamente no ano de 1950, o trabalho nessa época dependia essencialmente do esforço braçal, que contrapõe o argumento usado pela estatística, mencionado anteriormente. Assim, a cidade tendo sido a “capital do arroz”, o foi, inclusive, à custa da mão de obra utilizada nas empreitadas. Supomos, também, que o conjunto de especulações a favor de alguns reverteu em outros, estímulos, provocando um certo avanço da cidade, por vias em que a cidade era tida como a “capital do arroz” que desenvolvia e motivava.

De outra forma, observamos que a titulação fora dada quando a produção de arroz era apenas do município. E, mesmo com a produção declinando a partir de 1960, permanece a ideia da cidade como “capital do arroz”, desta vez motivada pelas transações no local, cujo arroz continuou vindo de lugares diversos e abastecendo de modo diferente a economia local, que passou a beneficiar arroz de outros. A “permanência” do título deixa de ser devido à cultura do cereal no município para ser apenas pelas negociações em torno do beneficiamento do mesmo. As duas fases se extinguiram e a cidade deixa de ser o que era.

Entretanto, através dos depoentes depreendemos que aquele período permanece contido na memória de alguns, ainda nos dias atuais, e a imagem de uma cidade que prosperava sobrepõe aos percalços passados. A cidade, de algum modo, recebeu o benefício de iniciar um processo de crescimento, pondo à vista seus trajetos urbanos e rurais por onde corriam grãos e grãos de arroz. Isso foi percebido pelos habitantes, que no ímpeto do momento sentiram-se estimulados em fazer emergir um circuito cultural, que se somou às salas de cinema existentes, permitindo, inclusive, no contexto de uma época no interior, outras possibilidades de conhecimento de diferentes mundos, além da convivência com o outro.

As festas, que permearam por todo tempo em que o lugar conservava radicados e proeminentes os laços rurais, tinham vínculos estreitos com a Igreja Católica, com os Santos, sobretudo, com a fé e com as lidas agrícolas. O agrupamento dos festeiros inspirava um tipo de experiência que, com o tempo, foi-se esvaindo, restando hoje quase nada. O que antes era feito com poucos recursos financeiros, hoje demanda muito mais e é preciso subvenções que raramente ocorrem. Isso arrefece o ânimo daqueles que se expressam por meios artísticos e

culturais, enquanto o campo se deteriora por vias do câmbio comercial. Desse modo, o que a época proporcionou à cidade se liga basicamente ao “achar que” fluía de um modo, mas, o que se construía, embora para uns tenha gerado riquezas individuais, para outros trouxe o desvio.

Conseqüentemente, mesmo que o local pudesse ou quisesse “crescer” ao seu modo, dentro da municipalidade, havia forças externas desferindo determinações, adentrando, invadindo, travando uma luta de caráter nacional a propósito do que alguns supunham ser favorável ao desenvolvimento.

Tal conjuntura em que se coloca, torna a cidade refém de um projeto de governo que não deu certo e juntamente com outros municípios brasileiros se abate em circunstâncias catastróficas de atraso de décadas em relação a outros países. A esperança advinda daquelas proposições rui e arruína muitos, tiram-lhes o chão e, como sabemos, as fases ou ciclos revolucionados permanecem por algum tempo inertes, desajustados, enquanto o “estado-maior” assistindo ao colapso trata de arremessar novas regras.

Contudo, o que se percebe é o marasmo de uma geração que se calou e vem sendo oprimida não apenas a partir da época em questão, mas de longas décadas passadas, de mais de século, provindo de hábitos adquiridos de elites brasileiras do século XIX, que visavam a execução de obras de acordo com suas inclinações políticas.

Isto posto, apresento minhas realizações, que disponibilizo em duas formas. Sabemos que as novas gerações trazem consigo o espírito aberto ao novo, às novas tecnologias e mais objetivamente destacamos os alunos da História, especialmente os do campus de Ituiutaba, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP/UFU, onde iniciei meus passos nesta área, os quais desempenham o papel de bons pesquisadores, interessados e concretizam trabalhos significantes através da graduação com abordagens temáticas diversas e locais. Portanto, a eles, principalmente, deixo minhas sugestões para um regresso às questões que aqui abordo de forma passageira.

Por conseguinte, a cidade que deixei nos anos 1970 não é a mesma que encontrei nos anos 2000, mas, também, não é muito diferente daquela da década de 1980, com alguns prejuízos, já mencionados. E minha contribuição, agora, a partir de meu conhecimento na área audiovisual, é trazê-la também desta forma específica para o foco, acrescentando um lance de dados na composição de seu histórico, conforme nossas escolhas. Todavia, além de notarmos em alguns depoimentos o apego a uma época que passou, observamos que não se tem atualmente outro discurso que represente a “nova cidade”. Paira no ar o incerto (e a “esperança”?).

REFERÊNCIAS

FONTES

1.PERIÓDICOS

1.1 Jornais

APROXIMAM-SE as comemorações do “Dia do Município”. **Jornal Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, ano XIII, n. 678, 4 set.1954.

ESTEVE ontem em Ituiutaba o sr. Ademar de Barros. **Jornal Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, n. 496, ano XI, 29 mar.1952. Jornal. Bissemanário.

ITUIUTABA de ontem – Ituiutaba de hoje. **Jornal Lavoura e Comércio**. Uberaba, sábado 15 de setembro de 1951.

ITUIUTABA receberá hoje Juscelino Kubitschek e João Goulart! **Jornal Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, n. 733, ano XIV, 24 set.1955. Jornal. Bissemanário.

MANOEL Afonso Cancelli. **Jornal do Pontal**. Ituiutaba, 7 ago.2012. Conteúdo extraído pelo Jornal de fonte digitalizada pela Fundação Cultural de Ituiutaba.

MORAES, Valdeci S. de. A festa dos Cancelli (ou “Festa da Ford”). **Jornal do Pontal**. Ituiutaba, ano XVI, 29 mar.2011.

MORAES, Valdeci S. de. Serviço de alto falantes Santa Maria. **Jornal do Pontal**. Ituiutaba, ano XV, 27 jul. 2010.

O MAIS AMPLO e moderno do interior do país – Serão franqueados ao público, hoje, as suntuosas instalações do Cine Capitólio. **Jornal Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, ano XV, N. 760, 31.mar.1956. Jornal.

O PROLONGAMENTO DOS TRILHOS da R.M.V. até Ituiutaba constitui um imperativo de ordem econômica e social. **Jornal Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, ano IX, n. 396, 28 de Outubro de 1950. Jornal.

O PROLONGAMENTO DA RÊDE Mineira de Viação até Ituiutaba. **Jornal Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, ano X, n. 408, 20 de Janeiro de 1951. Jornal.

PETRAGLIA, João. Música para o Cinquentenário de Ituiutaba. **Jornal Folha de Ituiutaba**. Ituiutaba, n. 445, ano X, 18 ago.1951. Jornal. Bissemanário.

REVISTA FOLHA DE ITUIUTABA. Edição comemorativa de Natal. Ituiutaba. **Jornal Folha de Ituiutaba**. Tiragem 2.000 exemplares. 40 p., 1958.

ZOCCOLI, José B. Cine e Teatro Ituiutaba (Cine Bristol). **Jornal do Pontal**. Ituiutaba, 30 ago.2012. Mineiríssimo.

ZOCCOLI, José B. Ituiutaba de antigamente: parte III: final. [Fonte não identificada] Ituiutaba, 29 jul.1999.

1.2 Revistas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DISTRIBUIDORES FORD – ABRADIF. **Revista Elo**. Caminhões - 50 anos: Do F-600 ao super Cargo, ano 1, n. 2, julho/agosto, 2007. Disponível

em: <http://www.abradif.com.br/upload/portal/pt/publicacoes/RevistaElo2_pdffinal.pdf>
Acesso em: set. 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – ANFAVEA. Indústria automobilística brasileira: 50 anos – 1956 – 2006. Disponível em: <http://www.virapagina.com.br/anfavea_50anos/> Acesso em: set. 2013. **Revista online.**

AUGUSTO, Serrano. Galeria dos Agentes Executivos e Prefeitos Municipais de Ituiutaba. **Revista Acaiaca**, 1953.

CHAVES, Hélio. A economia de Ituiutaba em seus diversos aspectos. **Revista Acaiaca**, 1953.

ENTREVISTA Lucas Lopes. O homem que acionou a chave de partida. **Revista Cemig**. 40 anos da Cemig: 1952-1992, 1992. Edição online. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt_br/a_cemig/Nossa_Historia/Documents/revista%2040%20anos_cemig%20agrupada.pdf> Acesso em set.2013.

GOMES, Humberto Teodoro. A Colônia Sírio-Libanesa em Ituiutaba. **Revista Acaiaca**, 1953.

PAIVA, Hélio Benício de. Cônego Ângelo Tardio Bruno. **Revista Acaiaca**, 1953.

REVISTA PROJEÇÃO & AGRONEGÓCIO. 12. ed. Ituiutaba, ano V, nov/dez/2005 e jan/2006.

REVISTA ACII: Ituiutaba 90 anos. Ituiutaba: Rauer, n. 1, ano 3, set. 1991. (Jornal da ACII n. 6).

REVISTA ITUIUTABA: FRENTE & VERSO. Ituiutaba, ano 3, n.3, 1981.

REVISTA CÂMERA LENTA. Ituiutaba: 64 anos de progresso! 16 set.1965. (Edição histórica).

REVISTA ONTEM E HOJE. Ituiutaba, ano I, n.1, nov. 1963 e jan. 1964.

REVISTA ACAIACA. Org. Marcondes Verçoza. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953.

TEIXEIRA, Edelweiss. Evolução História de Ituiutaba. **Revista Acaiaca**. Organização Marcondes Verçoza. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1953.

2.DOCUMENTOS MONOGRÁFICOS

2.1 Livros

FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITUIUTABA. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. **2001 Centenário de Ituiutaba**. Ituiutaba: EGIL, 2001.

ITUIUTABA. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Guia. Governo Acácio Alves Cintra Sobrinho, 1977-1982. Lagoa da Prata, MG: Edisul, 1980.

OLIVEIRA, Rodolfo Leite de. O Praião é nosso. In: FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITUIUTABA. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. **O Centenário**. Ituiutaba: EGIL, 2001.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Mendes. ACII - Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba. In: PREFEITURA [...]. **O Centenário**, 2001.

VILELA, Manoel Junqueira. A agricultura e a pecuária de Ituiutaba nos últimos 50 anos. In: PREFEITURA [...]. **O Centenário**, 2001.

2.2 Dissertações e Teses

BORGES, Marlene Fátima Freitas. **Restos de manhã**: Análise do brincar nas décadas de 50 a 70, na região do Pontal do Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

BORGES, Rosane Ribeiro. **Uma análise no feminino artes e ofícios de cura**: benzedeadas e parteiras de Ituiutaba – 1950/2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

DUARTE, Márcia Querobina Santos. **Raízes rurais na vivência urbana**: persistência, desistências, recriações (Ituiutaba 1970-1985). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GOULART, Isabella R. O. **A Ilusão da Imagem**: o sonho do estrelismo brasileiro em Hollywood. Dissertação (Mestrado) USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura Popular e Desenvolvimento no Interior de MG**: caminhos cruzados de mesmo tempo. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SALAZAR, Vera Lúcia Pessoa. **Ação do Estado e as transformações do cerrado nas zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de São Paulo, 1988.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: Lembrança e Esquecimento**: Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

ROSSINI, Miriam de Souza. **As marcas do passado**: o filme histórico como efeito do real. Porto Alegre, 1999 (Tese) Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3 MEMORIALISTAS E LITERATURA

BANDEIRA, Manuel. Testamento. In: **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BARROS, Manoel de. **Concerto a céu aberto**: para solos de ave. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CHAVES, Camilo R. **Caiaipônia**: romance da terra e do homem do Brasil Central. 3. ed. Ituiutaba: Egil, 1998. (Edição original:1943).

CHAVES, Petrônio R. **O vale da fartura**. Ituiutaba: Edição do autor, 1985.

CHAVES, Petrônio R. **A Loja do Osório**. Ituiutaba: Edição do autor, 1984.

FERREIRA, Altair Alves. **Caminhadas para o amanhã**. História de Vila Platina, Cidade de Ituiutaba e sua Câmara Municipal (Anos 1901 a 1976). Uberaba: Ed. Vitória, 1980.

NOVAIS, Aloísio Silva. **História antiga de Ituiutaba**. Edição do autor, 1974.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central**. História da Criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

4 Teatro

CANÇÃO dos Peregrinos. [Cloud Gate Dance Theatre of Taiwan]. São Paulo, 2003a. 90 min. Teatro Alfa.

CANÇÃO dos Peregrinos. [Cloud Gate Dance Theatre of Taiwan]. São Paulo, 2003b. 90 min. Teatro Alfa. Caderno da peça.

5 Filmes

ARROZ AMARGO. Direção: Giuseppe de Santis. Itália: Lux Film, 1949, (108 min), p&b. Título original: Riso Amaro. Ficção.

PEÕES. Direção: Eduardo Coutinho. 85 min, Brasil, cor, 2004. Documentário.

ENTREATOS. Direção: João Moreira Salles. 117 min, Brasil, cor, 2004. Documentário.

CIDADE DOS SONHOS. Direção: David Lynch. EUA, França, 146 min, cor, 2002. Ficção.

TIO DOC, UM HOMEM DA TERRA. Direção: Ana Muniz. Brasil, 17 min, cor, 2003. Documentário.

6 Eventos

COUTINHO, Eduardo. [**Palestra**]. São Paulo: Itaú Cultural, 200?. Informação verbal.

7 Mapas

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Bacias Hidrográficas do rio Paranaíba**: regiões hidrográficas. [S.l.] Mapa. Color. Escala 1:800.000. Disponível em: http://www.paranaiba.cbh.gov.br/Mapas/BaciaRioParanaiba_RegioesHidrograficas.pdf > Acesso em ago.2013. Apresentado recorte com nossas intervenções: Mapa 3.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA – AMVAP. Plano rodoviário do município de Ituiutaba. Mapa. Uberlândia, 2003.

IBGE. Mapa Ituiutaba. [s.l.] Ed. 1973. Impressão digital. Escala 1/100.000. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/ituiutaba-ed-1973-imprensa-a-partir-da-digitalizac-o-de-original-existente-no-acervo-da-biblioteca-do-ibge.html> Acesso em: 2012.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Geociências. República Federativa do Brasil. Mapa do Brasil. 2004. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_2004.pdf. > Acesso em jul.2014. Apresentado com nossas intervenções: Mapa 1 e Mapa 2.

8 Anexos

MUNICÍPIO DE ITUYUTABA. Comissão Mineira do Centenário. Belo Horizonte, mai. 1924. Mapa. ANEXO B.

OLIVEIRA, Anna Muniz de. **A Boneca Laura**. Villa Platina, 1915. Conto. Manuscrito. ANEXO A (2 p.).

MUNIZ, Ana M.A. Fios. Ituiutaba, s.n., 2014. Roteiro (1 CD).

FIOS. Direção: Ana Muniz. Brasil, 93 min, cor, 2014. Documentário (1 DVD).

9 Sites

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ITUIUTABA – ACII. Disponível em: <<http://www.aciituiutaba.com.br/dados.html>> Acesso em mar.2014.

BBC BRASIL. Disponível em : <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120615_seca_personagens_pc.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2013. Notícia.

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS – SIPRI. O Pontal mineiro e as usinas de álcool e açúcar. Ituiutaba, nov., 2007. Disponível em: <<http://www.sipriituiutaba.com.br/notnov7.html>> Acesso em 8 out.2013.

SIPRI. Disponível em: <<http://www.sipriituiutaba.com.br/>> Acesso em out.2013.

SIPRI. Frigorífico de Ituiutaba passa a ser administrado pelo FRIG WEST. Disponível em: <<http://www.sipriituiutaba.com.br/noticias/?p=4460>> Acesso em 2013.

10 Depoimentos

BADUY, Marina. Filha de imigrante sírio; professora e psicóloga. 61 anos, 2013.

CUNHA, José Calimério da. Cerealista. 81, 2010 e 2013.

CUNHA, Elza T. da Silva. Mulher do cerealista José Cunha; dona de casa. 70, 2010 e 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. Ex-candidata a *Rainha do Arroz*; comerciante. 71, 2010.

EL BAYEH, Georges. Imigrante libanês; comerciante. 83, 2013.

FARIA, Zeneida Franco. Ex-professora rural; dona de casa. 69, 2013.

FERRAZ, João Batista. Fazendeiro. 70, 2010. (i.m.)

FREITAS, Ana Luiza. Diretora do Teatro Vianinha, 1980- . 64, 2013.

FREITAS, Divino Paulo de. Ex-meeiro; diarista. 64, 2010.

FREITAS, Nelson Mamede de. Diretor do GUITA (1970-2000); funcionário público. 62, 2013.

JANONES, Francisco Alves. Ex-motorista; aposentado.76, 2013.

JESUS, Avelina M. de. Ex-nora de fazendeiro. 81, 2013.

LEITE, Alciene Ribeiro. Escritora; jornalista. Depoimento em manuscrito. 70, 2011.

MEDEIROS, Aldo Barbosa de. Ex-motorista de pau de arara; aposentado. 75, 2010.

- MORAES, Anísio Muniz. Filho de ex-fazendeiro; cantor sertanejo (1950-1970). 73, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco Alves de. Ex-agregado; jardineiro. 73, 2010.
- OLIVEIRA, Joana Moraes. Dona de casa, costureira. 80, 2010.
- OLIVEIRA, João José de. Ex-fazendeiro; jardineiro. 83, 2010.
- OLIVEIRA, Rodolfo Leite de. Advogado; vereador (1959-1963); prefeito (1964); deputado estadual (1971-1973); ex-presidente do Ituiutaba Clube (anos 1955 e 1965)]. 83, 2011.
- RIBEIRO, Alberes. Ex-proprietário de transportadora; bancário aposentado. 72, 2012.
- SANTOS, Avilson Divino dos. Carregador (chapa). 55, 2013.
- SILVA, José Ricardo da. Migrante nordestino; ex-agregado. 81, 2011.
- SILVA, Washington Marcolino Junqueira da. Filho de ex-fazendeiro; vendedor ambulante. 51, 2010.
- SOUZA, Faustino Angelo de. Diretor do grupo Nova Geração. 76, 2013.
- TOSTES, Sinibaldo Rezende. Ex-fazendeiro; Cerealista. 75, 2010 e 2013.
- VIEIRA, Jayr Fernandes. Comerciante. 81, 2013.

11 FONTES OFICIAIS

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **CASEMG**. A História. Disponível em: http://www.casemg.com.br/empresa/hist_index.htm Acesso em: 25 nov. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm Acesso em: 6 out. 2013.
- BRASIL. Petrobrás. **Lançamento do Programa Pró-Álcool**. 1975. Disponível em: http://memoria.petrobras.com.br/acervo/lançamento-do-programa-pro-alcool#.UIRXOj_3NyI Acesso em 8 ou.2013. Notícia do Jornal do Brasil.
- BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND - 1975-1979**. Brasília, Distrito Federal, 1974.
- BRASIL. Câmara dos deputados. Legislação Informatizada - **Decreto nº 29.126, de 12 de Janeiro de 1951** - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29126-12-janeiro-1951-331404-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 ago.2013.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **IV Recenseamento geral da população e 1º. da agricultura e das indústrias realizado em 1º. de Setembro de 1920**. Rio de Janeiro, v. III, 3ª. parte, 1927. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6459.pdf>> Acesso em: 17 ago.2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **IV Recenseamento geral da população e 1º. da agricultura e das indústrias realizado em 1º. de setembro de 1920**, v. III, 2. parte, 1924. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6456.pdf> Acesso em: 17 ago.2013.

FUNDAÇÃO IBGE. Coleção de monografias n. 539: Ituiutaba – Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1973.

IBGE. Cidades. Ituiutaba, Minas Gerais. Site. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313420>> Acesso em: 11 out. 2013.

IBGE. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, v. 2, tomo 3, n. 16, 2.parte. Censo Agropecuário. Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n16_p2_mg.pdf Acesso em 10.2013.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, v. 2, tomo3, n. 16, 4.parte. Censo Agropecuário. Minas Gerais, Rio de Janeiro, 1984. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n16_p1_mg.pdf Acesso em 10.2013.

IBGE.VIII Recenseamento Geral 1970. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro, v.III, tomo XIV, 1ª. parte, 1975. Série Regional. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_t14_p1_mg.pdf> Acesso em: set. 2013.

IBGE. Censo Agropecuário . VIII Recenseamento geral de 1970, Rio de Janeiro, v. III, tomo XIV, 2ª. parte, 1975. Série regional. Minas Gerais. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_T14_P2_mg.pdf> Acesso em: ago. 2013.

IBGE. Censo Agrícola de 1960. VII Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, v. II, Tomo IX, 2ª. parte, 1967. Minas Gerais. Série Regional. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t9_p2_mg.pdf Acesso em: set. 2013.

IBGE. Censo Agrícola de 1960. VII Recenseamento geral do Brasil. Rio de Janeiro, v.II, tomo IX, 1. parte, 1967. Série regional. Minas Gerais. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t9_p1_mg.pdf Acesso em: 29 set. 2013.

IBGE. Censo demográfico de 1960. Rio de Janeiro, v.1, tomo IX, VII Recenseamento Geral do Brasil. Minas Gerais. Série regional. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf Acesso em: 6 out. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios**. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE. Revista Brasileira de Estatística. Ano XVIII. Janeiro/Junho de 1957 - n. 69/70.

IBGE. Censo Agrícola. Rio de Janeiro, v. XXI, tomo 2, 1955. Minas Gerais. Série Regional. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v21_t2_mg.pdf Acesso em: 18 ago. 2013.

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940. Rio de Janeiro, parte XIII, tomo 3, 1950. Minas Gerais. Série Regional. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p13_t3_mg.pdf Acesso em: 21 ago. 2013.

IBGE. Censos Econômicos Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. 1º de setembro de 1940. Rio de Janeiro, parte XIII, tomo 3, 1950. Minas Gerais. Série Regional. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p13_t3_mg.pdf> Acesso em: 21 ago. 2013.

IBGE. Tomo XXXII, parte 1, 1866, fl. 17 (Digitalizado) Disponível em:
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=67336 . Acesso 13 out.2013>.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Livro da Lei Mineira**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Cultura, tomo V, parte 1, 1839, fl. n. 4 (Digitalizado). Disponível em:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=2100 Acesso 13 out.2013.

MINAS GERAIS. Secretaria do Planejamento do Estado de Minas Gerais. Programa de desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO. Síntese das atividades do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, em Minas Gerais, 1975-1979. Belo Horizonte: SEPLAN, 1980.

RELATÓRIO. Apresentado ao exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Salles, Presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1905. Disponível em: <
<https://archive.org/stream/relatorioapresen1904mina#page/n5/mode/2up>> Acesso em ago. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUYUTABA. Acta da sessão extra da Câmara Municipal, em 15 de agosto de 1919.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILLA PLATINA. Acta da sessão nocturna ordinária do dia 20 de setembro de 1905.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILLA PLATINA. Acta da sessão de posse da Comarca Municipal e instalação do Município de Villa Platina, em 1º de janeiro de 1902.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILLA PLATINA. Acta da quarta sessão preparatória da Câmara Municipal, em 30 de dezembro de 1901.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. Código de Posturas Municipais. Lei nº 1363, de 10 de dezembro de 1970.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Código de Posturas Municipais**. Lei no. 309, de 29 de Janeiro de 1955, assinado pelo Prefeito Municipal David Ribeiro de Gouveia. Secção VII - Do trânsito público.

12 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.) **Memória e Patrimônio: ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Tradutor Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó-SC: Argos, 2009.

AGEL, H. **Estética do cinema**. São Paulo: Cultrix, 1982.

AMENGUEL, Barthélémy. **Chaves do cinema**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973.

ANTELO, Raul. A imanência histórica das imagens. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos e VILELA, Ana Lúcia (Org.) **Encantos da imagem: estâncias para a prática historiográfica entre história e arte**. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2010.

ARNHEIM, R. **A arte do cinema**. Lisboa: Ed. 70, 1989.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: Edusc, 2006.

AUMONT, J. M. M. **A análise do filme**. Lisboa: Edições Texto e Grafia Ltda., 2009.

AUMONT, Jacques. et al. **A estética do filme**. Tradução Marina Appenzeller; revisão técnica Nuno Cesar P. de Abreu. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, v. 5.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2000.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução Sergio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v.1).

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro: propostas para uma história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

BERNARDET, Jean-Claude. **O autor no cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIRO, Yvette. Argumentos em defesa da 7ª. arte ou a conta do talento. **Revista de Comunicação e Linguagens: O que é cinema?** Organização de João Mário Grilo e Paulo Filipe Monteiro. Lisboa: Edições Cosmos, 1996, v.23.

BORGES, Marlene Fátima Freitas. Ituiutaba: fuxicando na tijucaia. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; ABDALA, Mônica Chaves (Org.). **Caleidoscópio de saberes e práticas populares**: Catálogo da produção cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: Edufu, 2007.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Cultura e desenraizamento**. In: BOSI, Alfredo (org.) **Cultura Brasileira**: temas e situações. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T.A. Editor, 1979.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARNEY J.; MARIN R. A. Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. [S.l.: s.n.] 1999. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/carney12.htm>> Acesso em: ago. 2013.

CARRIÈRE, Jean-Claude. O roteiro evanescente. In: **A linguagem secreta do cinema**. São Paulo: Nova Fronteira, 1997. Cultrix, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de DOBRÁNAZKY, Enid Abreu. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Travessia do Século).

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. O manuscrito na era do texto impresso. In: **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M.L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHION, Michel. **O roteiro de cinema**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Opus 86).

COUTINHO, Eduardo. Entrevista aos organizadores da Mostra Diretores Brasileiros. São Paulo: [s.n.], 2003. Caderno da Mostra Diretores Brasileiros.

COUTINHO, Eduardo. O rito da palavra: entrevista. **Revista Palavra**, setembro, 1979.

DAVIS, Nathalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

- DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DELEUZE, Gilles. **A imagem-movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DUTRA, Roger Andrade. Da historicidade das imagens à historicidade do cinema. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 21, 2000.
- EISENSTEIN, S. **O sentido do filme**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FENELON, Déa Ribeiro et.al. (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- FERREIRA, Ricardo José Fonseca. **A atuação do Polocentro e o desenvolvimento regional**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 15 (5, 6), maio, junho, julho, agosto/1985.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2010.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da história da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976.
- FILHO, Oswaldo Bueno Amorim; RIGOTTI, José Irineu Rangel e CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidade médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA**: o espaço geográfico em análise. Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007. Editora UFPR.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga (Org.) **Imagens do Brasil**: Modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FURTADO, João Pinto. Escrever por imagens. Notas sobre filmes históricos e narrativas historiográficas. In: CARDOSO, Heloísa Pacheco e PATRIOTA, Rosângela Ramos (Org.) **Escritas e narrativas históricas na contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- FURTADO, JORGE. A construção do roteiro. In: **Um astronauta no Chipre**. Ed. Artes e Ofícios: Porto Alegre, 1992.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1991a.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991b.
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre” de Nathalie Zemon Davis. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.
- GOMES, Paulo Emílio Salles. Revolução, cinema e amor. In: **Crítica de cinema no Suplemento Literário**, vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Embrafilme, 1981.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**: política e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KEMP, Philip (Org.) **Tudo sobre cinema**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ed. Ática, 1989. (Série Princípios).

LABAKI, Amir. **É tudo verdade**. São Paulo: Francis, 2005.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973 (Brasiliana, vol. 335).

LEAL, Maria Luísa Campos Machado. **Transformações no cerrado e relações sociais de produção**. Fundação João Pinheiro, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LEHMKUHL, Luciene. Fazer História com imagens. In: PARANHOS, Kátia e outros (Org.) **História e imagens**: textos visuais e práticas de leituras. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2010.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Prefácio de Jacques Revel. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

LIMA, Nísia Trindade. Brasília: a capital do sertão. In: SENRA, Nelson de Castro; LIMA, Nísia Trindade. Nísia Trindade... et.al. (Org.). **Veredas de Brasília**: As expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44769.pdf>> Acesso em jul. 2013.

LINS, Consuelo; REZENDE, Luiz Augusto; FRANÇA, Andréa. A noção de documento e a apropriação de imagens de arquivo no documentário ensaístico contemporâneo. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 21, 2011.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste de Minas**. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 17, 1998. São Paulo: EDUC, 1981-.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Estamira: desvarios e profissões do além do além. **Revista Fênix**. Uberlândia, ano X, n. 2, 2013, v. 10.

MACHADO NETO, Brasília. O município e a defesa florestal. **Revista Brasileira dos Municípios**. N. 35/36, jul./dez., Ano IX, Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/180/rbm_1956_v9_n35_n36_jul_dez.pdf> Acesso em: ago. 2013.

MANGUEL, Alberto. O espectador comum: a imagem como elo narrativo. In: **Lendo imagens**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

MORETTIN, Eduardo V. **Cinema como documento patrimonial**. 2013. Artigo. Disponível em: <<http://contraplano.sesctv.org.br/2013/09/05/eduardo-morettin-cinema-como-documento-patrimonial/>> Acesso: 2014.

MORETTIN, Eduardo V. ‘Ver o que aconteceu’: Cinema e História em Griffith e Spielberg. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 22, dez. 2011.

MORETTIN, Eduardo V. Dimensões históricas do documentário brasileiro no período silencioso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 49, jan. 2005, v. 25. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em mai. 2014.

MORETTIN, Eduardo V. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**. Curitiba: UFPR, n. 38, 2003.

MOURÃO, Maria Dora Genis; CANNITO, Newton. **Seminário de Roteiro Audiovisual**. São Paulo: CINUSP/EDUCINE, 200?. (Guia do aluno).

NAVARRO, Zander. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**. Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, DF, Ano 1, n. 1 (fev. 1992 -). Ano XIX, Edição Especial Aniversário do MAPA – 150 anos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://agricultura.gov.br/> Acesso em ago. 2010.

NICOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papirus, 2005. (Coleção Campo Imagético).

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.

NOVA, Cristiane. A “história” diante dos desafios imagéticos. **Revista Projeto História**, São Paulo, PUC, (21), Nov. 2000.

NUNES, José Walter. Narrativa histórica no filme documentário: realidade e ficção se encontram? In: LAVERDI, Robson e outros (Org.). **Práticas socioculturais como fazer histórico**. Abordagens e desafios teórico-metodológicos. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009.

- NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília**. São Paulo: Annablume, 2005.
- PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PARANHOS, Kátia, LEHMKULL, Luciene e PARANHOS, Adalberto (Org.) **História e imagens: textos visuais e práticas de leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PEREIRA, J. A.; MORAIS, O.P.; BRESEGHELLO, F. **Análise da heterose de cruzamentos entre variedades de arroz-vermelho**. *Pesq. agropec. bras.*, [s.l.] 2008, vol.43, n.9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pab/v43n9/06.pdf> Acesso em: ago. 2013.
- PEREIRA, J. A.; MORAIS, O. P.; CASTRO, E. da M. Melhoramento genético do arroz de sequeiro no Nordeste do Brasil. In: **Recursos Genéticos e Melhoramento de Plantas para o Nordeste Brasileiro**. [s.l.: s.n., 199-]. Disponível em: <http://www.cpatas.embrapa.br/catalogo/livroorg/arrozsequeiro.pdf> Acesso em: ago. 2013.
- PEREIRA, Sergio Nunes. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: SENRA, Nelson de Castro; LIMA, Nísia Trindade... et.al. (Org.). **Veredas de Brasília [...]**, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção História &... Reflexões, 5).
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**, 1998.
- POMIAN, K. **Memória/História**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1978.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- PRIMI LEVI. Os submersos e os salvos. In: _____. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- RAMOS, Alcides Freite, CAPEL, Heloísa Selma Fernandes e PATRIOTA, Rosangela Ramos (Org.) **Criações artísticas, representações da História**. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- RAMOS, Alcides Freire, PATRIOTA, Rosangela e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **Imagens na história**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- RAMOS, Alcides Freire. Cinema e História: do filme como documento à Escritura Fílmica de História. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz e PATRIOTA, Rosangela Ramos (Org.) **Política, Cultura e Movimentos Sociais: Contemporaneidades historiográficas**. Uberlândia: Edufu, 2001.
- RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas, afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: Ed. SENAC, 2008.

- RAMOS, José Mário de Ortiz. A ficção audiovisual no Brasil da década de 1990. Nos meandros do local e do global. **Revista Projeto História**, PUC/SP, São Paulo, (24), Jun. 2002.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história italiana: Modo de uso**. Tradução Jurandir Malerba. Londrina, PR: EDUEL, 2012.
- ROMERO, Thiago. **Arroz vermelho em extinção**. Agência de Notícias da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Agência FAPESP, 2005. Reportagem. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/4742> Acesso em: Jul. 2013.
- ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: UNESP, 2010.
- ROSSINI, Miriam de Souza. O lugar do audiovisual no fazer histórico: uma discussão sobre outras possibilidades do fazer histórico. In: LOPES, Antônio Herculano, VELLOSO, Mônica Pimenta, PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- SADOUL, Georges. **História do Cinema Mundial: das origens aos nossos dias**. Trad.rev.compl. Manuel Ruas. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, 3.v.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. **Viagem às nascentes do rio S. Francisco**. Tradução de Regina Regis Junqueira; prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975b. (Reconquista do Brasil, v. 7).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975a. (Reconquista do Brasil, v. 4).
- SARLO, Beatriz. A imaginação do futuro. In: **Paisagens imaginárias**. São Paulo: EdUSP, 1997.
- SCHEIBE, Stephen David. **Ações públicas e cerrados: problemas e alternativas**. Fundação João Pinheiro, 1985.
- SOARES, Marcos. Cinema. In: WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007. Apêndice.
- SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, n. 13, 1994, v. 7.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

VANOYE, Francis; GOLLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Tradução Marina Appenzeller; Ver.téc. Nuno Cesar P. de Abreu. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1982. (Cadernos da UnB).

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena**: melodrama, Hollywood, Cinema Novo. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

XAVIER, Ismail. **As alegorias do subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXO A

A Lóree

Laura

Não! hoje não vai ao jardim. Vivo a sacrificar mi gastando rios de dinheiro com professoras e a sinhora sempre a adiar. Não digo que não l'ingue natural, está na idade; mas ha tempo para tudo. Que é de sua gramatica? de ser a fora, com certeza. Pais não vai ao jardim ~~to~~ seu exercicio. É demais! Para correr está sempre pronta, não cansa; estudar é o que si vai. É incrível! Não, minha filha, o dinheiro custa a ganhar. Não ha roupa que lhe chegue, botinas então... é um par de quenze em quenze dias. Nem parece uma menina que vai completar doze annos... é uma cabrita selvagem. Pode chorar! Pode ficar de trombas. A finicia tem oito annos e fala o francez como uma parisiense, e a senhora nem para dizer Comente car? Porque? porque não estuda. Ris? pois sim Mas de chorar mais tarde. É isto. Os pais sacrificam seprivam-se de muita coisa em beneficio dos filhos e elles... nem por gratidão correspondem ao interesse com um pouco de esforço; depois queixam se Porque não lhes ensinaram a patati e patata... Pais eu agora estou resolvida a prosseguir com energia. Não quero attender a pedidos has de obedecer as ordens. É pensa em vistido comprido. Vistido comprido... e não sabe analysar um trecho. É o meu? Mamai diz fui ainda é cedo, que eu vou ficar uma brucha vistido comprido. Uma brucha... É... Pareço uma menina e já uma senhora. No fim do anno, se fizers boos exames. Ora os exames... eu passo das alienação aos estudos com este vistido. É até uma vergonha. Não comprindo economias tais mais um metro de fazenda que a custa? Estude menina! Não se preoccupa Comamigo.

Villa Platina 4 Agosto de 1915

Anna Maria de Oliveira

Eu de da sua obrigação. Não se ~~pode~~ papai elle já me teria
 dado o vestido mamãe é que não quer acha que é cedo. Cedo... e
 é pouco mais alta do que eu e porque não usa curto? Teresse eu
 dinheiro e haviame de usar a cauda que eu arrastavam. É só gramática
 e aritmetica e piano crochet e pintura. Quem metter mi na
 cabeça um mundo de coisas e não mi dão um chapéo... são
 umas tapas ridiculas. Tanto até vergonha de saber com tanta
 e no theatro? porque não me levam? Vem a dizer que
 teatro é uma escola... pois levam me a tal escola. Não
 porque uma menina do meu tamanho deve dormir cedo como
 as mães. É gansma. Eu eu agora que eu brinde um parte por
 trabalho e mais trabalho... sou a gata horralheira
 da casa: hei de fazer tudo. Para isso não sou pequena, mas
 para o vestido... São até capazes mandar me para a cozinha
 Não entende que embora só tem a educação compellto
 quando suspende a execução de uma sonata de Beethoven para
 se temperar o caldo. Sou pequena... Sim, sou pequena porque
 ando de vestido curto, tem me um comprido e virão como
 cresço: fico logo uma moça de dizento annos. Já experimento
 um de mamãe que beleza! Isto nem é trago. A senhora por
 ta attenção a morrer em as horas? Ah! meu deus... dez horas...
 e eu anda não traduzi a minha fabula. Eu abraçimento! nem
 posso brincar soezada. Daque a pouco está hai a professora
 com as suas caracões e os seus oculos. É he hehe! menina tu
 dos feito osso exercicio para minha honica, veja si isto é
 leente. Si queson que eu comperbude estas reserencias vstem
 quanto porque isto... este é metade de roupa... Não sou
 mança de hoje Ah! que é menina? fome? está com fome?
 Pais vamos alhozar Berya te Lues! Olha que surper mi sabiste
 uma preguisosa... É quer vestido comprido.

V. P. 5 de Agosto de 1915 etima etuniz de Oliveira

